

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

FLORIANÓPOLIS
Um Lugar em tempo de Globalização

Por
EWERTON VIEIRA MACHADO

TESE DE DOUTORADO

Dra. MARIA ADÉLIA APARECIDA DE SOUZA

- Orientadora -

São Paulo – SP

CONSULTA LOCAL

2000

FICHA CATALOGRÁFICA

M149f Machado, Ewerton Vieira
Florianópolis : um lugar em tempo de globalização / Ewerton
Vieira Machado. – São Paulo , 2000.
xii, 272 f. : il. , mapas, grafs. , tabs.

Orientadora: Maria Adélia Aparecida de Souza.
Tese (Dotourado) – Universidade de São Paulo , Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
Inclui bibliografias.

1. Geografia – Florianópolis (SC). 2. Geografia urbana.
3. Desenvolvimento regional – Florianópolis (SC). 4. Turismo –
Florianópolis (SC). 5. Globalização. I. Souza, Maria Adélia Aparecida
de. II. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas. III. Título.

CDU : 918.164.060.2

*(Catalogação na fonte por Onélia S. Guimarães CRB-14/071 – Bibliotecária
da Universidade Federal de Santa Catarina)*

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

FLORIANÓPOLIS

Um Lugar em tempo de Globalização

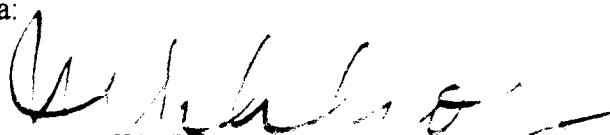
por

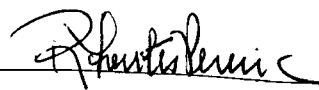
EWERTON VIEIRA MACHADO

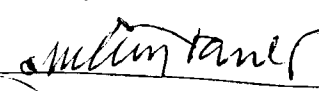
Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia da F.F.L.C.H./USP, em cumprimento aos requisitos para obtenção do grau de DOUTOR EM CIÊNCIAS: GEOGRAFIA HUMANA.

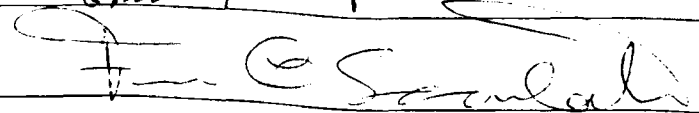
Orientadora: Profa. Dra. MARIA ADÉLIA APARECIDA DE SOUZA

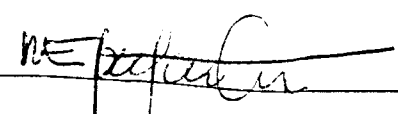
Comissão Examinadora:





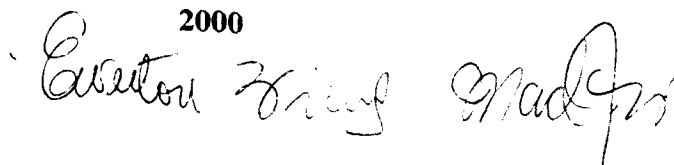






São Paulo - SP

2000



Esta pesquisa foi possível, em parte, com incentivos financeiros da CAPES, via PICDT-UFSC.

“... todo conhecimento de uma sociedade, de uma história, de uma vida, inclusive a própria, é, ao mesmo tempo, uma tradução e uma reconstrução mentais...”

“O conhecimento necessita de auto-conhecimento”

EDGAR MORIN

in:

Meus Demônios. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, respectivamente p. 10 e 11.

À minha família

e aos

que estiveram comigo, apoiando
e incentivando na consecução desta
pesquisa,

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Seria impossível nomear todos que, de alguma forma, emprestaram colaboração efetiva e afetiva, em vários momentos da caminhada que culminou na elaboração desta tese, que representa um rico estágio de aprendizado em minha vida. Entre tantos a quem devo agradecimentos, expresso aqui aqueles que tornaram esta trajetória passível de concretização.

- aos colegas-professores do Departamento de Geociências da UFSC, pelo freqüente apoio nas oportunidades a mim concedidas, especialmente registro aqui minha gratidão a Maria Lúcia Herrmann, Magaly Mendonça, Nazareno Campos, Sandra Furtado, Dolores Buss, Geruza Duarte, Fernando Scheibe e Célia Silva, mais que colegas de trabalho, partícipes de instantes particulares e decisivos nesta minha trajetória;

- ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC, pelas vezes que colaborou em etapas desta jornada;

- aos funcionários da UFSC, especialmente do GCN-CFH e do DAPG/PRPG, em particular ao Sr. Vlademir Verzola, que no desempenho das suas funções me auxiliaram em encaminhamentos burocráticos;

- aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Geografia da F.F.L.C.H./USP, em especial a Sra. Fumiko – in memoriam, que sempre foram atenciosos na condução das minhas solicitações acadêmicas;

- aos professores Dr. Milton Santos e Dr. Francisco Scarlato, membros da Banca de Exame de Qualificação, pelo tempo dedicado à leitura do projeto e pelos comentários e sugestões a esta pesquisa;

- ao Dr. Cristiano Machado e Dr. Carlos Fontes, companheiros de muitos momentos, pela oportunidade de convivência na metrópole paulistana;

- à professora Sônia Machado, pela atenção em ler e discutir meu texto, tornando-o mais compreensível;
- aos Spaldings Luiz e Jandira, afetivas amizades quase de irmãos, pelo fraterno apoio gaúcho freqüentemente dedicado a este nordestino em terra catarinense;
- à família de Tina & César, companheiros em idéias e pela solidariedade em momentos especiais;
- à Eduarda, Yuri e Andréa, entre tantos que cruzei nos caminhos e eventos Uspianos, agradeço a camaradagem a mim dedicada;
- aos médicos Dr. Heitor Kamigashima e Dr. Tito Lívio Soares, pelo acompanhamento e atenção a mim oferecidos através de seus serviços profissionais;
- a funcionários de órgãos e/ou empresas que me concederam atenção e apoio técnico durante etapas desta pesquisa, entre tantos destaco: funcionários do IPUF, BRDE, IBGE/SC, CASAN, CELESC, SANTUR, DER, SDM, ACIF, SINDUSCOM-Fpolis, PROTUR, INFRAERO, ABIH-SC, SEBRAE-SC, Fundação CERTI e Secretaria de Planejamento das Prefeituras de Biguaçu e Palhoça;
- ao Sr. Valmir Volpato, paciente decodificador de meus manuscritos, pela digitação dos originais desta pesquisa;
- ao professor Diego Arenaza, pela colaboração na tradução escrita do resumo;
- ao acadêmico de Geografia Emerson Marcelino, pela colaboração emprestada na preparação de figuras digitalizadas;
- ao Alexander Oliveira, pela prestimosa colaboração na revisão da linguagem.

AGRADECIMENTOS PARTICULARES

- à minha família: meus pais, irmãos, cunhados e sobrinhos, cada um a seu jeito, pelo inestimável apoio e presenças (muitas vezes através de pensamentos) em várias situações do meu percurso pessoal e acadêmico, como retaguarda de momentos especiais e de ajudas no acontecer desta trajetória;
- à Beth e Marizinha Labes por suas graciosas e afetivas pessoas, estimuladoras nas minhas andanças, nesta década. Tê-las em meu coração, amenizou contingências das distâncias e das nossas ausências;
- à professora Dra. Maria Adélia A. de Souza, por emprestar sua amizade e segura orientação acadêmica. Além da sua freqüente palavra de estímulo neste percurso, sua atuação institucional foi decisivamente importante em vários momentos deste rito de passagem.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABAV - Associação Brasileira de Agências de Viagens
 ABIH - Associação Brasileira de Indústria Hoteleira
 ACARESC - Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina – atual EPAGRI
 ACATE - Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia
 ACIF - Associação Comercial e Industrial da Grande Florianópolis
 AGB - Associação de Geógrafos Brasileiros
 AGLURB - Aglomerado Urbano
 ALADI - Associação Latino-Americana de Integração
 ALALC - Associação Latino-Americana de Livre Comércio
 ALCA - Área de Livre Comércio das Américas
 AN/Capital - A Notícia – Capital
 ANPROTEC - Associação Nacional das Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas
 APEC - Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico
 ASSINVEST - Associação da Indústria do Vestuário do Aglomerado Urbano de Florianópolis
 AUF - Aglomerado Urbano de Florianópolis
 BADESC - Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, atual Agência Catarinense de Fomento
 BDE - Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – atual BESC desde 1969
 BESC - Banco do Estado de Santa Catarina
 BICSI - Netshow South America (São Paulo)
 BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
 BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial
 BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
 BNH - Banco Nacional de Habitação – extinto
 BRDE - Banco de Desenvolvimento do Extremo Sul do Brasil
 CACEX - Carteira de Comércio Exterior / Banco do Brasil
 CAPES - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior
 CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
 CBPO - Cia. Brasileira de Projetos e Obras
 C.E.F. - Caixa Econômica Federal
 CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina
 CELTA - Centro Empresarial para Laboração de Tecnologias Avançadas – vinculado ao CERTI
 CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
 CERTI - Centro de Referência em Tecnologia Renovadora
 CFH - Centro de Filosofia e Ciências Humanas - UFSC
 CGE - Centro de Gestão Empresarial – vinculado ao CERTI
 CIASC - Centro de Informática e Automação de Santa Catarina
 CITUR - Companhia de Turismo e Empreendimentos de Santa Catarina S/A – transformada em SANTUR
 CLIMERH - Centro Integrado de Meteorologia e Recursos Hídricos de Santa Catarina
 CMCQ - Centro de Metrologia e Controle de Qualidade – vinculado ao CERTI
 CMDE - Centro Mecaoptoeletrônico – vinculado ao CERTI
 CNDU - Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano
 CNDU - Conselho Nacional do Desenvolvimento Urbano
 CNI - Confederação Nacional das Indústrias
 CNO - Construtora Norberto Odebrecht
 CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
 CNT - Conselho Nacional de Turismo
 COCAR - Companhia Catarinense de Armazenamento (extinta)
 CODESC - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
 CODESUL - Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul (PR/SC/RS)
 COHAB - Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina
 COMCAP - Companhia de Melhoramentos da Capital
 CONINFO - Feira e Congressos Internacionais e Telecomunicações do Cone Sul (Blumenau)
 CONTUR - Conselho Nacional de Turismo
 COTESC - Cia de Telecomunicações de Santa Catarina – substituído pela TELESC/subsidiária TELEBRÁS
 CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura, Agronomia
 CTAI - Centro Tecnológico de Automação e Informática – vinculado ao SENAI
 DAES - Departamento Autônomo de Engenharia Sanitária – extinto e absorvido pela CASAN/1971
 DC - Diário Catarinense
 DEATUR - Departamento Autônomo de Turismo de Santa Catarina – funções incorporadas pela TURESC S/A
 DEGC - Departamento Estadual de Geografia e Cartografia – órgão extinto
 DEOS - Departamento de Obras e Saneamento
 DER-SC - Departamento de Estradas de Rodagens de Santa Catarina
 DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito

- DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagens
 EBTs - Empresas de Base Tecnológicas
 ELA - Estudo de Impacto Ambiental
 ELETROSUL - Empresa Distribuidora de Energia da Região Sul
 EMBRATUR - Instituto Brasileiro do Turismo
 ENGEPASA - Engenharia de Pavimentação S/A
 EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão Tecnológica de Santa Catarina
 ESPLAN - Escritório de Planejamento Integrado
 EXIMBANK - Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos
 F.I.B.G.E. - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
 FATMA - Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina
 FBB - Fundação Banco do Brasil
 FENASOFT - Feiras Comerciais Ltda. (São Paulo)
 FIESC - Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
 FINAME - Agência Especial de Financiamento Industrial
 FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos de Desenvolvimento
 FLORAM - Fundação do Meio Ambiente de Florianópolis
 FMI - Fundo Monetário Nacional
 FUNCEF - Fundo de Pensão dos Funcionários da Caixa Econômica Federal
 FUNCITEC - Fundação de Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
 FUNDESC - Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – extinto, surge o PROCAPE
 FUNGETUR - Fundo Nacional de Turismo
 GAPLAN - Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral – transformado em SEPLAN-SC
 GASBOL - Gasoduto Brasil/Bolívia
 GATT - Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio
 GERASUL - Empresa Geradora de Energia da Região Sul
 GM/SC - Gazeta Mercantil – Santa Catarina
 ICM - Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias – transformado em ICMS
 ICMS - Imposto sobre Operações de Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Internacional e de Comunicações
 IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
 INFOBUSINESS - Feira e Congresso Internacionais de Informática e Telecomunicações (Nova Hamburgo)
 INFOWEEK - Fórum e Exposição de Negócios e Soluções de Informática e Telecomunicações (Curitiba)
 INFRAERO - Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária
 IPEA - Instituto de Planejamento e Economia Aplicada
 IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados
 IPUC - Instituto de Planejamento Urbano de Curitiba-PR
 IPUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis-SC
 ITEP - Fundação Instituto de Economia e Planejamento (extinto)
 IWC - Coalizão Internacional da Vida Silvestre (ONG)
 JUSESC - Junta Comercial do Estado de Santa Catarina
 LABMETRO - Laboratório de Metrologia e Automação – UFSC
 LED - Laboratório de Ensino à Distância – UFSC
 LOTESC - Superintendência Lotérica do Estado de Santa Catarina
 MASC - Museu de Artes de Santa Catarina
 MCE - Mercado Comum Europeu
 MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia
 MERCOSUL - Mercado Comum da América do Sul
 MIDI - Microdistrito Industrial de Base Tecnológica
 MINTER - Ministério do Interior
 MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
 NAFTA - Associação de Livre Comércio da América do Norte
 OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
 OE - O Estado
 OEA - Organização dos Estados Americanos
 OMC - Organização Mundial do Comércio
 ONG's - Organizações Não-Governamentais
 ONS - Operadora Nacional do Sistema Elétrico
 ONU - Organização das Nações Unidas
 OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo
 P&D - Pesquisa e Desenvolvimento
 PADCT - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Ministério da Ciência e Tecnologia
 PARLASUL - Parlamento do Extremo Sul do Brasil
 PARLATUR - Frente Parlamentar de Turismo
 PBDEE - Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico e Econômico
 PDT - Plano de Desenvolvimento Turístico – Aglomerado Urbano de Florianópolis

- PETROBRÁS - Petróleo Brasileiro S/A
 PIB - Produto Interno Bruto
 PLAMEG - Plano de Metas do Governo
 PLANET 2000 - Plano Estratégico de Planejamento Turístico para Florianópolis - 2000
 PMB - Prefeitura Municipal de Biguaçu
 PMF - Prefeitura Municipal de Florianópolis
 PMNT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo
 PMP - Prefeitura Municipal de Palhoça
 PMSJ - Prefeitura Municipal de São José
 PND - Plano Nacional de Desenvolvimento
 PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
 POE - Plano de Obras e Equipamentos
 PREVI - Fundo de Previdência de Funcionários do Banco do Brasil
 PROCAP - Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas
 PRODASC - Empresa de Processamento de Dados de Santa Catarina – atual CIASC
 PRODEC - Programa para Desenvolvimento da Empresa Catarinense
 PRODEM - Programa de Desenvolvimento Regional e Municipal – Governo de Santa Catarina
 PRODETUR - Programa de Ação e Desenvolvimento do Turismo – vinculado a EMBRATUR
 PROGRES - Programa Especial de Vias Expressas (DNER)
 PRÓ-INFRA - Programa de Infra-estrutura Urbana do BNDES
 PROTUR - Fundação Pró-Turismo de Florianópolis
 PTB - Physikalisch Technische Bundesanstalt (Alemanha)
 RBS - Rede Brasil Sul – afiliada a Rede Globo
 RCI - Resort Condominiums International
 RHAE - Programa de Recursos Humanos para Áreas Estratégicas – Ministério da Ciência e Tecnologia
 RIMA - Relatório de Impacto Ambiental
 RMAV - Rede Metropolitana de Alta Velocidade
 RNP - Rede Nacional de Pesquisas
 SANTUR - Santa Catarina Turismo S/A
 SCGÁS - Cia. de Gás de Santa Catarina
 SDM - Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Integração ao MERCOSUL
 SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
 SECOVI - Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis em Condomínios Residenciais e Comerciais – Região de Florianópolis
 SEDUMA - Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
 SELA - Sistema Econômico Latino-Americano
 SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
 SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
 SEPLAN - Secretaria de Estado de Coordenação e Planejamento – funções assumidas por outras secretarias
 SERPHAU - Sistema Federal de Habitação e Urbanismo
 SESC - Serviço Social do Comércio
 SETUR - Secretaria de Turismo do Município de Florianópolis
 SINDIMÓVEIS - Sindicato de Corretores de Imóveis de Santa Catarina
 SINDUSCOM - Sindicato da Indústria de Construção Civil – Região da Grande Florianópolis
 SUCESU - Sociedade dos Usuários de Informática e Telecomunicações de Santa Catarina
 SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
 SUDECO - Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
 SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
 SUDESUL - Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul
 SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito / Ministério da Fazenda. Extinta com a criação do Banco Central do Brasil
 TECNÓPOLIS - Pólo Tecnológico da Grande Florianópolis
 TELEBRÁS - Telecomunicações Brasileiras S/A
 TELESC - Telecomunicações de Santa Catarina S/A
 TIAR - Tratado Interamericano de Ajuda Recíproca
 TSE - Tribunal Superior Eleitoral
 TURESC - Empresa de Turismo e Empreendimentos de Santa Catarina S/A – funções incorporadas pela CITUR
 UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina
 UF's - Unidades Federativas
 UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
 UKAS - United Kingdom Accreditation Service (Reino Unido)
 UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina
 UNIVALE - Universidade do Vale do Itajaí
 USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
 WTO - Organização Mundial do Turismo

SUMÁRIO GERAL

	página
Agradecimentos	vii
Lista de Abreviaturas e Siglas	x
Lista de Tabelas	xv
Lista de Figuras (gráfico e mapas)	xvii
Resumo	xviii
Resumen.....	xix
• Introdução	1
PRIMEIRA PARTE: “Razão Global / Razão Local”: fundamentos da relação lugar-mundo nesta contemporaneidade	12
Capítulo 1 – A Formação Sócio-Espacial na compreensão do espaço geográfico	14
• O lugar e suas significações para o espaço geográfico	20
• O papel do trabalho: suas características na divisão sócio-espacial contemporânea	24
Capítulo 2 – O mundo atual e a produção do espaço	28
• “Globalização” e/ou “Contemporaneidade”: tentativas de decifração	28
• O espaço urbano e a urbanização hoje	35
SEGUNDA PARTE: O Lugar e a Nação ou vice-versa: chegadas na redefinição de território	40
Capítulo 3 – A Formação Sócio-Espacial brasileira contemporânea	43
• Contextos nacionais nas trilhas da “globalização”	44
Capítulo 4 – A inserção de Florianópolis na Formação Sócio-Espacial brasileira contemporânea	66
• Condicionantes da produção do “sítio social” do lugar	66
• Nexos de percurso e de conjuntura	70
Capítulo 5 – O lugar e a sua imagem: o “Novo” e a “Novidade” a partir de discursos contemporâneos de modernização	86

TERCEIRA PARTE: FLORIANÓPOLIS: a urbanização de um lugar em tempo de “globalização”	105
Capítulo 6 – Tentáculos da urbanização do lugar	106
• No espaço geográfico de Florianópolis: características das territorializações urbanas	110
• Objetos & Ações na dinâmica da região conurbada-metropolitana ...	115
Capítulo 7 – A “região metropolitana” de Florianópolis	119
• Perfil, atos e controvérsias	119
• Dinâmica de agentes e a produção de infra-estruturas urbano-metropolitanas	127
– Iniciativas Estatais	127
– Iniciativas Privadas	142
QUARTA PARTE: “Conexões Geográficas”: ícones da contemporaneidade Florianopolitanos	157
Capítulo 8 – “Ecos” do turismo: a “globalização” do lugar	158
• Contextualizações: algumas notas	159
• O turismo em Florianópolis: um perfil em (re)leituras	175
Capítulo 9 – “Odisséia” industrial e as novas manifestações de densidades técnicas no espaço urbano-metropolitano	196
• Base genética de transformação urbano-industrial	196
• Tecnopolização: novos caminhos da modernização industrial regional	202
Conclusão	219
Bibliografia	225
Anexo (Pequeno Documentário Fotográfico relacionado diretamente com aspectos discutidos na Terceira Parte desta tese)	254

LISTA DE TABELAS

1 – A Distribuição de Renda no Brasil/1999	48
2 – A Concentração de Riqueza no Brasil – Comparação com os Estados Unidos – 1999	49
3 – A Concentração de Riqueza no Brasil – Posição da População/participação dos 10% mais ricos na renda total nos anos 90	49
4 – Distribuição de Renda em nível pessoal – Comparação da situação brasileira com a de outros países, conforme IDH/ONU	50
5 – Aspectos Estatísticos da Evolução da População Brasileira – 1940/1991	58
6 – Redução das Áreas de Manguesais na Ilha de Santa Catarina (Km ²)	70
7 – A Urbanização da População de Florianópolis – Período de 1940/1991 .	77
8 – Evolução e Distribuição da População na Região Conurbada de Florianópolis – 1970/1991	88
9 – Região Conurbada de Florianópolis – Evolução da População Urbana – 1970/1991	89
10 – Município de Florianópolis – Participação da População Urbana e Rural por Regiões Distritais – Período 1980/1991	98
11 – Turismo no Mundo – Aspectos Gerais dos Principais Pólos Turísticos	162
12 – Principais Países Emissores de Turistas no Mundo – 1995	163
13 – Fluxo de Viagens no Mundo – chegadas por regiões turísticas e receitas geradas (US\$) no período de 1996/1998 (em %)	164
14 – Principais mercados emissores de turistas internacionais para o Brasil – 1997/1998	172
15 – Principais portões de entrada de turistas internacionais no Brasil – 1997/1998	173
16 – Participação do movimento de turistas internacionais entre as principais cidades brasileiras receptoras entre 1997 a 1999	174
17 – Aspectos da evolução (em %) da demanda turística para Florianópolis – Estimativas	178

18 – Aspectos da evolução (em %) da demanda turística em Florianópolis. Movimento estimado a partir dos principais centros emissores no período de 1996/2000	179
19 – O Turista em Florianópolis – Alta estação 2000	180
20 – Indicadores da Capacidade Técnico-gerencial de Atendimento a Clientes da Fundação CERTI-UFSC. Ano-base 1997	209
21 – Evolução do Número de Empresas de Base Tecnológica originárias na UFSC e integrantes da Incubadora do CELTA/Fundação CERTI-UFSC. Período de 1987/1997	212

LISTA DE FIGURAS (Gráfico e Mapas)

1 – Tendências da Evolução da População Urbana e Rural no Brasil – 1940/1991	57
2 – O Município de Florianópolis e a sua localização	67
3 – Tendência da Evolução Urbana em Área Continental da Região Conurbada de Florianópolis (1981 e 1995)	71
4 – Florianópolis: Região Conurbada e suas Periferias – 1999	116
5 – Região Metropolitana de Florianópolis	125
6 – A BR-101 em trechos da Rota do MERCOSUL (esboço)	136
7 – Nota Publicitária da EMBRATUR	169
8 – Aspecto Ilustrativo de atuação da Rede Brasil Sul/RBS (Rede Globo) no território Catarinense	198

RESUMO

A presente pesquisa trata de analisar, em conjunto, o significado relevante do atual momento da mundialização globalizante, com seus reflexos, procurando-se explicações desse processo na conexão lugar-mundo para Florianópolis.

Assim, busca-se discutir através de possibilidades teórico-metodológicas fornecidas basicamente pelo paradigma de Formação Sócio-Espacial, desenvolvido pelo geógrafo Milton Santos, dimensões da contemporaneidade florianopolitana, procurando-se mostrar aspectos de várias “geografias superpostas” em que nelas se pode identificar a dinâmica do lugar-região e sua inserção no mundo atual.

Desse modo, fez-se um enfoque a partir de trajetórias da urbanização, procurando mostrar tentativas de “produção do lugar”, associadas com a idéia de “fabricação de uma vocação”, hoje vinculada predominantemente às atividades de turismo, num plano mais visível, e amplamente mercantilizada sob várias imagens midiáticas. Num outro plano, não menos importante, há tentativas de vinculações à produção espacial por atividades de base tecnológica, particularmente relacionadas com o meio informacional e/ou dele decorrente.

Através desses vetores de modernização, permeia as faces reveladoras de ascensão do lugar às rápidas condições de desenvolvimento desta época, que traduzem, basicamente, comportamentos de competitividade “aparentemente universais”, sintonizados com as tendências da “globalização”, vista como a mola propulsora da sociedade capitalista contemporânea.

Espera-se com esta pesquisa estar oferecendo uma contribuição acadêmica para todos os interessados na temática, que possa levar a compreender melhor o mundo contemporâneo a partir das efetivas condições em que ele se manifesta em Florianópolis.

RESUMEN

La presente investigación trata de analizar en conjunto el significado relevante del momento actual de la mundialización globalizante, con sus reflejos, buscando explicaciones de ese proceso en la conexión lugar-mundo para Florianópolis.

Así, se busca discutir, a través de posibilidades teórico-metodológicas provistas básicamente por el paradigma de Formación Socio-Espacial, desarrollado por el geógrafo Milton Santos, dimensiones de la contemporaneidad florianopolitana buscándose mostrar aspectos de varias “geografías superpuestas” en las que se puede identificar la dinámica del lugar-región y su inserción en el mundo actual.

De este modo, se hizo un enfoque a partir de trayectorias de la urbanización buscando mostrar tentativas de “producción del lugar” asociadas con la idea de “fabricación de una vocación”, hoy vinculada predominantemente a las actividades de turismo, en un plano más visible, y ampliamente mercantilizada bajo varias imágenes mediáticas. En otro plano, no menos importante, hay tentativas de vinculaciones a la producción espacial por actividades de base tecnológica particularmente relacionadas con el medio de la información y/o derivadas de la misma.

A través de estos vectores de modernización, traspasa las fases reveladoras de ascensión del lugar a las rápidas condiciones de desarrollo de esta época que traducen, básicamente, comportamientos de competitividad “aparentemente universales” sintonizadas con las tendencias de la “globalización” vista como el resorte propulsor de la sociedad capitalista contemporánea.

Esta investigación espera ofrecer una contribución académica, para todos los interesados en la temática, que pueda llevar a comprender mejor el mundo contemporáneo a partir de las efectivas condiciones en que éste se manifiesta en Florianópolis.

Introdução

“Eu sou eu e as minhas circunstâncias”

Ortega Y Gasset

Esta pesquisa tem a sua gênese em intenções acadêmicas, desdobradas das atividades de formação e acentuada em atuação profissional de ensino, ao longo de incursões pela e através da UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina.

O espaço geográfico de Florianópolis, nas pretensões desta pesquisa, não é visto como algo cartesiano ou mesmo estanque em si, por coordenadas limitadoras, mas em dimensões centradas em eixos irradiadores híbridos, como tentativa de explicação da contemporaneidade.

Nessa perspectiva, a compreensão que se tem de espaço é a que permite desvendá-lo a partir de Milton SANTOS (1988: 26) como sendo

“... um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certos arranjos de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, por outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento...”

e que dá, portanto, sentido a identificação do que se convencionou a chamar espaço geográfico. Este conceito é estabelecido a partir de categorias dinâmicas, embasado em referências teóricas e na concretude empírica das realidades.

O fio condutor dessas inquietações lê, ainda, no espaço geográfico, a expressão relacional que num dado momento “formas” e “estruturas” constituem “processos”, (re)definindo “funções” que cada ponto da superfície terrestre como

local concreto, exerce no ritmo das relações sociais¹. Portanto, numa análise de forma-conteúdo que dê idéia de conjunto e seus respectivos sistemas de ações e temporalidades.

Essa perspectiva de “totalização geográfica” está alicerçada na historicidade da produção das materialidades e permite enxergar, sob a ótica de diversas escalas, condições implementadoras dos arranjos espaciais. A partir de determinações do meio físico-natural e do meio social é que, segundo M. SANTOS (1979: 4) “*a organização local da sociedade e do espaço reproduz a ordem internacional*”.

Para realizar esta pesquisa, estabeleceu-se como entendimento que, Florianópolis enquanto lugar ou região engendra “*conexões geográficas*”² dentro do Estado-Nação brasileiro e, conseqüentemente, a sua inserção nos processos de mundialização das relações sócio-econômicas adquire o dimensionamento das peculiaridades que respondem à dinâmica da formação social brasileira.

Assim sendo, os questionamentos e análises procuraram refletir a contemporaneidade expressa na realidade florianopolitana, apoiando-se essencialmente em categorias teóricas delineadas por M. SANTOS (1979: 9-27) no paradigma de formação sócio-espacial, cuja interpretação geográfica na forma de conceitos está fundada em MARX e posteriormente redimensionada por E. SERENI (1976: 55-95) através da análise de formação sócio-econômica.

Por este ponto de vista, analisar em conjunto o que histórica e geograficamente tem significado relevante no atual momento da

¹ Sobre as categorias conceituais identificadas, ver o que diz Milton SANTOS. Espaço e Método. São Paulo: Nobel, 1995. Ver ainda: a) Henri LEFEBVRE. La Production de L'espace. Paris: Editions Anthropos, 1984; e La Revolucion Urbana. Madri: Alianza Editorial, 1987, pp. 121-129. b) Roberto Lobato CORRÊA. Região e Organização Espacial. São Paulo: Editora Atica, 1976, p. 75-79 (série princípios, nº 53).

² Aplicação empírica de conceituação tratada por Maria Adélia A. de SOUZA. In: Conexões Geográficas: um ensaio metodológico. São Paulo, 1991 (mimeo). Também publicado no Boletim Paulista de Geografia, nº 71, 1º Sem., p. 113-127.

mundialização econômica e suas intenções culturais nos lugares, é o que se procurou fazer ao buscar explicações acerca do espaço que nos relacionamos e, particularmente, produzimos sobrevivência: Florianópolis.

Ao longo da caminhada a efetivação da pesquisa passou por etapas, não necessariamente encadeadas, as quais exigiram adequação dos elementos investigadores ao desenvolvimento do objeto estudado.

Essa condição permitiu uma compreensão teórico-prática da essência do conhecimento pesquisado, onde a relação sociedade-natureza é vista e discutida não apenas como “territórios” isolados/indiferentes em si mesmos, mas a partir do conjunto das paisagens que os lugares, notadamente a partir da Ilha de Santa Catarina, oferecem às “possibilidades” de cidade-capital, e os seus nexos para além de “limites políticos” de jurisdição administrativa: um espaço regional.

Compreende-se por “possibilidades”, no mesmo sentido que propõe M. SANTOS (1994) referindo-se sobre o mundo, ao que este “... *é apenas um conjunto de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares*” (grifo do autor).

Como cada lugar tem a especificidade da sua formação, esta condição constitui a chamada “razão local” que “*responde ao mundo segundo os diversos modos da sua própria racionalidade*” (SANTOS, 1996: 272), diferentemente da “razão global” que busca impingir uma única racionalidade. Essa “convivência dialética” entre o local e o global faz com que as paisagens tenham aparências diferenciadas e peculiares (formas heterogêneas), enquanto que suas essências denunciam estágios de uma lógica em movimento e temporalidades de um processo totalizador.

Como o objetivo desta pesquisa está centrado a partir da cidade de Florianópolis, nota-se que este lugar representa, na contemporaneidade, um “nó” estratégico e significativo na rede de interrelação global de lugares. Sua atuação é

influenciada por setores produtivos que representam, economicamente, perspectivas para operar transformações sócio-espaciais associadas com discursos da “modernidade globalizante”. Assim, na análise levada a cabo, foi necessário identificar e reconhecer os processos desencadeadores do movimento que operam as relações sócio-espaciais acima prognosticadas.

Há, portanto, relevância dada ao papel desempenhado por processos de urbanização, diretamente associados às dinâmicas do desenvolvimento turístico. Isto por si ficaria menor se não fossem consideradas também outras manifestações dos tentáculos capitalistas que operam relações de ordem local no contexto mundial. O ritmo evolutivo de outros elementos tenderá, certamente, a se projetar na medida em que os fatores predominantes da organização espacial sirvam de recipientes para criar condições de reprodução das partes necessárias do processo em curso como um todo. É o caso de atividades ligadas a processos de base tecnológica que têm empreendido significativas inserções aos nexos da globalização.

Levou-se ainda em consideração, dentro de um referencial básico da periodização sistematizado na pesquisa, elementos subjacentes e capazes de influenciar nas caracterizações que definem o espaço em questão.

Mediante esta condição considerou-se como prioritário, nas investigações que dão suporte ao eixo dos debates, as transformações desencadeadas em Florianópolis a partir da década de cinquenta, por identificarmos nesse momento as principais pistas que têm manifestações mais aproximadas - na forma de divisão do trabalho e produção de mercadorias - com àquelas que se associam aos ritmos das mudanças globais, como resultantes de fases pós-grande-guerra quando se dinamizou a interdependência do desenvolvimento técnico-científico - a tecnologia - e, proporcionalmente, sua assimilação pelo mundo afora. As conseqüências sob a forma de impactos ou riscos - como assim já atribuem alguns estudiosos - destes difusos momentos têm sido relevantes, haja vista suas

marcas norteadoras nos destinos do conjunto de lugares que dão identidade regional à Florianópolis.

Também levou-se em consideração na dimensão geográfica a persistência de relações sociais e/ou de objetos produzidos em fases anteriores aos períodos acima delineados, procurando-se traçar abordagens inter-relacionadas em que aparece um “... *movimento desigual e combinado no espaço, fornecido pelos aspectos regionais ou locais da nova divisão do trabalho no país, reflexo, por sua vez, da nova divisão do trabalho que está operando em escala mundial*” (SANTOS, 1994a: 130).

Esta perspectiva corrobora com a superação de argumentos fragmentários, freqüente, às vezes, em textos geográficos que criam desassociações das dimensões espacial e temporal ou natural e social dos objetos ou paisagens dos lugares.

Inserida na base da formação social brasileira, mas com distinta gênese, o espaço florianopolitano não será apenas visto como nos discursos de “marketing”, por exemplo, de que é “... *Ilha e Continente, um povo feito de muitos povos. As tradições convivem com o pós-moderno, a renda de bilro com o software, a tainha com o surf...*”³. Esse e outros tipos de leituras lineares, voltadas geralmente para impressionar potencialidades de um discurso simplório/apelativo do espaço turístico, não constroem uma interpretação verdadeira da realidade, apenas fetichizam.

A temática, recortada no objeto estudado como base de apoio teórico para explicar a contemporaneidade, tenta avançar na superação de visões em que “*a organização do espaço geográfico se estruturava a partir da geometria de uma demarcação (rural e urbano)*” (VIRÍLIO, 1993: 14), típica conceituação

³ Cf. Homero GOMES. “Florianópolis 270 Anos”. In: O Guarani / Concerto - Catálogo. Florianópolis: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 22/03/1996 (Comemorações pelo aniversário da cidade - Folder).

convencional simplificada e funcionalista. Ao se buscar avanços nas formulações, têm-se como meta aproximar-se de desafios atuais, pertinentes, e que tenham coerência com as premissas que identificam, hoje, novas maneiras do (re)fazer a ciência geográfica.

Esta tarefa supõe, também, superação de cristalizações apreendidas, resultantes de verdades estabelecidas ao longo de um tempo em que talvez não se vislumbrasse o sentido dinâmico:

“... a organização do tempo se dá a partir de uma fragmentação imperceptível da duração técnica, onde os cortes e as interrupções momentâneas, substituem a ocultação durável, a ‘grade de programas’ substituindo cercas, assim como, no passado, o guia das estradas de ferro haver substituído as folhinhas (calendários)” (VIRÍLIO, 1993: 14).

Mediante posturas conseqüentes em discurso e, principalmente, na prática, espera-se ter realizado leituras da realidade florianopolitana no atual contexto da “globalização”, com expectativa de que, conforme chama atenção M. SANTOS (1992b: 59),

“... através do entendimento do conteúdo geográfico do cotidiano, poderemos, talvez, contribuir à necessária teorização dessa relação entre espaço e movimentos sociais, enxergando na materialidade, que é um componente fundamental do espaço, uma estrutura de controle e ação, um limite ou um convite à ação. Nada fazemos hoje que não seja a partir dos objetos que nos cercam ...”

e assim o

“... conhecimento dos objetos e de seus processos passa a ser fundamental, para uma ação deliberada e renovadora e o papel da geografia também se renova na análise social e na construção do futuro”.

Expostas essas condições da linha norteadora nas análises de “Florianópolis e a sua contemporaneidade” como fio condutor desta pesquisa, as

reflexões pedem então um questionamento centrado em características reconhecidas pelos objetivos, a seguir esboçados, propostas na fase de planejamento deste estudo. Veja-se então qual a intenção da “questão-problema” para a temática enfocada e a “hipótese de tese” que, em certo sentido, procurou sistematizar metodologicamente a pesquisa. A questão que se definiu foi: **Qual o significado do atual processo de “globalização” para o espaço local-regional florianopolitano e a sua inserção no mundo?** Esse questionamento foi apresentado com a seguinte hipótese de trabalho: **“na relação lugar-mundo, o espaço urbano florianopolitano reflete conexões de diversas escalas, cujos tentáculos, nesta contemporaneidade, decorrem, predominantemente, das atividades turísticas e, em outro plano, daquelas ligadas a processos de industrialização notadamente via alta tecnologia”.**

Delineando melhor as intenções da pesquisa, para o seu desenvolvimento, esta se fez a partir dos seguintes objetivos:

Objetivo Geral:

Analisar em conjunto o significado relevante do atual momento da mundialização econômica, com seus reflexos, buscando-se explicações desse processo (na conexão lugar-mundo) para a formação sócio-espacial de Florianópolis.

Objetivos Específicos:

1. Caracterizar e discutir nas tendências atuais da formação social brasileira, as correlações com a formação sócio-espacial em que Florianópolis desenvolve a produção do seu espaço geográfico, local/regional;
2. Aplicar conceitos associados a princípios de formação sócio-espacial e seus desdobramentos por outras categorias analíticas, para apreender o significado da contemporaneidade (local/regional) no contexto da globalização ora em marcha;
3. Analisar aspectos da dinâmica (subjacente ou presente) do processo de urbanização florianopolitana que tem, atualmente, nos componentes turísticos a definição de tipologias para usos do solo, determinados por enquadramentos locais a processos mundiais;
4. Qualificar e interpretar o sentido da “modernidade” em Florianópolis buscando-se dimensioná-la nas múltiplas determinações do seu papel enquanto “locus” produtor de mercadorias que revelam interesses globais hoje, a exemplo das atividades do turismo e aquelas de alta tecnologia.

Diante desses pontos, considerados como elementos integrantes nas intenções desta pesquisa, procurou-se realizar um estudo que desse conta de explicar as tendências da formação sócio-espacial face às dinâmicas específicas e seus respectivos nexos nos processos advindos da “globalização”.

Nesse contexto, se as atividades turísticas assumiram mais relevância é porque sua visível identificação com a “natureza ambiental”, como “mercadoria de status” e importância na produção de territórios, tem sido redefinidora de relações sócio-culturais e de usos do solo. No “discurso da sustentabilidade” (...via Ecoturismo ou algo parecido), por exemplo, permeiam ações ditas modernizadoras de relações e de inserção aos novos contextos históricos.

Por outro lado aparecem os agentes coadjuvantes a esses processos e que têm, nas atividades relacionadas com a industrialização e/ou alta tecnologia, a promoção de expectativas promissoras ao mundo do trabalho, as quais, como se percebe, suas tipologias atuais só estampam relações fetichizadas, subordinadas aos ritmos da nova ordem.

Essas abordagens contribuem de formas múltiplas para dar conta das “várias geografias superpostas”, como ressalta freqüentemente o Prof. Milton Santos, que põe em evidência a reorganização do território à mercê dos desígnios econômicos em diversas escalas do mercado global, impulsionando “guerra entre lugares”, notadamente através do papel desempenhado pelas empresas.

Decorrente dessas considerações iniciais, esta pesquisa tem a seguinte composição estrutural. Na primeira parte estão apresentadas as bases teórico-metodológicas, delineadas nesta introdução, onde são traçadas abordagens que se inscrevem como eixo central das reflexões subseqüentes. Discutindo-se sobre “Razão Global/Região Local: fundamentos da relação lugar-mundo nesta contemporaneidade, tem-se como intenção a opção de filiação teórica a partir das idéias do Prof. Milton SANTOS, traçando caminhos pelos quais buscou-se ir ao encontro de conceitos e categorias analíticas, substanciais a construção do discurso conceitual de “*totalidade geográfica*”. Assim, no capítulo 1, a partir daquele autor e suas recomendações metodológicas sobre Formação Sócio-espacial busca-se uma compreensão a respeito do espaço geográfico, através da categoria lugar e suas significações; as características da categoria trabalho são vistas pelo papel que representam na divisão sócio-espacial atual. O capítulo 2, em que o mundo atual é visto pelo processo de produção do espaço geográfico, trata de decifrar a idéia de “globalização” e a sua manifestação no espaço da urbanização hoje.

Em sua segunda parte esta pesquisa recorta as relações teórico-empíricas da tentativa de explicar “O lugar e a nação ou vice-versa: chegadas na redefinição

de territórios, através das seguintes seções: capítulo 3, que tece considerações sobre a Formação Sócio-Espacial brasileira nas trilhas da “globalização”; capítulo 4, que discute a inserção de Florianópolis na formação sócio-espacial brasileira contemporânea, e o capítulo 5, em que o lugar e a sua imagem vistos através do ideário de modernização revelam a construção de discursos sob concepções midiáticas, enfocando o “novo” e a “novidade” em sintonia com a “globalização”.

A terceira parte avança em discussões que caracterizam as partes anteriores, discute Florianópolis: um lugar em tempo de globalização. Nela, as análises, em dois capítulos, são feitas procurando enfatizar a produção do espaço urbano como expressão da produção do espaço da globalização. O capítulo 6 enfoca os tentáculos da urbanização do lugar e apresenta as características das territorializações que dão identidades nos espaços florianopolitanos, e como objetos e ações tecem a dinâmica regional. O capítulo 7 trata de aspectos da trajetória de formalização da “região metropolitana”, através de agentes (estatais e/ou privados) na produção de infra-estruturas, apresentadas como modernizações do lugar.

A quarta parte caracteriza-se por apresentar, num “correr de olhos”, conteúdos em que Florianópolis é analisada através de ícones contemporâneos de “conexões geográficas”. São mostradas trajetórias de construção de uma “vocação” para a capital catarinense e sua região neste final de século discutindo, essencialmente, as marcas e suas variantes mais explícitas de inserção do lugar no mundo atual. Assim, através do capítulo 8, é apresentada a relação entre “ecos” do turismo e da urbanização como reflexos da globalização do lugar; no capítulo 9 procura-se tecer considerações em torno de elementos que se manifestam através das novas densidades técnicas nas transformações que se estabelecem no espaço regional.

A conclusão apresenta considerações em síntese, a partir das discussões que foram arroladas neste estudo. Trata-se, portanto, de um ponto-de-chegada nesta pesquisa, que registra, de certo modo, o caminho para o encerramento de um “rito de passagem” como fecho deste curso de pós-graduação.

Primeira Parte

“Razão Global/Razão Local”: fundamentos da relação Lugar-mundo nesta contemporaneidade

Afirma o prof. Milton Santos que “... a construção teórica supõe, aliás, o encontro de conceitos convergentes (em relação ao objeto) e redutíveis uns aos outros”¹.

Esta proposição é, para aquele geógrafo, conclusiva à idéia de que “não há teoria uni-conceitual”. Portanto, é um conjunto de abordagens que “*implica a imaginação ordenada e o fazer metódico*” (SILVA, 1982: 21) como um momento de reflexão de múltiplas conexões entre categorias e conceitos e suas existências concretas.

As considerações teóricas estão delineadas predominantemente ao longo desta tese, com as quais tenciona apresentar uma reflexão construída sob um discurso permeado às análises empíricas como já está evidenciado em passagens introdutórias. A teorização consolida sua forma através de suas respectivas linguagens associadas ao significado que se almeja atingir.

Como toda interpretação implica, geralmente, uma anterior investigação (teórica e/ou empírica) e apresentação de resultados, o caminho pautado por esta pesquisa se direciona também, pelo esforço de tratar a questão-problema, dentro de relações significativas para a ciência geográfica e afins, através de recortes espaço-temporais cuja importância ganha dimensões sob diversas escalas.

¹ Cf. Milton SANTOS. In: Programa da disciplina FLG-844 / “reorganização do espaço geográfico na fase histórica atual”. São Paulo: DG-PPGG/FFLCH/USP, 1992.

Assim, tentando decifrar de modo preliminar o que será evidenciado subseqüentemente, esta parte da pesquisa é resultado do esforço de arrolar discussões sob um exercício que visa explicitar a adoção de conceitos e categorias de análises apoiadas notadamente a partir das idéias de Formação Sócio-Espacial (FSE), marco teórico elaborado pelo Prof. Milton SANTOS (1979). Através deste pensador, a atualidade do citado paradigma se manifesta em ampliadas abordagens correntes em análises conjunturais, como uma expressão de preocupação epistemológica que procura dar conta das explicações, de um possível estatuto para a Geografia. Prova incontestada desta afirmação é o que consta em uma das referências bibliográficas mais recentes (1996) daquele importante mestre da geografia brasileira, que faz do seu pensamento à luz da contemporaneidade, um sólido caminho para reflexões acerca do que a humanidade produziu e em renovadas projeções, traça seu futuro.

Capítulo 1

A Formação Sócio-Espacial na compreensão do espaço geográfico

O conceito de espaço geográfico incorpora, através de seus elementos, dinamismo histórico e atualizações permanentes em seu movimento de totalização. Essa noção contribui para que, de maneira qualitativa, a ciência geográfica aponte não apenas “fronteiras físico-políticas” de territórios mas, sobretudo, características de processos de produção de espacialidades sociais a partir de múltiplas determinações ambientais e, conseqüentemente, o papel que essas produções revelam, notadamente pelo desempenho da ciência e da técnica nos modos como se fazem presentes na vida humana e nos lugares. É assim que tem indicado o Prof. Milton Santos ao se referir à Geografia como a “*filosofia da técnica*”¹ discutindo esta condição na trajetória do desenvolvimento da sociedade humana e suas relações com o meio físico.

Transcende aos propósitos desta pesquisa examinar exaustivamente o paradigma da Formação Sócio-espacial, levado aos debates acadêmicos através dos estudos epistemológicos geográficos a partir da década de setenta, através das interpretações formuladas por M. SANTOS², conforme foi mencionado anteriormente.

¹ A esse respeito ver o que tem a dizer André FEL “La Géographie et les Techniques”. In: Bertrand GILLE (Org.). Histoire des Techniques – Technique et civilisations technique et sciences. Paris: Encyclopédie de la Pléiade, Editions Gallimard, 1978, p. 1062-1110.

² O texto de Milton SANTOS foi originalmente publicado em 1977. Revista ANTIPODE nº 1. Na versão portuguesa foi publicado no mesmo ano no Boletim Paulista de Geografia, nº 54, AGB e, posteriormente, fez parte da coletânea de artigos do autor em Espaço e Sociedade publicada em 1979, editora Vozes, p. 9-27.

A existência desse paradigma como importante instrumento teórico para as ciências sociais através da Geografia decorre, não apenas de uma necessidade metodológica mas, sobretudo, de busca de caminhos que dão conta de leitura e explicação do mundo (principalmente social) nas suas diversas manifestações geográficas. Em si, trata-se de uma orientação fundada em bases dialéticas, para além de um caráter semântico, mas que imprime, essencialmente, sentido às análises espaciais numa perspectiva de “teorização geográfica”.

Nesse sentido é que A. MAMIGONIAN³ tem levado a cabo sua instigante inquietude acadêmica a respeito do marco que representa para as ciências sociais as idéias de Formação Sócio-Espacial (F.S.E.), constituindo-se numa referência “*fundamental da renovação marxista da geografia humana atual*”.

Em suas conseqüentes atuações A. MAMIGONIAN (1986: 198) tem reconhecido as formulações sugeridas por M. SANTOS e chamado a atenção para o que ele considera que “*este texto fundamental não recebeu a atenção devida*”, pela ausência de repercussão entre publicações em centros renomados de ensino e pesquisa, tanto nacionais quanto internacionais.

As indagações por vezes provocativas e procedentes de A. MAMIGONIAN têm sentido justamente porque, como o próprio M. SANTOS tem demonstrado, suas preocupações têm contribuído para a formulação de um estatuto epistemológico para a geografia que, através de elementos conceituais da F.S.E. tem permitido avanços e interconexões em torno de temáticas (teórico-

³ O geógrafo-professor Armen MAMIGONIAN tem se constituído como fiel e conseqüente avalizador das formulações teóricas sugeridas por M. SANTOS, através das idéias de F.S.E. e suas possibilidades de aplicação em estudos acadêmicos, notadamente no Brasil. Ver considerações em “A Geografia e a formação social como teoria e como método”, texto apresentado ao Simpósio Internacional: “O Mundo do cidadão. Um cidadão no Mundo”, evento promovido pelo DG/FFLCH-USP, em outubro de 1996 em homenagem ao Prof. Milton SANTOS. Publicação organizada por Maria Adélia A. de Souza. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 198-206.

empírica) convergentes e não apenas no mero uso de “formulações da moda” (“modernosas”), como freqüentemente têm surgido no meio acadêmico.

Este é o motivo por que as preocupações daqueles autores têm sido freqüentemente norteadoras de debates, pelo caráter pioneiro que representam⁴ em suas qualidades. As idéias de F.S.E. delineadas por M. SANTOS e particularmente ressaltadas nesta pesquisa, procuram demonstrar a atualidade e os avanços que aquele autor vem empreendendo, *vis-à-vis*, as rápidas mudanças e transformações que o mundo tem acumulado nesta contemporaneidade e exigido nas reflexões, adequações àquelas concepções originais.

Esse procedimento procura entender as características que marcam a dinâmica espacial e que criam transformações, num movimento que obedece às leis de inserção ao mundo de produção, correspondendo tanto às condições técnicas como às condições sociais, além das possíveis determinações ambientais. Há, assim, uma participação híbrida “*da condição social e do físico*”, que o espaço adquire na “*acumulação de tempo*”, como se refere C.W. GONÇALVES (1996: 309-333) à luz do pensamento de Milton SANTOS.

Desse ponto de vista, interpretar uma Formação Sócio-espacial é, em certa medida, analisar acerca de como “... *a idéia de forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o material e o social*” (SANTOS, 1996: 83), procurando entender, simultaneamente, a razão da existência “*inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações*” (Idem. Ibidem, p. 83).

⁴ O pioneirismo nas idéias de M. SANTOS e A. MAMIGONIAN tem afinidades com outros poucos pensadores brasileiros que fundamentaram suas atuações em princípios da materialidade dialética como o historiador Caio Prado Jr. e o geógrafo Manuel Correia de Andrade. Ver considerações cotejadas por Maria Graciana E. de D. VIEIRA em “Formação Social Brasileira e Geografia: Reflexões sobre um debate interrompido”. Florianópolis; PPGG/CFH-UFSC, 1992 (Dissertação de Mestrado). Ver também, Raquel Maria Fontes do Amaral PEREIRA. “A Geografia e as Bases da Formação Brasileira: Uma tentativa fundamentada nas idéias de Ignácio Range!”. São Paulo: DG/FFLCH-USP, 1997 (Tese de Doutorado).

Por este raciocínio, a aplicabilidade de noções à luz da categoria F.S.E. introduz a questionamentos metodológicos novos elementos, notadamente sobre o papel “instrumental” que oferece, a partir da possibilidade de melhor compreensão e uso de conceitos de “espaço” e “totalidade” para o estudo de realidades sociais concretas.

Nesse processo, acontece a interdependência de elementos, que se manifestam sob as mais variadas dimensões para a geografia e ciências afins, recortadas em escalas de abordagens de lugar, de região, da nação e do mundo. O movimento gera uma “totalização”, contínua e incessante, encadeada conforme a dinâmica dos fenômenos.

É dessa maneira que a idéia de organização espacial se apresenta como “*a soma de eventos e lugares*”, numa representação do “*conjunto de possibilidades*”, como em várias ocasiões tem (re)afirmado Milton SANTOS.

Nessa articulação dialética em que o espaço geográfico pode ser compreendido através de “*sistema de objetos*” e “*sistema de ações*” mediados por normas, desenvolve-se em cada fração do território “*a totalidade espacial em seu movimento, como uma potencialidade e uma realidade*” (SANTOS, 1985: 57), que dá, portanto, a “*diferenciação dos lugares*”.

As características do sistema normativo na contemporaneidade conferem ao espaço e, conseqüentemente, à sua organização o que a F.S.E. atribui ao papel desempenhado pelo Estado-nação, dentro de uma racionalidade mediadora entre o lugar e o mundo. Há nesta “sincronia” reflexo de articulações empreendidas entre necessidades externas (ligadas ao modo de produção) e necessidades internas (ligadas à formação social)⁵. O resultado é permanentemente uma síntese

⁵ As combinações entre “fatores externos e internos” devem ser entendidas em função da escala de estudo adotada e que neles atuam as variáveis analisadas. Ver M. SANTOS (1985: 77).

de tempos e entrechoques, que entre si “*cooperam*” e se “*somam*” para formar a evolução da sociedade.

Há ainda a necessidade de se compreender também, o sentido que se dá a “*cooperação*” entre estágios de desigualdades da evolução social dos lugares. Em vista disso e através de avanços teóricos permanentemente alocados por M. SANTOS à formulação de F.S.E. e suas derivações conceituais e aplicações atuais, que este paradigma parece servir como um convite para se estabelecer conexões, por exemplo, com a “*teoria do desenvolvimento desigual e combinado*”⁶ – mediante processo de totalização (SANTOS, 1996b: 101) – ou ainda, com procedimentos que em certa medida levam em conta a “antropização” de conceitos em Geossistema, como freqüentemente menciona Carlos Augusto F. MONTEIRO⁷, em suas preocupações epistemológicas de caráter inter ou transdisciplinar⁸.

A partir dos encaminhamentos adotados até então tem-se, agora, uma noção sobre qual significado quer se atribuir ao espaço geográfico enquanto categoria relacionada com o objeto da Geografia.

⁶ Ao tratar das “Peculiaridades do Desenvolvimento da Rússia L. TRÓTSKY mostra em que condições se estabeleceram aquele estágio de evolução social, a partir de “elementos” desiguais, porém, combinados. É, portanto, um referencial que se pode utilizar à luz dos movimentos da contemporaneidade local-global, para refletir sobre realidades espaciais concretas como o Brasil, via elementos da F.S.E.. Ver Leon TRÓTSKY. *História da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

⁷ Uma síntese do que pensa esse geógrafo acerca da questão enfocada está em “Os Geossistemas como elemento de integração na síntese geográfica e fator de promoção interdisciplinar na compreensão do ambiente”. In: *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis: 14(19): 67-100, mar. 1996.

⁸ Alguns geógrafos identificam esta tendência como uma “perspectiva holística”, presente em unidades como síntese da totalidade. Há controvérsias à essa expressão, haja vista uso de conceitos e muitas de suas aplicações fundados em princípios teóricos equivocados. Há também discordâncias em função das similitudes que apresenta o termo com movimentos teleológicos, emergentes de questionamentos a comportamentos humanos em relação ao cosmo e/ou como resposta a “crise global” neste fim de milênio.

A princípio essa discussão pode parecer repetitiva e desnecessária, haja vista traduzir uma questão que, inúmeras vezes, não apenas assume aspecto utilitário, empregado em diversas acepções de seu uso mas, por suscitar embates – notadamente acadêmicos – em torno do que o conceito traz, no bojo ideológico, associados às dimensões identificadas com o saber geográfico. O que o conceito procura empregar na sua elaboração são as evidências relacionais com referências teóricas e suas aplicações (as interações espaciais), conforme R.L. CORRÊA sintetiza didaticamente em estudos sobre as tendências dessas abordagens⁹.

Em vista disso procurou-se então contextualizar as referências desta pesquisa, que vincula sua compreensão acerca da organização espacial – conforme ressaltou-se anteriormente – relacionada à idéia de processo enquanto uma visão de “*totalidade concreta ou empírica*”, como elucida M. SANTOS a partir do que diz K. KOSIK (1985). Trata-se, portanto, de reafirmar mais uma vez aqui, a perspectiva de conjunto alicerçada na historicidade da produção das materialidades que criam complexos de ações e objetos no contexto de temporalidades das partes (do lugar) no todo (no mundo) e vice-versa.

Assim sendo, o paradigma de Formação Sócio-Espacial/F.S.E. como referencial condutor do eixo das reflexões desta pesquisa, permite que se façam relações (teórico-empíricas) contextualizadas às características que o “sistema mundo” revela nesta contemporaneidade.

⁹ Entre geógrafos brasileiros, Roberto Lobato CORRÊA, tem se destacado entre aqueles que procuram sistematizar as diversas abordagens que envolvem idéias de “espaço”, de “espaço geográfico” e “interações espaciais”. Ver, por exemplo, os seguintes textos produzidos por este autor: “O Espaço Geográfico: algumas considerações”. In: Milton SANTOS (Org.). Novos Rumos da Geografia... (1982: 22-34); “Espaço: um conceito-chave da Geografia”. In: Iná Alias CASTRO et al. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 15-47; “Interações Espaciais”. In: CASTRO, Iná Elias et al. (Orgs.). Explorações Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 279-318.

- **O lugar e suas significações para o espaço geográfico**

O vocábulo espaço assume inúmeras utilidades em diversas acepções do conhecimento. Através do saber geográfico expressa linguagens referenciadas historicamente a um conjunto de idéias associadas em geral com a superfície terrestre: meio / paisagem / território / natureza / lugar / local / região / nação / mundo, etc.

O eixo da discussão neste texto não é de ordem semântica. O que baliza aqui a noção de espaço é a própria fundamentação definida, pelos elementos constituidores, particularmente para a geografia.

Ainda que haja multiplicidade de abordagem, decorrente de diferentes tipos de uso e compreensão, é importante que se parta de um raciocínio que ajude no entendimento da complexidade dessa categoria analítica, de acordo com sua inserção temporal.

Estar atento a temporalidade é também perceber qual deve ser a contextualização da linguagem para leituras e interpretações do que se denomina espaço geográfico. É ainda, em análise, verificar a estruturação a que cada *“modo de produção”*, em estágios de tempo e na base da formação social *“... corresponderá al spacio resultante de la actuación del hombre sobre el medio físico, modificado según sus intereses”* (SÁNCHEZ, 1991: 5).

Em outras palavras, *“... en sentido amplio, representará el conjunto de transformaciones combinadas del hombre y de la naturaleza, que determinará una situación genealógica en cada momento y para cada territorio”* (Idem. Ibidem, p. 5).

Através dessas relações em que a sociedade e a natureza, mediatizada pelo trabalho, gera processo contínuo de mudança, a produção de uma organização

espacial reflete o próprio fato social, onde o *“ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço”* (SANTOS, 1980: 161).

Essa dinâmica gestada no processo da divisão social do trabalho tem sua trajetória histórica assinalada pelos *“meios de produção”*, evidenciando uma evolução da própria capacidade técnica de produzir mercadoria conforme assinalou K. MARX (1984: 41-93), seja como *“valor de uso”* ou como *“valor de troca”*. E como discute J.E. SÁNCHEZ (1991: 7) acerca dessas possibilidades, *“... un mismo espacio puede ser valor de uso y valor de cambio simultáneamente, según desde la posición en que se hallen situados los agentes que se relacionan con él”*.

Mediante essas delineações o lugar é, para o espaço geográfico, o ponto de conexão e articulação com o mundo. Este por sua vez se encontra em todos os lugares, manifestado a partir das possibilidades locais, dentro do movimento realizado pelo espaço como um todo.

Ora, se o mundo hoje cada vez mais estreita relações com os lugares, isso se deve proporcionalmente e, sobretudo, à dinâmica que é imprimida pelos *“sistemas de objetos e ações”*.

Essa dinâmica é cada vez mais (re)descoberta pelos interesses sócio-econômicos, regidos por normas *“societárias”*, imersa em características contraditórias de um discurso confuso de desenvolvimento de *“bem comum”* e na crença de um *“progresso”* infinitamente *“louvado”* pela (re)produção de mercadorias.

Reflexo dessa ordem impõe-se cada vez mais pelas possibilidades que o mundo (re)define nos lugares, tornando-os espaços interligados e interdependentes no atual contexto da globalização, como adiante será detalhado.

Em face disso, a vida que se desenvolve nos lugares ganha ritmos, estabelecendo vínculos sintonizados às transformações que o meio técnico-científico engendra e que, portanto, impõe riscos e conseqüências.

Esses padrões espaciais diversificam-se sob caminhos “visíveis e invisíveis”, constituindo-se naquilo que hoje cada vez mais se vulgarizou pelo rótulo de modernidades e metáforas afins.

Como “subespaço” do sistema-mundo, o lugar ou região é a expressão do espaço geográfico onde a funcionalização do “*mundo é percebida empiricamente*”, afirma M. SANTOS (1996c: 35). É ainda, “*uma área contínua do acontecer homólogo ou complementar, do acontecer paralelo ou hierárquico*” (Idem. Ibidem, p. 35).

Esse processo de espacialização do lugar ou região leva em conta as relações redefinidoras do mundo cujas “*densidades*”¹⁰ os diferenciam uns dos outros a partir dos objetos (casa, rua, lavoura, fábrica, estradas, hotéis, máquinas, etc.) e ações, de existência natural ou artificial no espaço, e criam, em certa medida, ritmos orientados mais à vida presente ou mais orientados ao futuro. Quanto ao passado, as “*rugosidades*” revelam nos lugares o que em tempos pretéritos suas existências anunciaram um futuro. Desse modo, a existência do lugar se faz por sua ativa funcionalidade nos papéis que desempenha, pelas inserções do seu acontecer.

Está no plano do cotidiano a produção espacial do lugar. As relações homem-homem e homem-ambiente (natureza transformada e/ou em vias de) denunciam o modo (ou modos) pelo qual a história não é meramente um cadinho de fatos, destituída de qualquer identidade, como sendo a-espacial.

¹⁰ A dimensão do lugar no mundo é, segundo Milton SANTOS, expressão de “densidade técnica”, “densidade informacional” e “densidade comunicacional”, estabelecendo recortes territoriais diferenciados. Ver “O Lugar: encontrando o futuro”. In: *Revista de Urbanismo e Arquitetura*, n.6, jul./dez. 1996, p. 35.

Nas paisagens locais, a atualidade do espaço geográfico revela-se pela “inércia dinâmica” da natureza socialmente em movimento, como algo desafiador para ser compreendido e explicado. E, como diz RODRIGUES (1998: 85),

“... a natureza não pode ser apartada da produção espacial e que deve ser entendida no âmbito local, mundial e porque não dizer globalizado... ... ao lado de intercâmbio economicamente desigual que se processa no espaço”¹¹

Nessa coexistência no espaço banal ou geográfico, o recorte explorado nesta pesquisa procura desvendar metamorfoses locais, que explicam pelos seus componentes, a inserção do lugar ou “rede de locais” de identidade regional no mundo contemporâneo. Impõe-se assim, dentro de uma nova perspectiva epistemológica de se pensar o espaço e o que este é nas respectivas escalas de análises, tendo a formação sócio-espacial brasileira como pano de fundo. Através de processos como da urbanização, por exemplo, ligados particularmente às atividades de desenvolvimento do turismo, um plano de investigação apresenta-se como um dado concreto para explicar estágios da “globalização” de Florianópolis. Em outro plano, não menos importante, porém ainda menor, surge as atividades de base tecnológica que se desdobram das pesquisas acadêmicas empreendidas notadamente a partir da UFSC, direcionadas em geral para setores da tecnologia de informação e automação, principalmente para fins industriais.

¹¹ Discutindo a importância do espaço, Arlete RODRIGUES analisa suas correlações de força com o tempo, sob contextos das modernidades desenvolvida pelo atual período técnico-científico e o papel da Geografia. As reflexões foram apresentadas no “Simpósio Internacional: O mundo do cidadão. Um cidadão do Mundo”, realizado na USP, em 1996. O texto integral está em GEOSUL, vol. 13, nº 25, jan./jun., 1998, p.85.

- **O papel do trabalho e suas características na divisão sócio-espacial contemporânea**

Na análise da categoria trabalho esta remete ao papel realizado pelas ações do homem/sociedade e suas relações de existência com a natureza, tendo como consequência a evolução técnica nas produções e reproduções espaciais. Portanto, “*a divisão do trabalho constitui um motor da vida social e da diferenciação espacial*”, como diz M. SANTOS (1996b: 104).

O debate acerca de concepções conceituais sobre a categoria trabalho e as suas manifestações teórico-ideológicas tem várias direções. As reflexões aqui delineadas têm finalidade direta com os objetivos desta pesquisa.

A contextualização que se faz mostra que, desde tempos pretéritos a divisão do trabalho – seja pelo trabalho vivo ou divisão territorial do trabalho morto – é fator marcante nas feições naturais e/ou artificiais do meio ambiente produzido, pelo processo de humanização do ser social, conforme está presente nas formulações de K. MARX.

Com a revolução industrial acontece a aceleração do processo de divisão do trabalho, influenciando decisivamente nas várias formas de acumulação e nas relações entre lugares. Por esse viés, o desenvolvimento acontece pela disputa do “progresso” que gera níveis desiguais de espacializações.

A capacidade da organização espacial está vinculada a vetores norteadores do modo de produção e suas formas de acumulação. No capitalismo, particularmente, os estágios da sua evolução são provas de que o *modo de produzir e produzir espaço* são “*dois atos indissociáveis*” (SANTOS, 1986: 163) que conduzem à apropriação do trabalho e à sua divisão territorial (grifo nosso).

A organização espacial como um “*fato social*” definida por KOSIK (1985) e que M. SANTOS (1980: 130) complementa identificando-a também como “*um fator social*” e “*uma instância social*” de sentidos

intercomplementares, é, na medida da sua organicidade, expressa em cada lugar concreto e em cada momento, o correspondente “*a um conjunto de técnicas e instrumentos de trabalho, resultado de uma combinação específica que também é historicamente determinada*” (SANTOS, 1996B: 46).

Assim, a própria divisão do trabalho como resultado do “*modo de produção e formação social*” é a manifestação concreta nos lugares do papel desempenhado pelo Estado-nação, no processo em que diversos estágios se combinam, sob condições também diversas, conforme a escala espacial.

Depreende-se assim, se o trabalho é o que gera a “ontologia do ser social” como salienta G. LUKÁCS (1978: 5) é, também, o gerador da “ontologia espacial”, como destacam vários estudiosos que tratam desta questão.

Essa organicidade ontológica, interdependente, permite que se entenda o sentido das formas-conteúdo no movimento da “*totalidade geográfica*”, manifestada nos “pedaços” do espaço presente nos lugares.

A produção desses “pedaços espaciais” na forma de “eventos” acontece em etapas que se sucedem sob condições cada vez mais intensificadas graças às condições técnicas que as sociedades passaram a dispor. Grosso modo, nos últimos séculos (do séc. XVIII ao XX) as mudanças empreendidas pela marcha do capitalismo têm permitido diversificações acentuadas da capacidade de produções espaciais.

Assim, as transformações induzidas e/ou introduzidas gradualmente ao mundo do trabalho, pela evolução do “sistema de engenharias” revolucionando processos modernizatórios das relações sócio-espaciais revelam, *vis-à-vis*, relações entre capital e trabalho. É o caso por exemplo, das inovações assimiladas por atividades agropecuárias e/ou a elas associadas com atividades fabris, responsáveis em grande parte por movimentos migratórios do tipo entre campo-cidade em muitas regiões do globo, particularmente, naquelas

identificadas como subdesenvolvidas. Dessa trajetória decorrem vetores fundamentais em processos de urbanização/industrialização, característicos de algumas regiões como a América Latina e o Brasil, em especial.

Os contornos que passaram a estabelecer processos de trabalho e, conseqüentemente, sua divisão territorial, conduzidos como bases modernizadoras da sociedade, têm suas lógicas centradas em produtos que a ciência e o mercado capitalista dinamizaram ao final do século XIX. Avançaram ao longo deste século difundindo padrões de desenvolvimento pelo “mundo da produção”, a partir de experiências caracterizadas em modelos do Taylorismo (produção em série) e Fordismo (produção em massa)¹², criando cada vez mais as condições almejadas pela acumulação capitalista, que é o aumento da produtividade do trabalho e a redução de custos, conforme vantagens vislumbradas por Adam SMITH em sua obra “A Riqueza das Nações”.

Verifica-se que aos poucos começam a entrar em cena novas experiências de processos de organização do trabalho, decorrentes daquelas citadas anteriormente e/ou substituindo-as (Terceira Itália, Toyotismo, etc.), como “novas” formas de acumulação engendradas cada vez mais pelas alianças dos movimentos da “globalização” e sob o rótulo de “acumulação flexível”.

Esses contextos observáveis na realidade concreta são fundamentais pelo que passaram a representar com a ascensão de inovações do meio técnico-científico. Com efeito, suas aplicações via meios computacionais de informação,

¹² Sobre o desenvolvimento do processo de organização do trabalho, além das obras clássicas que discutem concepções teóricas (MARX, SMITH, DURKHEIM, entre outros) e mostram como a evolução da divisão do trabalho acontece, existe também, uma vasta literatura contemporânea que procura explicar as dinâmicas desse fenômeno no “mundo da produção” e seus reflexos nas mais variadas atividades humanas. Ver por exemplo: 1) Harry BRAVERMAN. Trabalho e capital monopolista. Rio de Janeiro: Zahar, 1977; 2) Benedito Rodrigues MORAS NETO. MARX TAYLOR FORD – As forças produtivas em discussão. São Paulo: Brasiliense, 1989; 3) Ricardo ANTUNES. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: EDUNICAMP, 1995.

num acontecer simultâneo que é dado pela “*fluidéz posta a serviço da competitividade*” (SANTOS, 1994b: 16) promovida basicamente pelos interesses econômicos, tem alterado substancialmente o mundo do trabalho e suas relações sócio-espaciais.

As novas possibilidades técnicas representam a dinâmica da totalidade, movimento presente em cada atividade que se manifesta nos lugares como fenômeno social. Constitui assim, a maneira como os elementos de cada formação sócio-espacial específica inserem-se às novas lógicas engendradas pela diversidade da divisão do trabalho. Com efeito, “*cria uma hierarquia entre lugares e, segundo sua distribuição espacial, redefine a capacidade de agir de pessoas, firmas e instituições*” (SANTOS, 1996b: 108) como uma necessidade imanente do estágio em que se encontra o modo de produção capitalista sob a égide da “globalização”. Cria, por outro lado, as próprias condições para a sua reprodução, como muitas vezes enfatiza H. LEFEBVRE, notadamente em sua obra clássica “*La production de l’espace*” (1974).

São vicissitudes desse novo tempo que o mercado mundial impõe nas “competições” entre lugares, resultando, nos territórios, fragmentações de diversas ordens. A relevância dessas questões, presente em aspectos desta pesquisa, está no fato de permitir, através do objeto investigado, desvendar dimensões da totalidade globalizante, da produção do espaço florianopolitano, conforme as reflexões que serão, adiante, abordadas.

Capítulo 2

O mundo atual e a produção do espaço

O “mundo globalizado” como fato concreto em coisas e relações difundidas como irreversíveis e através de ideologia, às vezes em simulacros, tem dimensões estabelecidas pelos paradigmas de desenvolvimento que se propagaram, especialmente neste século, sob transformações a partir do meio técnico-científico e informacional, induzindo, radicalmente, mudanças sócio-espaciais em diversas escalas.

Neste contexto, o espaço da globalização se traduz, também, pelo espaço da urbanização. A partir dessa dinâmica, o lugar é a expressão efetiva de como o movimento de funcionalização do mundo se realiza, mediado pela formação sócio-espacial.

• **“Globalização” e/ou “Contemporaneidade”: tentativas de decifração**

O rumo que se atribui aos propósitos delineados até aqui sob uma “síntese” de conceitos e categorias teóricas, reflete a importância estabelecida pelos eixos metodológicos norteadores das (re)leituras realizadas e operadas no presente texto. Enseja assim, uma incursão pelo entendimento da instância espaço geográfico em “tempo de globalização”, tendo-se Florianópolis e suas inserções como ponto de contato na realidade concreta.

As abordagens possibilitam, refletir a partir de recortes selecionados, a organicidade do mundo como um todo (plano geral) e seu rebate em subespaços (plano particular) remetendo à visão de totalidade do evento que dá, simultaneamente, uma noção da dinâmica espacial.

De início, o ponto de vista aqui indicado pelo vocábulo “globalização” quer se referir ao sentido contextualizador da questão no ritmo espaço-temporal que ela exige em sua periodização. Portanto, alguns parâmetros já estão delineados, inclusive neste capítulo, mas que necessitam explicitação a fim de se precisar a sua aplicação, haja vista a gênese polissêmica existente e que emite traços caracterizadores e polêmicos ao fenômeno¹.

Neste sentido, a opção que se faz é a de “substituir”, ontologicamente, a identidade da questão “globalização” por “contemporaneidade”, empregando-a para designar formas de relações discutidas entre processos local-global. Pode parecer redundância, mas acredita-se que oferece melhor entendimento nas abordagens, mesmo que o viés da “*mundialização econômica*” (financeira em especial) parece prevalecer entre os ícones desta contemporaneidade. Aliás, este é o cerne que, grosso modo, baliza interpretações formuladas por europeus (franceses em particular) e norte-americanos. Os primeiros tendem a identificar o fenômeno por “*mundialização*”; os segundos, exercendo papéis mais hegemônicos firmam seus propósitos sob o rótulo da “*globalização*”. De

¹ A questão se expressa por várias maneiras de defini-la chegando até criar a confusão e equívocos acerca de suas dimensões teórico-políticas. Nesse caldo de cultura, predominam interpretações a partir de inúmeros trabalhos acadêmicos, onde há autores que reconhecem e particularizam 13 dimensões de fenômenos. Ver, Leila FERREIRA & Eduardo VIOLA (Org.). “Incertezas de Sustentabilidade na Globalização”. (Introdução e Cap. 1) Campinas: Ed. UNICAMP, 1996. Grosso modo, aparecem abordagens que discutem o fenômeno da “globalização” seja por aspectos assimilados aos primeiros momentos pré-capitalistas (a partir do séc. XV) e suas formas coloniais e imperialistas; outros preferem discuti-lo a partir de fases posteriores à Revolução Industrial e suas conseqüências sócio-espaciais. Há, ainda, as abordagens que dizem ser um fenômeno recente, típico das formas de desenvolvimento do capitalismo neste século. Não é propósito desta pesquisa discutir e esgotar a questão em si mesma com as considerações aqui formuladas.

qualquer modo, a imagem que ambas as posições procuram, não apenas difundir mas, sobretudo, atrair filiações, é a que associa aos processos econômicos o “caráter de universalidade”, representada pelas mudanças das relações sociais planetárias, que atraem “*discursos defensivos*” ou “*discursos adaptativos*” às novas realidades (BENAKOUCHE, 1998: 8-14).

Na verdade, o atual período em que se vive reveste-se de peculiaridades imanentes às características cada vez mais acentuadas de um “comportamento universal”, assumido através de muitas metáforas, cheias de ambigüidades, conforme apontam E. SOJA (1993), O. IANNI (1995), L. VIEIRA (1997), P. HIRST & G. THOMPSON (1998) entre tantos autores, que em certa medida essas palavras também passaram a designar “identidades” com a ordem vigente. Apesar das determinações ambientais em diversas escalas, o fenômeno, às vezes traduzido pelo ideário de um “*mundo homogêneo*”, pulula-se, parecendo deixar de existirem as diferenças de uma formação sócio-espacial e que, em “tudo”, uma lógica (qual?) reinará sem fronteiras físicas/sócio-políticas/ideológicas.

Esta promessa apregoada só torna a concepção “*fetice da mercadoria*” (conforme MARX) muito mais próxima do seu entendimento, ante à crença de mitos simplificadores mágicos ou fantasmagóricos que se difundem em torno da “globalização”, notadamente nas máximas prescritas por gurus ou *slogans* de jornalistas e políticos, como lembram P. HIRST & G. THOMPSON (1998). Transcende ainda implicações com finalidades econômicas², conduzindo seus reflexos por extensões das mais variadas dimensões da natureza ambiental e

² Entre várias abordagens, BATISTA Jr. discute este fenômeno como sendo um estágio avançado de internacionalização da economia, cujos impactos funcionam muito logicamente por ideologias de interesses exagerados. Ver, Paulo Nogueira BATISTA Jr. “Mitos da Globalização”. In: Estudos Avançados, nº 52. São Paulo: IEA/USP, 1997 (Col. Documentos - série Assuntos Internacionais).

social, geralmente estabelecendo relações interdependentes de elementos e situações de ordem política, ecológica e cultural³.

Muitas das questões oriundas daquelas dimensões fazem parte, hoje, da pauta de processos sociais dinamizados por agentes da sociedade civil em seus vários níveis organizacionais, através de movimentos (ONGs) de múltiplos significados e articulados em redes⁴. São relações constituídas a partir de embates cotidianos, presentes notadamente, em cenários da “luta de classe” que a natureza da “globalização” se faz e refaz nos tentáculos das suas existências. Em outras palavras, transformou-se em imaginário coletivo assumindo semelhanças às propriedades de um “fio” ao conectar as sociedades e seus espaços sob muitas interpretações.

O sentido assumido por “contemporaneidade” examinado no período escolhido para reflexões nesta pesquisa coincide, também, com o estágio de rearranjos sócio-temporais do sistema capitalista (notadamente a partir dos anos 50), representando uma condição de “modernidade” que, por analogia, refere-se às idéias de novo, atual, recente, como “*o momento do mesmo tempo*” (LOWY, s/d., nº32: 119). Sendo uma expressão social, este momento propaga-se associado ao conceito de uma “modernidade”, numa visão “*estritamente ligado ao de progresso, isto é, à valorização positiva da novidade*” (Idem. nº 32: 119).

³ Ver Henrique RATTNER. “Globalização: em direção a um mundo só?”. In: Revista de Estudos Avançados, nº 25, vol. 9. São Paulo: IEA/USP, set./dez. 1995, p. 68. Para além das interpretações em torno de contextualizações sócio-econômicas, existem inúmeras referências, cujas reflexões analisam certas dimensões amiudamente, com aproximações às abordagens em Geografia. Ver por exemplo: E. SOJA. (1993); David HARVEY. Condição Pós-Moderna - uma pesquisa sobre as origens de mudança cultural. (tradução Adail U. Sobral e Maria Stela Gonçalves). São Paulo: Loyola, 1993.

⁴ Discussões acerca dos movimentos organizados pela sociedade civil têm servido de temática para vários tipos de estudos. SCHERER-WARREN aparece entre os autores brasileiros que têm, sistematicamente, pesquisado e divulgado experiências. Ver Ilse SCHERER-WARREN. Cidadania sem Fronteiras - Ações Coletivas na era da Globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

A esta condição associada à idéia de “contemporaneidade” não se pretende estabelecer longas análises, particularmente taxonômicas, pelo risco de se cair em desencontros e que fogem aos propósitos aqui discutidos. Porém, quer-se revelar a “contemporaneidade” enquanto processo em curso que se expressa sob diversos matizes, revolucionários, ligados à idéia de mudança e gerados por vetores estratégicos de caráter histórico-cultural com implicações sócio-espaciais, que aparecem em discursos de modernidades sob várias intenções.

Assim, as ações empreendidas pelas sociedades, notadamente aquelas detentoras de poder induzem fluidez cada vez mais voláteis aos processos produtivos, numa expansiva fase de “ocidentalização” do mundo. Conforme C.A.F. MONTEIRO (1997:3),

“ao longo do tempo produzem-se coisas novas que se desgastam até tornarem-se obsoletas, quando serão substituídas por outras coisas novas. Esta é uma lei absolutamente universal, no geral, mas extremamente variada no particular, sobretudo no mundo de mutação. Esta cadeia permanente de substituição de velho pelo novo, de antigo pelo moderno é fonte de embaralhamento do último conceito, sobretudo naquele de modernidade” (grifo do próprio autor).

A complexidade desta época de relações globais mais intensas tem efeitos que põem em xeque o valor das transformações, como aquelas que envolvem conseqüências diretas aos padrões de “qualidade de vida” humana. Suscita, desse modo, a busca de explicações para fatos da realidade social concreta, pautados na própria trajetória evolutiva da sociedade, conforme lembra SANTOS (1994a: 18):

“No começo dos tempos históricos, cada grupo humano construía seu espaço de vida com as técnicas que inventava para tirar do seu pedaço de natureza, os elementos indispensáveis à sua própria sobrevivência. Organizando a produção, organizava a vida social e organizava o espaço, na medida de suas próprias forças, necessidades e desejos. A cada constelação de recursos

correspondia um modelo particular. Pouco a pouco esse esquema se foi desfazendo: as necessidades de comércio entre coletividades introduziram nexos novos e também desejos e necessidades e a organização da sociedade e do espaço tinha de se fazer segundo parâmetros estranhos às necessidades íntimas ao grupo.

Essa evolução culmina, na fase atual, onde a economia se tornou mundializada e todas as sociedades terminariam por adotar, de forma mais ou menos total, de maneira mais ou menos explícita, um modelo técnico único que se sobrepõe à multiplicidade de recursos naturais e humanos”.

Este sistema de relações que engendra as materialidades humanas, intimamente vinculadas em níveis diferentes de atuação espaço-temporal, desemboca nas condições atuais em que se vive. Na prática, tem-se uma “contemporaneidade” em que há uma aceleração de tempos fundada na competitividade. Aparecem assim diversos tipos e características que marcam os enfrentamentos e confrontos humanos neste século, cuja constituição remonta períodos anteriores, mas que lança controvérsias no próprio sentido de SER moderno, da sua modernização ou da aceitação dessa modernidade que é apregoada⁵.

Como visto, as mudanças processadas na/pelas sociedades com finalidades cada vez mais voltadas para mercados são geradas pelas possibilidades da ciência e da técnica e, nesse final de século, impulsionadas pelos meios de informação comunicacional, tornam-se capazes de imprimir através das inter-relações sociais e de produção do espaço as refuncionalizações locais. Submetidas a esse paradigma de realização predominante capitalista, as ações desenvolvem-se e dão “a nova cara do espaço e do tempo” (SANTOS, 1994a: 45). Criam hegemonias que delas partem ações e objetos ditos de “modernidades”, numa tentativa agora

⁵ Ensaíos elaborados por LATOUR encaminham discussões, frente as perplexidades que cercam o mundo na sua trajetória e conjuntura atual, e, que ensejam com propriedade novas possibilidades de se pensar também criticamente, a partir do sentido de “ser moderno” e suas afinidades conceituais. Ver, Bruno LATOUR. Jamais Fomos Modernos (trad. de Carlos Irineu da Costa). Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994, 152p. (coleção TRANS).

de unificação (por agentes e redes), forçando pessoas e lugares a comungarem idéias e comportamentos. A essência dessa racionalidade que promove agregação de valores também se manifesta na fragmentação perversa (SOUZA, 1994b: 21-28) cada vez mais presente em todas as atividades sócio-espaciais.

O espaço e o tempo da “globalização” transvestidos das “modernidades” e atualmente apregoados, veiculam possibilidades com as quais sua concretização tem um preço e a ele, toda dinâmica necessária, com a qual novas formas de poder também (re)agem. Guardadas as devidas proporções “... *esse ditame organizacional, externo a cada nação, e que impõe, dentro de cada país, novas formas de convivência, termina por redefinir, redimensionar e reorganizar tudo*” (SANTOS, 1994: 99), levando-os a ajustamentos permanentes, em decorrência das mudanças também permanentemente impostas. É o que acontece mais perceptivelmente, com relação aos espaços sob processos de urbanização, que está demonstrado nos próximos capítulos.

Esse tipo de racionalidade em diferentes conformidades é, hoje, a partir da cidade, o locus que assegura cada vez mais a entrada das inovações, criando especializações “*tanto do ponto de vista da materialidade quanto da dinâmica interpessoal*” (Idem. Ibidem, p. 149), regulando maneiras de cooperação, sobretudo para o campo (espaço rural), dentro do espírito que difunde e rege quase todas as atuais formas de divisão do trabalho.

Com efeito, percebe-se então que o atual processo de “globalização” expressa sintonias com as quais presta-se para várias acepções e/ou para tantas formas de se demonstrar mudanças difundidas no espaço geográfico. Nos discursos de “modernidades” o mundo como possibilidades locais e nacionais, gradualmente, é inserido nos tentáculos do movimento geral que promove acumulação econômica sob idéias “neoliberais” e/ou de “flexibilização”, tão marcantes nesta “contemporaneidade”. Com isso, as condições de “globalizar-se” vão adquirindo multiplicidades de combinações, chegando até criar efeitos como

de “*flexibilidade tropical*” assim denominada por M. SANTOS (1994a: 73-80) em alusão as “necessidades” que caracterizam o Terceiro Mundo, em particular no papel desempenhado por grandes centros metropolitanos brasileiros e seus “ambientes construídos”.

Desses padrões de arranjos concebidos nas grandes cidades, criados sob condições para atender funcionalidades associadas as lógicas externas, advêm gradualmente, muitas das influências que centros hierarquicamente inferiores vão assimilando, copiando e/ou adaptando às “suas necessidades”. Os novos objetos geográficos aparecem como nexos locais que estabelecem sintonia de inserção ao movimento global. O lugar passa a transmitir uma imagem cuja parcela de consumo transfere valor para as novas territorializações.

A “contemporaneidade” expressa por esse viés e seus simulacros é, pois, o que constitui a base virtual de atuação da “globalização” em lugares como Florianópolis, no seu atual cotidiano. Agregando elementos com conteúdos ao sabor de “modernidades” torna-se, em certa medida, sincrônico ao movimento do mundo (enquanto norma) e da sua realização.

• O espaço urbano e a urbanização hoje

A temática “pinçada” traz, geralmente, abordagens que enfocam as tendências discutidas por diferentes matrizes teóricas, procurando refletir acerca de questões sob o seu entendimento. Por ora, o que suscita aqui é destacar a partir de “tentáculos da globalização” elementos que auxiliam na condução a que se propõe esta pesquisa.

A partir da compreensão sobre o papel da divisão social e territorial do trabalho, e o significado que este processo engendra na organização espacial

contemporânea, nota-se a importância que deve ser atribuída à questão urbana nas diferentes escalas hierárquicas de análise espacial.

Nos estudos urbanos sob influência direta de modelos econômicos (taylorista, fordista, regulacionista, híbridos, etc.) a lógica explicativa tende, geralmente, a tratar a funcionalidade do lucro, da mais-valia, da acumulação emergentes da produção e reprodução do espaço das/nas cidades. Esses lugares são vistos a partir do que neles cada vez mais abriga e aperfeiçoa a força e o poder das mercadorias. Com efeito, o papel do lugar e a sua capacidade de inserir-se na hierarquia das redes (regionais, nacionais, globais) aparecem como equivalente aos potenciais numéricos demográficos e não como possibilidades sociais.

As cidades e os processos de produção do espaço urbano assumem cada vez mais significações para além do viver no ambiente físico, como caracterizam paradigmas tradicionais que viam “fronteiras funcionais” entre campo (rural) – cidade (urbano). Como diz M.A. SOUZA (1995c: 65), *“ser urbano hoje, já o sabemos, não significa mais viver no espaço físico da cidade. A questão urbana apresenta magnitude distinta. Cidade e Campo hoje não são mais complementares, mas confluentes”*.

A dinâmica espacial das realidades concretas tem mostrado como as densidades urbanas se metamorfoseiam pela trajetória dos lugares, imprimindo resultados propiciados pelo avanço nas relações sociais, intensamente marcantes nos dois últimos séculos. Em outras palavras, o avanço do meio técnico-científico aparece como motor dessa dinamização, expresso pela mobilidade de pessoas e produtos em que a informação é, principalmente, o elo das articulações entre as atividades produtivas e a inserção de cada lugar na divisão social e territorial do trabalho.

Na produção do espaço da cidade pelos “sistemas de engenharias”, sua configuração (objetos naturais e sociais) por objetos “fixos” – o próprio lugar

como dimensão infra-estrutural – e “fluxos”, traduz o sentido dado à existência urbana pela tipologia do processo de urbanização. Para M. SANTOS (1988c: 78) “fixos e fluxos interagem e se alteram mutuamente”; é, portanto, o próprio espaço geográfico.

Nessa complexidade depreende-se que a questão ora considerada apresenta, aos diferentes usos do território no chão da cidade e a partir dele pelos processos de urbanização, dimensões da “instância espacial” que, segundo R.L. CORRÊA (1989b: 7-10), revelam-se nas seguintes tipologias: “fragmentada e articulada; reflexo e condicionante social; um conjunto de símbolos e campo de lutas”.

Esse entendimento também remete a uma visão de totalidade, em que “a realidade como um todo estruturado” (K. KOSIK, 1985: 35-36) e/ou decomposta dialeticamente (o homem, firmas, meio ecológico, instituições e infra-estrutura) através da sua dinâmica espacial, conforme sugere M. SANTOS⁶, introduz as análises combinações das categorias “forma, função, estrutura e processo”, ampliando idéias herdadas de J. TRICART – “l’habitat urbain” (MAMIGONIAN, 1986: 205-206) e também discutidas por H. LEFEBVRE em vários de seus textos (como *la production de l’espace*, 1974).

Assim, ao ressaltar a cidade (o concreto, o particular, o interno), o urbano (o abstrato, o geral, o externo) e a urbanização (M. Santos, 1994a: 68-72) enquanto processos na produção capitalista, verifica-se que há entre as singularidades locais no contexto da “universalização do espaço” (Idem, 1984: 16) a própria expressão da dimensão estabelecida pelos tentáculos da globalização, em cuja configuração territorial está a orientação mercantil.

⁶ Esses elementos citados por M. SANTOS em curso sobre “o espaço como instância” (III SEMAGeo/UFSC, 1982 – ver publicação CALIGEO/AGB – Florianópolis, julho/1982) estão detalhados em *Espaço e Método*, 1985. Ver capítulo 1, p. 5-20 e cap. 4, p. 49-59.

Face a essa situação, isto significa perceber as implicações que se constituem no interior de dada formação sócio-espacial, onde a fragmentação presente resulta também em integração, evidenciada pela própria aceleração desigual dos tempos (ritmos) nos diversos tipos de subespaço, que se exprimem por meio de funcionalização do fenômeno da globalização.

Sob esta conjuntura de múltiplas facetas “*se situa a base da mundialização de todos os indivíduos e de todos os lugares*” (SANTOS, 1994a: 50), pelas possibilidades que o meio científico-técnico-informacional gera. Dessa nova ordem, efeitos se manifestam sob o ambiente físico (a “natureza”) e na regulação de processos produtivos pela divisão social e territorial do trabalho como uma “*adaptação permanente das formas e das normas*” (Idem. 1994a: 55) ao contexto da racionalidade dominante.

Como uma produção social que o espaço urbano é (da cidade e/ou da região), engendrado por agentes que o produzem e o consomem, este produto num constante movimento de fazer e refazer “mercadorias urbanas” mostra como a teia de inter-relações (de objetos e ações) se estabelece de diferentes modos nas especificidades de cada lugar, desenvolvendo-se ao longo da sua trajetória.

A produção do espaço urbano capitalista tem sua base centrada em diversos agentes⁷ que atuam individualmente ou associados (notadamente sob auspício de capital financeiro), criando e/ou recriando espaços na cidade e/ou a partir dela, de acordo com diversos interesses (comércio, indústria, serviços,

⁷ Segundo L. BAHIANA, com base em estudos empíricos de Horácio Capel e Nora Clichevsky ou mesmo no plano teórico de David Harvey e J. Borja, os principais agentes atuantes na apropriação e/ou uso do solo urbano têm papéis desempenhados por: Moradores; Proprietários do Solo; Indústria Imobiliária; Indústria de Construção Civil; Proprietários Industriais e o Estado. Ver Luiz BAHIANA. “Agentes Modeladores e Uso do Solo Urbano”. In: 3º ENG – ANAIS. Fortaleza-CE: AGB, 1978. Ver ainda: Roberto Lobato CORRÊA. “Agentes Modeladores e Uso do Solo Urbano na Cidade Capitalista”. In: Reunião UGI. Rio de Janeiro, 1979 (mimeo).

habitação, lazer, etc.) e que, em nenhum instante, ficam dissociados da lógica que os move pelo mercado, que é a lógica da acumulação.

Os novos padrões impostos pela globalização têm complexificado e intensificado cada vez mais as formas de como o mundo se estabelece nos espaços urbanos, criando superposição de ações territorializadas, visíveis e invisíveis, marcando decisivamente, em permanentes rearranjos, o cotidiano dos lugares.

Apoiadas nesse movimento a partir das relações global/local é que as “*conexões geográficas*” se efetivam pelas diversas escalas de inserção dos agentes produtores do espaço urbano. O caráter desse movimento que integra “*arranjos contínuos e descontínuos*” pela composição de “*horizontalidades e verticalidades*”, cria uma forma ampliada de “*cooperação solidária*”⁸ fetichizada pelos discursos da globalização. Nessas condições, as forças organizacionais promovem interdependências hierárquicas, num “caleidoscópio social” de infinitas formas de representação.

Em Florianópolis, essas veiculações exprimem, hoje, vetores da força organizacional global que incidem e atravessam seu território, agindo, proporcionalmente, pelas ações que conectam e transformam esse lugar/região num emergente “pólo de expectativas”.

⁸ Ponderando sobre em que nível a globalização hoje processa o sentido da “cooperação solidária”, M. SANTOS mostra a diferença entre “solidariedade orgânica” (cerne do fenômeno regional) e “solidariedade organizacional” (típica de regiões sob arranjos baseados em racionalidades de origens distantes) como efeito do “jogo” a que os lugares estão submetidos. Ver M. SANTOS, “A Natureza do Espaço...”, *Op. cit.*, p. 226.

Segunda Parte

O Lugar e a Nação ou Vice-Versa: chegadas na redefinição de territórios

Inúmeras são as abordagens que discutem na teoria e na prática o caráter do lugar e da nação, em contextos contemporâneos da “globalização”. Em geral, aquelas duas escalas (local/nacional) da dinâmica espacial aparecem sob pontos-de-vista de processos de desenvolvimento, face às interações que determinam suas lógicas de articulações do nível local ao nível global, tendo o nível nacional como o intermediário na condução da formação sócio-espacial.

A partir da capacidade de relações engendradas pelos grupos sociais locais, o lugar e/ou região desempenham papéis nas estratégias de desenvolvimento que são estabelecidas e/ou subordinadas geralmente às lógicas de processos que levam em conta fins mercantis. Portanto, mecanismos do sistema (objetos e ações), principalmente de ordem econômica e financeira que, através de diversas variáveis, induzem vetores de processos de modernização tecnológica e as vias desenvolvimentistas impõem-se às sociedades pelos tipos de produção espacial.

É fundamental notar nessa dinâmica o desempenho que tem o Estado, haja vista ser essa entidade um importante agente na implementação de políticas de interesses públicos e/ou privados, difusos, criando diferentes possibilidades de territorializações. Implica assim, averiguar nesses mecanismos de relações entre a sociedade e os elementos naturais do ambiente, seus sentimentos de pertencimentos, através de dimensões como as sócio-culturais, por exemplo. Elas ajudam na explicação de questões que constituem as bases dos processos de

desenvolvimento e inserção espacial no decorrer dos tempos, como sugere argumentação de Paul CLAVAL (1999: 63) ao dizer que cultura é:

“... a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em outra escala, pelo conjunto dos grupos que fazem parte”.

Assim, frente a uma conjuntura estruturada e estruturante do mundo que se funcionaliza nos lugares, o papel da nação deve ser o de expressar um conjunto de características da vida humana, marcas do acontecer, estabelecidas pelas relações sociais que se territorializam historicamente.

De acordo com S. ASSMANN (1999: 4) interpretando HEGEL (1980) *“a história dos seres humanos é a história das nações: fora desta não há história. Os indivíduos como tais nada são”*. Por isso, conclui, *“fora da nação não é possível ser racional”*, e para tal condição de existência (conforme Hegel), o homem se encontra, enquanto indivíduo histórico, pela racionalidade do Estado-nação.

Por esta possibilidade de gênero humano, sob tutela do estágio atual de “globalização”, o que parece é o querer criar-se *“sujeitos sujeitados”* como se referia freqüentemente M. FOUCAULT aos indivíduos solapados de identidades nacionais em função de racionalidades hegemônicas que realizam uma lógica centrada em meios que gravitam na crescente internacionalização do capital – sobretudo financeiro¹, através de suas diversas formas de reprodução econômica.

Desse modo, o espaço (local/nacional) em suas escalas revela processos com forte conotação de ruptura e/ou continuidade, em que freqüentemente o

¹ Renato BAUMANN, (“Uma Visão Econômica da Globalização”) e Luciano COUTINHO, (“A Fragilidade do Brasil em face da Globalização”) entre outros, traçam argumentos acerca dessa compreensão procurando encaminhar respostas acerca das orientações que a dinâmica da economia mundial articula nas diversas frações de lugares. Ver BAUMANN, R. (Org.) O Brasil e a Economia Global. 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Campus SOBEET, 1996, respectivamente pp. 33-51 e pp. 219-237.

sentido de mudança se traduz por modernidades, e onde padrões de *“desenvolvimento e globalização tornam-se praticamente sinônimos, ou pelo menos, sinérgicos”* (SCHEIBE & BUSS, 1994: 116-117).

Capítulo 3

A Formação Sócio-espacial Brasileira contemporânea

Em cada período histórico¹, o mundo se organiza a partir de processos e, na dimensão temporal, tem evoluído sob sistemas de relações que promovem significativas mudanças a partir de variáveis de comando emanadas de um centro, estabelecendo, assim, padrões que dão as diferenças de lugar para lugar e, conseqüentemente, os estágios ditos de desenvolvimento.

O paradigma de Formação Sócio-Espacial, conforme se discutiu anteriormente, aliado a outras possibilidades teórico-metodológicas, permite uma apreensão da realidade concreta, desvendando explicações acerca de combinações (características sócio-ambientais) que dão identidades espaciais.

Nessa perspectiva e no período histórico atual para o qual estão encaminhadas estas reflexões, o que se pretende é estabelecer uma discussão capaz de revelar, nas escalas analisadas, como a contemporaneidade mundial acontece deliberando “normas”, nas suas absolutas trajetórias de ações sociais e quais os objetos a elas relacionados.

¹ A dimensão temporal e os fundamentos de uma periodização como esquema metodológico segue, geralmente, critérios que têm a ver com objetivos do investigador segundo F. BRAUDEL e que M. SANTOS sistematiza conforme características que ele chama de “modernizações”, estas acontecidas a partir de fins do século XV. Ver M. SANTOS (1985: 31-36) e/ou em outras de suas produções de 1979 e 1994.

- **Contextos nacionais nas trilhas da “globalização”**

Serão tratados aqui, sucintamente, aspectos direcionados a tentativa de ampliar o entendimento de categorias teóricas interdependentes na organização espacial, como lugar e nação, visando estabelecer uma compreensão de facetas da contemporaneidade, conforme as pretensões desta pesquisa. Estas categorias permitem, mesmo que de forma esboçada, direcionamentos às discussões centradas ao objeto que está sendo investigado: Florianópolis e o mundo atual.

No concerto das nações, o Brasil encontra-se, historicamente, num estágio dito “fase juvenil”, como às vezes é distinguido por muitos estudiosos ao se referirem às características do processo de formação social. Em seus 500 anos de existência/inserção no mundo, grosso modo, parte significativa desse tempo transcorreu sob “ciclos e/ou sub-ciclos” direcionados às relações (pré-capitalistas?!) que essencialmente marcaram e demarcaram trajetórias da produção do nosso território. Conforme C. BUARQUE (1993: 179) “... *uma relação de descendência e não de ascendência, de dependência e submissão e não de autonomia*”. Conseqüentemente, são relações dessa natureza que têm permitido à nação em sua dimensão e potencialidades “evoluir” sob eventos que tentam contribuir na inscrição de aspectos que vêm forjando o que se procura identificar, na atualidade, como “nação brasileira”.

Diferente de outras nacionalidades nas características étnico-culturais e territoriais, Darcy RIBEIRO (1995: 448) diz: “*somos povos novos ainda na luta para fazermos a nós mesmos como gênero humano novo que nunca existiu antes*”. Isto é, para aquele cientista social, temos peculiaridades que chamam a atenção pelo que somos e pelo tanto que precisamos, permanentemente, reafirmar o compromisso com o papel que a nossa civilização em formação (mestiça e tropical como ele sempre enfatizava) deve assumir no contexto do movimento global, baseado nas condições locais e de latinidade nas Américas.

Desse modo, as marcas que aceleradamente encaminham o país como um todo, em particular neste século, traduzem-se por “aptidões brasileiras” em cenários de desenvolvimento que, em nível planetário, expressam associações às condições traçadas a um tipo de “*capitalismo tardio*” (E. MANDEL, 1985). Nessas características, as possibilidades nacionais que vêm se estabelecendo revelam papéis assimilados pela sociedade em geral ou através dos seus segmentos, como na atuação estatal que se faz nas variadas instâncias e manifestações organizacionais, viabilizando uma dinâmica ensejante a um padrão civilizatório futuro, o qual, no presente, ainda se mostra incapaz de traduzir-se efetivamente.

Assim, diante das tantas possibilidades que a trajetória histórica brasileira se inscreve, o país pode ser analisado nas mais diversas concepções teóricas procurando-se compreender e expressar sua dimensão geográfica de nação, através das suas características territoriais conjuntamente às complexas realidades sócio-espaciais.

Sem ignorar/negar o passado, inclusive nas “rugosidades”, e tentando visualizar tendências do nosso futuro, delineado pelo que no presente é o mundo e/ou seus efeitos de amplas combinações (condição, por exemplo, da complexidade, simultaneidade e da instantaneidade do tempo atual), os contextos aqui enfocados recorrem a algumas referências para o âmbito do objeto no qual o papel do lugar no mundo, intermediado pelo país, Estado-nação, oferece idéias acerca do espaço geográfico e como este se (re)organiza.

Assim, o momento histórico norteador encaminha-se via tentativa de caracterização predominante do período atual em que processos da “globalização” são discutidos (como já indicado) como apoio às (re)leituras teórico-empíricas da contemporaneidade recortada por esta pesquisa. Essa condição é entendida pelos desdobramentos de ações encetadas desde o início deste século, notadamente entre nações hegemônicas (EUA e Inglaterra

particularmente) indutoras de “processos modernizatórios” de relações mundiais, no desenvolvimento comercial (DE CAMPOS & BIANCHINI, 1999) e, posteriormente, em decorrência das conseqüências pós-segunda guerra com seus vários cenários de internacionalização. Esses aspectos revelam como criaram-se os ritmos acelerados das mudanças e transformações empreendidas no seio do modo capitalista de produção², caracterizados principalmente pelas ações do meio técnico/científico/informacional, conforme concepções de Milton Santos, entre outros autores que identificam esses eventos como estágios da Terceira Revolução Industrial.

Disso resultaram inúmeras conseqüências que, de certo modo, tornaram-se do “conhecimento geral” para grande parcela da população no mundo (principalmente nos EUA e Europa), não apenas pelas novas tendências de consumos e melhorias da qualidade de vida, mas também, pelos impactos/riscos desses novos tempos, cujas origens remontam basicamente às perspectivas de desenvolvimento geradas em períodos anteriores, como reflexo da chamada

² Na esteira dessas condições em que estão as mudanças técnico-científicas e as associadas àquelas que foram introduzidas nas relações internacionais durante e pós-segunda guerra, explicitam-se as novas condições do modelo econômico neoliberal em marcha promovidas sob os auspícios de “BRETON WOODS” (1944 – Conferência Monetária e Financeira Internacional das Nações Unidas e Associadas, Nova Hampshire – USA), centradas basicamente no discurso de “cooperação econômica”. Inicialmente deram origem e espaços de atuação para organismos como FMI (Fundo Monetário Internacional) e o BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial); posteriormente, em 1947, foi consignado em Carta Internacional do Comércio (decorrente de uma reunião do Conselho Econômico e Social da ONU – 1946) o GATT (Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio), que não atuou como organização internacional, mas como instrumento jurídico, como um tratado internacional e intergovernamental de comércio (inclusive subscrito com adesão brasileira) e que foi incorporado pela OMC (Organização Mundial do Comércio) quando da sua institucionalização (1994), após a assinatura dos Acordos de Marrakesh, concluído na última “Uruguay Round” (SIZE, 1997). Nos últimos 50 anos deste século apareceram também muitos organismos com atuações regionais (MCE – Mercado Comum Europeu; ALALC – Associação Latino Americana de Livre Comércio, posteriormente ALADI – Associação Latino Americana de Integração; BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, etc.) que, gradativamente, foram dinamizando estratégias de atuação dentro das expectativas engendradas pelo sistema capitalista, como naquelas que estão contidas nas atuais ações de organismos do tipo Comunidade Européia, Mercosul, NAFTA, APEC, ALCA, CARICOM, etc. Sobre suas especificidades histórico-conjunturais há vasta literatura com os mais variados enfoques, pois maiores comentários aqui detalhados fogem aos propósitos deste trabalho.

Primeira Revolução Industrial e seus progressos que transcorrem no século XIX. Desse período também e adentrando a primeira metade do século XX, espalharam-se outras condições de produção de atividades/mercadorias (ícones do taylorismo e fordismo) caracterizados como de uma “Segunda Revolução Industrial” (a partir de fontes energéticas do petróleo e seus derivados, automóveis, siderurgia, etc.), aprofundando formas de divisão social e territorial do trabalho. Estabeleceram-se, no mundo como um todo, ou proporcionalmente nas especificações de alguns lugares/regiões, novas relações impulsionadas pelos vetores circunstanciais durante e pós-segunda grande guerra.

Com efeito, os caminhos da terceira revolução industrial, basicamente dinamizados pelos enfrentamentos do mundo bi-polarizado, trazem também suas influências através de interesse dos “blocos sócio-econômicos” (capitalismo x socialismo), enquadrando povos e territórios em todos os continentes. De acordo com estágios de evolução social apareceram agrupamentos de países, sob as mais variadas toponímias e suas respectivas interpretações³ ideológicas: desenvolvidos / subdesenvolvidos / em vias de desenvolvimento; primeiro / segundo / terceiro mundos; alinhados / não alinhados; industrializados/não industrializados; de “centro” / de “periferia”; emergentes; etc...

Aquelas condições direcionadas aos ditames do sistema capitalista e/ou suas manifestações expressam o papel que a nação norte-americana assumiu, dirigindo suas políticas sócio-econômicas a maneiras cada vez mais avançadas de acumulação e de seu fortalecimento entre as nações hegemônicas, notadamente no ocidente. Conforme C. BUARQUE (1993: 67), o

“... Brasil é um caso extremo de aplicação da estratégia norte-americana. O país submeteu-se a uma sistemática política de

³ Interpretações divulgadas a esse respeito evidenciam, basicamente, expressões dicotômicas entre áreas ricas e áreas pobres e suas inter-relações e/ou confrontos acentuados a partir do pós-guerra e que repercutem ainda nos dias atuais. Há vasta literatura que trata desses assuntos, nas especificidades intra e/ou internacionais, e que aparece com facilidade não apenas em documentos oficiais (ONU/BIRD, etc.), mas sobretudo na produção de estudos acadêmicos e da mídia em geral, sob diversos tipos de discursos.

crescimento econômico, com o mais radical abandono dos objetivos sociais”,

apesar de todo o esforço canalizado pelos investimentos em infra-estrutura que o caracteriza, neste final de século, como um “país moderno”. Porém, com os elevados indicadores de atrasos⁴ que se tornam evidentes pelos desequilíbrios sociais, denunciados, por exemplo, a partir de dados da distribuição de renda e/ou conforme análises do “ranking” do IDH/ONU (vide tabelas 1, 2, 3 e 4), percebe-se, entre descompassos dos avanços técnicos e os avanços dos propósitos econômicos e da estrutura social, em que condições o país está sendo direcionado e como se reflete esta condição na sua marginalização entre os centros de decisão internacional.

TABELA 1
A Distribuição de Renda no Brasil - 1999

Grupo Social	População Aproximada (em milhões)	População Aproximada (%)	Porcentagem da renda
Miseráveis	24	15	01
Pobres	30	20	05
Quase pobres	60	35	20
Classe média	50	29	60
Ricos	02	01	14
TOTAL	166	100	100

Fonte: Reinaldo GONÇALVES. In: “Distribuição de riqueza e retomada do desenvolvimento”, com base nos dados do IPEA. Apud ISTO É / Caderno Especial – “Combate à Pobreza”, edição nº 1569, p. 8-9.

⁴ Com base no IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, que está fundamentado basicamente em condições de saúde/expectativa de vida, nível de instrução/escolaridade e nível de renda (PIB) entre outros indicadores, os relatórios da ONU realizados pela PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, indicavam o Brasil em 1992 classificado em 59º lugar e ao final desta década, colocava-se na 79º posição, abaixo de países como Colômbia, México, Chile, Cingapura, Coréia do Sul, Argentina, Malásia, entre outros.

TABELA 2
A concentração de Riqueza no Brasil
Comparação com os Estados Unidos – 1999

País \ Grupo Social dos Ricos	BRASIL		ESTADOS UNIDOS	
	Renda (%)	Riqueza (%)	Renda (%)	Riqueza (%)
O 1% mais rico	17	53	8	26
Os 5% mais ricos	39	-	21	-
Os 10% mais ricos	53	-	24	-

Fonte: Idem. Ibidem, p. 8-9.

TABELA 3
A Concentração de Riqueza no Brasil - Posição da população/participação
dos 10% mais ricos na renda total nos anos 90

Classificação	País	% Participação dos mais ricos
1°	Brasil	50,00
2°	Zâmbia	46,4
3°	Quênia	45,8
4°	Paraguai	44,2
5°	Peru	42,9
6°	Turquia	40,7
7°	México	40,6
8°	Malásia	39,8
9°	Filipinas	37,0
10°	Argentina	35,2
11°	Sri Lanka	34,7
12°	Tailândia	34,1
13°	Índia	36,6
14°	Portugal	33,4
15°	Egito	33,2

Fonte: IPEA. Apud ISTO É / Caderno Especial – “Combate à Pobreza”, edição nº 1569, p.15.

TABELA 4

Distribuição de Renda em nível pessoal – Comparação da situação Brasileira com a de outros países, conforme IDH/ONU

Classificação do Ranking do país (IDH)	Renda per capita dos 20% da população mais pobre* (1)	Renda per capita dos 20% da população mais rica* (2)	(2) ÷ (1)
1º Canadá	5.971	42.110	7,0
2º Noruega	6.315	37.379	5,9
3º EUA	5.800	51.705	8,9
4º Japão	8.987	38.738	4,3
14º Alemanha	6.594	37.963	5,8
22º Cingapura	4.934	47.311	9,6
34º Chile	1.558	27.145	17,4
50º México	1.437	19.383	13,5
57º Colômbia	1.042	16.154	16,5
79º Brasil	578	18.563	32,5

* Dados em US\$, corrigidos segundo poder de compra, em cada país, de bens e serviços essenciais (1994)

Fonte: Estado de São Paulo, 11/07/99. Apud, texto básico sobre “Desenvolvimento com Justiça Social”, 1º CEPAT – Congresso Estadual dos Profissionais da Área Tecnológica / CREA-RJ, agosto 1999 (mimeo).

A perspectiva, então, para o Brasil em particular e muitos outros países de trajetória mais ou menos idêntica (naquilo que diz respeito às formas de colonização e/ou na produção da dependência) no processo de formação nacional, notadamente neste século, parece ser a de cada vez mais ocupar posição de subserviência e sujeitamento, como aconteceu em seu passado. Assim, nas novas tendências da divisão do trabalho, o papel do Estado na vida nacional parece ser também o de apenas operar estratégias em que políticas econômicas estejam em sintonia com as orientações externas (a partir do FMI) e que colocam em xeque a soberania territorial e de seus cidadãos ou, em outras palavras como aponta C. FURTADO (1998: 73-81) que poderão levar ao “risco de ingovernabilidade”, ameaçando a democracia no Brasil.

Vale lembrar que a ação estatal brasileira teve sempre um papel relevante como principal promotor de vetores de desenvolvimento. Desde o governo Getúlio Vargas, na década de trinta, começou a ser oficializado, intensivamente, um projeto nacionalista com diversas formas de empreendimentos estatais (atuações retomadas e ampliados seus objetivos posteriormente na década de cinquenta num segundo mandato). Aquelas ações deram origem às condições de “modernização” pela criação de infra-estruturas básicas à promoção do ritmo de crescimento urbano-industrial (obras de rodovias, energia, implantação de fábricas, criação da PETROBRÁS, definição de legislação trabalhista, etc.), estratégia essa fundada na mentalidade de “planejamento econômico”, conforme analisou amplamente O. IANNI (1977).

Essas condições se expandiram na efetiva internacionalização do país com o “Plano de Metas” de JK, que traçou, a partir do seu governo, os rumos que deram remodelagens ao território nacional, num audacioso modelo de transformação também dito modernizante (falava-se numa administração de 50 anos em 5), para cinco setores básicos: energia, transporte, indústria de base, alimentação e educação⁵.

A transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília (inaugurada em 1960) foi a “meta-síntese” desse arrojado plano e reorienta as direções do desenvolvimento do país rumo ao centro-oeste e Amazônia. Com apoio de bases legais e institucionais (BNDE, SUMOC, CACEX, Banco do Brasil, entre outros),

⁵ O “Plano de Metas” do governo Juscelino Kubitschek inspirado em técnicas (implantadas) de planejamento, com objetivos de promover padrões para desenvolvimento regional e nacional, baseou-se em “variáveis macroeconômicas e pontos de estrangulamento estruturais, particularmente ligado às relações externas” (C. FURTADO, 1999: 13). A partir de concepções teóricas como dos “pólos de crescimento” (F. PERROUX), o plano de JK procurou inovar, produzindo amplos efeitos no interior da economia e do território brasileiro, e suas continuidades de ações via instrumentos políticos de desenvolvimento regional (tipo SUDAM/SUDENE/SUDECO/SUDESUL, etc.). Por esses caminhos, a “integração nacional” defendida nos PND’s/ideário para “nação-potência”, marcaram, os governos das décadas 60/70, que entre suas políticas induzidas destacam-se a implementação de “distritos industriais” em “cidade-pólo” – como possibilidade de gerar mercado de trabalho/proletarização para parcelas de migrantes das áreas rurais que se modernizavam.

entra em cena a acentuada chegada de capitais estrangeiros, através de agências governamentais (USAID, EXIMBANK e outras) e internacionais (Banco Mundial e Banco Interamericano), alocando recursos financeiros em setores comercial e industrial e infra-estruturais. Em quase todo o país surge uma nova mentalidade desenvolvimentista para erradicação das nossas condições de pobreza e isolamentos regionais (tipo Aliança para o Progresso) que apenas convergiram ao favorecimento da acumulação para determinados segmentos de atividades e grupos sociais.

Em vários lugares à maneira brasileira, a reprodução capitalista via oligarquias regionais que possibilitou certa “integração (econômica) nacional”, apenas promoveu aceleração de desigualdades espaciais, refletida por exemplo, pela dinâmica dos movimentos migratórios e, com eles, as inúmeras conseqüências dos processos de urbanização.

Dessa condição, grosso modo, pode-se dizer que o esforço de crescimento econômico do governo JK com o surto desenvolvimentista que ele almejava para o país em regiões mais atrasadas se deu através da expansão de atividades industriais em áreas onde havia condições para tal. Este esforço, caracterizado dentro de padrões de uma organização espacial, estava pautado em modelos de modernização centrados em concepção de pólos e dinamizados por vinculações com atividades ligadas aos setores agrícola e industrial.

Através de acessos não somente aos financiamentos externos mas também pela aquisição de “pacotes” com informações acerca de processos produtivos, via idéias/sugestões e consumo de meios para transformações tecnológicas que foram colocadas à disposição do mercado nacional, difundiram-se, assim, (nas negociatas) as bases do paradigma, o que marcou significativamente o país nas décadas de sessenta e setenta.

A partir dessas condições que visavam basicamente o “crescimento econômico”, mas que ensejaram ritmos de desequilíbrios em seus fluxos

(problemas inflacionários, por exemplo), o comprometimento de relações geopolíticas, internas e externas (notadamente sob as influências americanas), desencadearam crises que desarticularam o poder governamental, conduzindo o país a uma administração militar, com o apoio de tecnocratas e setores sociais conservadores.

Esta situação sob comando de um regime de exceção deflagrado em 1964 (contemporâneo ao que também acontecia em vários países da América Latina) redefine, conforme I. RANGEL (1985: 19-28), um “*pacto de poder de sociedade*”, centrado naquela ocasião entre as forças emergentes dos militares e empresários, com o apoio de alguns segmentos sociais influentes (acadêmicos, da igreja, etc.)⁶. Assim, lado-a-lado, adesistas estiveram em todas as regiões brasileiras, empunhando “bandeiras nacionalistas” de um progresso a ser alcançado na “nova ordem” interna e pelos desígnios econômicos internacionais. Aliás, através de governos americanos (leia-se Nixon) prometiam à ditadura brasileira “ajudas” para tornar o Brasil uma superpotência, algo que, muitos acreditavam, viesse acontecer e, num passe de mágica, o país ingressaria no chamado primeiro mundo.

Os reflexos daquela fase ficaram conhecidos dentro do que se chamou de “capitalismo brasileiro”, como a “era do milagre”, creditado esse acontecer (entre 1968/74) a uma fase de “eficiência econômica”, que empreendia rupturas exponenciais agregadas ao território (nos diversos sistemas de objetos) e, conseqüentemente, definindo o novo modo de ser dos seus habitantes (leia-se grupos sociais e suas ações).

⁶ Em suas abordagens, I. RANGEL sempre procurou evidenciar como o poder do Estado brasileiro vem historicamente sendo exercido e nele, o papel da “coalização de duas classes, que refletem o estágio de desenvolvimento das forças produtivas”, promovendo os reajustamentos estruturais que marcam as análises acerca das “dualidades brasileiras”. Ver I. RANGEL, Ignácio. “A história da dualidade brasileira”. In: *Revista Economia Política*, Vol. I, nº 4, Editora Brasiliense, 1981; Idem. *Economia: Milagre e Anti-Milagre*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985. Como apoio, consultar Armen MAMIGONIAN. “Introdução ao Pensamento de Ignácio Rangel”. In: *GEOSUL*, nº 3, EDUFSC, 1997, p. 63-71.

De certo modo, aquela fase é também lembrada através das peculiaridades conjunturais que permitiam grandes realizações estatais, ditas como tentativas mais uma vez de superação de nossos atrasos sócio-econômicos. Veja-se assim, que na profusão tecnológica como resultado de mais uma nova opção industrial substitutiva de importações, suas realizações chegaram ao campo, consubstanciando-se em reformas agrícolas e não reformas verdadeiramente agrárias. Algo dessa natureza ainda é, hoje, ponto de animosidades e reflete-se particularmente nos espaços da cidade.

Daquela fase ainda, de bonanças econômicas, em que os “investimentos” alocados significavam entrada de recursos financeiros externos para infra-estruturas implementadas pelo Estado (seguindo recomendações pautadas nos PND’s – Planos Nacionais de Desenvolvimentos, 1972/74 e 1975/79), atendendo sob a forma de empréstimos de dinheiro barato às empresas privadas nacionais em diversos setores (saneamento, telecomunicações, metal-mecânica, têxtil, etc.)⁷, a reorganização do território se fez dentro de expectativas de uma rápida expansão das fronteiras almejada pelos agentes do sistema capitalista, atuantes naquela conjuntura.

Por esse movimento, inicialmente, consideráveis áreas do país (notadamente o “centro”) foram intensamente (re)modernizadas enquanto outras (na “periferia”) ficaram a reboque da fluidez com que o sistema foi criando suas

⁷ A esse respeito, existem estudos, por exemplo, sobre a evolução industrial brasileira cujas interpretações procuram explicar, no tempo e em vários lugares, características dessas atividades (geneses, condições locacionais, atores sociais, etc.) e suas inserções em contextos sócio-econômicos. Armen MAMIGONIAN como referência acadêmica na área de Geografia Econômica, tem emprestado significativa contribuição teórica e empírica em análises que tratam das gêneses das atividades e grupos empresariais/industriais, nas suas relações sócio-espaciais em diversas escalas. A produção acadêmica daquele geógrafo e/ou sob sua orientação através das pesquisas de pós-graduandos (UFSC, USP, UNESP – P. Prudente) têm permitido que se conheça, por exemplo, processos deflagrados no centro-sul do Brasil, Santa Catarina em particular (caso de Brusque, Blumenau, Joinville, São Bento do Sul, Florianópolis, oeste e sul do estado, etc.), e neles sejam identificadas as especificidades regionais relacionadas com o dinamismo do setor em várias escalas. Deste autor ver, “Teorias sobre a Industrialização Brasileira”. *Cadernos Geográficos*, nº 2. Florianópolis: GCN/CFH/UFSC, 2000.

necessidades de (re)produção. Aos poucos, as intercomunicações chegavam a todo o território brasileiro, numa gradual descentralização simultânea, e foram induzindo padrões de desenvolvimento apregoados aos longínquos pontos do país onde, em cada lugar/região (dentro de suas especificidades), nexos de inserção aos mercados expressavam estar em sintonia com algum nível da “modernização”.

Com efeito, esse tipo de encaminhamento atribuído ao país criou uma racionalidade nos processos de desenvolvimento, gerando profundas condições de comprometimento da população brasileira e de sua qualidade de vida, cujos efeitos se manifestam nas seguidas situações de crises da economia, crescentes nas três últimas décadas deste século. As influências externas (crise do petróleo, dívidas, etc.) apenas apontam parte do quadro em que o país se inseriu, aprofundando internamente desigualdades que pareciam estar de algum modo superadas.

A também gradativa transformação da população brasileira, por exemplo, de predominantemente rural (68,76% - 1950) para predominantemente urbana (55,92% - 1970) se constitui, pois, num dado que mostra o tipo de tendência à urbanização, relacionado com a maciça penetração de “modernas” relações capitalistas avançadas no campo, nas sucessivas “etapas” de desenvolvimento (meios de produção, divisão do trabalho, etc.) do espaço rural, de conseqüências que, ainda hoje, cada vez mais, atingem setores da vida nacional. É vista como “modernização dolorosa, selvagem”, porque os mecanismos de mudanças pouco atingiram as estruturas agrárias (veja-se hoje, o porquê da existência de vários movimentos sociais como o MST/Movimento dos Sem Terra, entre outros).

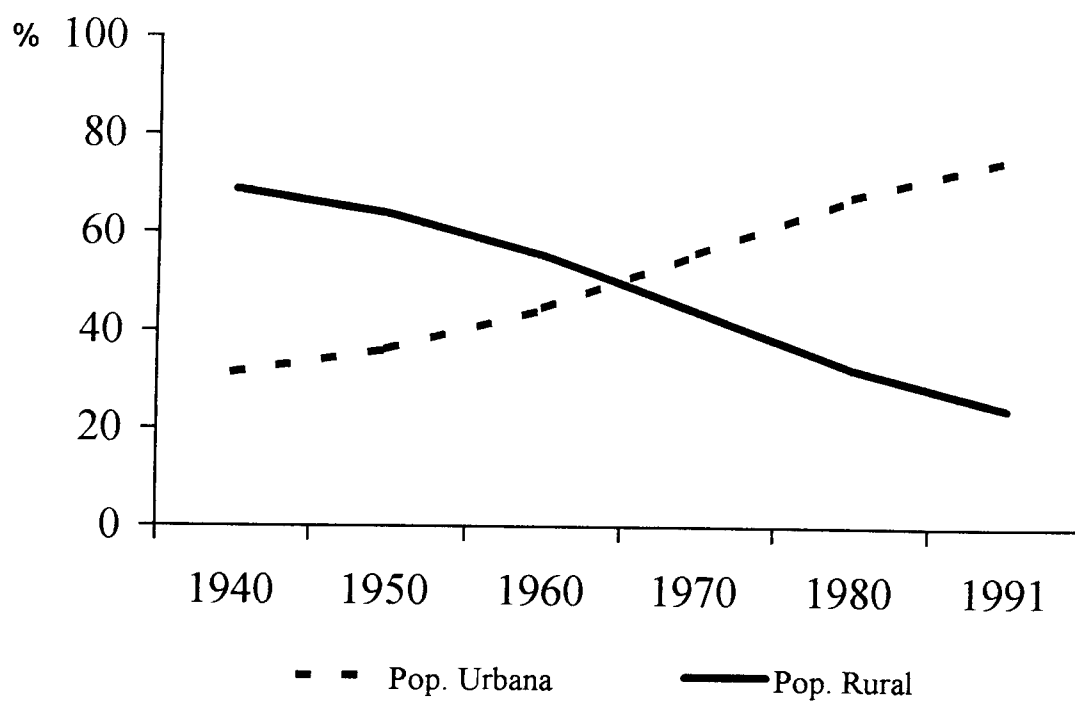
O rápido crescimento urbano, já na década de sessenta, indicava que cidades como São Paulo e Rio de Janeiro tinham ultrapassado cifras de um milhão de habitantes. Nas décadas seguintes, em 1970 havia cinco cidades, em 1980 dez cidades, em 1991 doze cidades (SANTOS, 1993: 74) e a perspectiva é

de que em 2000, cerca de quinze cidades tenham ultrapassado tais cifras, estando três delas (São Paulo, Campinas e, provavelmente, Guarulhos) no Estado de São Paulo e duas (Rio de Janeiro e Nova Iguaçu) no Estado do Rio de Janeiro que, juntamente com Belo Horizonte (MG), formarão na região sudeste a maior concentração de áreas urbano-metropolitanas do país. Veremos assim, pela densidade da metropolização, consolidar-se no início do próximo milênio, a primeira megalópole latino-americana.

A conseqüência mais visível a partir desses indicadores está relacionada às sucessivas etapas de desenvolvimento que é assimilado pelo país, às vezes combinadas com estruturas pré-existentes, atingindo a todos os setores da vida nacional através de “políticas públicas” implementadas pelo Estado em suas instâncias e que evidenciam, claramente, por quais caminhos vêm se realizando as transformações sócio-espaciais.

Nota-se ainda, por exemplo, que no acentuado processo de urbanização da população brasileira, a partir dos anos 40 (veja comportamento ilustrativo na Figura 1, elaborado com dados constantes na Tabela 5), alcançando lugares não apenas de cidades-capitais das unidades federativas (muitas delas transformando-se rapidamente em regiões conurbadas – tipo Florianópolis e/ou outras capitais de seu porte – ou em vias de metropolização), mas chegando a centros interioranos, passou a existir uma dinâmica entre regiões urbanizadas que passou a definir importantes papéis na organização espacial.

FIGURA 1
Tendências da Evolução da População Urbana e Rural no Brasil – 1940/1991



Fonte: F.I.B.G.E. – Dados Estatísticos do Brasil, de 1940 a 1991, a partir de informações da tabela 5.

TABELA 5

Aspectos Estatísticos de Evolução da População Brasileira: 1940 - 1991

GRANDES REGIÕES	DOMICÍLIO	POPULAÇÃO PRESENTE E/OU RESIDENTE							
		1940	1950	1960	1970	1980*	1991*		
BRASIL	Urbano	12.880.182 **(31,24)	18.782.891 (36,16)	31.303.034 (44,67)	52.084.984 (55,92)	80.454.712 (67,57)	110.990.990 (75,60)		
	Rural	28.356.133 (68,76)	33.161.506 (63,84)	38.767.423 (55,33)	41.054.053 (44,08)	38.616.153 (32,43)	35.834.485 (24,40)		
NORTE	Urbano	405.792 (27,75)	580.867 (31,49)	957.718 (37,38)	1.626.600 (45,13)	3.040.254 (51,66)	5.922.574 (59,04)		
	Rural	1.056.628 (72,25)	1.263.788 (68,51)	1.604.064 (62,62)	1.977.260 (54,87)	2.845.282 (48,34)	4.107.982 (40,96)		
NORDESTE	Urbano	3.381.173 (23,42)	4.744.808 (26,40)	7.506.500 (33,89)	11.752.977 (41,81)	17.581.828 (50,44)	25.776.279 (60,65)		
	Rural	11.052.907 (76,58)	13.228.605 (73,60)	14.665.380 (66,11)	16.358.950 (58,19)	17.273.641 (49,56)	16.721.261 (39,35)		
SUDESTE	Urbano	7.231.905 (39,42)	10.720.734 (47,55)	17.460.897 (57,00)	28.964.601 (72,68)	42.841.510 (82,79)	55.225.983 (87,97)		
	Rural	11.113.926 (60,58)	11.827.760 (52,45)	13.169.831 (43,00)	10.888.897 (27,32)	8.904.808 (17,21)	7.514.418 (12,03)		
SUL	Urbano	1.590.475 (27,73)	2.312.985 (29,50)	4.360.691 (37,10)	7.303.427 (44,27)	11.881.928 (62,46)	16.404.032 (74,12)		
	Rural	4.144.830 (72,27)	5.527.885 (70,50)	7.392.384 (62,90)	9.193.066 (55,73)	7.157.007 (37,54)	5.726.345 (25,88)		
CENTRO-OESTE	Urbano	270.837 (21,52)	423.497 (24,38)	1.007.228 (34,22)	2.437.379 (48,04)	5.118.092 (67,72)	7.663.122 (81,33)		
	Rural	987.842 (78,48)	1.313.468 (75,62)	1.935.764 (65,78)	2.635.880 (51,96)	2.435.415 (32,28)	1.764.479 (18,67)		

** Entre parênteses, as porcentagens das populações urbana e rural

* População residente

Fontes: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1981, Tabulações Avançadas do Censo Demográfico, 1981 e Censo Demográfico de 1991.
Dados de 1940 a 1970 - Apud Migrações no Brasil. O Peregrinar de um povo sem terra. CEM/Ed. Paulinas, Vol. 17, 1986, p. 15.

Evidencia-se, então, que num sistema de relações entre a cidade e sua hinterlândia, concepções de redes⁸ definem-se, numa hierarquia espacial “*resultante da relação fundamental entre cidade e modelo de desenvolvimento*” (ROCHEFORT, 1998: 94). No Brasil, nos anos 60/70, realizou-se a difusão dessa prática via atividades associadas com o “planejamento”, que serviu de base para as políticas de investimentos (estadual e/ou privados) naquela ocasião, em programas oficiais implementados, do tipo “cidades-médias” (CNDU – Conselho Nacional do Desenvolvimento Urbano/Ministério do Interior), que atendia às negociações do governo brasileiro com o BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento)/Banco Mundial.

A urbanização brasileira tem sido avaliada por vários tipos de estudos técnicos (IBGE) e/ou acadêmicos, comentados, por exemplo, através de M. ABREU (1990) ou naqueles estudos analisados/organizados por R.L. CORRÊA (em vários títulos), M. SANTOS (1993), A.F. CARLOS (1994) e M.F. GONÇALVES (1995), em que cada um, dentro de suas intenções, oferece ricas abordagens dessa sintomática e abrangente questão⁹.

Por outro lado, vale salientar que na chamada modernização da agricultura – aqui também apelidada de “Revolução Verde” – intensificou-se, no Brasil, notadamente a partir da década de 70 (processo iniciado já na década de 50), a

⁸ Os estudos de redes se constituem em temáticas de diferentes abordagens, quando relacionadas com a organização espacial. Na Geografia há uma tradição na utilização desse procedimento teórico-metodológico e que, na atualidade, ganha novas dimensões pelo caráter dos parâmetros que fundamentam as análises, sobretudo associadas às influências que o meio-técnico informacional aloca no espaço geográfico. Há uma vasta literatura sobre esta questão de diferentes aplicações. A partir de R.L. CORRÊA (1989) e M. ROCHEFORT (1998) pode-se consultar e avaliar o que há disponível. Ver também M. SANTOS (1996, Cap. 11, p. 208-222).

⁹ Na geografia brasileira, através de iniciativas transdisciplinares pela AGB em vários de seus eventos, como os Simpósios Nacional de Geografia Urbana, vêm sendo apresentadas e publicadas excelentes contribuições (teóricas e/ou empíricas) que dão uma certa dimensão acerca dos problemas que envolvem a questão. Por outro lado, no texto de M. SANTOS (1993) mencionado, encontram-se anexadas algumas sínteses estatísticas e cartográficas da situação brasileira que ilustram, didaticamente, o fenômeno da urbanização conforme as avaliações encetadas por este autor, ao longo do texto discutido.

adoção de medidas cada vez mais articuladas ao setor urbano-industrial, cujos resultados visavam, basicamente, atender às necessidades ditadas pelo mercado externo. Isso possibilitou formas de crescimento através de grandes empresas que estrategicamente realizaram a incorporação de áreas, como da Amazônia e Centro-Oeste, convertendo-as, pela euforia do “milagre econômico”, nas novas fronteiras de expansão agrícola e nelas a expansão de “padrões urbanos” que, significativamente, influenciaram na “integração” dos espaços aos novos circuitos da economia.

No bojo dessa dinâmica, o país, que assimilou rápidas transformações tanto no âmbito do campo como no da cidade, começou a perceber que aquela “modernização conservadora” estava gerando a exaustão de seu modelo já em fins da década de 70, quando ares da redemocratização em marcha denunciavam, geopoliticamente, que o ambiente da crise financeira internacional não se apresentava favorável aos esbanjamentos econômicos.

Mesmo com grandes safras agrícolas no início dos anos 80, que marcaram também fases eufóricas de transição e o reencontro do povo com a “redemocratização”, o cenário dessa década (para muitos “a década perdida”) é acompanhado de uma série de preocupações oriundas dos mais variados problemas sócio-econômicos (“pacotes”) e ecológicos. Essas questões já vinham sendo avaliadas e denunciadas, internacionalmente, antes mesmo da eclosão da chamada “questão ambiental” em Estocolmo (1972), estando presentes em vários níveis de todos os segmentos da vida contemporânea e têm suscitado polêmicas de diversas ordens acerca da sua compreensão e viabilização de ações práticas. No geral, a questão ambiental se explicitou amplamente, nas últimas décadas, em decorrência de intensos problemas relacionado com os “usos e abusos” dos recursos naturais e, conseqüentemente, com o comprometimento da qualidade de vida humana.

Sob feições bem diferentes, em todo o espaço terrestre, a questão ambiental cada vez mais põe em xeque as estratégias de desenvolvimento e seus padrões de relações de (re)produção social. Em quase todos os ramos do conhecimento científico, essa questão tem despertado interesses e, conforme está analisada em trabalhos de C.A.F. MONTEIRO (ver principalmente 1980 e 1999), originalmente através da Geografia, as preocupações ecológicas na dimensão nacional brasileira ganham destaque nas suas especificidades dos sistemas tropicais e suas inserções em contextos estruturadores das relações internacionais de nossa sociedade neste final de milênio¹⁰.

Desse modo, a partir da década de sessenta, os “modelos” de desenvolvimento instituídos no país como um todo ou em suas frações territoriais, traduziram-se em problemas manifestados através de: desmatamentos, contaminação de recursos naturais e alimentares, erosão do solo, concentração de renda e fundiária, migração/êxodo rural, favelização/segregação urbana, desemprego, inflação, miséria, criminalidade, dívidas, etc.

Esses indicadores passaram a compor na ordem do dia a nova face da “nação modernizada”, que convive com iniciativas de inúmeros focos de reivindicações, manifestados através dos movimentos populares, e que, nos anos 80/90 vêm adquirindo contornos e impulsos cada vez mais crescentes (como o MST – Movimento dos Sem-Terra), traduzindo-se assim em referência para consciência nacional, diante de lógicas modernas/neoliberais que fazem a gestão perversa dos tentáculos da “globalização” em todo o mundo e, no Brasil, em particular.

¹⁰ Como a “questão ambiental” tomou-se foco de reflexão para a sociedade em geral na atualidade, e tem possibilitado o aparecimento de vasta quantidade de publicações (mesmo que alguns estudiosos, técnicos e políticos, ainda na aurora do século XXI, insistam em não querer aceitá-la), a maioria das contribuições em todas as áreas trazem significativas análises (teóricas e/ou empíricas) para diversos níveis de interesses, como em “Geografia e Meio Ambiente no Brasil”, coletânea de textos organizada por B. BECKER et al. (1995).

Na verdade, o que vem acontecendo entre as nuances da contemporaneidade reflete as tentativas de reorganização do espaço em suas várias dimensões pelo mercado global, que se encontra permanentemente promovendo ajustes estruturais em função das crises financeiras que se sucederam (notadamente desde a crise do petróleo – 1973, induzida pela OPEP), e delas influenciando nos rumos das relações geopolíticas e econômicas internacionais em cada fração nacional, culminando, assim, com as decisões do chamado “Consenso de Washington” (1989). São estratégias deliberadas como receituário de medidas econômicas, direcionadas notadamente para o “Terceiro Mundo”, centradas em privatizações de estatais e na desregulamentação gradual das economias nacionais.

Por expedientes dessa natureza, tutelados via organismos como FMI/Banco Mundial-BIRD, muitos países passaram a conviver, nas últimas décadas, com intensos processos de internacionalização de capital e, conseqüentemente, com tensões envolventes pelas circunstâncias das crises (sucessivos “pacotes” de estabilidade econômica).

Por conta das dívidas – essência da “nova ordem” – realizam-se mecanismos de negociações internacionais, principalmente entre bancos e empresas. São esses agentes que têm promovido ampla fragmentação dos interesses nacionais, tendo na inovação tecnológica e na competitividade, as maneiras mais perversas de promover a acelerada má distribuição de rendas e riquezas, via contradição gerada pelas ações de desregulamentação das economias nacionais.

Em outras palavras, isso quer dizer que há um aprofundamento da livre concorrência em escala mundial, em que os detentores de meios técnicos de transportes, informação e telecomunicações agem e ultrapassam obstáculos (inclusive fronteiras) em função das necessidades que criam para acumulação do capital, em suas múltiplas formas e manifestações. Os riscos dessas ações têm

fomentado conseqüências sociais terríveis, principalmente para os trabalhadores (aspectos legais: códigos / leis / convenções, arrocho de salários e desempregos, etc.), submetidos às armadilhas estratégicas das nações hegemônicas e/ou a elas alinhadas.

Nesse ambiente de acirrada competição, preparado intencionalmente para viabilizar o expansionismo norte-americano com “apoio” da Europa e do Japão (mesmo que concorrentes entre si e com áreas de influências pré-estabelecidas), regiões como a América Latina submergiram já na década de 80 em crises cíclicas, influenciadas principalmente pela ciranda inflacionária e pela dívida externa. Elas se tornaram freqüentes em vários países, como no Brasil, controladas apenas em alguns momentos da década de 90 (Plano Real) sob altos custos e comprometimentos sociais. Essa tem sido, então, a tônica dos discursos que vêm determinando uma ansiosa “modernidade” da qual decorrem os rumos políticos que passaram a implementar o sentido de aberturas sócio-econômicas, sobretudo via privatizações (inicialmente em países como o Chile, México, Argentina ... etc... e, finalmente, no Brasil)¹¹ em países emergentes, forçadas pelas negociações entre Estados e/ou organismos internacionais.

Com o acentuado e controverso dinamismo desses processos pela “globalização”, os enfrentamentos passaram a estimular a integração na forma de

¹¹ No Brasil, o processo de privatização de empresas estatais ainda em curso, em várias instâncias, tem assumido peculiaridades jamais vistas antes. As justificativas difusas com tons propagandísticos, agilizadas conforme recomendações/interesses internacionais (leia-se FMI), traduzem as retóricas neoliberalizantes da globalização. Assim, o discurso de retirada/saída do Estado dos “setores produtivos”, nas flexibilizações de governantes brasileiros da década de noventa, aparecem sob negociatas a preços amplamente questionáveis, pelas vendas/repasse de empresas de setores como Telecomunicações, Elétrico, Mineração, Petroquímica, Fertilizantes, Portuário, Ferroviário, Financeiro, entre outros. Pela tendência, até atividades de setores como Saúde e Educação, em breve, correm sérios riscos de entrar na “ciranda das privatizações”. O papel do Estado nesse novo contexto segue, em termos, o gerenciamento das novas concessões, criando ao estilo americano as diversas “AN – Agências Nacionais”, que passaram a atuar com funções discutíveis em suas finalidades. As intenções da atuação estatal através do BNDES, nas privatizações, fazem parte de um sério Balanço do que vem ocorrendo no Brasil, realizado por A. BIONDI (1999) e, claramente, nele aparecem os direcionamentos e conseqüências que esse processo vem promovendo para a nação.

blocos, sob novos processos em curso via MERCOSUL, constituído a partir de 1990 (Tratado de Assunção)¹².

Na realidade, muitas daquelas controvérsias ainda persistem em torno dos significados (jurídicos, culturais, econômicos, etc.) que sinalizam a constituição e existência do MERCOSUL, frente a consolidação de outros blocos como a União Européia, NAFTA, ou mesmo nas intenções da ALCA. Todas essas iniciativas representam tentativas de reestruturação produtiva do sistema capitalista face às possibilidades introduzidas na (re)produção do espaço, principalmente pelo mundo do trabalho, impondo novos padrões de comportamento e, conseqüentemente, novos padrões de consumo, apoiados predominantemente em mercadorias que definem cada vez mais relações de troca (compra e venda).

Denota-se, assim, que nessa nova “cultura empreendedimentista”, como denomina D. HARVEY (1993) o papel do Estado Nacional, em todos os planos, altera-se em função dos novos contextos em ação no capitalismo global, dando fisionomias às estratégias flexíveis de acumulação (muitas vezes somente através de privatizações) e, conseqüentemente, ao desmantelamento do próprio Estado.

Segundo vários autores, os fundamentos que encaminham as práticas de “livre mercado” e que permitem amplas relações de trabalho, foram gestados desde a década de 60 e neles sobressaem contribuições teóricas como as de FRIEDMAN, mentor de idéias e fórmulas que passaram a ser difundidas como

¹² Essa prática integracionista iniciada institucionalmente com o TIAR – Tratado Interamericano de Ajuda Recíproca/1947, possibilitou, posteriormente, o aparecimento de novos processos como a ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio/1960; ACA – Acordo de Comércio da América Central/1961; Pacto Andino/1969; SELA – Sistema Econômico Latino-Americano/1975; ALADI – Associação Latino-Americana de Integração/1980; OECL – União Aduaneira dos Estados Caribenhos do Leste/1991 com surgimento de “blocos sub-regionais” que têm entre outros objetivos, formas de “neutralizar”, em parte, a situação de influências das nações capitalistas hegemônicas. O MERCOSUL iniciou-se através de acordo Brasil-Argentina (1987) e evoluiu para uma área de livre comércio juntamente com o Paraguai e Uruguai, todos signatários de uma integração na região da Bacia do Prata. Formalizado internacionalmente em 1991, desde então, muitas controvérsias e/ou adesões (Bolívia, Chile) têm sido formuladas. Inúmeras publicações servem de referências, conforme os documentos oficiais e/ou interpretados pela sociedade civil, via meios acadêmicos e mídia em geral.

padrões de desenvolvimento de um capitalismo competitivo, em função das perspectivas que se vislumbravam a partir de mercados emergentes (tanto no ocidente como no oriente), como aparecem nos comentários apresentados por C.A.F. MONTEIRO (1997).

Esse contexto que vem delineando tentáculos da “globalização” no espaço geográfico tem peculiaridades que, em nível local/regional ou mesmo nacional constituem a base de um quadro geral em que, para se analisar e compreender a sua produção é necessário encontrar elementos que contribuam para o entendimento da realidade atual, objetivo básico deste estudo sobre Florianópolis, detalhado a partir dos próximos capítulos.

Capítulo 4

A inserção de Florianópolis na Formação Sócio-Espacial Brasileira contemporânea

Florianópolis e a sua contemporaneidade, nas considerações aqui arroladas, compreende um conjunto de traços com características que dão a identidade de inserção do lugar/região no espaço mundial, via processos que definem nexos associados a padrões de modernidade e, portanto, dos rearranjos no modo de produção incorporados no território.

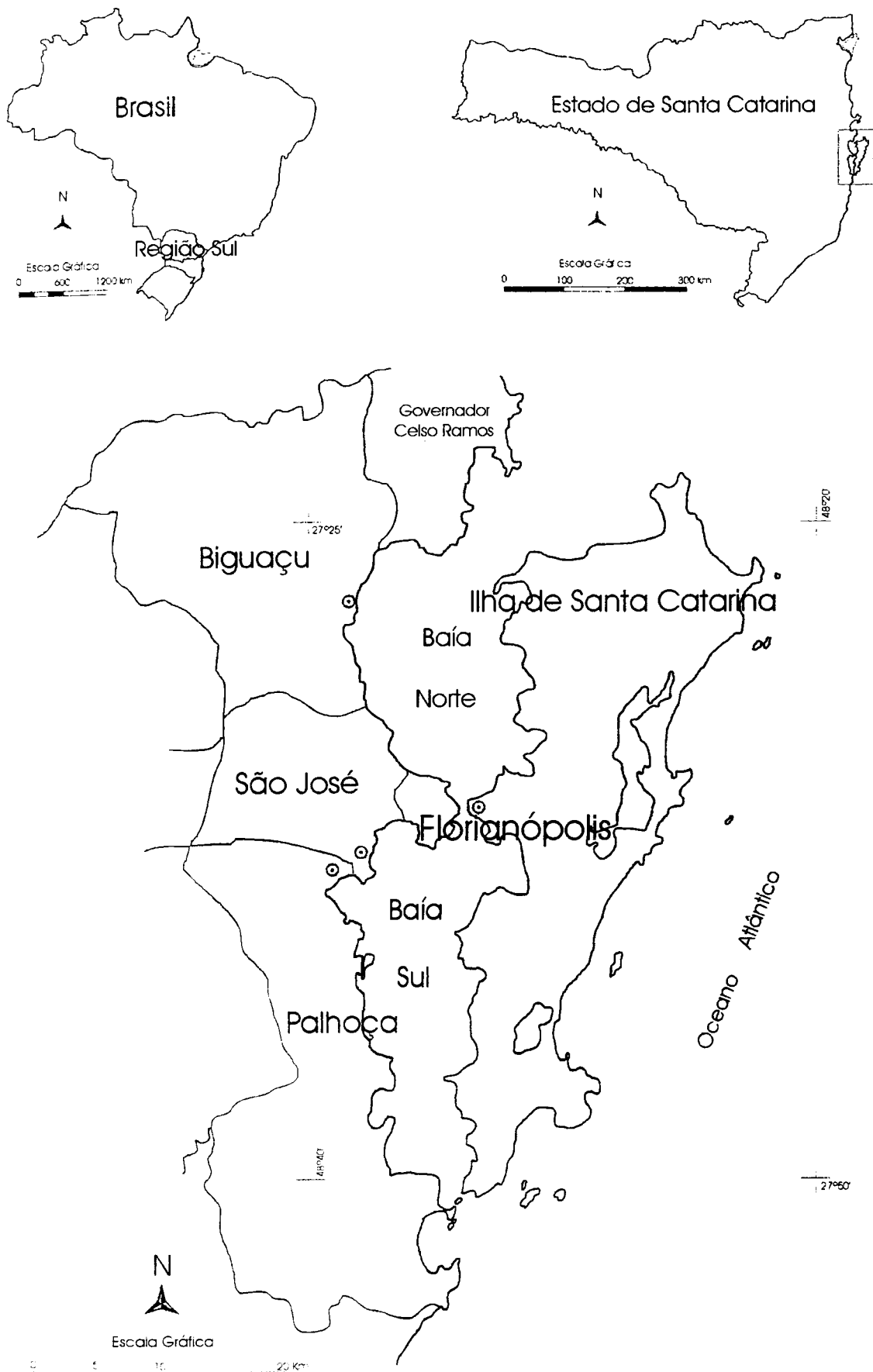
O fio condutor do “imaginário” dito de modernidade tem, nesta pesquisa, aproximações conceituais que tendências dos processos de “globalização” sugerem, conforme já se discutiu anteriormente, para explicar as características recortadas da organização espacial atual e futura.

• Condicionantes da produção do “sítio social” do lugar

Florianópolis (antiga Nossa Senhora do Desterro, de 1651 até 1894) como lugar e sede estadual de capital e governo, sempre teve na sua trajetória, íntima relação com o mar. Com localização estratégica na costa catarinense (Fig. 2) permitiu que na sua formação sócio-espacial desencadeassem produções territoriais inseridas, de certo modo, nos contextos da própria formação nacional brasileira.

Se na história oficial do povoamento europeu na Ilha de Santa Catarina, onde está Florianópolis, os primeiros registros datam do início do século XVI,

Fig. 2 - O Município de Florianópolis e a sua Localização



Fonte: Mapa Físico-Político do Município de Florianópolis - 1998 (1:100.000)
 Mapa Político do Estado de Santa Catarina - 1997 (1:500.000)

não levando em consideração a presença de comunidades primitivas indígenas, a história da natureza ambiental é bem mais remota. As formações estruturais dos modelados que datam do Pré-cambriano (rochas cristalinas) estão presentes nas configurações descontínuas de vários morros, compondo um destacável arquipélago dessa região litorânea na porção central catarinense, numa seqüência de bordas contínuas ao conjunto genealógico da área continental em que aparecem nas Serras do Leste (como a Serra Geral). Também aparecem formações que datam de períodos alternados do Terciário e do Quaternário (rochas sedimentares) com materiais acumulados nas extremidades dos morros rochosos que, ao longo do tempo, foram criando condições para o aparecimento de várias formas de “linhas de costas”. Desenvolveram-se aí cordões arenosos de restingas e praias e, à medida que se expandiam, davam origem às pequenas “lagoas de barragens”. O retrabalhamento intensivo desses materiais sedimentares pela ação dos ventos (erosão eólica) tem possibilitado a origem dos “campos de dunas”, comuns em muitas praias como, por exemplo, na região da praia da Joaquina.

Deste ponto de vista geológico, inclusive sob atuação posterior as transgressões marinhas, ora subindo ou abaixando, respectivamente nos períodos glaciais do Quaternário, é que a configuração física da ilha começa a se definir para o estágio atual, de ambiente bastante recortado, onde aparecem paisagens como as “zonas de costões” (mar “aberto” – externo) e as “zonas de mangues” (mar “fechado” – interno, nas proximidades das grandes baías). Entre esses locais surgem as “zonas de praias” (tanto em áreas externas-diretamente em contato com o Atlântico, como em áreas internas – áreas da baía) que têm sido objeto de análises sobre as mais variadas ações antropogênicas (pesca, navegação, lazer, turismo, etc.) em seus diversos tipos morfológicos. A ilha separa-se do continente por um alongado canal localizado entre as baías internas, onde as partes emersas têm distâncias mais próximas em torno de 500 m., ligadas pelas pontes Hercílio Luz (inaugurada em 1926), Colombo Sales (inaugurada em 1975)

e a Pedro Ivo Campos (inaugurada em 1991), estando essas duas últimas distantes da primeira em torno de 350 metros.

Sobre esse ecossistema insular e suas relações com áreas continentais circunvizinhas, inúmeros estudos em diversas escalas, integrados ou parcializados por setores de processos temáticos específicos, têm permitido que avanços em mapeamentos técnicos e/ou análises das inter-relações dos elementos constituídos sejam (re)elaborados.

Neles, em geral busca-se o entendimento da dinâmica entre sistemas físicos terrestres e atmosféricos e, proporcionalmente, quando conveniente, relações acerca das interferências antrópicas. Como exemplos pesquisas realizadas por AB'SABER (diversas), C.A.F. MONTEIRO (1958), V.A. PELUSO Jr. (1986), J.J. BIGARELLA e colaboradores (ver principalmente dados contidos em 1994 e 1996), G. DUARTE (1988), M. NASCIMENTO et al. (1988), M.L. HERRMANN (1989 e 1999), A.D. SILVA (1990), M.L. HERRMANN & R. ROSA (1991), L. SEZERINO & C.A.F. MONTEIRO (1990), IBGE/SDE-SC (1997), B. LEDO et al. (Orgs.) (1997) e O. CRUZ (1998) oferecem, substancialmente, pistas acerca de processos averiguados e que muitos outros pesquisadores se apóiam na elaboração de seus estudos. Neles, aparecem também sob formas de análises e “denúncias”, marcas da ação antrópica em vários tipos de empreendimentos e sua relação (impacto/riscos) com o meio ambiente, que tem alterado significativamente aspectos estruturadores de ecossistemas locais, como é o caso dos manguezais da Ilha de Santa Catarina, que vêm sofrendo reduções drásticas de suas áreas (veja tabela 6) haja vista que, num período de 40 anos (entre 1938-78), aproximadamente 32% daquelas áreas desapareceram e, com certeza, nas duas últimas décadas esse percentual tem se ampliado como consequência da intensificação da urbanização. Fato análogo constatado por M.L. HERRMANN (1999) em levantamentos (de 1981 e 1995) para sua pesquisa de tese mostra como a tendência da evolução do aglomerado urbano tem se realizado com áreas de municípios em torno da capital (Figura 3).

TABELA 6
Redução das Áreas de Manguezais na Ilha de Santa Catarina (Km²)

Períodos Áreas	1938*	1956*	1966*	1978*	1981**
Ratones	16,57	13,52	12,10	10,40	6,25
Saco Grande	1,38	1,21	1,10	1,00	0,95
Itacorubi	2,53	2,15	2,00	1,73	-
Rio Tavares	15,32	14,22	12,18	11,47	8,22
Tapera	0,92	0,74	0,53	0,40	-
Total	36,72	31,84	27,91	25,00	-

* Fotografias aéreas

** FATMA: levantamento topográfico

Fonte: NASCIMENTO, Marcelo Vieira. Contribuição ao estudo dos manguezais da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis, SEMAGEo 1988. Apud SILVA, Albertina Dutra. Estudo Geo-estrutural do Manguezal de Ratones na Ilha de Santa Catarina. Município de Florianópolis, SC. Florianópolis: GCN/PPGG-CFH/UFSC, 1990 (Dissertação de Mestrado).

É a partir de condicionantes locais e seus aproveitamentos na trajetória histórica que o cerne desta pesquisa pretende constituir as intenções da sua realização. Das rugosidades da paisagem e suas relações no espaço contemporâneo busca-se o entendimento que as inter-conexões fazem neste lugar, as possibilidades do que se convencionou chamar “mundo globalizado”.

• Nexos de Percurso e de Conjuntura

Do limiar do século XIX, quando Florianópolis apresentava declínios nas suas relações econômicas e até as primeiras décadas do século atual, a cidade não expressou relevância se comparada com outras capitais brasileiras, ou mesmo importantes centros catarinenses que despontavam como Blumenau e Joinville.

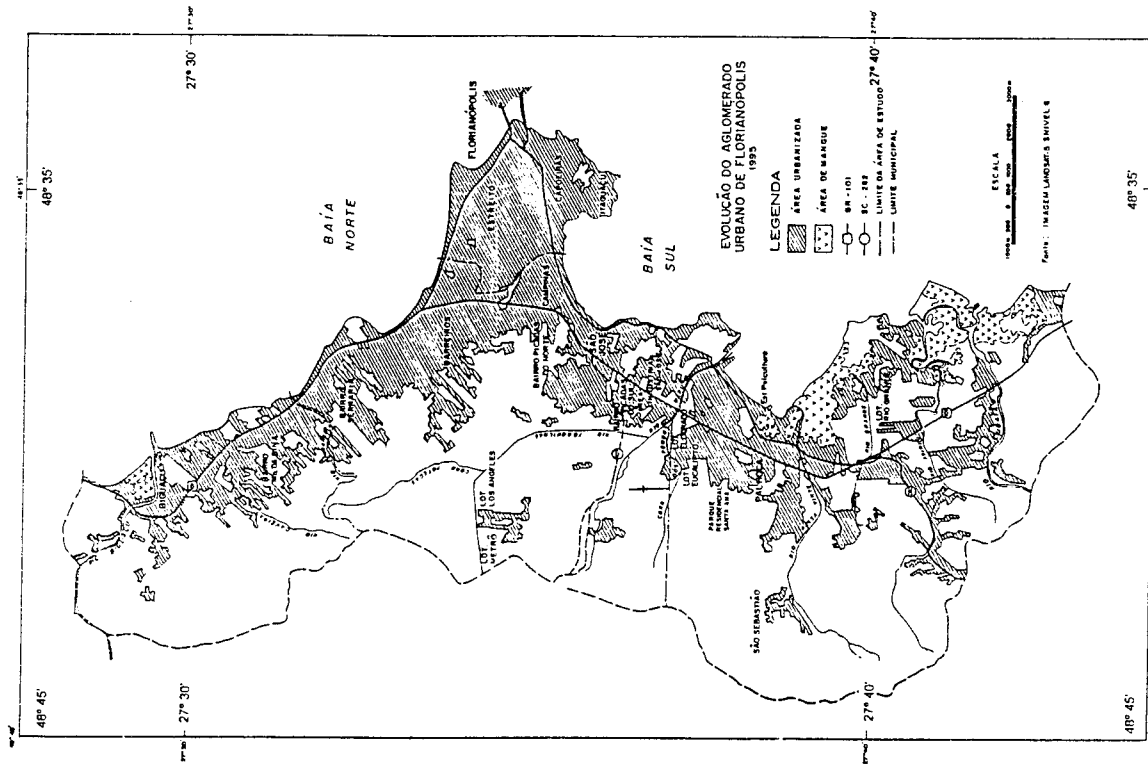
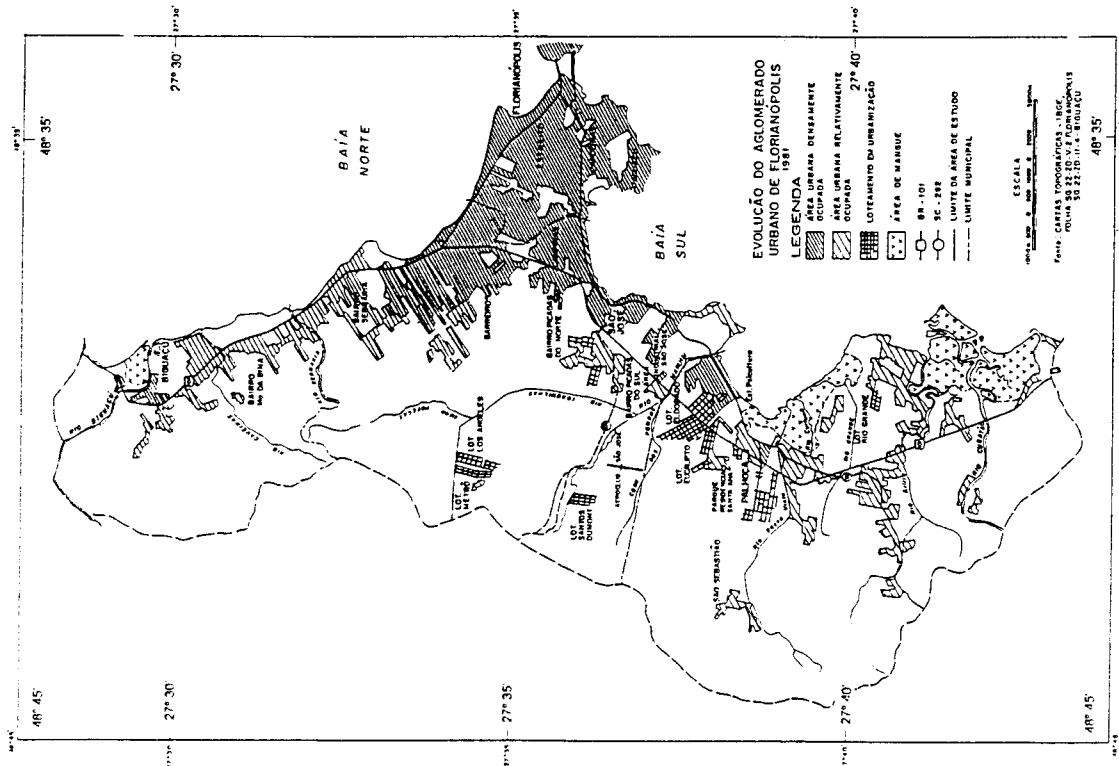


Figura 3
 Tendência da Evolução Urbana em Área Continental da Região Conurbada de Florianópolis (1981 e 1995)



Fonte: M.L.P. HERRMANN. Problemas Geoambientais na Faixa Central do Litoral Catarinense. São Paulo: USP/DG-F.F.L.C.H., 1999, p. 226 (Tese de Doutorado).

As atividades comerciais locais¹ que eram suas referências “estagnaram” e o processo de “industrialização” ficou lento, sem maiores expressões no cenário nacional.

Em quase dois séculos após sua elevação à categoria de cidade (1726), a vida urbana esteve concentrada predominantemente na parte peninsular ao centro-oeste da Ilha de Santa Catarina (além das freguesias do Ribeirão da Ilha – ao sul e Santo Antônio de Lisboa – ao norte), onde desenvolveu seu principal centro histórico (N. VAZ, 1991) através das relações comerciais a partir do mar em “áreas portuárias” (ancoradouros e trapiches), no interior das baías norte e sul.

Como “*locus*” urbano, Florianópolis desenvolveu-se, predominantemente, até o início da década de quarenta deste século sobre seu território insular, com formas de usos basicamente relacionadas com circuitos marítimos.

A influência da capital catarinense já naquela ocasião começava a ser percebida nitidamente em locais do Estreito, até então sub-distrito do município de São José. Pode-se assim, induzir que é a partir desse momento que se dá a gênese do processo de metropolização da capital.

Os primeiros ares de modernidade na “paisagem urbana ilhoa” só chegam, efetivamente, com a inauguração em 1926 da primeira ponte ligando a ilha ao continente, abrindo perspectiva de integração entre o litoral central catarinense e o nordeste argentino (via oeste do estado), através de uma via férrea que somente

¹ Armen MAMIGONIAN destaca em “Vida Regional de Santa Catarina” (In: Revista Orientação, 1966) e Atlas Geográfico de Santa Catarina (versão DEGC, 1958; versão GAPLAN, 1986) aspectos de como se comportava Florianópolis enquanto praça comercial-portuária e suas atividades econômicas do final do século passado e primeiro quartel do século XX. As iniciativas florianopolitanas desenvolveram relações econômicas ao longo da “fachada atlântica catarinense”, estabelecendo relações do tipo comerciais (gêneros alimentícios), industriais (fábricas de pregos, rendas de bordados, estaleiro naval) e serviços (manutenção de barcos), com praças de Laguna (SC) à Paranaguá (PR) e até com o Rio de Janeiro (abastecimentos) ou realizando transporte de importações vindos de navios fretados em Hamburgo (Alemanha) por grupos locais (Casa Hoepke, por exemplo).

ficou na intenção. A ponte Hercílio Luz² apenas promoveu um lento processo de ligação entre a capital e os municípios continentais. Sua construção pelo governo estadual desencadeou novas expectativas de futuras especulações imobiliárias com a expansão de atividades comerciais da área peninsular central em direção ao continente, no bairro Estreito (antiga comunidade distrital denominada João Pessoa) que pertencia ao município de São José e que foi anexado a Florianópolis em 1944³. Aos poucos, os “*interesses de setores fundiários do Estreito e imobiliárias de Florianópolis*” (SUGAI, 1994: 48) iam oficializando a almejada expansão em direção ao continente, e os “investimentos” em estoque de terras por grupos familiares tradicionais locais (famílias RAMOS, ADUCCI, entre outras) já não se limitavam às áreas rurais do interior da Ilha de Santa Catarina (principalmente na porção norte).

As expectativas de crescimento de Florianópolis através de locais como Balneário, Estreito e Coqueiros sintetizam estratégias locacionais para ampliação de atividades da área central da capital/ilha sobre o continente, atendendo aos interesses de camadas sociais com maior poder de renda e que tinham até residências (inclusive para veraneio) naqueles bairros. As camadas sociais de baixa renda, que constituíam o maior contingente populacional do continente, ocupavam áreas de Capoeiras e Barreiros, margeando caminhos que se direcionavam para a BR-59 (atual BR-101).

O mar, um dos recursos bastante utilizados na “cidade-ilha” e adjacências, como espaço de trabalho nas atividades de pesca, transporte e comunicações

² A implantação da ponte Hercílio Luz é vista, por muitos estudiosos, como um acontecimento que assume importância significativa no desenvolvimento da capital catarinense. Ver Djanira ANDRADE. A influência da Ponte Hercílio Luz no desenvolvimento da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC/DH, 1978 (Dissertação de Mestrado – mimeo). Ver ainda, jornal O ESTADO, Caderno Especial: “Florianópolis 270 anos”. Edições de 23/24.03.96, p.2.

³ A expansão da área territorial da capital catarinense (que estava restrita à Ilha de Santa Catarina) para o continente se deveu a contingências da expansão urbana e, nesse processo, a formação dos primeiros tentáculos da atual região conurbada, surgida com as ruas e bairros que proliferaram sobre grandes chácaras que lá existiam. Ver Iaponam SOARES– Org. ESTREITO – VIDA E MEMÓRIA. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, (1990).

teve, até início da década de trinta, pouco uso com atividades de lazer e/ou veraneio. Apenas algumas famílias abastadas que possuíam residências com os fundos de suas propriedades (nas atuais ruas Frei Caneca, Bocaiúva, Almirante Lamego) voltados para a “Praia de Fora”⁴ (atual área aterrada da Beira-Mar Norte / Av. Jornalista Rubem de Arruda Ramos) usufruíam, timidamente, do que Virgílio VÁRZEA (1985) determinou de “*primeira estação balnear da capital*”. Gradativamente essa possibilidade começou a despertar interesses em decorrência de notícias que vinham do Rio de Janeiro, São Paulo e sul gaúcho (região da praia do Cassino), que chamavam a atenção para o fato de que “praias de banho” vinham sendo utilizadas e provocando, às vezes, alguns “escândalos” que “*soava como verdadeira afronta*” a exposição do corpo semi-nú para segmentos da sociedade local e seus comportamentos urbanos (FERREIRA, 1994).

Com o tempo, precisamente no início da década de trinta, além das práticas e competições esportivas, o banho de praia/mar foi ganhando reconhecimento e abrindo espaço para o surgimento de infra-estruturas destinadas ao lazer no mar, desde improvisados cômodos para trocas de roupas, colocados à disposição de interessados por residentes nas proximidades da Praia de Fora, até o aparecimento de empreendimentos específicos e destinados a “famílias distintas”, como o Hotel Balneário de Canasvieiras, localizado em “mar (grosso) aberto”, à cerca de 30 km do centro da cidade (FERREIRA, 1994: 8-9).

Esses traços do comportamento urbano revelam, de certo modo, como Florianópolis convivia com o seu ambiente insular e as tentativas de produção

⁴ A baía norte na área central insular de Florianópolis possuía várias praias, além da “Praia de Fora” – localizada nos “fundos residenciais” e/ou proximidades de áreas burguesas (região das “chácaras”), como a “Praia do Muller”, “Ponta do Coral” entre outras, e que foram unificadas com as obras executadas para a formação do atual aterro da Avenida Beira-Mar Norte ou Via de Contorno Norte-Ilha, entre 1977/78, conforme as determinações do DER-SC. As características desse empreendimento como base infra-estrutural no redesenho do espaço intra-urbano e os conseqüentes interesses subjacentes serviram de objeto de análise da pesquisa realizada por M.I. SUGAI (1994).

espacial que o lugar, através de seus grupos sociais, ansiava, naquela época, para inserir-se no contexto da vida moderna brasileira.

A capital dos catarinenses como um local de “centro comercial” com um porto e uma ponte servindo de comunicação marítima ou rodoviária, respectivamente, com o resto do estado e do país e até países meridionais sul-americanos, mergulhou a partir dos anos trinta em gradual decréscimo em suas atividades e manteve sua paisagem quase intacta, voltando a expandir-se na década de sessenta por influência de iniciativas estatais.

Conforme narrativas de estudiosos daquela época (entre os anos 30/40) vivia-se efetivamente “ilhado” em expectativas que representassem vantagens econômicas para ascensão a algum estágio de modernização, como o que já acontecia em outros centros urbanos do país, a exemplo de Curitiba, Porto Alegre e São Paulo, capitais estaduais mais próximas do estado catarinense, onde inúmeras transformações econômicas e culturais marcavam o comportamento social e suas influências na produção espacial. Nas grandes cidades como São Paulo e Rio de Janeiro (esta então capital federal) conhecia-se a dinâmica de importantes processos industriais, definindo marcas locais junto às decisões do contexto nacional.

Em Florianópolis provavelmente a vanguarda e pioneirismo de transformação/mudanças estavam apenas na mentalidade artístico-literária que deu origem ao movimento modernista manifestado pelo GRUPO SUL⁵ e a criação, em 1949, do museu de artes que posteriormente deu lugar ao atual MASC (Museu de Artes de Santa Catarina). Vê-se assim, que o “atraso” na vida

⁵ Essa é a expressão que identifica o movimento interpretado por um grupo de jovens, intelectuais, escritores e artistas ligados ao cinema, teatro e às artes plásticas, que já se diferenciava pela irreverência das idéias, aos políticos, empresários e até mesmo de certos acadêmicos da Associação Catarinense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina daquela época. Sobre esses contextos ver Valdézia FERREIRA. A Poesia Modernista Catarinense nas décadas de 40 e 50. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999, notadamente a parte I, que trata nas considerações acerca das temáticas e preocupações sociais desse movimento em suas manifestações culturais.

ilha começa a ser rompido só a partir dos anos 40, e no vácuo daqueles movimentos dinamizam-se formas de reconhecimento da identidade açoriana⁶ em terras litorâneas catarinenses, que muitas vezes esteve marginalizada pelo maior dinamismo de outros núcleos de colonizadores europeus, notadamente os alemães nos vales ao norte/nordeste do estado (comandados principalmente por Blumenau e Joinville).

Por trás de um sentimento rememorador alusivo a história local – a colonização açoriana – o imaginário coletivo se apoiava em eventos como instrumentos e objetos de poder, entre grupos que traduziam anseios das oligarquias locais, na tentativa de, através da inserção cultural, promoverem a recuperação do prestígio da capital e sua região no cenário estadual. A esse respeito B. FLORES (1987: 113-134) coteja aspectos do comportamento e significado que tiveram fatos como a “ressurreição açoriana”, do ponto de vista da historiografia local e alguns desdobramentos induzidos pelos visitantes internacionais que participaram e traduziram o espírito de acontecimentos comemorativos à colonização, ocorridos ao final daquela década.

A partir daquela ocasião, e já na década de 60 com a inauguração do trecho catarinense da BR-101 e, posteriormente na década de 70 (com o fechamento do porto local), a cidade revela outro estágio sócio-espacial de uma “evolução urbana” centrada predominantemente na atuação da máquina estatal, que possuía um quadro de funcionários públicos gerador de força de trabalho mas, economicamente, desarticulado de outras formações regionais em franca expansão, como em Joinville e Blumenau.

⁶ Em 1948 realiza-se em Florianópolis o Primeiro Congresso de História Catarinense em comemoração ao Bicentenário da Colonização Açoriana. Este evento representa uma espécie de exaltação e assume papel de um “renascimento”, ao querer promover traços da cultura portuguesa via descendentes açorianos. É algo que vai em busca de afirmação local/regional, por uma “vocalização” capaz de minimizar “atrasos” sócio-econômicos daquela época e que, em tempos recentes, assume novas conotações, como abordaremos adiante.

Há, no período de 1949/91, em Florianópolis, uma aceleração da população urbanizada (vide tabela 7) conforme discutiu suas características evolutivas PELUSO JÚNIOR (1981), para quem, o processo já traduzia contextos e tendências de uma lógica em curso, em nível nacional, cuja ação estatal assume fortemente todo o seu comando.

TABELA 7

A Urbanização da População de Florianópolis – Período de 1949/1991

Dados Período	POPULAÇÃO			Taxa crescimento p/período	
	Total	Urbana	Grau de urbanização	População total	População urbana
1949	67.630	51.115	75,58%	3,76%	5,58%
1959	98.520	79.870	81,07%	3,83%	4,56%
1970	138.337	121.028	87,49%	3,13%	3,85%
1980	187.871	161.773	86,11%	3,11%	2,94%
1991	254.941	239.566	93,97%	2,81%	3,63%

Fonte: F.I.B.G.E. – Censos e Sinopses Demográficas.

Para L. BELTRÃO (1989: 20), o crescimento demográfico sob aquelas condições promove, assim, possibilidade de uma

“... mudança do estágio de acumulação mercantil para o capitalismo industrial, desarticula as economias voltadas ao mercado exterior (onde constituem-se grandes números de centros urbanos litorâneos, voltados para o mercado de exportação) e impõe uma produção espacial de forma integral, comandada pelo sudeste e que visa a integração dos espaços nacionais segundo as necessidades do capital industrial, organizando o mercado de consumo...”

e que se manifestará gradativamente em Florianópolis. Dados desse crescimento (conforme indicadores que aparecem na tabela 7) revelam uma tendência de aglomeração, que passou a ter caráter e influência de pólo regional, dinamizado por orientações político-ideológicas decorrentes das institucionalizadas ações

estatais, como o PLAMEG – Plano de Metas do Governo⁷, fruto de tentativa concreta de planejamento global de ações do governo estadual. Este instrumento foi resultado do 1º Seminário Sócio-Econômico de Santa Catarina (dezembro 1960), patrocinado pela FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina e CNI – Confederação Nacional das Indústrias, apresentado para gestão do governo Celso Ramos (1961-66). Nas intenções divulgadas amplamente, aquele governo estava convencido de que as ações do Estado e da sociedade, em geral pautadas no *“planejamento público para acelerar o processo de*

⁷ O PLAMEG não foi a primeira experiência em planificação que se realizou no Estado de Santa Catarina. No governo Irineu Bornhausen (1951-56) foi apresentado o POE – Plano de Obras e Equipamentos. Era considerado como um plano inovador e com visão de futuro para o estado catarinense – à época um dos primeiros estados brasileiros com essa prática administrativa. Esse documento estava pautado sob inspiração de ilustres técnicos colaboradores (por exemplo, o engenheiro-geógrafo Victor Antônio Peluso Júnior), de onde projetou-se e realizou-se obras consideradas importantes, particularmente para infra-estrutura viária, em todo o estado e especialmente na capital (exemplo Rodovia Florianópolis-Canasvieiras / atual SC-401). O POE foi seguido em mais duas gestões (Gov. Jorge Lacerda – 1956/58; Gov. Heriberto Hulse – 1958/60), até o governo Celso Ramos, quando foi substituído pelo 1º PLAMEG (1961-65). Politicamente na sua essência o PLAMEG serviu, também, de sintonia regional com o espírito desenvolvimentista nacional da época, com respaldo inclusive de instituições internacionais como o CEPAL. A partir de um “Seminário” em que diagnosticou-se uma autêntica radiografia dos problemas catarinenses, prognosticou-se três grandes grupos de metas: 1) para o Homem (setor de educação e cultura; setor do sistema água e esgoto; setor de justiça e segurança pública e setor de assistência social e saúde pública); 2) para o Meio (setor de energia; setor de rodovias e obras de arte); e 3) para a Expansão Econômica (nos setores de agricultura e crédito), que estava diretamente relacionada com a dinamização de empresas, apoiada nas metas anteriores. Assume assim dimensões ditas diferentes do POE e faz de Santa Catarina um estado “canteiro de obras”. São desencadeadas “novas políticas” orçadas e/ou executadas em função de órgãos que foram implantados e/ou redirecionados, atuantes como agentes financeiros (tipo BDE – Banco de Desenvolvimento Estadual) sob tutela de Fundos do Governo Federal (FUNDECE, FINAME, BNH, etc.) e até respaldados pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e empresas estrangeiras dos EUA, Alemanha e França. Detalhes analíticos, consultar: SCHMITZ, Sérgio (1985). Vale ressaltar ainda, que experiências de “planejamento” para gestão do governo, influenciadas a partir de experiências nacionais desde JK com seu “Plano de Metas” ou posteriormente pelos “PND’s” entre outros, serviam para os administradores estaduais se espelharem e empreenderem seus planos, cujas ações políticas tiveram maior ou menor expressão de impactos a partir das práticas e estratégias exercidas por cada governo e, conseqüentemente, os rebates de suas gestões sob as realidades concretas. A esse aspecto alguns estudos têm formulado considerações, gerais e específicas, a respeito do significado que os “planos de governos” tiveram para a sociedade catarinense, destacando-se a exaustiva pesquisa realizada por M. AURAS (1991), direcionada à análise educacional pela integração proposta na “Carta dos Catarinense” – Opção pelos Pequenos / Gov. Esperidião Amin (1ª gestão de 1983/87), e num âmbito mais de resenhas I. MICHELS (1998: 188-209) faz considerações sobre as características de cada plano estadual que surgiram nas cinco últimas décadas.

desenvolvimento econômico e social” seriam capazes de patrocinar com as mudanças que promovessem, o “progresso social”. Essa visão, fundada num ideário de influências pan-americanas, do tipo “aliança para o progresso” daquela ocasião, possibilitou momentos de euforia e ufanismos, corroborados nos desdobramentos que o ciclo econômico do milagre brasileiro alcançou ao final da década de 60 e início da década de 70. Nesse período, sintomas da metropolização de Florianópolis já davam sinais de sua existência concreta e fomentavam o surgimento de um “Plano Metropolitano” orquestrado dentro de ações do governo estadual (dos governos Ivo Silveira, 1966-71 e Colombo Salles, 1971-75).

Na sua essência, aquele plano metropolitano buscava resgatar experiências de planos anteriores e/ou em curso em outros lugares, vislumbrando projetos de infra-estruturas rodoviárias entre a capital e seu entorno; implantação de um novo aeroporto (na região insular do Rio Vermelho – não construído); aterros e implantação de diversas vias para urbanização da ilha e do continente, como Vias Expressas e Via Parque, entre as diversas intenções ainda hoje não totalmente viabilizadas. Objetiva assim, nas intenções daquele plano, ao transformar Florianópolis num centro urbano de relevância, modernizá-la e viabilizá-la, diante das novas perspectivas de inserção necessárias aos investimentos governamentais e privados, na produção dos espaços inter e intra-urbano e regional.

Com efeito, a “vocação” local na divisão do trabalho se expressará, principalmente, pelas atividades de serviços públicos, o chamado “terciário superior”, que dinamizará Florianópolis enquanto sede de governo estadual através de diversos órgãos e empresas estatais.

Assim, já no ano de 1961, Santa Catarina pode contar, juntamente com os estados do Rio Grande do Sul e Paraná, com a agência de fomento do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul do país – BRDE, instalado na

capital, que se mostra como grande parceiro, a partir das ações dos novos órgãos gerados no âmbito dos desdobramentos dos PLAMEG I e II (governos Celso Ramos e Ivo Silveira), nas empreitadas de fomento a realizar-se em todo o estado.

Na ilha-capital a partir dos anos 60, empresas como CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A), BESC (Banco do Estado de Santa Catarina S/A) e TELESC (Telecomunicações de Santa Catarina S/A) são instaladas com o apoio do FUNDESC (Fundo de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina), com a função, de a partir de Florianópolis, traçarem “metas” implementadoras e modernizadoras do governo estadual que, inclusive, já contava com colaborações e iniciativas das Universidades Estadual e Federal, criadas no início dos anos 60.

No período posterior, esse processo se expande, com a chegada de novos órgãos do governo federal, como escritório da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul – SUDESUL, que tinha função congênere à SUDAM/SUDECO/SUDENE com relação às orientações de políticas macroeconômicas, em consonância com as recomendações do I e II PNDs – Planos Nacionais de Desenvolvimentos (1972/74 e 1975/79 respectivamente)⁸. Há, também, surgimento de vários órgãos e empresas estatais estaduais, como a Companhia Catarinense de Água e Saneamento – CASAN (fins de 1970, criada para agrupar os Departamentos Autônomos de Engenharia Sanitária – DAES), a Empresa de Processamento de Dados de Santa Catarina – PRODASC (atual

⁸ Estudo realizado por Maria das Graças FACCIO (1997) mostra várias dimensões do papel do Estado, através de suas instâncias, influenciando processos de expansão e transformação urbana de Florianópolis nas décadas de 60 e 70. A autora detalha aspectos da estrutura intra-urbana da cidade, procurando associar ao dinamismo impactante e suas repercussões, a atuação de órgãos públicos que foram criados e/ou instalados como representações, para exercerem funções estatais.

CIASC), o ITEP, COCAR⁹, entre outros órgãos e/ou empresas que passaram a atrair funções e desempenhar papéis estratégicos dentro do esquema institucional dinamizado pelo Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – BADESC, que fora criado oficialmente com essas finalidades em 1975. Esse órgão de fomento estadual, juntamente com o BRDE (Banco de Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul) – em nível federal, sempre teve significativa parcela de participação em processos ditos de desenvolvimento para Santa Catarina, nas últimas décadas. Isso vem sendo feito, na verdade, via incentivos fiscais capitaneados por ações do Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas – PROCAP (autarquia estadual com dotações orçamentárias recolhidas via ICM – Imposto de Circulação de Mercadorias), criado em 1975 e reformulado em 1988, quando é transformado em Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense – PRODEC. Através dessas iniciativas são encaminhadas operações e liberações de recursos (inclusive isenções de impostos) para todo o estado que passaram a ser gerenciados por gestões administrativas feitas na capital. Destacam-se aí as estratégias que impulsionaram a implantação de empresas na área de informática em Santa Catarina, como enfocaremos adiante.

Ressalta-se ainda, nesse contexto, que com a chegada do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER/DR-SC e, posteriormente, das Centrais Elétricas do Sul do Brasil – ELETROSUL (que teve sua sede em Brasília e escritório técnico no Rio de Janeiro transferidos para atender reclames políticos regionais), ainda na década de setenta, o quadro sócio-espacial florianopolitano adquire novas e acentuadas refuncionalizações.

⁹ Com o passar de governos nos anos oitenta e noventa (em nível federal e estadual), muitas atuações desses órgãos e/ou programas foram extintos (como a SUDESUL), incorporadas ou substituídas (como CIASC no lugar da PRODASC) e, finalmente, sob a égide de políticas neoliberais, órgãos foram fragmentados via processos de e/ou para privatização, como a TEDESC (dentro do sistema TELEBRÁS), ou a ELETROSUL (dentro do sistema ELETROBRÁS), desmembrada nas Centrais Geradoras do Sul do Brasil – GERASUL (dez. 1997) e a Operadora Nacional do Sistema Elétrico – ONS (agosto/98), e o BADESC transformado em Agência Catarinense de Fomento.

Nota-se que o papel desses aparelhos estatais instalados no núcleo intra-urbano principal da cidade corroborou com o crescimento desordenado que se espalhou, além de novas práticas de consumo na vida da cidade. Foi algo ampliado que fomentou, já na década de 50, motivos e preocupações para definição de estudos e implantação do primeiro “Plano Diretor”¹⁰ cujas características revelam, influências externas de estilos e padrões de tipologias para usos do solo que pretendiam gerar “mudanças” e “modernidades” nas paisagens urbanas. Conseqüentemente, visavam alavancar progresso para a cidade, especialmente com reflexos em suas áreas de influências próximas, como no continente (bairros Estreito/Coqueiros e adjacências) e áreas trás dos morros, na região da Trindade, para onde foram grandes órgãos estatais como UFSC e ELETROSUL.

Sob a atuação da ELETROSUL na capital catarinense, juntamente com a UFSC, essas instituições são responsáveis significativamente em incrementar, por exemplo, o mercado imobiliário tanto na ilha (condomínios na área central e em locais próximos às sedes instaladas entre os bairros Trindade, Carvoeira e Pantanal), como também na área continental, em locais dos bairros Coqueiros, Abraão e Bom Abrigo¹¹. Essas “novas fronteiras” para o dinamismo da indústria

¹⁰ Esse instrumento de intervenção pública foi elaborado a partir de estudos (em 1952) desenvolvidos pelos arquitetos gaúchos Edvaldo Paiva, Demétrio Ribeiro e Edgar Graeff. A versão final para implementação aconteceu após aprovação pela Câmara Municipal, como Código Municipal de Florianópolis, através da Lei nº 246/55. Na essência, esse “plano/código”, inspirado em influências de planos governamentais da época (... e até de pesquisadores CEPALINOS) vislumbrava um desenvolvimento urbano pautado em intervenções que só se concretizavam, paulatinamente, em décadas seguintes, com a implantação de obras de infra-estruturas viárias como aberturas de grandes avenidas (Beira-Mar) e aterros, e a criação da Cidade Universitária, conforme aponta I. SUGAI (1994) em sua pesquisa acadêmica.

¹¹ Sob a influência direta da ELETROSUL, destaca-se, por exemplo, o empreendimento de dois tipos de condomínios que foram edificadas, um no bairro Carvoeira – conjunto de casas em espaço fechado, destinado exclusivamente para os funcionários graduados, detentores de cargos/funções de mando; o outro edificada no bairro Córrego Grande – um conjunto de blocos de apartamentos, financiado via fundos de pensão pela Fundação ELOS (entidade dos funcionários da própria ELETROSUL), destinados aos funcionários em geral e de poder aquisitivo menor. Com o tempo, esses locais vêm sendo permutados e/ou seus usuários substituídos por outras clientelas.

de construção civil se devem, principalmente, com a chegada de novos tipos de funcionários públicos e seus dependentes que, conseqüentemente, passaram a estabelecer relações inovadoras de consumo bem diferentes das existentes até então. Este fato é, grosso modo, análogo ao que também aconteceu em outras cidades-capitais (litorâneas) brasileiras, como por exemplo, em Aracaju-SE, Maceió-AL ou Natal-RN (com a chegada da PETROBRÁS e/ou empresas subsidiárias – Petromisa/Nitrofértil/Salgema/Barrilha entre outras) ou em São Luís-MA (decorrente do complexo portuário e afins, ligado às explorações minerais do Projeto Carajás-PA), todas na região nordeste. Assim, na mesma tendência, na dinâmica região sudeste de grandes metrópoles nacionais, a cidade de Vitória-ES também serve de exemplo de como, gradualmente, vai se inserindo nos espaços macro-regional e nacional (através das atividades do complexo portuário de Tubarão, atividades comerciais de mineração e de café), deixando de ser considerada à semelhança de Florianópolis, apenas como “local de passagem” a partir da BR-101 ou à margem do “progresso” que lá trafega pelo raio de influência da BR-116 no eixo Rio – Bahia (por Minas Gerais), e cá no eixo Porto Alegre – Curitiba – São Paulo.

Com efeito, Florianópolis e a sua crescente expansão demográfica vai aos poucos “desterritorializando e/ou territorializando” (conforme C. RAFESTIN, 1993) sujeitos sociais, diante de novos contextos em que a cidade gradualmente vai se inserindo.

O poder público no seu papel compromissado com os esquemas de setores sociais burgueses, empreende sempre um discurso desenvolvimentista para tirar a capital catarinense, seu município e região, do descompasso gerado pelos atrasos econômicos, tão marcantes na fisionomia urbana (RIZZO, 1993) - “industrializar era preciso!” E essa foi sempre a intenção de fazer de Florianópolis, sob quaisquer condições, um pólo irradiador de progressos a partir da cidade e por toda sua hinterlândia.

de construção civil se devem, principalmente, com a chegada de novos tipos de funcionários públicos e seus dependentes que, conseqüentemente, passaram a estabelecer relações inovadoras de consumo bem diferentes das existentes até então. Este fato é, grosso modo, análogo ao que também aconteceu em outras cidades-capitais (litorâneas) brasileiras, como por exemplo, em Aracaju-SE, Maceió-AL ou Natal-RN (com a chegada da PETROBRÁS e/ou empresas subsidiárias – Petromisa/Nitrofertil/Salgema/Barrilha entre outras) ou em São Luís-MA (decorrente do complexo portuário e afins, ligado às explorações minerais do Projeto Carajás-PA), todas na região nordeste. Assim, na mesma tendência, na dinâmica região sudeste de grandes metrópoles nacionais, a cidade de Vitória-ES também serve de exemplo de como, gradualmente, vai se inserindo nos espaços macro-regional e nacional (através das atividades do complexo portuário de Tubarão, atividades comerciais de mineração e de café), deixando de ser considerada à semelhança de Florianópolis, apenas como “local de passagem” a partir da BR-101 ou à margem do “progresso” que lá trafega pelo raio de influência da BR-116 no eixo Rio – Bahia (por Minas Gerais), e cá no eixo Porto Alegre – Curitiba – São Paulo.

Com efeito, Florianópolis e a sua crescente expansão demográfica vai aos poucos “desterritorializando e/ou territorializando” (conforme C. RAFESTIN, 1993) sujeitos sociais, diante de novos contextos em que a cidade gradualmente vai se inserindo.

O poder público no seu papel compromissado com os esquemas de setores sociais burgueses, empreende sempre um discurso desenvolvimentista para tirar a capital catarinense, seu município e região, do descompasso gerado pelos atrasos econômicos, tão marcantes na fisionomia urbana (RIZZO, 1993) - “industrializar era preciso!” E essa foi sempre a intenção de fazer de Florianópolis, sob quaisquer condições, um pólo irradiador de progressos a partir da cidade e por toda sua hinterlândia.

Para sorte da “natureza ambiental” e dos habitantes da ilha, a dispersão urbana pelos arrabaldes “trás dos morros” (tanto em direção norte-bairros Agronômica e Trindade e, posteriormente, Itacorubi e Saco Grande, como pelo sentido sul-bairros José Mendes e Saco dos Limões) e adjacências, não se concretiza diretamente por conta daquela meta industrializadora que tinha sintonia com a ideologia desenvolvimentista do país, apregoada a partir dos anos 50. Porém, não se pode esquecer que vieses de processos industrializantes, através de atividades ligadas a construção civil, por exemplo, também influenciaram nas formas de ocupação e uso do solo urbanizados, associados a outras dinâmicas migratórias, oriundas de várias regiões do estado (o planalto e oeste principalmente), em função de expectativas veiculadas com a vida na capital.

Assim, somente a partir dos anos oitenta é que o descontrole nas formas de ocupação e uso do solo, iniciado em décadas anteriores, e as novas perspectivas da trajetória turística regional vão evidenciar, na aceleração do processo de urbanização, que Florianópolis já não se explica apenas através das áreas centrais da ilha e/ou circunvizinhas no continente próximo. Os atributos desse processo estão relacionados com as funcionalidades demandadas a partir das características peculiares de todo o ambiente insular e seu entorno, nos novos rearranjos que vetores da economia vislumbram. Surgem então, possibilidade de dinamizar um novo padrão de desenvolvimento local/regional, agora também apregoado pelas oportunidades que o meio-técnico científico informacional começou a oferecer com o desempenho e desdobramentos alcançados, em especial por grupos emergentes de empresas atuando sob a influência e/ou papéis comandados com orientações emanadas da UFSC.

No espaço insular com ecossistemas frágeis e de transição entre zonas tropical e sub-tropical brasileira, as modalidades de expansão urbana sobre essas áreas (favelização em encostas/aterros em baixadas/loteamentos em dunas, etc.) e outras no continente (como ilustra a figura 2) mostram um tipo de dinamismo

que, aos poucos, adquire, proporcionalmente, tipos de “patologias” muito freqüentes até pouco tempo nos grandes centros metropolitanos.

Muitas explicações e conclusões podem ser extraídas do que evocam as inter-relações de aspectos presentes na conurbação florianopolitana e os seus vieses num processo regional de metropolização. Neles as peculiaridades da simplicidade e/ou complexidades paisagísticas (sócio-ambiental) manifestam níveis de inserção à lógica geral globalizante, em cujas razões implicam, também, capacidades limitadoras que o atual modelo de desenvolvimento tem empreendido.

Capítulo 5

O lugar e a sua imagem: o “Novo” e a “Novidade” a partir de discursos contemporâneos de modernização

O conjunto de objetos e ações produzidos por grupos humanos define dimensões reveladoras da totalidade espacial, constituindo a lógica que move a sociedade em sua dinâmica histórica.

As “virtuosidades” como qualidade entre as características que os lugares dispõem, podem ser exploradas de acordo com as potencialidades de seus elementos formadores, ao se apresentarem às oportunidades de desenvolvimento, criadas dentro das possibilidades que o mundo engendra.

Pode-se, certamente, verificar que, nos contextos das relações sociedade-espço em que Florianópolis se (re)produz, quase sempre sob a égide de tempos de uma “nova ordem”, sua trajetória não tem levado em conta apenas peculiaridades determinantes da realidade regional.

No passado, as maneiras de exploração de recursos naturais e/ou da mão-de-obra em atividades (por exemplo, pesca, agricultura, etc.) para fins alhures, a ilha e seu entorno parece ter experimentado um processo de ocupação com ações predatórias menos intensivas em relação às que acontecem na atualidade. Na história recente, os ritmos mais acelerados dos processos de produção espacial já não circunscrevem as áreas centrais e adjacentes da cidade, passando seus tentáculos de crescimento a se expressarem rapidamente sobre locais e comunidades do interior da ilha e de municípios vizinhos. Imprime, desse modo, uma lógica mais acelerada manifesta em cada cotidiano, pondo em xeque tempos e espaços de pessoas e objetos das paisagens locais.

Guardadas as devidas proporções da estrutura interna, a aparente “desordem” do “espontaneísmo” presente no modelo urbano que a cidade herdara da cultura açoriana, serve de exemplo didático para ilustrar o que vem acontecendo em Florianópolis, a partir de meados do século atual, em que aquela estrutura colonial provocava incomodações entre os que ansiavam introduzir objetos ditos mais modernizados, dignos da linguagem e estética urbana da moda, onde o velho, arcaico, deveria ser posto abaixo, demolido e dar lugar às novidades. Um grande redefinir de ações se faz anunciar (de fora para dentro ou vice-versa), passível a sentidos os mais difusos, entre os impulsos para articular conexões entre a capital catarinense e pontos os mais distantes possíveis.

O choque de acepções culturais, influenciado pelos movimentos externos de modernização pela renovação arquitetônica e o crescimento interno da indústria de construção civil, permite que novas condições técnicas incrementem o mercado imobiliário, desencadeando mudanças significativas na paisagem em logradouros públicos (aberturas de avenidas, aterros, etc) e na gradual verticalização de edificações (para além de trás do “Morro do Antão” – Morro da Cruz), até mesmo em locais de balneários praianos.

As novas intervenções para o espaço urbano decorrem de intenções sob o signo de “ações planejadas”, delineadas sob auspício estatal. A atuação e organização de formas ditas equilibradas de apropriação e uso do solo, tentando-se evitar crises urbanas, torna-se uma contingência para o discurso do poder público. A partir da década de setenta, quando a conurbação em torno da capital evidencia seus concretos tentáculos (vide tabelas 8 e 9), estudos realizados para a definição da “Região Metropolitana na Grande Florianópolis” não lograram o êxito esperado e a capital ganhou apenas um novo Plano Diretor¹. Esse segundo

¹ No final da década de sessenta, o Governo Estadual encomendou um Plano de Desenvolvimento Integrado da Área Metropolitana ao ESPLAN - Escritório de Planejamento Integrado, cujas idéias foram coordenadas pelo Prof. Gama D'Eça. Atendia ao que a política nacional da época estrategicamente definia, através do Serviço Público de Habitação e Urbanismo - SERFHAU, para as “cidades de porte médio”. O plano final ficou restrito à

instrumento técnico, oficializado municipalmente, teve concepções rastreadas a partir das recomendações do I e II PNDs - Planos Nacionais de Desenvolvimentos, portanto, traduzindo intenções respaldadas pelo período do “milagre econômico”, na nova ordem político-econômica e suas conseqüências diretas no espaço, através de aspectos organizacionais intra e interurbano, conforme mencionou-se em abordagens anteriores.

TABELA 8
Evolução e Distribuição da População na Região
Conurbada de Florianópolis - 1970/1991

Anos	1970	1980	1991
Municípios e seus distritos			
Florianópolis (sede)	115.547	153.652	191.664
• Cachoeira do Bom Jesus	2.116	3.070	4.473
• Canasvieiras	1.996	2.431	4.096
• Ingleses do Rio Vermelho	2.016	2.695	5.865
• Lagoa da Conceição	4.985	7.821	14.784
• Pântano do Sul	2.102	2.379	3.974
• Ratoles	795	902	1.080
• Ribeirão da Ilha	4.229	6.404	14.229
• Santo Antônio de Lisboa	3.570	7.294	12.909
• São João do Rio Vermelho	981	1.223	1.867
TOTAL	138.337	187.871	254.941
São José (sede)	22.946	41.957	52.133
• Barreiros	14.567	41.159	58.769
• São Pedro de Alcântara	5.022	4.701	4.024
• Campinas	-	-	24.567
TOTAL	42.535	87.817	139.493
Palhoça (sede)	14.636	31.302	59.809
• Enseada do Brito	6.016	6.729	8.621
TOTAL	20.652	38.031	68.430
Biguaçu (sede)	11.354	16.942	29.973
• Guaporanga	2.059	3.260	3.078
• Sorocaba do Sul	1.924	1.232	1.012
TOTAL	15.337	21.434	34.063

Fonte: F.I.B.G.E. – Censos Demográficos: 1970, 1980 e 1991.

Capital, que equivale ao documento aprovado por Lei Municipal nº 1.440, de 31/05/1976, como “Plano Diretor de Florianópolis”.

TABELA 9
Região Conurbada de Florianópolis-SC
Evolução da População Urbana - 1970/1991

Anos Unidades Municipais	1970			1980			1991		
	Pop. Total	Pop. Urbana	%	Pop. Total	Pop. Urbana	%	Pop. Total	Pop. Urbana	%
Florianópolis	138.337	121.026	87,48	187.871	161.671	86,05	254.941	239.556	93,96
São José	45.535	29.363	64,48	87.817	79.128	90,10	139.493	128.203	91,90
Biguaçu	15.337	6.240	40,68	21.434	16.134	75,27	34.063	28.215	82,83
Palhoça	20.652	6.397	30,97	38.031	35.043	92,14	68.430	65.661	95,95

Fonte: F.I.B.G.E. - Censos e Sinopse Demográfica: 1970, 1980 e 1991.

A política de intenções para o “Plano de Desenvolvimento Integrado da Área Metropolitana de Florianópolis” foi desencadeada dentro das ações de governos estaduais na gestão de Ivo Silveira (1966-71) e Colombo Salles (1971-75) seguida, gradativamente, por governos posteriores. Tinha perspectiva de transformar Florianópolis num grande “pólo de desenvolvimento”, cujos reflexos na sua área metropolitana iriam atrair concentração de atividades nos moldes de regiões como em São Paulo, Porto Alegre e Curitiba. Assim, cabia a Florianópolis o papel de comando dos processos de integração regional, através dos investimentos estatais alocados e, na medida do possível, promover também a integração da capital às outras regiões do estado catarinense.

Ao novo Plano Diretor de Florianópolis, como parte resultante do Plano de Desenvolvimento Integrado da Área Metropolitana, inúmeros projetos foram sugeridos, apoiados na expectativa de uma expansão urbana não apenas na área insular (centro) e em direção a locais praianos mas, sobretudo, rumo à área continental dirigindo-se à BR-101 e adjacências, onde estão principalmente os municípios de São José, Palhoça e Biguaçu.

Nas intervenções apontadas no plano, aquelas áreas relacionadas com o sistema viário inter e intra-urbano (como também previa o plano anterior)

mereceram prioridades. Nesse contexto é que são projetados para Florianópolis grandes eixos viários, em circuitos rodoviários ao redor da ilha, como a “Via Expressa Sul” (obra só iniciada em junho/1995 e ainda não concluída) e a “Via Parque” (não implementada efetivamente) que passariam a criar as infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento de um “Setor Oceânico Turístico”, rumo ao centro-leste e sudeste da ilha e suas conexões com a área metropolitana central, via bairro Saco dos Limões ou contornando o Morro da Cruz pela Cidade Universitária/UFSC, seguindo pela Beira-Mar Norte, formando um anel viário urbano direcionado ao trânsito rápido e bem diferente do tradicional sistema ainda vigente sobre algumas ruas estreitas da área central.

Nota-se assim, que as ações locais adotadas em programas do governo estadual e respaldadas pelo poder público municipal estavam identificadas com ações do governo federal, sintonizadas com o ideário de “modernização” que deveria ocorrer. Portanto, os investimentos procuravam viabilizar metas da almejada “integração nacional”.

Essas ações tinham por base a expansão do sistema rodoviário através do PROGRES – Programa Especial de Vias Expressas, administrado pelo DNER, como marco do crescimento da malha viária urbana e regional e, conseqüentemente, “*garantindo a disseminação do transporte rodoviário*” (SUGAI, 1994: 116) dentro da matriz básica da industrialização brasileira.

Nesse contexto foram implantados e/ou pavimentados trechos de rodovias no interior da ilha e na área continental; obras de aterros; a segunda ponte ligando a área central ao continente, a Ponte Gov. Colombo Salles, concluída em 1975 e, posteriormente, a terceira ponte, construída paralela à segunda, a Ponte Pedro Ivo Campos que só foi concluída em 1991². Outras obras projetadas (como

² Muitos questionamentos têm surgido com relação às grandes obras de infra-estruturas urbanas em Florianópolis (pontes, aterros, rodovias, estação de tratamento de esgotos, etc.) com relação aos valores alocados, direcionamentos e irregularidades desencadeadas. Dentre os casos mais enigmáticos e de ampla repercussão pública, principalmente na imprensa, aparecem àqueles relacionados com a construção da Ponte Pedro Ivo Campos que, entre tantos

a Beira-Mar Norte continental) ainda se encontram nas intenções do planejamento.

Os investimentos estatais nas últimas décadas, notadamente em infra-estruturas viárias, só têm contribuído para que a dinâmica imobiliária e suas repercussões de diversas ordens desencadeiem expansivos processos especulativos (loteamentos, desmembramentos, arruamentos, verticalizações, etc.). Eles têm marcado, na trajetória local/regional, tipos de “enfrentamentos” entre o poder público e segmentos sociais, em decorrência principalmente, de maneiras segregativas com que iniciativas privadas realizam empreendimentos, apoiados em instrumentos político-jurídicos produzidos e aprovados pelos poderes constituídos, seja no âmbito municipal ou estadual.

Essas normas têm sido instituídas em número acentuado, facilitando o processo de ocupação e crescimento demográfico, para as mais variadas formas de uso do solo. Segundo I. SUGAI (1994: 204) entre “*agosto de 1984 a agosto de 1993, foram instituídas no município 228 novas Leis e Decreto-Leis*”, redefinindo parâmetros de uso e ocupação do solo, além dos serviços urbanos que, na sua maior parte destinam-se a promover alterações na legislação básica instituída pelo segundo Plano Diretor de Florianópolis (Lei 1.140/76), “Plano Diretor da Trindade” (Lei 1.851/82) e Plano dos Balneários (Lei 2.193/85).

Após aquele período, outras tantas dezenas de alterações legais com certeza foram introduzidas, tendo em vista as expectativas em torno das mudanças estruturais que vêm direcionando os vetores do crescimento urbano nas duas últimas gestões municipais, passando pela experiência de uma gestão dita de “governo popular” (1993-1996) e outra gestão de “governo essencialmente populista” (1997/2000). Entre as duas administrações foi se arrastando a definição de um novo Plano Diretor voltado diretamente para o

comentários e averiguações arroladas, envolvendo figuras públicas, técnicos do governo e empresas, muitas informações ainda estão suscitando devidos esclarecimentos.

distrito-sede da capital³, baseado em expectativas ensaiadas desde 1982 (quando começou a ser ventilada a possibilidade de um novo plano).

Enquanto isso, espalhavam-se pela cidade irregularidades, muitas vezes sob anuência oficial e/ou até promovidas e viabilizadas por segmentos que empreendem a gestão dos espaços públicos. Muitos desses transtornos (especulação imobiliária, concessões e/ou alterações de legislação, etc.) serviram para enfrentamentos e/ou motivos de inúmeras denúncias pela imprensa local, na Câmara de Vereadores e nos trabalhos científicos produzidos no seio de movimentos das ONG's e das universidades locais.

Somente em fevereiro de 1997, a prefeita recém empossada sanciona esse novo Plano (após longos e exaustivos debates públicos, às vezes, sem maiores repercussões no encaminhamento do processo) em sua maior parte com vetos em vários artigos obrigando, posteriormente, a Câmara a rediscuti-los e a devolver o plano à prefeita que publicou novamente a Lei (Lei Complementar nº 001/97) com seu texto final, mas que só passou a vigorar na sua totalidade a partir de agosto de 1998.

Outras áreas do município, que se encontram fora da abrangência desse último plano, vêm discutindo e reivindicando para suas especificidades, a adoção de instrumentos legais para o ordenamento e uso do solo. É o caso das regiões do Campeche (Plano de Desenvolvimento do Campeche – PDC), dos Ingleses-Santinho (Plano de Urbanização Específica de Ingleses-Santinho) e do Pântano do Sul (Estudos Ambientais do Plano Urbanístico do Pântano do Sul). Todos esses documentos formulados a partir de respaldo institucional do IPUF –

³ O novo “Plano Diretor” do distrito-sede de Florianópolis, antes da sua aprovação definitiva como Lei Complementar Municipal (nº 001/97), passou por diversas etapas (desde 1982 começou a ser pleiteado, como tentativa de revisão de Lei nº 1.440/76, mas redundou numa lei específica para uma região da cidade – Lei nº 1.851/82 – “Plano da Trindade”), tendo assumido significância em alguns momentos de discussão pública junto às comunidades interessadas na área de sua abrangência. As possibilidades de discussões desencadeadas por diversos segmentos sociais em parte do processo, está resgatada sob a forma de registro, na coletânea de textos organizados e publicados por TEIXEIRA & SILVA (1999).

Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, têm sido objeto de inúmeras discussões públicas, por vários segmentos comunitários e da cidade, a respeito das suas viabilidades técnicas e desdobramentos em nível sócio-ambiental. Para isso, comunidades têm se mobilizado no sentido de apresentar propostas alternativas aos planos do IPUF, em consonância com reais interesses da população. E foi o que fez a comunidade do Campeche, ao produzir, com o apoio de segmentos sociais mobilizados pelo “Movimento Campeche Qualidade de Vida”, um novo plano substitutivo ao da Prefeitura, denominado “Plano Comunitário da Planície do Campeche”, fundamentado em perspectivas de desenvolvimento sustentável, e que foi entregue aos vereadores de Florianópolis como uma resposta democrática de organização da sociedade civil. A experiência do Campeche está servindo de referência para que outras comunidades, como Ingleses/Santinho, também façam valer seus reais interesses.

Das intenções dos primeiros Planos Diretores de Florianópolis (o de 1955 e o de 1976), análises feitas por P. RIZZO (1993) e I. SUGAI (1994) revelam, em linhas gerais, que aqueles instrumentos técnicos formulados e de certo modo impostos à sociedade local sem concurso público, não passavam de documentos que reproduziam em seus conteúdos modelos e referenciais adotados em outros lugares, cuja aplicabilidade para inúmeras situações ficava ao sabor e interesse de governantes e segmentos da elite influente. Aqueles planos estavam também alicerçados em princípios teóricos voltados para funcionalidades espaciais, cuja lógica desse parâmetro não atendia às aspirações e necessidades da maioria do coletivo, cada vez mais mergulhado em “conflitos” e “lutas de classe” da especificidade local⁴.

⁴ Florianópolis nas últimas décadas tem sido objeto de inúmeras pesquisas, sob os mais variados recortes, em particular, interessantes estudos de casos acerca da sua trajetória urbana, que tratam de questões sobre “conflitos” e/ou “lutas de classes” e seus enfrentamentos na produção cotidiana do espaço. Algumas análises merecem ser destacadas: o estudo preparado por Cláudia Braga RIBEIRO (1992), procura interpretar o que vem acontecendo no município, a respeito da “demarcação territorial” e, portanto, os conflitos aí resultantes; Tereza Mara FRANZONI (1993), analisa o papel dos “novos movimentos sociais” que atuam no espaço

Desse modo, conclui-se que o produto social daquelas relações humanas manifestadas na paisagem, territorialmente dizem como “*as desigualdades de classes sociais se equivalem às desigualdades regionais*” (MONTEIRO, 1992: 32). Sua formação social deve então, ser entendida e levada em conta notadamente pelo que reproduz, pelos instrumentos e ação pública, via instâncias estatais e/ou privadas e os agentes que os realizam, cujos rebates se expressam em normas e em diversos objetos das paisagens locais. Traduzem-se assim, em “imagens” sob os mais variados tipos de mercadorias e integram sistemas de negociações que a vida em cada lugar realiza em articulação aos tempos do mundo, como sempre nos lembra Milton Santos.

Um sistema de imagens pode constituir-se no suporte da produção do espaço, a partir do qual a organização do território revela como os processos de transformação social e ambiental adquirem significações para o espaço geográfico, em que produtor e produto expressam organicidade pelas concretudes de cada lugar.

Nessas condições e principalmente sob a égide de tentáculos da “globalização”, hoje, Florianópolis e região já mostram, de certo modo em curso, inserções ao mundo contemporâneo, numa articulação manifesta nas dimensões e ritmos de suas conexões.

Assim, o gerenciamento da espacialidade de Florianópolis, a partir do Plano Diretor definido na década de setenta, criou mecanismos e a oportunidade de surgir um órgão municipal para cuidar dos assuntos tratados e recomendados por aquele instrumento de planejamento oficial que fosse capaz de promover

urbano, dando ênfase às “perigosas” relações entre movimento popular/comunitário e administração pública municipal; Ana AMORA (1996) mostra, como processos de produção espacial no balneário Campeche gera conflitos entre o público x privado, a tradição x modernidade e o ambiental/natural x social/cultural; Maria Inês SUGAI (1994), como já se mencionou, procura explicar os meandros de um dos ícones significativos da modernidade florianopolitana, implantado ao final da década de 70, que foi a construção da Via Expressa/Beira-Mar Norte ou Via de Contorno Norte. Essas quatro referências sintetizam questões que envolvem classes sociais e seus interesses contemporâneos.

desencadeamentos necessários às conexões local/regional-global. Surge em 1977, o IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, cuja inspiração (formulada com apoio inclusive de técnicos gaúchos) tentava se espelhar na experiência do IPUC de Curitiba-PR, tida já naquela década como modelo de cidade em que o planejamento “deu certo”.

O IPUF, com suas atuações vinculadas diretamente ao gabinete das administrações que passam pela Prefeitura, tem acompanhado o dinamismo da cidade nas últimas décadas e viu aquele Plano Diretor (1976) em quase nada se concretizar. O papel institucional daquele órgão tem se transformado, basicamente, em produtor de “novos” estudos e projetos (predominantemente paliativos) delineando, em várias circunstâncias, normatizações (a exemplo das que sustentavam o “projeto AGLURB” – Aglomerado Urbano de Florianópolis/AUF, inserido nas formulações de “Cidades de Porte Médio”, conforme previa programas de financiamentos internacionais via BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento/Banco Mundial) a fim de serem reconhecidos/aprovados em instâncias legislativas.

No geral, esses procedimentos acabam apenas, em muitas situações, no “disciplinamento” do uso do solo (dependendo de orientações de “forças ocultas”) em locais tanto da parte insular como na continental que compreendem o município de Florianópolis e, em algumas circunstâncias de ações locais de municípios do entorno (como no caso da definição e criação do Distrito Industrial de São José). O IPUF em nível municipal tornou-se então, o agente articulador oficial para promover, através do planejamento urbano, elaborações de formulações técnicas (muitas vezes com colaboração e assessoria de especialistas alemães), capazes de gerar imagens necessárias às linguagens que mediatizem segmentos de agentes sociais e econômicos nas relações da cidade no presente e para o futuro. Assume assim, entre outros papéis, o de irradiador de atitudes ufanistas, na construção de um pensamento e práticas, que também fossem possíveis de refuncionalizar a cidade e sua região nos processos urbano-

metropolitanos, sintonizados com as tendências da “modernidade” e porvir “globalizante”, fatos marcantes no último Plano Diretor (1997).

Por essa perspectiva, a construção de uma nova imagem para Florianópolis passa a embasar, paulatinamente, discursos capazes de conferir importância à capital catarinense que, no contexto das cidades desse estado encontrava-se numa posição secundária do ponto de vista demográfico e econômico, algo também diferente do que acontece na realidade dos demais estados da federação, onde a cidade-capital sempre é destaque como pólo centralizador e disseminador de relações para todo o território estadual.

O efeito das mudanças estimuladas pelas práticas tecnocráticas planejadas tanto pelo poder público municipal (via IPUF), ou governo estadual, apoiadas pelas iniciativas privadas (via associações de classes, como, por exemplo, pela ACIF – Associação Comercial e Industrial de Florianópolis e pelo SINDUSCON – Sindicato da Indústria de Construção Civil) têm contribuído para transformar a acanhada Florianópolis, com ruas estreitas e arquitetura dita arcaica, com casario açoriano, comércio e movimentações comerciais e de serviços precários (transporte, saúde, lazer, etc.), em espaços que cada vez mais atraem tipos e novos e modernos empreendimentos. Para isso, grandes obras infra-estruturais implementadas (entre as décadas de setenta/oitenta), na sua maioria, por órgãos do governo estadual (particularmente através do DER – Departamento de Estradas de Rodagens) como aterros, pontes, terminal rodoviário, etc., passaram a ser decisivas e vistas como necessárias à crescente cristalização da imagem que institucionalmente se forjava e que possibilitava dotar Florianópolis de símbolos de modernização e, com isto, desenvolver no imaginário coletivo, o sentido das novas dimensões simbólicas incorporadas pela cidade. Em várias ações de mera transformação física nas estruturas materiais da capital, o governo estadual alocou significativas parcelas de recursos financeiros, através de expressivas dotações oriundas de regiões ricas e/ou produtivas do interior catarinense, que assumiram indiretamente e/ou conjuntamente empréstimos internacionais, o ônus

pelas intervenções urbanizantes, tornadas em efeitos numa região considerada por alguns estudiosos como “deprimida” economicamente.

Mediante a produção e reprodução daquelas condições de desenvolvimento, o elemento textual que assumirá papel de discurso hegemônico, com linguagens de algum poder passa, de certo modo pelas perspectivas das atividades turísticas que se apresentam, inicialmente, como as principais vedetes no processo que parece querer redimir a capital dos catarinenses do “atraso” a que esteve fadada ou fora das rotas de escalas maiores dos circuitos econômicos.

Assim, o conjunto de lugares que dá identidade regional à Ilha de Santa Catarina e seu entorno no continente próximo começa, também, a assumir redefinições em seu cotidiano, mediante fluxos demográficos e novos empreendimentos que passaram a ser atraídos, conforme discutiremos com mais detalhes adiante. Com isso, aprofundam-se relações de uma rede aparentemente solidária intra-insular e suas conexões espaciais a partir da área continental, corroborando com os tentáculos da urbanização em marcha.

A dinâmica demográfica florianopolitana (Tabela 10) promove, nas últimas décadas deste século, não apenas alterações quantitativas no contexto municipal como um todo, mas, de certo modo, no perfil das regiões distritais. Os espaços interioranos/praianos mesmo revelando parcelas de população rural, dispersas distritalmente, têm perdas de contingentes atraídos para núcleos urbanos. O que está existindo não é apenas uma substituição nos tipos de habitantes das localidades, com crescente presença de sujeitos sociais, imigrantes, de poder aquisitivo relativamente definido, que optam pelo interior da ilha como uma nova possibilidade de qualidade de vida (muitos são aposentados, outros trabalham em bairros centrais), justificada pela proximidade de convivência com as belezas ambientais e com certas condições infra-estruturais de apoio logístico. Há, nessa substituição do perfil demográfico, intensa relação com as novas imagens veiculadas pelos diversos tipos de práticas

discursivas apregoadas oficialmente, tendo na “publicidade midiática” (ANTONGIOVANI, 1997: 16-17) através do *marketing* por exemplo, a estratégia de criar e transformar uma marca em algo extraordinário através da possibilidade de (com)vivências associadas a determinadas “*valorizações*”⁵ pinçadas das condicionantes sócio-ambientais e das expectativas da própria vida urbano-metropolitana. Com isso acentuam-se processos de “*valorizações*”⁶ pela difusão mítica de um cotidiano paradisíaco, que aos poucos vem promovendo alterações não somente no âmbito das características ecológicas e formas de uso do solo com padrões sócio-culturais de tradições açorianas mas, incrementando atividades e/ou produtos (portanto gerando rendas) como resultado do desenvolvimento do turismo.

TABELA 10

Município de Florianópolis-SC. Participação da População Urbana e Rural por Regiões Distritais. Período - 1980/1991

Localização/Ano	População Urbana (%)		População Rural (%)	
	1980	1991	1980	1991
Regiões Distritais				
Cachoeira do Bom Jesus	20,66	71,96	79,34	28,04
Canasvieiras	20,07	68,82	79,93	31,18
Florianópolis - Sede/Estreito	100,00	-	100,00	-
Ingleses do Rio Vermelho	30,61	76,62	69,39	23,38
Lagoa da Conceição	22,65	72,83	77,35	27,17
Pântano do Sul	35,98	79,81	64,02	20,19
Ratones	45,01	48,61	54,99	51,39
Ribeirão da Ilha	27,60	66,05	72,40	33,95
Santo Antônio de Lisboa	8,45	96,21	91,55	3,79
São João do Rio Vermelho	38,27	58,16	61,73	41,84

Fonte: F.I.B.G.E. – Censo (1980) e Sinopse Demográficas (1991).

⁵ Esta atribuição/mensuração qualitativa e/ou quantitativa, inscreve-se num contexto de práticas sociais que podem levar a dotação de “preços”, conforme discute MAY e da MOTTA (1994), in: *Valorando a Natureza*. Análise econômica para o desenvolvimento sustentável.

⁶ Esse conceito implica na transformação de certos recursos, como os ditos naturais ou ecológicos, em produtos/objetos criados por uma ação tecnológica, com finalidades de atingir a uma racionalidade econômica que visa, nos tempos atuais, cada vez mais a maximização do rendimento dos investimentos. A esse respeito ver A.C. MORAES & W. COSTA. In: *A valorização do espaço* (1984).

Com efeito, o remanescente do contingente nativo cada vez mais em redução, formado por uma predominância de idosos e crianças de classes sociais com baixo poder aquisitivo “resiste” (até quando?) pelo interior da ilha e adjacências. Já se percebe a presença de contingente proveniente de outras regiões do Estado, notadamente do planalto serrano de Lages e até do oeste catarinense. Enquanto isso, muitos adultos “nativos”, desanimados com as tendências da decadência das atividades profissionais ligadas em geral as tradicionais formas de pesca e pequenas lavouras, estão indo atuar em lugares cada vez mais distantes de suas comunidades, muitas vezes até se proletarizando em setores de trabalhos (que não exigem requisitos avançados de qualificação prévia: vigias, domésticas, operários da construção civil, etc.) em bairros centrais da capital, em outros municípios catarinenses (às vezes, próximos do litoral) ou até em estados vizinhos, conforme constatava e prenunciava A. BECK (1984) no início da década de oitenta. Em época de veraneio, a população de vários balneários ao norte de Florianópolis, quase triplica com a presença dos turistas.

Portanto, a aceleração da urbanização que está se processando na faixa litorânea de Santa Catarina, principalmente relacionada com a implantação de infra-estruturas e equipamentos nas regiões balneárias e nas suas proximidades, visa atender à dinâmica e interesses em especial para o setor do turismo. Efeitos decorrentes de atividades daquele setor, particularmente em Florianópolis e região conurbada, denunciam não apenas a capacidade motriz geradora de uma “competência econômica” pela perspectiva fomentada nos fluxos e fixos de pessoas e mercadorias, mas, também, visibilizam impactos na composição “desigual e combinada” que se expressa através de conjuntos de objetos geográficos das paisagens.

Assim é o que acontece, por exemplo, com a população do distrito-sede detentora de significativa parcela de contingentes migrantes (muitos com perfil originário de regiões agro-pecuárias do oeste e serrana catarinenses – logo, com sérios problemas fundiários) que sem condições de fixar residência, segmentos

dessa classe se “instalam” nas encostas de morros, áreas de dunas, restingas e mangues ou em terrenos próximos das vias expressas da região continental do município (limites entre Florianópolis e São José), gerando “bolsões” de miséria.

Em contrapartida, outras áreas da cidade tornam-se imponentes pela verticalização - como na região elitizada da Beira-Mar (Av. Rubens de Arruda Ramos) e adjacências - ou padrões de moradias nas regiões do Tercasa/Carvoeira, do Santa Mônica/Jardim Anchieta (áreas de antigas chácaras pertencentes a Padres Jesuítas/Colégio Catarinense e Freiras/Irmandade da Divina Providência) e Lagoa da Conceição (Condomínios Village/LIC e Saulo Ramos) que revelam nitidamente o que, de fato, evidencia ser o modelo de crescimento na capital catarinense (como em muitas cidades brasileiras) e como vem sendo orientado nas últimas décadas. É nessa última região, considerada como importante “cartão postal” da cidade e pólo de atração turística que aparecem, hoje, focos de impacto ambiental (poluição hídrica, visual, etc.), decorrente de descontroladas formas de uso do solo, principalmente pela especulação imobiliária para edificações domiciliares, e que têm gerado, de certo modo, comprometimentos da qualidade de vida daquela comunidade.

Para as elites, a indústria de construção civil expande seus tentáculos com maior impulso e faz do setor competentes investidores de um padrão sócio-espacial cuja base de sustentação está na exploração das paisagens insulares e suas virtuosidades da “natureza ecológica”, apregoada conjuntamente, nos últimos tempos, aos índices de qualidade (questionáveis) de vida, conforme análises e *ranking* de cidades brasileiras anunciadas pelo IDH/ONU.

Esses vetores têm sido para Florianópolis, a partir dos anos 80, objeto de articulação e desempenho de papéis relevantes entre agentes econômicos, competindo até (em especial a partir dos anos 90) com o desempenho de atividades industriais oriundas do desenvolvimento de alta tecnologia, notadamente em setores da informática. São então (re)descobertas desse lugar ou

seu conjunto de lugares num contexto do espaço regional, promovidas pelas “novas” oportunidades e dinâmicas demográficas no território, evidenciando assim na própria marcha do tempo, da contemporaneidade, uma fase em que a sua inserção ao modo da “globalização” se faz dentro de uma dada “opção”.

H. LINS (1993: 47-58) referindo-se acerca das mudanças que vêm acontecendo em Florianópolis desde o início da década de oitenta, em nível local e sua área de influência, a partir do crescimento turístico, afirma que esta cidade *“... e sua região passaram a figurar definitivamente nos roteiros regionais e nacionais e mesmo internacionais como grande núcleo receptor de viagens”*.

Este fato evidente é, hoje, objeto de inúmeras investigações, sob vários ângulos de análises, como a que nesta pesquisa vem sendo recortada e que, adiante, será retomado em especificidades da questão pesquisada. Nele, o que se verifica entre as formas ditas de desenvolvimento local, inscritas ao dia-a-dia, são pulsares de como o estágio em que o modo de produção econômica (e social) assume corporificações nos objetos, impõe relações e se manifestam na paisagem.

Os ritmos dessa aceleração dão, portanto, a contemporaneidade de Florianópolis. Sinalizam, sob diversos discursos metafóricos tautológicos, que a modernização sempre almejada é inevitável em todos os sentidos. Caso contrário, o “bonde da história” passa e, a “reboque”, os lugares na Ilha de Santa Catarina e entorno embarcam em mais uma viagem sem clareza de seu destino.

Isto dito não é difícil se concluir que as retóricas desenvolvimentistas não passam de meros conceitos acerca de afirmações e interesses que forjam a nossa temporalidade.

Os efeitos das mudanças que ecoam particularmente na parte insular dão a dimensão das potencialidades do nível das (in)capacidades ambientais do meio

natural e, ao mesmo tempo, das expectativas que são geradas pelo poder público e iniciativa privada, para população em geral.

São obras que marcam espaços arquitetônicos e, tecnologicamente, considerados grandes referenciais na aceleração de processos como da intensificação da verticalização (notadamente na área central – em direção a Av. Beira Mar Norte e adjacências e até em bairros como Trindade, Estreito/Balneário, Coqueiros em Florianópolis e Kobrasol em São José) reveladores de contrastes habitacionais (em locais de morros, baixadas, balneários e bacias hidrográficas) e expansão segregativa, acompanhados de áreas de comércio, lazer e serviços.

A influência da cultura açoriana na tradição local se transveste de atualizações permanentes para conviver com os novos traços culturais ditos “plurais”. Coisas que se associam à típica manifestação da produção de uma modernidade (pela novidade), às vezes, transvestida também, de um ideário publicizado de pós-modernidade, para as opções locais. A rigor, tudo tem a ver com a essência da natureza do processo em curso, de racionalidade fragmentária, conforme procura demonstrar G. BALANDIER (1997) em seus estudos antropológicos, acerca da relação entre “poder e modernidade”.

Como tal, os espaços locais, sob a égide da “globalização” passam a revelar que, o

“... domínio da produção é hoje uma arena onde o ideológico procura impor-se cada vez mais brutalmente como uma necessidade de sobrevivência do sistema. Desde que o ato de produzir espaço, a gênese deste se realiza sob o signo da ideologia, desde que a criação mercantil do espaço é em si mesma um jogo especulativo, um ato enganador. O marketing do espaço impõe o engano como se fosse verdade” (SANTOS, 1980: 216).

Nessas condições, o papel de agentes fomentadores dos “novos tempos”, como as autoridades públicas e privadas (empresários), destacando-se aí o papel

da própria Universidade e dos meios de comunicação, que se credenciam para reforçar a ação de outros agentes sociais que conduzem o processo de urbanização aos vários quadrantes na ilha de Santa Catarina onde está Florianópolis e seu entorno regional.

Aos poucos marcas dos novos tempos delineiam padrões (futuras “rugosidades”), gerenciam fetiches e promovem dilemas. Os espaços (re)criados localmente têm similitudes com os de outros lugares do litoral brasileiro e até do exterior. Em certo sentido, são marcas da integração e (re)produção do parecido (como em publicidades de Florianópolis, associadas quando convenientemente, ao Havaí ou ao Caribe “brasileiros”), estandartizado e espalhado nas paisagens, criando identidades e simulacros do moderno. É força significativa para o dinamismo das atividades lucrativas, particularmente as turísticas (especialmente em temporadas de veraneio), promovendo homogeneizações no espaço e reproduzindo a lógica globalizante de convenções universais que fazem com que os lugares “não” se pareçam iguais.

Porém, para certos olhares de turistas, hoje não tanto acidentais, a consciência de ser e estar em um não-lugar próprio da sua existência permite enxergar dimensões das inserções, em diversas escalas, dos tipos de consumos que são estrategicamente planejados e negociados em seu nome. Aí os discursos mudam e fetiches adquirem reorientações. O sentido das estandartizações globais ganham relevância.

Diante dessas circunstâncias, nota-se que o espaço geográfico incorpora modelagens permanentes, tendo a cidade, em particular, um reflexo de certo modo coletivo, realizado pelas tendências do processo de urbanização, conforme se discutiu em passagens anteriores.

Com efeito, nos lugares em que os contrastes e lutas de classes se tornam mais explícitos há, de acordo com J. LOJKINE (1981: 154), “*uma combinação social – crescente ou não, deliberada ou não, de agentes individuais*”.

É o caso em xeque, aonde impactos de diversas ordens tonificam, gradualmente, processos de produção da “mercadoria Florianópolis” para o mercado urbano (edifícios, loteamentos, condomínios horizontais, infra-estruturas, etc.) e/ou especificamente para o mercado de turismo (hotéis, restaurantes, estradas, shoppings, áreas de lazer, etc.). Até mesmo as “luzes industrializantes” se reacendem, assumindo papéis cada vez mais ligados agora com atividades de alta tecnologia, alçada à imagem de um epicentro para geração e difusão de “*know how*”, como mais uma tentativa de fomentar possível “vocaçãõ” para o lugar e sua região.

No âmbito das mobilidades demográficas e suas relações espaciais existem características expressas por influências (diretas ou não) de processos acima mencionados. Lista-se como exemplos, a intensa segregação de *habitat* e consumos de bens e serviços, principalmente de lazer. Em relação ao mundo do trabalho, formas ditas novas se apresentam como novidades, notadamente nos espaços da pesca, da construção civil e dos empreendimentos de alta tecnologia. São metáforas com o propósito essencial de *marketing* de um modelo particular de “felicidade”, apregoado num plano mais geral, que avança por todo o mundo, rotulado de valorização do cidadão como se fosse uma “revolução de esperanças”. Chega-se ao ponto em que “... *pela força do consumo em termos globais leva ao abuso da palavra usuário como substitutiva para cidadão...*” (SANTOS, 16/11/94: 8).

São paradoxos dessa convivência de personagens e objetos que em diversos lugares a exemplo de Florianópolis - notadamente no interior/balneários da ilha de Santa Catarina - persiste, “pacificamente”, um tipo de desenvolvimento desigual e combinado. A base desta relação como já se disse, está assentada em ações quotidianas de descendentes açorianos e nos traços de “forasteiros” temporários (turistas) ou daqueles em luta pela permanência. Os próximos capítulos procuram detalhar mais aspectos da questão que até aqui foi enfocada, conduzindo as análises para as intenções desta pesquisa.

Terceira Parte

FLORIANÓPOLIS: A Urbanização de um Lugar em Tempo de “Globalização”

A “face” provinciana que até recentemente prevalecia como imagem de Florianópolis está ganhando rápidas transformações cuja complexidade é constatada a partir de características de vários processos de produção espacial em curso, que vêm desencadeando discutíveis configurações urbanas e que dão dimensões do caráter local/regional na contemporaneidade.

Esta parte da pesquisa tem como perspectiva analisar alguns aspectos da produção do espaço urbano de Florianópolis, frente às condições que atualmente têm permitido “ações estatais e ações privadas” e que através de suas trajetórias, estão, efetivamente, traçando um futuro para a cidade e sua região nesta travessia de século e início de milênio. Pretende assim, discutir elementos que servem de base estruturadora das mudanças ora em marcha e, desse modo, mostrar como nessa “sócio-diversidade” as experiências cotidianas atuais engendram uma organização espacial que almeja expressar identidades com o mundo “globalizado”.

Capítulo 6

Tentáculos da urbanização do lugar

Na tendência da produção do espaço geográfico brasileiro, em que o processo de urbanização¹ se revela como possibilidade de sua maior manifestação, a faixa oriental do Estado de Santa Catarina como um todo serve num plano geral, para demonstrar um certo tipo de desenvolvimento econômico-urbano de cidades e o modo como elas vêm promovendo sua integração com a rede nacional e internacional, sob contextos diversificados.

Estas cidades determinam através de atividades industriais num plano (a partir do Vale do Itajaí, onde está Blumenau e em direção ao norte/nordeste onde está Joinville, ou na região sob influência de Criciúma/Tubarão, ao sul), e das atividades de turismo, lazer/entretenimento num outro plano (litoral central de Balneário Camboriú à Grande Florianópolis), padrões de atividades que estão em nível regional conduzindo, em suas escalas, processos contemporâneos de ordem mundial.

As reflexões aqui se direcionam para aspectos da urbanização relacionados com a dinâmica empreendida a partir de Florianópolis e seu espaço conurbado. É nesta perspectiva que as abordagens aqui serão conduzidas, tendo em vista as transformações que nesse espaço se processam e que têm a ver com os rumos da modernização que vem assumindo a capital catarinense nas suas relações local/regional, com reflexos em escala nacional ou até internacional.

¹ Estudos a esse respeito estão disponíveis, por exemplo, em “Caracterização e Tendências da rede urbana no Brasil”, um projeto desenvolvido pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1999, em cooperação com a UNICAMP – Universidade de Campinas/SP e F.I.B.G.E. – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ver também DEÁK e SCHIFFER (Orgs.). O Processo de Urbanização no Brasil. São Paulo: EDUSP/FUPAM, 1999.

Enfim, serão considerados aqueles vetores que dentro das suas atuações presentes no território, dão caráter ao “centro regional” que é exercido por Florianópolis, como nas tendências da rede urbana brasileira, conforme o estudo (IPEA/UNICAMP-IBGE) acima mencionado. Desse modo, significa considerar em nossa análise, aspectos intra e interurbanos que materializam elementos importantes na compreensão do lugar, não apenas pela cidade enquanto uma aglomeração classificada entre cidades de porte médio², mas sua relação com o entorno no processo de constituição metropolitano, associado às características acima apontadas para o estado catarinense.

Assim, nessa relação entre a cidade (o particular, o concreto, o interno) e o urbano (o geral, o abstrato, o externo)³ está a lógica que move a urbanização na produção do espaço regional florianopolitano, capaz de promover nas condições locais, o necessário desempenho de papéis que funcionam dentro do capitalismo contemporâneo e que se traduzem por formas de representação do mundo globalizado moderno.

O mesmo se deve à lógica a que o espaço como um todo e suas respectivas territorializações têm a ver, como parte do conjunto de “*conexões geográficas*” (SOUZA, 1991), a partir do que elas estabelecem no âmbito das escalas enfocadas. Como afirma M. SANTOS (1996: 272-273) “... *a ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade*”, e conclui “... *cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente*”.

² São divergentes os critérios que definem o tamanho de cidades médias. No Brasil, o IBGE considera, nos anos noventa, aquelas aglomerações que têm população entre 100.000 e 500.000 habitantes. Especialistas na matéria reconhecem que é preciso ir além dos aspectos demográficos, envolvendo as dimensões econômicas, política, social e cultural que permeiam o processo de urbanização. Ver Beatriz R. SOARES (1999), “Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização”.

³ Como nos referimos no primeiro capítulo, são conceitos formulados por Milton SANTOS (1994a: 68-70).

Diante dessas considerações e a partir das características da localização da Ilha de Santa Catarina/Município de Florianópolis e entorno, na costa catarinense, conforme se descreveu em capítulos anteriores, os processos de urbanização não diferem muito das transformações que estão igualmente acontecendo em várias cidades brasileiras, em particular naquelas localizadas ao longo do litoral. Nelas a criação, ampliação e consolidação de áreas têm gerado novas formas de organização interna, geralmente em direção à orla marítima. Exemplo que traduz essa situação, refere-se ao modo de como “... *as principais alterações dizem respeito à área central e ao padrão de segregação residencial*” (CORREA, 1991: 12-17), decorrente das rendas ou valorização da propriedade fundiária, auferida com as formas de uso do solo. Desse modo, acentuam “*dinâmicas de diferenciação que levam à segregação*”, como indica SPOSITO (1999: 14), expressão do próprio processo histórico que gera as estruturas de diferenciação sócio-espacial.

Nesse contexto, o crescimento de Florianópolis vem sendo empreendido, impulsionado nas novas territorialidades que passaram a se expressar com o aumento contínuo do contingente demográfico, como lembrou PELUSO JR. (1981), e suas respectivas formas de demandas que, gradativamente, se revelam na produção e consumo de paisagens.

Entre as décadas de sessenta e setenta, tal fato se realiza através da “ascensão” da orla marinha na ilha (inicialmente Canasvieiras e adjacências) ou no continente (bairro de Coqueiros e Balneário/Estreito) que passam a ser territórios de lazer e turismo, além das tradicionais segundas residências (fato que persiste ainda nos tempos atuais, predominantemente na ilha) pela redescoberta da natureza do litoral. Aos poucos, acrescentou-se àquele

movimento em direção à orla e cenário em mudanças, acelerado incremento de componentes sociais e técnicos, de ordem da “psicosfera” e da “tecnosfera”⁴.

De forma evidente, aqueles elementos possibilitaram os tentáculos de um “turismo urbanizante” sob ambientes ecológico-exóticos a partir de objetos criados culturalmente, se efetivando nos lugares como mercadorias cada vez mais corrente no mundo globalizado. Este fato vem tendo, nas últimas décadas, um importante papel no processo de criar e recriar diferenciadas paisagens, principalmente na urbanização do interior da ilha do município de Florianópolis, promovendo o quase total desaparecimento de áreas rurais e, conseqüentemente, muitas das suas expressões etnográficas, conforme analisou M. LAGO⁵.

Foi assim que negócios fundiários e mobiliários impulsionaram seus ritmos de atuação, produzindo novos tecidos urbanos em função de expectativas anunciadas que passaram a servir de referências para os deslocamento e acessos às diferentes áreas/pedaços do território, fomentando o crescente interesse privado sobre o “patrimônio público”, subordinando o que muitas vezes esteve sob interesse coletivo, como os “espaços comunais” de que trata N. CAMPOS (1991), suas respectivas formas de ocorrências no litoral catarinense e com mais freqüência na Ilha de Santa Catarina.

⁴ Termos aplicados por M. SANTOS referindo-se às condições de conteúdo que adquire o “meio geográfico” e que reflete, hoje, como uma tendência evolutiva do meio técnico-científico. A “Psicosfera” (age no reino das idéias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido) e a “Tecnosfera” (resultado da produção que depende da ciência e tecnologia que artificializa o meio ambiente), são redutíveis uma a outra, subordinados à lei dos que impõem as mudanças de comportamentos, no conteúdo do território. Mais abordagens, ver textos do autor, como “A Natureza do Espaço...” Op. Cit.: 1996: 203-205.

⁵ Inúmeros estudos têm tratado do assunto, nos últimos tempos, sob diversos enfoques. O caráter psico-etnográfico analisado por Mara LAGO é merecedor de consulta. Ver Modos de Vida e Identidade – Sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: EDUFSC, 1996. Problemática com semelhanças analisando dimensões sócio-econômica, cultural e ambiental e suas influências na construção de um processo de transição e trocas das estruturas sociais e mentais, aparecem nas pesquisas realizada por José Francisco MIRANDA R., em comunidades de Tambor e Montezuma de Cóbano, província de Puntarenas, Costa Rica. Ver “El turismo y la Convivencia Comunal en un area rural-costera”. In: Revista Geográfica de América Central. nº 35, II semestre de 1997 / I Semestre de 1998, pp. 107-138.

- **No espaço geográfico de Florianópolis: características das territorializações urbanas.**

O aumento do interesse por Florianópolis enquanto lugar, espaço gerador de mercadorias urbanas, como através do turismo, tem significativa contribuição (conforme se abordou nos capítulos anteriores) devido a atuação estatal em várias instâncias.

Já nas décadas de 40/50, a área situada na península central foi a região que teve crescente aporte de interesses imobiliários, que se intensificaram com os investimentos oficiais privilegiados durante a década de 60/70, conforme analisou SUGAI (1994). O grande passo para o crescimento desse interesse aconteceu com a trajetória da implantação da Avenida Beira-Mar Norte, ao conectar o centro da cidade em direção ao norte da ilha (SC-401), a leste no sentido da Lagoa da Conceição (SC-404) e alguns bairros em direção da Trindade onde está o Campus da UFSC. Outros locais do continente também mereceram atenção, principalmente aqueles que despertaram interesses de investidores, após a construção da segunda ponte, ligando ilha-estrito e conseqüentemente, agilizando o tráfego entre a capital e acessos a BR-101 e municípios vizinhos.

Deve-se ressaltar que, com a execução de grandes obras infra-estruturais, como a implantação de aterros, aberturas de avenidas e rodovias intra e inter-urbanas na região conurbada, o processo de expansão territorial principalmente através de empreendimentos da/para elites, vai se tornar mais evidente em algumas áreas da cidade e, ao norte da ilha, a partir do balneário de Canasvieiras.

Na área continental, bairros como Abraão e Bom Abrigo juntamente com Coqueiros se consolidam como territórios de classe média. Nas áreas centrais próximas à orla/aterro da Av. Jornalista Rubens de Arruda Ramos – Av. Beira-Mar Norte e imediações passam a ser áreas em que a elite local tem incrementado processos de verticalização residencial com tendências de sofisticções, através

de empreendimentos produzidos e comercializados predominantemente por grupos locais.

Assim, a partir das décadas de 70/80, as infra-estruturas decorrentes da implantação da Av. Beira-Mar Norte significam elementos marcantes e indutores de transformações que passaram a acelerar processos de desenvolvimento urbano, em regiões a partir das vertentes setentrional/parte oriental do Morro da Cruz, fato este que se diferencia do que passou a ocorrer nas regiões das vertentes ocidental/meridional do referido morro. Nessa região oposta à Beira-Mar Norte, o morro e suas adjacências, paulatinamente, passou a ser ocupados por camadas sociais de média a baixa condição sócio-econômica, justamente em locais onde as encostas induzem comprometimento como “áreas de riscos”, ocasionadas pela intensificação das ocupações e carências de infra-estruturas oficiais, salvo algumas obras de contenção implantadas em decorrência de movimento de massa com deslizamentos de rochas.

Na região do bairro da Trindade, por exemplo, o padrão de ocupação das áreas mais baixas em direção a vertente do Morro da Cruz fez surgir paisagens que se assemelham a uma “espinha de peixe”, pela tipologia dos arruamentos originados a partir das “servidões”⁶ e delas, gradativamente, a especulação imobiliária se encarregou das transformações nos espaços de antigas “chácaras rurais”⁷.

⁶ A expressão guarda, ainda hoje, identificações com as formas de usos do solo em que propriedades particulares ao serem desmembradas criam passagens para uso público. É típica das influências lusitanos/açorianas e muitas dessas passagens vêm sendo incorporadas no sistema de circulação urbana, através de arruamentos.

⁷ A região “trás do Morro” onde se originou a Freguesia de Nossa Senhora da Trindade, durante muito tempo se caracterizava como “área rural”, ocupada por chácaras e/ou com áreas de usos comunais. Quando em propriedades, nesses locais haviam formas de produção, notadamente com cultivos de fruticulturas como de laranjas e outros cítricos, que serviam de base na comercialização que se fazia em uma das mais tradicionais festas populares de Florianópolis, a “Festa do Divino e da Laranja”. Com o passar do tempo e a intensificação da urbanização, a produção local foi desaparecendo e sendo substituída por outras procedências e/ou outros tipos de mercadorias que passaram a proliferar com a expansão da própria festa que, nos seus objetivos, atualmente, assume também outras caracterizações com a presença massiva de jogos eletrônicos, bugigangas (muitas do Paraguai) e iguarias alimentícias, até nordestinas, como a carne de sol do Ceará.

Esses padrões de desenvolvimento desigual das paisagens intra-urbanas que nas últimas décadas têm caracterizado áreas centrais e arrabaldes de Florianópolis, grosso modo, servem de referência para auxiliar nas explicações ao que também tem se repetido por todo o município e/ou em áreas de municípios circunvizinhos. Suas dinâmicas revelam, portanto, as formas de verticalização e horizontalidade em que as cidades (notadamente na região conurbada) vão expandindo territorializações e, sobre seus tecidos, constituindo as novas dimensões que os lugares passam a compor, através dos núcleos residenciais, comerciais, industriais e de serviços, dimensionando gradativamente o que se passou a chamar “região metropolitana”.

Cada vez mais intensivamente pode-se verificar como as atividades produtoras do espaço florianopolitano, estimuladas por ações estatais, privadas ou combinadas delineiam as “novas periferias”. Elas assumem dimensões evolutivas, como um reflexo da dinâmica que cada atividade indutora concebe ao espaço, pelos agentes modeladores ou produtores das diversas mercadorias na organização territorial.

Nesses processos de mudanças permanentes nas formas de usos do espaço que a sociedade faz através dos diversos segmentos, as “novas periferias urbanas”, conforme enfatiza R.L. CORRÊA (1986) representam, hoje, tipos de conteúdos resultantes das relações sociais que criam e segregam grupos e categorias de indivíduos, resultando na dinâmica da luta de classes engendrada pelo próprio sistema.

Em Florianópolis, como em outros lugares, notadamente em áreas metropolitanas (ou em processo de metropolização), as localidades “fora” do perímetro central mostram diferenciações entre “periferias”, não apenas como resultado do crescimento físico-horizontal, bipolar, entre entorno e centro das cidades, mas também pelos “novos” conteúdos que muitas delas passaram a expressar.

Segundo R.L. CORRÊA (1986), os efeitos do crescimento intra e interurbano têm, grosso modo, possibilitado o surgimento de agrupamentos em “periferias interioranas” – ditas do pobre, do povão, suburbana, predominando aquelas populações que se caracterizam por rendas baixas, altamente dependentes dos poderes públicos e/ou ações das classes dominantes; e “periferias de amenidades” – aqueles locais ditos do viver e/ou atuar que são privilégios predominantemente de elites (da economia, do saber, etc.) e das burguesias, onde condições urbanísticas e ambientais refletem certas “qualidades agradáveis”.

Por este raciocínio, a distinção apontada nos parece interessante pois ela se constitui, do ponto de vista técnico-acadêmico, como um elemento “novo” e que serve de importante ferramenta para investigações da dinâmica sócio-espacial urbana. A sua importância reside no fato de que, em muitos outros estudos sobre organização interna de cidades, sobre processo de crescimento urbano e de movimentos de relações cidade-campo, cidade-região, etc., na análise de segregação urbana estas questões eram citadas, mas não se referiam à possibilidade de enquadrar as “classes dominantes” e as “elites” como ocupadoras de espaços periféricos⁸.

Seria explicada essa lógica como algo que refletisse duplos tipos de territórios nas cidades, “um legal e outro ilegal”. Nesta última condição estariam relacionados aqueles qualificados de periféricos, aludidos em estudos de crescimento (demográfico) urbano, realizados entre as décadas de 50-70.

⁸ Há vasta literatura (nacional e estrangeira) que tem feito abordagens nos temas urbanos ligados à questão periferia, discutindo e relacionando entre suas características o caráter físico-horizontal, para situar quase sempre os locais onde se abrigam populações ditas de “baixa renda” (favelas, malocas, alagados – Brasil; vila miséria – Buenos Aires; Barriados – Lima, etc.) quase numa perspectiva estética na forma e no conteúdo, e como fosse desfavorável aos interesses de um desenvolvimento urbano capitalista, conforme adjetivações e análises a esse respeito explicadas por Aldo PAVIANI. Ver desse autor, “Urbanização na América Latina: periferização em áreas metropolitanas”. In: HUMANIDADES – Revista da UnB, ano IV, n° 13, maio-julho de 1987, pp. 106-114.

Na realidade, os ditos processos de periferização e marginalidade – como assim eram “reconhecidos” – correspondem à própria lógica que os gerou e que continua reproduzindo-os, nos tentáculos de capitalismo que aparecem em áreas de cidades-metrópoles do terceiro mundo, como enfatizou M. ABREU (1986: 61-70), afirmando que esses processos são complementares e necessários para o funcionamento do modo de produção dominante naquelas regiões.

Assim, os territórios considerados fora de áreas centrais urbanas, como as periferias das cidades (notadamente as latino-americanas), vistos como “marginais”, “iníquos” e/ou de certo modo até como “ilegais”, sob algum ponto de vista da economia, da política ou da cultura, dentro do que se mencionou acima, passaram a agregar importância necessária a fim de que, no capitalismo se realize parte de seus propósitos da acumulação, já que nesses espaços garante-se a oferta de trabalho, tão perseguida pelos empreendedores capitalistas. Permite ainda, que em vários casos, o Estado não tome conhecimento oficial de sua existência, possibilitando assim, atuação estatal com maior efetividade em outras atividades e locais considerados mais “modernos”, como almeja a dinâmica econômica. E é o que está acontecendo em algumas áreas de localidades florianopolitanas.

Veja-se, por exemplo, na região compreendida entre as praias do Campeche e Morro das Pedras/Armação, ao sul da ilha de Santa Catarina, onde o arruamento no uso do solo vem se efetivando sem qualquer instrumento de orientação e controle, porém, com a presença de alguns serviços públicos (água, energia, telefone, etc.) e até cobranças de taxas de impostos como IPTU – Imposto Predial, Territorial e Urbano. No entanto, carências de melhorias infra-estruturais (como calçamentos, transporte coletivo, coleta de lixo, etc.) são negligenciadas pelo poder municipal, alegando a existência de “áreas ilegais” na região, haja vista a contestação instalada na comunidade de não adesão a um plano diretor que está sendo impostamente institucionalizado pelo IPUF (Instituto de Planejamento Urbano), sob anuência da Prefeitura, e visa atender

muito mais a interesse de empreendedores imobiliários. Isso se repete com certa frequência em outros locais do município, como também em municípios da região.

Por essas condições, grosso modo, pode-se constatar várias daquelas características apontadas dentro da chamada região conurbada de Florianópolis, como pretende esboçar a figura 4, complementada pelo aporte de algumas fotos (anexo) que ilustram a questão ora enfocada.

- **“Objetos & Ações” na dinâmica da produção da região conurbada-metropolitana**

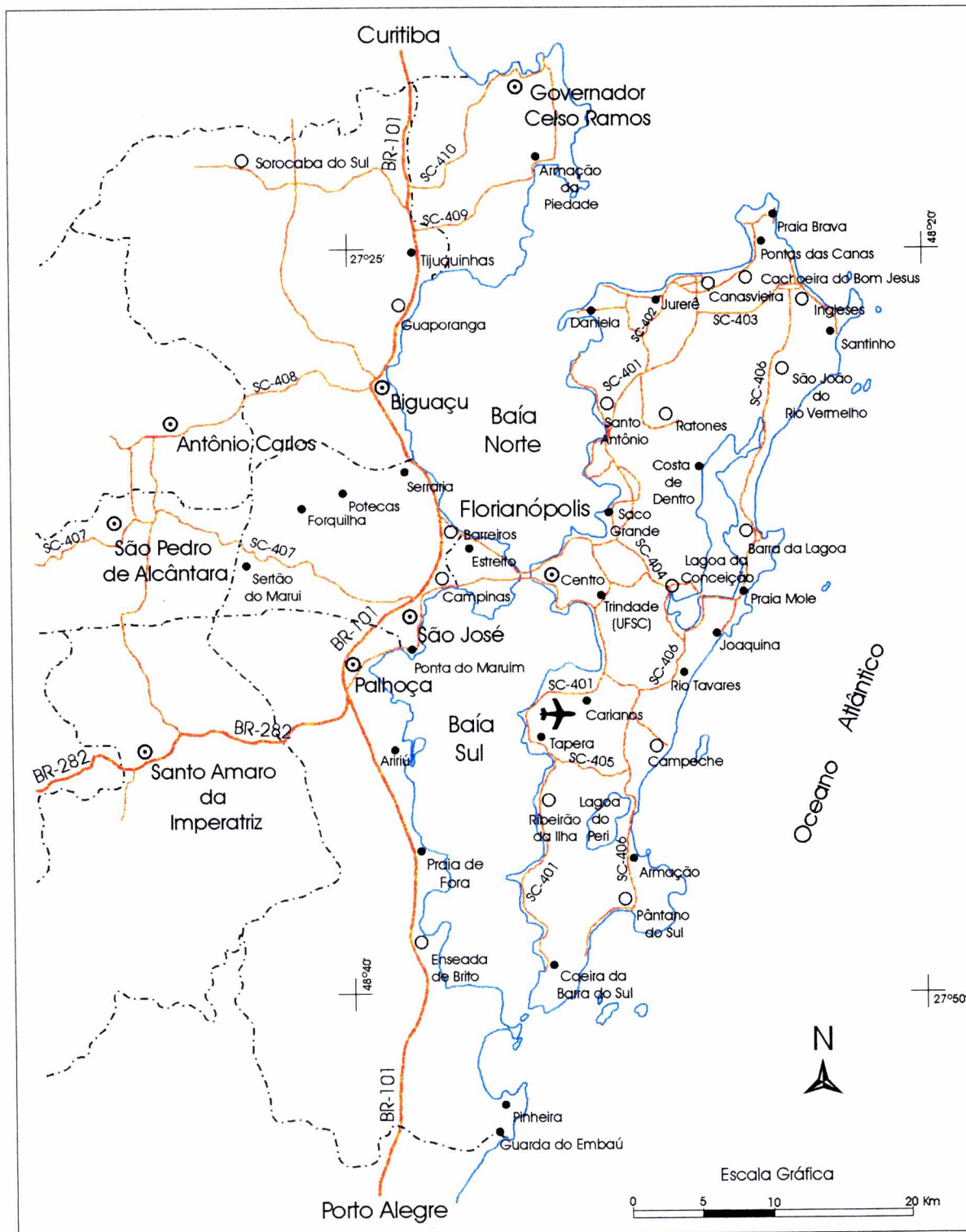
Os ritmos com que as mudanças têm processado as novas relações espaciais, determinam as condições que dão ao lugar a sua inserção no mundo, cada vez mais sob tutela das possibilidades econômicas do estágio da “globalização”.

Na “*aceleração contemporânea*” a que freqüentemente se refere M. SANTOS, os objetos e as ações se inscrevem dentro de contextos relacionados com a “*funcionalização do mundo*” que é percebido, empiricamente, em cada lugar.

Como não há um espaço mundial e sim todos os lugares são mundiais, ele (o lugar) é, então, produto de “*um processo de desvalorização e revalorização, onde as exigências de natureza global têm um papel fundamental*” (SANTOS, 1996b: 180), em que parcelas do espaço adquirem as materialidades para o movimento do mundo.

Portanto, ao integrar-se ao mundo, os lugares e suas regiões desenvolvem-se por objetos e ações que cada vez mais, normativamente, atendem à ordem mundial.

Fig. 4 - Florianópolis: Região Conurbada e suas Periferias



Convenções

- ⊙ Sede do Município
- Sede de Distrito
- Outras Localidades
- ✈ Aeroporto
- Rodovia Pavimentada Federal
- Rodovia Pavimentada Estadual
- - - Limite Municipal
- Limite Territorial

Fonte: Mapa Físico-Político do Município de Florianópolis - 1998 (1:100.000)
 Mapa Político do Estado de Santa Catarina - 1997 (1:500.000)

Através de ações normadas e de objetos técnicos no território, processos produtivos geograficamente espalhados e resultantes de uma divisão do trabalho, vão constituindo ao longo do tempo, dimensões da totalidade que caracteriza o mundo em cada lugar/região, como “*ocorrência funcional, que a distingue das outras entidades, vizinhas ou não*” (SANTOS, 1996b: 197).

Por esse contexto, as mudanças que Florianópolis tem processado em seu espaço e que trazem influências para além do seu território, são resultantes de vários atos não apenas em níveis do crescimento demográfico, mas decorrentes de transformações que vêm ocorrendo e que são operadas pela dinâmica da vida urbana e suas conexões inter-espaciais.

Já na década de 40, o uso do solo passou a exibir crescimentos de suas funcionalidades e a área central da cidade, que estava restrita à ilha, avança em direção aos arrabaldes praianos do continente, até então domínios do Município de São José. Essas são, no nosso entender, as primeiras evidências esboçadas das novas necessidades que passaram a constituir a expansão conurbada, de um futuro comportamento metropolitano da capital catarinense.

Nas décadas subseqüentes, com o crescimento demográfico – conforme já foi demonstrado (vide tabelas 8 e 9), as características da natureza da urbanização são os elementos que vão compor, a partir de relações cotidianas estabelecidas pela divisão do trabalho e suas especializações que operam em Florianópolis, o tecido sócio-espacial da organização do comportamento metropolitano .

O que se verifica na capital, diferente de outras cidades catarinenses como Blumenau e Joinville, é que o crescimento urbano-metropolitano se fez em decorrência de funções ligadas à dinâmica do setor terciário, desempenhado pelas diversas atividades de administração pública. Enquanto que naquelas cidades suas bases de crescimento estão assentadas em impulsos de processo históricos de industrialização, ligados, de certo modo, a dinâmica do mercado nacional e até a inserções internacionais.

Nesse sentido, o papel exercido por Florianópolis tem, na sua centralidade urbana no contexto estadual, a concorrência desempenhada por centros interioranos capazes de atrair demograficamente contingentes e competir economicamente através de expressivas capacidades de geração de bens e riquezas, que refletem “poder” espacial sob uma dada região que recebe influências⁹.

Emerge desse padrão de crescimento urbano, uma rede de cidades localizadas próximas e/ou na zona costeira estadual que têm chamado atenção pelas densidades acumuladas, e que nas últimas décadas tem influenciado os mecanismos de transformações espaciais¹⁰, sob os quais tem suscitado interesses de diversas ordens e onde o poder político em base legal articula a institucionalização de “regiões metropolitanas”, conforme será discutido no próximo capítulo, dentro da temática desta pesquisa.

⁹ Mesmo ocupando atualmente, o segundo lugar em termos demográficos absolutos entre os municípios catarinenses, Florianópolis enquanto município-capital do estado e sem grandes empreendimentos industriais tem apresentado nos últimos anos, crescimento significativo na arrecadação de tributos e contribuição. Em sua área de influência regional, juntamente com o município de São José, ambos participam do ranking dos dez principais arrecadadores de receitas no Estado de Santa Catarina (inclusive em termos de ICMS). Para se ter uma idéia, em 1999, conforme dados da Delegacia da Receita Federal-SC, entre as arrecadações de Tributos e Contribuições, Florianópolis ficou em 1º lugar (total arrecadado R\$ 747.816.612,00), seguido de Joinville, Itajaí, Blumenau e Jaraguá do Sul (respectivamente: R\$ 330.255.380,00; R\$ 274.454.205,00; R\$ 234.433.208,00 e R\$ 127.760.803,00) entre as cinco maiores arrecadações. As cinco restantes, entre os dez principais municípios, ficaram com arrecadações abaixo de R\$ 100.000.000,00. Esses indicadores florianopolitanos têm a ver com faturamentos realizados por órgãos públicos e empresas como ELETROSUL, GERASUL, TELESC e Agências Bancárias importantes instaladas na capital. Ver dados Receita Federal – DR/SC, apud Diário Catarinense, 03/02/2000, p. 23.

¹⁰ Ao longo da faixa costeira catarinense, 36 (trinta e seis) municípios fazem parte dessa região que vem tendo, intensivamente, uma ocupação desordenada, tanto nas baixadas como em direção às encostas. Nesse “arranhar”, o movimento urbanizante gera riscos e tende a comprometer cada vez mais qualquer perspectiva de qualidade ambiental, nas formas de uso do solo. O Projeto de Gerenciamento Costeiro desenvolvido pelo IBGE/SDE-SC elaborou um “Diagnóstico Ambiental do Litoral de Santa Catarina” (1997), e a partir dos levantamentos se espera o desenvolvimento efetivo de soluções investidas e comprometidas por todos os segmentos sociais. Atualmente, o referido projeto encontra-se em fase de discussão técnica para, em breve, entrar na pauta de análises pela Assembléia Legislativa.

Capítulo 7

A “região metropolitana” de Florianópolis

- **Perfil, atos e controvérsias**

Desde a década de sessenta começaram as discussões acerca das tendências do crescimento florianopolitano do qual emergiram traços da aceleração embrionária de uma área metropolitana, identificada inicialmente por área conurbada, pelas influências de “*funções permitidas e derivadas da capital administrativa do Estado*” (LAGO, 1996: 83).

Assim, as imagens que remontam a formação de uma área conurbada sob a influência de Florianópolis, caracterizam-se conforme F. DAVIDOVICH (1975), a partir de uma contínua aglomeração, estruturada nas relações de dominância da cidade central sob núcleos dormitórios de cidades vizinhas, decorrente da função administrativa pública que dinamiza a vida do espaço regional.

Vários autores defendem que foram as atividades ligadas à função administrativa pública, inicialmente na esfera estadual e, posteriormente, com a chegada de órgãos e empresas da esfera federal, que serviram como determinante das transformações intra-urbana em Florianópolis e, contingencialmente, seus desdobramentos sobre locais de municípios entorno, anunciando as bases geradoras do que se passou a vislumbrar como metrópole.

Na década de setenta, quando são criadas as primeiras regiões metropolitanas no Brasil, com base na Constituição Federal de 1967, Emenda nº 1/1969 e Lei Complementar Federal nº 14/1973, na verdade, estava se buscando

por força legal reconhecer a instituição de um “continuum espacial” sob conceito de metrópoles nacionais e regionais. Esse procedimento calcado na dinâmica urbana que caracterizava à época o país, fundado na “*política habitacional pós 1964*” (B. SCHMIDT, 1983), assumia peculiaridades diferentes de concepções aplicadas na Europa e nos Estados Unidos, como está focalizado em vários trabalhos de urbanistas, geógrafos, economistas, sociólogos e políticos, entre outros¹. A configuração da área metropolitana estava pertinente ao processo de planejamento em nível urbano e regional, aliado às efetivas necessidades do mundo industrial moderno.

Por outro lado, várias cidades e capitais de estados brasileiros foram alocadas para fins de planejamento dentro do espírito dos PND's, no âmbito e comando do antigo SERPHAU, depois CNDU/MINTER, através de agenciamentos financeiros, via BIRD, para projetos do Programa de Cidades de Porte Médio. É aí então que se enquadram, oficialmente, as primeiras formulações acerca da “Região Metropolitana na Grande Florianópolis”, projeto concebido pelo ESPLAN – Escritório de Planejamento Integrado, por encomenda ao final da década de sessenta pelo Governo Estadual. Como este projeto, instrumento técnico elaborado pela equipe do Arquiteto-Urbanista Luiz Felipe da Gama Lobo d'Eça, não logrou êxito, o documento se restringiu, em meados da década de setenta (Lei Municipal nº 1.440/76), num “Plano Diretor” para a cidade de Florianópolis, sobre o qual se comentou anteriormente.

¹ Vários estudos têm discutido processos de urbanização/metropolização no Brasil nas últimas décadas, elaborados por renomados pesquisadores da questão (Paul SINGER; Francisco de OLIVEIRA; Wrana PANAZZI; Mauricio ABREU; Luis C. Queiroz RIBEIRO; Milton SANTOS; Jurgen LANGENBUCH; Helena CORDEIRO; Flávio VILLAÇA; Benício SCHMIDT; Raquel ROLINK, entre outros), sob diversas óticas de abordagens. Maria Adélia A. de SOUZA, em suas pesquisas a partir de São Paulo oferece uma aprofundada avaliação de indicadores daqueles processos (iniciada com “São Paulo – Cidade/Região. Proposições Metodológicas”. Ver tese de Doutorado na Universidade de Paris, 1975) e que servem de referências para o entendimento/peculiaridades do que se passa nas mais concretas realidades do país, conforme é mostrado em “A Identidade da Metrópole”. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1994.

Segundo P. LAGO (1996: 84) referindo-se à defesa do Prof. Gama d’Eça àquele “Plano”, suas idéias eram

“... partilhadas pelo então prefeito Acácio Garibaldi São Thiago, atingia o teor veemente e, mesmo, catilínario. Concebia à metrópole um significado geopolítico, um indicativo de poder representativo no contexto nacional e fator de estruturação do espaço estadual”

Esses argumentos em pouco corroboraram com a perspectiva do desenvolvimento florianopolitano, não sendo conveniente para a criação, naquela ocasião, da “região metropolitana”. O embrionário processo de conurbação só ficou reconhecido no início da década de 80, quando foi instituído, por força legal, o AGLURB – Aglomerado Urbano de Florianópolis². Coube ao IPUF, órgão de planejamento da capital, o agenciamento e gerenciamento de vários estudos e projetos alocados em comunidades do aglomerado, desencadeados a partir do “Plano de Desenvolvimento Turístico” – PDT (1981); do “Plano Diretor do Bairro Trindade” (1982) e do “Plano dos Balneários” (1985), entre outros.

Entre os anos 80/90 nota-se, incontestavelmente, expressivo crescimento físico-territorial e demográfico na chamada região do “aglomerado de Florianópolis”, suscitando interesse de diversas ordens para ações político-administrativa dos governantes, oriundas de variados segmentos sociais.

O papel desempenhado por prefeitos isoladamente, através do surgimento de associações (inclusive também em outras regiões do estado), atuando, por exemplo, no âmbito da GRANFPOLIS – Associação de Municípios da Região Grande da Florianópolis, passou a representar a concreta possibilidade de ser tratada a questão metropolitana. Esta, muitas vezes “reconhecida” no âmbito de articulações financeiras junto aos governos estadual e federal e até junto às agências de fomento internacionais, pouco a pouco foi se colocando diante dos

² Conforme Lei Estadual nº 6.063, 24/05/1982, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências para a microrregião de Florianópolis.

fluxos e fixos que passaram a definir o cotidiano regional. Entre outras atuações, destaca-se aqui a retomada de processos de planejamento para o desenvolvimento de Santa Catarina, desencadeada já no governo Paulo Afonso (1995-98), que através das Secretarias de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SDM), Secretaria do Planejamento e Fazenda e com a colaboração participativa de órgãos do governo federal através da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, se elaborou Planos Básicos de Desenvolvimento Ecológico-Econômico – PBDEE, através de trabalhos coordenados pelas associações de município.

A intenção daqueles planos era de servir “*como definidores de investimentos do Banco Mundial no Estado*”, através (de financiamentos subsidiados) do Programa de Desenvolvimento Regional e Municipal – PRODEM (GESC/GRANFPOLIS, 1995/96: 19).

Na realidade, os planos que apresentam detalhadamente indicadores da “Situação Atual” (à época) como um diagnóstico e “Propostas” para o desenvolvimento regional, até então só têm desencadeado controvérsias acerca das suas viabilidades práticas, haja vista as discutíveis formas de utilização dos resultados oriundos das reflexões neles contidos. Além do que, a gestão efetiva dos “espaços articulados” pela prática do planejamento, ainda não expressam sintonias com as ações propostas e consideradas necessárias para cada região e que sejam capazes de influenciar diretamente na superação de problemas conjunturais, ou pelo menos minimizá-los, numa perspectiva de médio-longo prazo, reduzindo os graves entraves decorrentes de impactos da urbanização e de suas conexões territoriais.

Em certo momento o que se observou, como decorrência indireta da produção daqueles planos, foi a tentativa por parte da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, de introduzir no Plano de Orçamento Estadual (entre 1997/98) mecanismos relacionados com a “regionalização tributária”, isto provavelmente

por interferências de representantes políticos das diversas regiões do estado que anteviam naquela prática, futuras barganhas eleitorais no pleito previsto para o final de 1998.

Contudo, nota-se que aqueles documentos acima referidos (principalmente o PBDEE) passaram a influenciar diretamente nas discussões acaloradas que foram levadas a cabo em torno do projeto de lei que definia a criação da região metropolitana, não somente a partir do “pólo florianopolitano” mas também dos “pólos joinvillense e blumenauense”³.

Houve assim, um despertar de movimentos em defesa da criação de tais “regiões”, amparados em inúmeras argumentações para além dos interesses políticos e que sob a tutela de uma legislação agora estadual, conforme delegação da Constituição Federal de 1988, fez de Santa Catarina um dos estados pioneiros na regulamentação da questão dos novos “espaços metropolitanos”, como enfatiza P. LAGO (1996). Por esses encaminhamentos, acentuaram-se debates e inquietações associadas às peculiaridades de cada região, contemplados entre as necessidades de serem reconhecidos pelas “competências metropolitanas”⁴.

A Lei Complementar à Constituição Catarinense, nº 104, de 04/01/1994 (que dispõe sobre os princípios da Regionalização do Estado e adota outras providências), define em que condições devem ser criadas as regiões metropolitanas. Por esse instrumento legal várias discussões foram

³ No eixo catarinense entre Florianópolis-Curitiba, este se apresenta como principal exemplo na região sul brasileira, de surgimento de núcleos urbanos emergentes, com perfis bem diversificados e sob influências dessas três cidades-pólo, ora elevadas à condição de “novas metrópoles”. Dados do F.I.B.G.E. (Pesquisa Censitária, 1996) mostram que muitos municípios apresentaram crescimento demográfico anual bem superior ao registrado pelo próprio estado, em torno de 1,4%, como foi o caso de Itapema – 8,4%; Balneário Camboriu – 7,6%; Penha – 3,4%; Biguaçu – 3,2%, Joinville – 2,8%; Itajaí e Governador Celso Ramos, ambos com 2,4%. Todos esses lugares localizados na faixa costeira, tendo como eixo básico integrador a BR-101, ora em fase de duplicação, e com inauguração prevista para dezembro de 2000.

⁴ A “competência metropolitana” tem a ver com as condições de competitividade que tem sido estimulada pelos processos de “globalização” e que, segundo Milton SANTOS, a competência “só se instala onde é atraente”. Assim, as cidades que não encontram uma vocação econômica deixam de “ser necessárias” (Folha de São Paulo, 16/02/1997, p. 1-9).

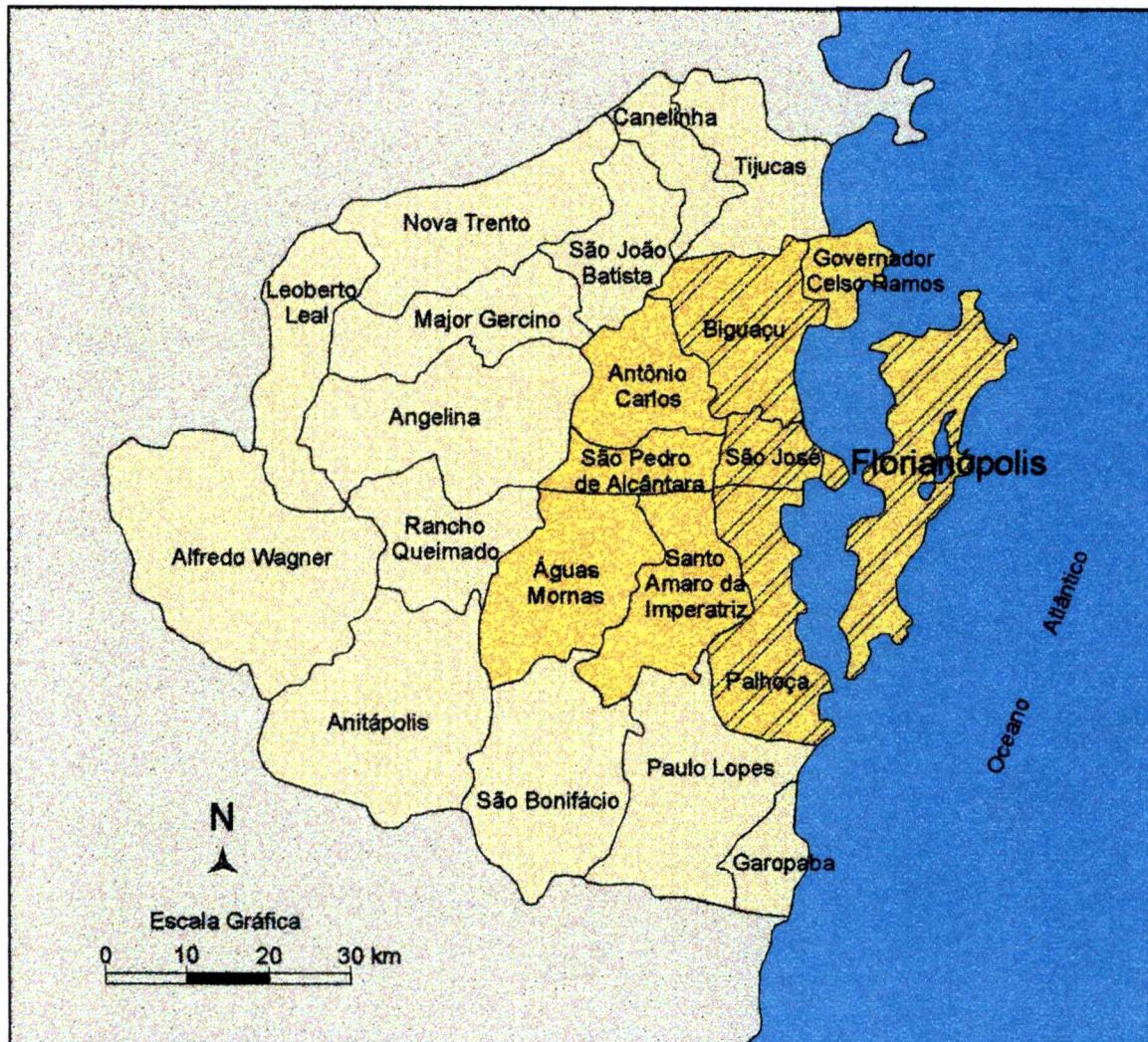
desencadeadas. Surgiram questionamentos quanto as suas aplicabilidades na vida cotidiana das cidades-pólo e seus espaços de influências, visto que para atender às recomendações legais, muita ingerência política se fez atuar, determinando em encaminhamentos técnicos e deliberações que assegurassem atender os princípios da lei.

Por força de outra Lei estadual complementar, nº 162/97, publicada no Diário Oficial de 06/01/1998, são instituídas as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí e a do Norte/Nordeste Catarinense e estabelecidas às condições, parâmetros e providências a serem adotadas dentro do que se definiu por “Núcleo Metropolitano” e “Área de Expansão Metropolitana”, formalizadas como “novas” unidades espaciais de planejamento e uso do solo no contexto regional.




As “regiões metropolitanas catarinenses” têm, segundo seus interlocutores, características e especificidades diferentes das dez primeiras áreas similares criadas pela União em 1973, em pleno período de regime militar. E é em torno de apregoadas “peculiaridades urbanas” das unidades municipais integrantes de cada região, que estão assentadas expectativas comunitárias e muitas controvérsias acerca do conteúdo real do “processo de metropolização” que quer dar sentido a sua existência legal.

No caso em tela, a Região Metropolitana de Florianópolis (vide figura 5) constituída por 22 unidades (09 no chamado núcleo metropolitano e 13 na chamada área de expansão metropolitana) municipais, é vista por alguns como a 11ª região oficializada no país. Congrega realidades díspares, com perfis sócio-ambientais variados, em que populações travam relações a partir de influência cotidiana direta da cidade-capital e região litorânea ou, por força da lei, “integram” comunidades localizadas num raio aproximado de 100 km, tanto em direção ao Vale do Itajaí ou para o Planalto Serrano.

Fig. 5 - Região Metropolitana de Florianópolis



Legenda

-  Área com acentuada urbanização destacada nesta pesquisa
-  Núcleo metropolitano
-  Demais municípios integrantes da RM / Área de expansão

Fonte: Lei Estadual Complementar nº 162, DO - 06/01/1998.

Para a efetiva implementação das Regiões Metropolitanas, coube à Companhia de Desenvolvimento de Santa Catarina – CODESC, empresa vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda, que entre outras funções (operacionaliza/administra serviços de loterias – LOTESC; implantação de projetos industriais privados e/ou ligados ao governo estadual, etc.) passou a agilizar a efetiva instalação formal da estrutura organizacional básica de coordenação de cada região (conforme Art. 11/Lei 162, 06/01/1998), composta por um Conselho Deliberativo (membros nomeados pelo governador), Câmaras Setoriais (instâncias técnicas de apoio às decisões do Conselho) e a Superintendência que deverá realizar gestão administrativa, técnica e financeira no âmbito de “interesses metropolitanos”.

As incertezas do caráter metropolitano que sempre caracterizaram o modelo inicialmente definido para aquelas regiões implantadas no Brasil nos anos 70, sob a tutela do governo (militar) federal, parecem persistir nas novas e curiosas decisões deliberadas no âmbito estadual, haja vista os impasses de institucionalização e administração dos processos desencadeados com seus encargos, muitos dos quais desvencilhados da esfera federal neoliberalizante, em decorrência de constantes carências existentes, como a ausência de uma efetiva política urbana conseqüente.

Análises mais específicas acerca do processo florianopolitano de metropolização fogem aos propósitos desta pesquisa. Há, no entanto, pesquisadores que ora têm se envolvido com essas preocupações como decorrência do seu interesse e formação acadêmica⁵.

⁵ A esse respeito, Maria Terezinha R. MARCON está preparando dissertação de Mestrado em Geografia (UFSC), em que pretende analisar mais detalhadamente as especificidades do seu caso em estudo.

- **Dinâmica de agentes e a produção de infra-estruturas urbano-metropolitanas**

Como ficou demonstrado nos aspectos enfocados da produção e apropriação do espaço florianopolitano (da cidade e na região), sua dinâmica passou a articular um rápido crescimento nas últimas décadas por intermédio de ações modernizadoras impulsionadas, principalmente, por agentes estatais.

A ação estatal criando certas condições infra-estruturais e os aportes de desenvolvimento urbano da capital catarinense têm se constituído, como em outras cidades brasileiras, uma mola propulsora que vem permitindo a atuação de outros agentes através de empreendimentos privados.

– **Iniciativas Estatais**

Do núcleo central em direção aos arrabaldes praianos no interior da ilha e/ou rumo ao continente em direção aos municípios circunvizinhos, são inúmeros os exemplos que servem para ilustrar em qualquer análise que se queira proceder avaliações, sobre processos do crescimento urbano, como tem transcorrido também na conurbação metropolitana, notadamente rumo à BR-101, passando pelos municípios de São José, Biguaçu e Palhoça, nas direções norte/sul do estado.

As infra-estruturas intra-urbanas têm permitido não apenas a incorporação de áreas físicas, mas, sobretudo, fazem surgir nas paisagens novas configurações, por diversidades de objetos fixos que são animados através do fluxo de mercadorias e pessoas por uma vasta área inter-urbana. Isto resulta no acontecer cotidiano, fazendo surgir uma “5ª dimensão do espaço”, ou melhor, compreendê-lo também através da sua “espessura” (SANTOS, 1998: 197).

A partir de Florianópolis, o imperativo crescimento demográfico tem estimulado, consideravelmente, as justificativas que se fazem em nome de uma

modernidade e de um crescimento sócio-econômico, a par de “ordenações” estruturais que são implementadas.

Os arranjos e rearranjos locais passaram a fazer da cidade e de seus entornos, um espaço cada vez mais de construção/destruição, público/privado e trabalho/ capital, que nos tempos atuais da “globalização” fundem e delineiam condições para uma almejada “competência metropolitana”, da qual se falou em passagens anteriores.

É assim, que tem se processado a implantação de grandes obras públicas aqui já mencionadas, como os aterros, rodovias, ampliações nos sistemas de água/esgoto, energia e comunicações, considerados como prioritários para as pretensões não apenas da “capital dos catarinenses” mas, contextualizada na contemporaneidade como “capital turística do MERCOSUL” e através das metas de privatizações neoliberais.

Para a funcionalidade dos atributos urbano-metropolitanos a partir de condições desenvolvidas pelo caráter administrativo que caracteriza Florianópolis, e que predominantemente marcaram sua evolução nas últimas décadas, observa-se também, permanentes ajustamentos que suscitam a operacionalização organizacional de relações sócio-espaciais.

Assim, nos diversos componentes que dão dinamismo às formas de uso do solo, o papel dos agentes (público e/ou privado) no crescimento urbano é notório, em particular pelas estratégias de vias de acesso e circulação rodoviária que o poder público tem implantado não apenas na área insular, como também na área continental, onde se destaca a duplicação da BR-101, dentro de uma “necessidade nacional” que implica promover rearranjos no cotidiano regional/local. Neste setor, nota-se que os acessos e a interligação entre as comunidades têm permitido ao longo da faixa costeira catarinense, que os tentáculos da urbanização acelerada promovam “convivências”- desiguais e

combinadas – das mais variadas espécies, estimuladas sobretudo pelos interesses turísticos.

O meio de transporte rodoviário constitui-se então, num dos vetores que tem condicionado novos efeitos na urbanização, como no direcionamento ao norte da Ilha de Santa Catarina, onde aspectos de amenidades ambientais e ações estatais têm favorecido a expansão de certas infra-estruturas, contribuindo decisivamente para a mudança do perfil daquela região.

Ao mesmo tempo, com os acessos rodoviários facilitados, aparecem os efeitos “perturbadores” que geram impactos com excessivo crescimento da especulação imobiliária, através de loteamentos, verticalização, adensamentos, comprometimentos de componentes ecológicos (dunas, mangue, restingas, encostas, recursos hídricos) e os inevitáveis engarrafamentos de trânsito (principalmente em épocas de veraneio), que passaram a exigir medidas compensatórias.

Entre várias medidas, estão obras relacionadas com a duplicação da rodovia SC-401, com alguns trechos implantados entre o trevo do bairro Itacorubi e o trevo de acesso às praias de Daniela/Jurerê. Seu futuro prosseguimento traduz expressões de como o poder público tem agilizado recursos e que, nas modalidades de sua execução, têm favorecido a amplos questionamentos acerca das controversas viabilidades da obra como um todo e seu destino no contexto das concessões de exploração. De acordo com o projeto deferido pelo DER-SC, a obra, quando concluída deverá atingir o balneário de Canasvieiras.

Os trabalhos de duplicação da SC-401 iniciaram em meados de 1995, sob a responsabilidade do Consórcio ENGEPASA/Linha Azul, vencedor do edital de licitação e que assinou contrato com o governo estadual. Por esse expediente, o consórcio previa investimentos diretos no empreendimento em torno de R\$ 28.546.826,68 (sendo que por empréstimo bancário junto ao BNDES/BRDE e

BESC no valor de R\$ 13.958.446,19 e por recursos próprios R\$ 14.595.380,49), além de investimentos indiretos na ordem de R\$ 5 milhões, num total aproximado de R\$ 34 milhões. Já na implantação da primeira etapa, a obra suscitou inúmeras suspeitas técnicas, como as levantadas no momento da audiência pública para apresentação do EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental.

A natureza da obra que será custeada com a exploração de pedágios pelo consórcio construtor, durante 25 anos, tem permitido desde seu início, a geração de impasses no âmbito da sua concreta dimensão e nos meandros operacionais. Várias irregularidades cometidas com a alteração do projeto inicial (com o conhecimento do DER-SC) e ao que até então foi realizado, têm servido de motivos para ações judiciais através de Ação Popular, articuladas por movimentos organizados e encaminhadas na Câmara de Vereadores da Capital, depois acatada na Assembléia Legislativa, que deliberou judicialmente os méritos da matéria após análises das acusações apontadas. Grosso modo, além do não cumprimento de requisitos técnicos considerados mínimos exigidos, os efeitos das irregularidades são constatados até por leigos que se utilizam daquela rodovia, como, por exemplo, os problemas na construção de acessos, acostamentos, trevos, passarelas, recuo de ônibus, iluminação noturna, canteiro central, conforme amplamente vem sendo noticiado pela imprensa local.

A polêmica se estende no que tange às orientações inicialmente deliberadas e posteriormente alteradas acerca da cobrança de pedágios e que tem acirrado animosidades com os inúmeros protestos judiciais, visto que há controvérsias e interpretações constitucionais sobre a cobrança de tributos dessa natureza, numa rodovia intra-municipal (Constituição Federal, art. 150), além do que a obra está inacabada.

Diante de tantos problemas, a rodovia insegura, porém em uso (tanto para os residentes no norte da ilha, como para outros moradores da cidade, por

estabelecimentos comerciais e de serviços e muitos turistas – notadamente em épocas de veraneio) estava, até início de 2000, no aguardo de novas deliberações judiciais e, conseqüentemente, deliberações por parte do governo estadual/DER, que reassumiu os destinos administrativos da obra sem, no entanto, sanar os problemas cruciais e causadores de constantes alagamentos sobre a malha rodoviária e áreas adjacentes após fortes precipitações pluviométricas. Há comentários divulgados na imprensa, que induzem incapacidade por parte do consórcio ENGEPASA/Linha Azul em reassumir os compromissos com a obra, fato este que, se confirmado, redimensionará a magnitude dos problemas e os cronogramas da sua efetiva conclusão.

Por outro lado, as obras de acesso ao sul da ilha, ligando regiões do continente – via centro histórico em direção ao aeroporto, identificada como “Via Expressa Sul”, em aterro implantado paralelamente à rodovia SC 401/Sul (Rodovia Jorge Lacerda), são também um traço espacial no redesenho urbano para a capital. Foi idealizada em 1972 (quando projetava-se um plano metropolitano), mas somente em 1994 é que começaram, efetivamente, as negociações junto ao Ministério do Planejamento, através de uma linha de financiamento do BNDES pelo programa PRO-INFRA – Programa de Infraestrutura Urbana. O governo do estado após trâmites legais firmou contrato com a Organização ODEBRECHT S.A. (consórcio CBPO – Cia Brasileira de Projetos e Obras / CNO – Construtora Norberto Odebrecht) para realização das obras que tiveram, inicialmente, um prazo de construção previsto em 36 meses, a partir do seu início em junho/1995, a um custo orçado em torno de R\$ 30 milhões.

Como esse empreendimento encontra-se localizado numa região da cidade que promoverá mudanças substanciais na paisagem, além de efetivar obras de engenharia em superfície (túneis, viadutos, aterros, etc.) e obras na área marítima da baía sul (aterros hidráulicos, dragagem, drenagem, canais, bueiros, pistas asfaltadas, etc.), a sua gigantesca presença também tem sido motivo, desde o

início, de questionamento suscitados pelas diversas possibilidades de impactos sócio-ambientais.

Isso se deve não apenas ao que até então tem ocasionado, com relação às intenções delineadas e aprovadas (mesmo com amplas restrições populares manifestadas notadamente nas audiências públicas para apresentação do RIMA) para a construção do traçado da Via Expressa Sul. As alterações procedidas com dragagem na retirada de areia em bancos das “ilhas das Tipitingas” (na região da Reserva Extrativista Marinha - berbigão - do Pirajubaé/Foz do Rio Tavares), para os aterros hidráulicos (nas mesmas condições como se realizou, nos anos setenta, aterros na baía sul-centro) por sua vez, removeram diversos pontos de abrigos de pescadores.

As preocupações de moradores das proximidades a esse novo solo criado (entre os bairros Saco dos Limões e Costeira do Pirajubaé) e de profissionais que lidam com questões ambientais, são os desdobramentos que futuramente surgirão pelas “facilidades” não apenas nos fluxos de trânsito e delas a viabilização de especulação imobiliária desse local, em direção ao sul da Ilha de Santa Catarina, até então bem menos “afetada” se comparada com a parte norte.

Para amenizar os embates e enfrentamentos de populares, o governo estadual, juntamente com o consórcio CBPO/CNO, passou a difundir (através de boletins impressos distribuídos nas comunidades diretamente atingidas; publicidades na mídia, folder, etc.) mensagens comunitárias tentando “controlar” ânimos e fazer da opinião pública barganha e parceiros nos ditos investimentos que os governos federal e estadual estavam agilizando.

Em nome do “incremento do turismo” naquela área do município, convenientemente mencionado pela mídia oficial e/ou privada, a imagem da obra estava associada aos destinos de um padrão de desenvolvimento sócio-ambiental e econômico para Florianópolis.

É certo que as comunidades ao sul da ilha têm, entre outras carências, necessidade de melhorias nas formas de acesso, tanto em direção ao centro da cidade, como em direção a seus bairros (alguns encravado em encostas ou em áreas sujeitas a alagamentos temporários por fortes chuvas ou subidas e ressacas de maré) e adjacências. Porém, o que mais torna instigante para significativa parcela de florianopolitanos é o volume e a densidade que a obra passou a representar pelos iminentes desdobramentos, implicando em possíveis ônus sociais, não apenas tributáveis pelo Estado, mas seus diversos resíduos de impactos nas formas de uso do solo e (des)controle na qualidade ambiental.

A polêmica em torno dessa obra se estendeu a partir de agosto de 1997, quando ela ficou paralisada totalmente, por atrasos e falta de pagamentos pelo governo estadual, ao consórcio responsável pela construção. A apreensão não se deu apenas por parte dos interessados em executar os serviços da obra ou pelas demissões efetivadas a mais de uma centena de trabalhadores. Vários transtornos também têm ocasionado às comunidades diretamente atingidas, notadamente nas proximidades dos bairros Costeira do Pirajubaé e Saco dos Limões e adjacências.

A cidade como um todo, encontra-se nesse início de 2000 apreensiva, tendo em vista os desgastes físico-materiais com a obra e as onerações que surgirão pelos impasses da paralisação. Apesar da anunciada retomada dos trabalhos pelo atual governo, em abril de 1999, não há garantias de decisões definitivas para sua total conclusão por parte do Tribunal de Contas do Estado, com relação às diversas auditorias realizadas. Ao que se sabe até então pelo que foi noticiado, os custos estão sendo renegociados junto a Caixa Econômica Federal e, provavelmente, os novos aditivos ao contrato inicial (amplamente questionáveis, inclusive na Assembléia Legislativa) elevarão, significativamente, o montante a ser gasto, orçados em torno de R\$ 46 milhões, em revisão feita em maio de 1999.

A esses dois exemplos acima apresentados (da SC-401/norte e obras do aterro e a Via Expressa) junta-se um terceiro, de significativa relevância nas

transformações rodoviárias ao longo de seu traçado na faixa costeira catarinense, em particular na região metropolitana da capital, que é a duplicação da BR-101 e responde, atualmente, pela maior quantidade de vetores e expectativas de mudanças para as comunidades a ela integrada, notadamente nas áreas urbanas.

Apesar da BR-101 não atravessar o território do município de Florianópolis, a sua existência desde o início (anos 60/70) como consequência de processos de modernização do país, via setor industrial automobilístico, tornou-se fator condicionante das “facilidades” de integração da capital catarinense às demais regiões do estado e aos circuitos econômicos entre o sul e o sudeste brasileiros.

Ao mesmo tempo, com os processos de expansão urbana (anos 80/90) conurbando-se com os municípios entorno, gradativamente começaram a surgir indicadores de estrangulamento e saturação em alguns pontos daquela rodovia, que passaram a se somar a outros entraves infra-estruturais ao longo de todo o trajeto no território catarinense, formando com outras rodovias do território paranaense (BR's 376 e 116) a apelidada “rodovia da morte” (em decorrência do acúmulo significativo de acidentes, muitos com vítimas fatais), que fazem fluxos entre o sul do Brasil e a cidade de São Paulo.

A acentuada movimentação de pessoas (principalmente em períodos turísticos e de veraneio) e de mercadorias pelo principal eixo do cone sul-americano, em especial entre Buenos Aires-São Paulo, através do meio de transporte rodoviário que representa a BR-101 e os problemas que foram se avolumando exigiram, após a formalização do bloco regional do MERCOSUL, que o governo brasileiro adotasse algumas providências. Isso passou a representar, juntamente com campanhas a favor da duplicação, desencadeadas pela mídia em 1994, em particular através do Grupo RBS em Santa Catarina, não apenas a necessidade de sanar falhas infra-estruturais com relação à minimização dos acidentes (e, conseqüentemente, a redução do número de vítimas), mas revelar as

novas expectativas que o mercado MERCOSUL (de aproximadamente 200 milhões de consumidores) oferece para os interesses do espaço da “globalização”.

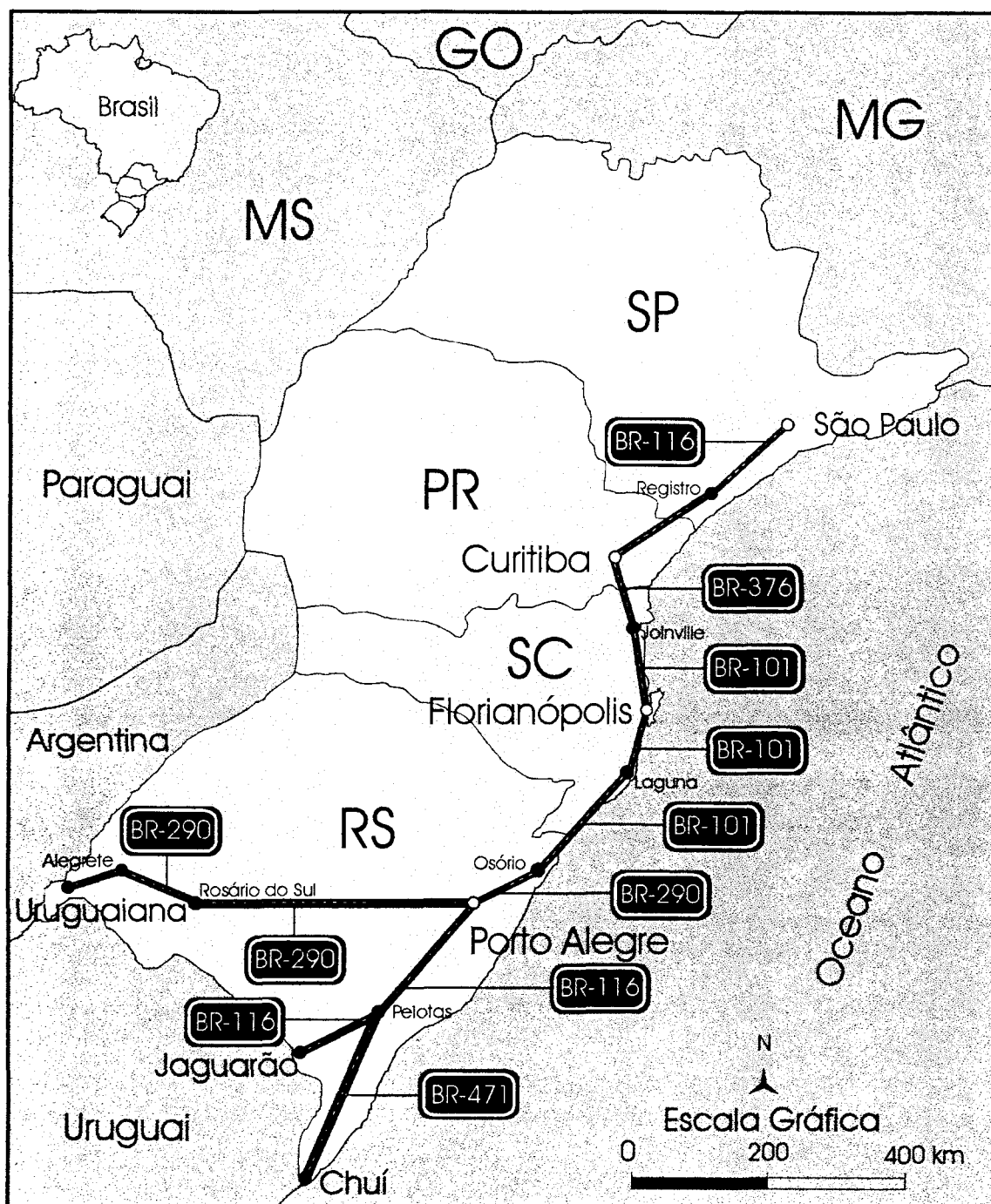
Na trajetória de concretização do bloco regional, a “Rota do MERCOSUL” (vide figura 6) e a ela integrada a BR-101 como importante via de escoamentos – de interesses notadamente empresariais⁶, fez despertar mais intenções para a concorrência entre lugares que pretendem se inserir às novas possibilidades do mundo contemporâneo. Nessa disputa aparecem, também, a atuação de “organismos” como a rede de Mercocidades e mais recentemente o PARLASUL – Parlamento do Extremo Sul do Brasil⁷. Num plano mais de caráter econômico, a rota da BR-101 em Santa Catarina compreende toda uma extensão rodoviária que servirá de base para incrementar empreendimentos que serão beneficiados pelo GASBOL – Gasoduto Brasil/Bolívia, cujo traçado segue, de certo modo, sob áreas que ficam relativamente próximas ao traçado daquela rodovia⁸.

⁶ Vale salientar que, importantes grupos empresariais brasileiros que atuam nacionalmente ou com exportações, para o cone sul-americano e/ou outros destinos, se utilizam de portos importantes como Paranaguá (PR), São Francisco, Itajaí e Imbituba – respectivamente em Santa Catarina, cruzando ou trafegando pela BR-101, destacando-se aí grandes empresas do oeste, no vale do Itajaí e norte/nordeste catarinense.

⁷ A rede de Mercocidades como fórum independente e autônomo, atua no sentido de discutir e apresentar contribuições para organismos internacionais como o BID, a partir de “unidades temáticas”, como aconteceu em Florianópolis em setembro de 1999, em que através de evento público e/ou dirigido a setores específicos, debateu-se a questão do turismo, com a presença de representantes de cidades brasileiras, argentinas, uruguaias e até chilenas. Já o PARLASUL tem a pretensão de se tornar, também, um fórum consultivo, formado por deputados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e seis províncias fronteiriças da Argentina, provavelmente com a finalidade de discutir, entre outras questões, temas geopolíticos e econômicos.

⁸ O GASBOL – Gasoduto Brasil/Bolívia compreende uma rede internacional dentro do MERCOSUL, com investimentos de aproximadamente US\$ 2 bilhões (financiados pelo BID/BIRD/CAF/BENDES/Banco Europeu de investimento e Eixmbank-Japão), para atender ao Brasil através da PETROBRÁS, no fornecimento de GLP – Gás Liquefeito de Petróleo pela Bolívia, a partir de Santa Cruz de La Sierra, na divisa com Mato Grosso do Sul, com destinos desde São Paulo ao Rio Grande do Sul, numa extensão de cerca de 3.150 km. Futuramente deverá ser ampliada a rede para atingir as cidades do Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Em Santa Catarina o gasoduto passará por 27 municípios, com trechos na Grande Florianópolis que atenderá nesta fase inicial, predominantemente, a empreendimentos industriais, em atividades como do setor cerâmico, como a unidade da empresa Portobello em Tijucas que irá consumir cerca de 10% (150 mil m³/dia) do que está inicialmente previsto para ser distribuído pela rede auxiliar da SC-Gás.

Fig. 6 - A BR-101 em Trechos da Rota do Mercosul



Fonte: A partir DC/ Edição 12/02/2000, p. 18.

Para ampliar a viabilização deste investimento implantado com alto ônus para a nação, recentemente é que o governo brasileiro decidiu integrar ao projeto GASBOL, a possibilidade de reativação de Usinas Termoeletricas em Santa Catarina (como deverá ocorrer também em outros estados), como estratégia de enfrentamento a uma crise energética que se esboça no país, que já deu seus primeiros anúncios com “apagões” em alguns pontos do território nacional.

Em particular, através da SC-Gás, uma rede auxiliar de distribuição do gasoduto chegará aos consumidores, inicialmente grandes empresas industriais, como cerâmicas e metal-mecânica na grande Florianópolis (Tijucas, São José e Palhoça) e região de Criciúma no sul do estado, que se somarão a outras atividades industriais das regiões de Blumenau e Joinville. Futuramente, outras atividades (residenciais, hotelaria, restaurantes, hospitalares, transportes urbanos, etc.) passarão também a ser consumidores do GASBOL, cujo trecho sul foi oficialmente inaugurado em março de 2000.

Assim é, dentro desses novos contextos que a atuação estatal vem se fazendo presente na viabilização da duplicação daquela rodovia que, quando concluídos os trabalhos de engenharia estrutural, entrarão em cena atividades da “engenharia econômica”, implementando processos de privatização.

A duplicação da BR-101 no trecho catarinense compreende um total de 515,2 km de extensão, em obras sub-divididas em duas fases: a primeira, trecho que vai do município de Palhoça, na região da grande Florianópolis, até o município de Garuva, na divisa com o Estado do Paraná (com 216,5 km de extensão), cujos trabalhos foram iniciados em janeiro de 1997 e deveriam ter se encerrado em dezembro de 1999. Essa etapa teve custos iniciais previstos em torno de R\$ 399 milhões, financiados pelo BID e EXIMBANK (Japão). Os investimentos recalculados já atingem a ordem de R\$ 565,2 milhões, no início de 2000, considerados necessários para a condução da etapa, que ao longo da sua

execução os trabalhos estiveram sob a responsabilidade de várias empresas vencedoras de concorrências para os 08 (oito) lotes definidos pelo DNER⁹.

Entre esses lotes, o oitavo, que se inicia em Biguaçu e vai até Palhoça, com 23 km na região da grande Florianópolis, é considerado como um dos “piores” trechos da obra, por estar situado numa área densamente urbanizada às margens da rodovia e, por isso, exigiu também cuidados redobrados com relação ao fluxo de pessoas, além dos custos com processos indenizatórios pelas 135 desapropriações, de um total aproximado de 700 propriedades para toda a fase da obra em Santa Catarina.

Na região de Florianópolis, o DNER pretende construir também, numa segunda etapa, um contorno rodoviário que desafogue o fluxo de trânsito – notadamente de veículos pesados – na BR-101. Esse desvio será em forma de pista paralela no sentido oeste, a partir do município de Tijucas, nas imediações do rio Inferninho, até o rio Cubatão em Palhoça, com uma extensão total de 47 km.

Outro trecho que também se destaca é o sexto lote, entre Balneário Camboriú e Tijucas, com 28,8 km, visto que nele se encontra a mais importante e mais cara obra de engenharia de toda duplicação prevista para Santa Catarina, que é a construção do Túnel do Morro do Boi (entre Balneário Camboriú – Itapema), com uma extensão de 1.007 km. Quando pronto, o túnel será visto como o mais moderno da América do Sul e ter-se-á investido em sua obra cerca de R\$ 23,8 milhões.

⁹ Conforme o DNER, as empresas/consórcios responsáveis para a primeira etapa de duplicação da BR-101/SC foram as seguintes: Lote 1: Consórcio ENGEPASA/CESBE; Lote 2: EQUIPAV S/A; Lote 3: Torc Terraplanagem/ARG; Lote 4: Consórcio Conserva/Tamasa; Lote 5: Consórcio TCTB (Triunfo, Castilho e Toniolo Busnello); Lote 6: Consórcio Camargo Corrêa/Andrade Gutierrez e OAS; Lote 7: Consórcio OAS/Sul Catarinense/COESA; Lote 8: Consórcio Andrade Gutierrez/Camargo Corrêa e CBPO.

A segunda fase da duplicação da BR-101 a partir do território catarinense, começa ainda com obras do contorno metropolitano na grande Florianópolis (entre Tijucas e Palhoça) e se estende até o município de Torres no Rio Grande do Sul. Tem uma extensão aproximada de 298 km, e conforme custos orçados em 1998, prevê-se investimentos na ordem de R\$ 867 milhões, que também deverão ser financiadas pelo BID. Em toda extensão, o DNER dividiu a obra em 10 (dez) lotes¹⁰, cujas obras deverão ser iniciadas a partir de 2001. Essa fase é apontada, aparentemente, como menos complexa em relação a fase anterior da parte norte do estado, em função do trajeto cruzar menor adensamento de zonas urbanas. No entanto, estão previstos também importantes obras de engenharia, que exigirão volumosos recursos como os túneis nos Morro dos Cavalos e Agudo (municípios de Palhoça e Paulo Lopes), e a travessia da Lagoa do Imaruí (Canal Laranjeiras no município de Laguna).

Para ambas as fases, a polêmica que tem se travado deve-se às expressivas aplicações de recursos alocados por empréstimos oficiais, em dólar, às agências financeiras internacionais e, por conseguinte, aos processos de privatização¹¹ que decorrerão dos planos do governo federal atrelados às regras de mercado (leia-se FMI). Há, também, significativa preocupação por parte de segmentos sociais/locais e ambientalistas, com os rumos e desdobramentos impactantes da obra, em vários pontos do seu traçado e que sugerem incentivo a aceleração da degradação paisagística de tipos de recursos ecológicos, além da interferência

¹⁰ Conforme o DNER, as empresas/consórcios que ganharam concorrência para construir a segunda etapa de duplicação da BR-101/SC-RS foram as seguintes: Lote 9: ENGEVIX/APPE; Lote 10: Iguatemi/Dynates; Lote 11: SOTERA; Lote 12: PRODEC Ltda.; Lote 13: Veja Ltda.; Lote 14: STE S/A; Lote 15: Iguatemi/Dynates; Lote 16: PROSUL Ltda.; Lote 17: Esteio S/A e Lote 18: CONTECNICA Ltda.

¹¹ Conforme foi previsto em fevereiro de 1998, o processo de privatização da BR-101 começou com a definição operacional pelo DNER/Brasília, através do Programa de Exploração de Rodovias, para concessões na chamada "Rota do MERCOSUL", no corredor São Paulo-Curitiba-Florianópolis. Nesse itinerário, que atinge trechos das BR's 116 e 376 entre São Paulo e Paraná e 101 em Santa Catarina, as empresas vão explorar pedágios por um período de 25 anos, em dois lotes de concessão, num total de nove lotes. O lote que compreende Curitiba-Florianópolis, terá 04 postos de pedágios, sendo 03 em território catarinense, nos municípios de Garuva, Araquari e Tijucas (O ESTADO/Metrpolitano, 03/02/98, p. 9).

direta (mesmo com obras paliativas) em algumas áreas de remanescentes indígenas (nos municípios de Biguaçu e Paulo Lopes).

Na realidade, a situação em que se encontrava a rodovia BR-101 e suas condições para os meios de transportes, usadas na circulação de pessoas e de mercadorias, não agradava a ninguém que daquele sistema dependia e/ou fazia qualquer tipo de uso. E também, simultaneamente, como um “*sistema de informação e comunicação*” conforme se refere C. RAFFESTIN (1993: 200), em que aquela rodovia assim poderia servir, nota-se que suas capacidades se encontraram limitadas (já nos anos 80) às condições da fase em que foi inicialmente planejada.

Se os “*homens ou bens que circulam são portadores de uma informação e, assim, comunicam alguma coisa*” (RAFFESTIN, 1993: 200), a BR-101 como rodovia, para fazer parte de “*redes de conexões*” nas condições do mundo globalizado em que o país está se inserindo, teve de submeter-se às intensivas modificações que até então vêm se processando. Independentemente da vontade de qualquer cidadão, a multiplicidade das atividades no uso e ocupação do solo pela rodovia e entorno lindeiro está, hoje, entre aqueles locais que intensivamente têm sido atingido por modernidades, desempenhando em cada local, contribuições decisivas na refuncionalização de lugares.

Os exemplos até então discutidos representam, assim, importantes tipos de como estão sendo definidas infra-estruturas viárias dentro da malha intra e inter-urbanas. Vale salientar ainda, que outras obras estrategicamente localizadas na área urbana da capital estão sendo planejadas e executadas.

Já em fase de implementação estão as obras do elevador “Vilson Kleinübing”, do CIC (Centro Integrado de Cultura), inaugurado no primeiro semestre de 2000, que permite acessos do centro (pela Av. Beira-Mar/Contorno Norte) às rodovias SC-401 (praias do norte) e SC-404 (praias do leste) na Ilha de Santa Catarina.

O viaduto do CIC (inaugurado faltando obras complementares marginais e de retorno – DC, 27/05/2000, p. 18) construído pelas empresas paranaenses CESBE e ROCA, teve custos orçados em R\$ 9,6 milhões, que fazem parte de um custo geral de R\$ 64 milhões a serem investidos pelo poder público (financiamentos do BNDES), em parcerias com iniciativas privadas, na implantação do “sistema integrado de transportes” para a capital. A obra tem sido objeto de controversas polêmicas, apresentadas por várias instituições (CREA-SC, Sindicato dos Engenheiros e segmentos de movimentos populares/ONG’s) em relação a alguns aspectos estruturais de segurança para os que se utilizam do complexo viário (como altura dos elevados), como também, por sua implantação sobre parte da APA (Área de Preservação Permanente) do mangue dos rios Itacorubi e Sertão, que é de responsabilidade da UFSC. A região é uma das que tem crescido na valorização urbana e motivo de interesses por segmentos de especulação imobiliária.

Obra similar está sendo preparada para ser construída nas proximidades da Av. Beira-Mar com Av. Paulo Fontes e Terminal Rodoviário Rita Maria e deverá ficar pronta no primeiro semestre de 2001. Em ambos os casos a realização é da Prefeitura, com recursos em parte financiados pelo BNDES através do PRO-INFRA, visando implantar melhorias no sistema de transportes da capital que é hoje, considerado um dos sistemas mais caóticos, proporcionalmente, entre as capitais brasileiras. Aliás, esta condição se deve, basicamente, ao crescente número de veículos¹² que circulam pelas ruas e rodovias da cidade e que, em

¹² De acordo com o RENAVAL-DETRAN/SC, o número de veículos licenciados que existiam em Florianópolis em 1998, era de 138.409 veículos, correspondendo a 11,81% a mais em relação a 1995. Desse total 79,31% eram automóveis. Acrescente-se a este índice, expressivo contingente de outras localidades como dos município da área conurbada ou de outros estados brasileiros, que circulam pelas ruas da capital. Dessas artérias muitas são, atualmente, subdelimitadas dentro do perímetro urbano dando origem a intensos congestionamentos. Têm servido, também, para estimular muitas das justificativas das obras de aterros, alargamento de ruas e avenidas, implantação de novos sistemas viários, sinalizações e estacionamentos, amplamente questionáveis pela priorização em projetos técnicos de usos individualizados de automóveis, em detrimento de solução mais coletivas, possivelmente baratas e menos poluidoras, como foi descartado a implantação de serviços de lanchas e barcos durante o governo popular (1993/96) para transporte marítimo entre comunidades da ilha e municípios

períodos de veraneio aumentam consideravelmente com a presença de turistas. Uma outra obra que provavelmente irá incrementar os influxos em direção às praias do leste da ilha, é a duplicação da SC-404 / Rodovia Ademar Gonzaga-Morro da Lagoa, que se encontra no plano de aplicação de recursos da primeira etapa do PRODETUR-SUL (sobre o qual será enfocado adiante).

– Iniciativas Privadas

Algumas considerações acerca de agentes privados que atuam no processo de urbanização de Florianópolis, como em atividades da indústria de construção civil e/ou de promoção imobiliária, revelam como importantes segmentos desenvolvem a expansão horizontal e a verticalização, que vem se processando notadamente nas últimas décadas, por várias zonas da cidade e arrabaldes metropolitanos.

É interessante observar que o desempenho daqueles setores tem sido feito, significativamente, a partir da década de setenta quando a cidade começou a revelar conseqüências de influxos recebidos, inclusive em décadas anteriores, através dos novos contingentes demográficos que vieram com a implantação de órgãos e empresas oficiais.

Os novos contingentes que vão ampliar a “classe média” local serão, basicamente, os consumidores dos espaços urbanos criados, muitos para servirem de áreas residenciais (como condomínios), outros como áreas de lazer, através de locais inicialmente projetado como de segundas residências.

entorno, ao longo das baías, com comprovadas condições de navegabilidade. Na atual gestão do governo estadual, o DETER – Departamento de Transportes e Terminais volta à questão, se comprometendo através de edital público a realizar novos estudos de viabilidades para implantar, futuramente, os serviços de transporte marítimo, entre comunidades de Florianópolis e entorno.

Os inúmeros empreendimentos que são desencadeados a partir das décadas 60/70, foram produzidos, a princípio, por iniciativas e recursos próprios e/ou com algum complemento financeiro através de empréstimos bancários, através de incentivos oferecidos principalmente via agentes como BNH – Banco Nacional de Habitação (posteriormente incorporado pela Caixa Econômica Federal, na década de oitenta). Este agente oficial atuou, não apenas viabilizando unidades habitacionais, mas também, financiando em diversos projetos de infraestrutura urbana, patrocinados pelo poder público.

A promoção imobiliária atrelada de certo modo às perspectivas e estratégias de desenvolvimento local/regional, vai ganhando impulsos, à medida em que uma parcela significativa da população passou a se caracterizar como demanda efetiva ao consumo dos diversos tipos de bens oferecidos, como loteamentos, casas, apartamentos etc., conforme vários estudos acadêmicos procuraram analisar essa questão.

É, por exemplo, o caso de grandes empreendimentos direcionados para a classe média, nos anos 70, como “loteamento Parque Residencial Kobrasol”; ou o “Loteamento Jurerê Internacional”, direcionado à clientela elitizante de alto poder aquisitivo, nos anos 80. A concretização desses dois exemplos foram fundamentais para que, entre anos 80/90 novos empreendimentos daquelas distintas categorias surgissem.

Para muitos e na mídia em particular, o Loteamento Kobrasol foi considerado como a iniciativa que desencadeou e garantiu a ascensão do mercado imobiliário local e da região metropolitana de Florianópolis¹³.

¹³ A divulgação do empreendimento feita pela Gran Meta de Publicidade foi veiculada, basicamente, via o jornal “O Estado”, de Florianópolis. As vendas eram processadas pela Imobiliária Terral. Muitas outras empresas que atuam hoje no mercado da construção civil, promoção imobiliária, fazem seus negócios a partir de estoques de lotes que adquiriram, na expectativa da ascensão do mercado, fato este que pode ser comprovado com as alterações procedidas no plano diretor de São José e que tem viabilizado a crescente verticalização não somente no Kobrasol, mas também em outras periferias da região metropolitana.

Através daquele empreendimento que deu origem ao “Grupo Kobrasol”, fundado em 1973, pelo consórcio entre as empresas Eugênio Raulino S/A Indústria e Comércio, CASSOL S/A Indústria e Comércio e Madeireira Brasilpinho, o loteamento começou a ser implantado numa área até então pouco valorizada (remanescentes de “áreas comunais conhecidas por Campinas e Pasto do Gado, depois utilizada por um aeroclube), entre a Praia Comprida e a Avenida Presidente Kennedy no bairro de São José e às margens da BR 101 e da Via Expressa (BR 282), esta aberta nos anos setenta para facilitar a ligação de Florianópolis a própria BR 101. Aquela Via Expressa¹⁴ (com duplicação em fase de estudos) foi de fundamental importância como via de passagem para as interconexões urbanas entre a capital, notadamente entre bairros continentais (Estreito, Balneário, Canto, Fátima, Coqueiros, Abraão, Bom Abrigo entre outros); o Distrito de Barreiros (que algumas vezes tentaram emancipá-lo através de plebiscito, do município de São José) e os acessos à BR 101 Norte (via Biguaçu) e Sul (via Palhoça) do estado.

O empreendimento Kobrasol¹⁵ tem passado por várias fases desde sua implantação, como a de ser área destinada basicamente para residências (casas e apartamento em prédios de poucos pavimentos), passando pela expansão comercial e de serviços, como mini “sub-centro” da capital e, nos últimos

¹⁴ Como outros significantes movimentos de “Sem-teto” na capital, dos bolsões de favelização que surgiram na “Via Expressa” (Rodovia SC 282), formado basicamente por migrantes (a maioria provenientes da região serrana e oeste do estado) nos anos 80/90, eles têm “obrigado” ao Estado através de suas instâncias, redefinirem estratégias de política de habitação do tipo empreendimentos de COHAB. Ao final dos anos 90, a própria Prefeitura de Florianópolis, atuando com seu chamado “Projeto político BOM ABRIGO”, tem desencadeado novas estratégias de remoção (“higienização”) daquela artéria (via de entrada e saída da capital), pulverizando concentrações de unidades populares por alguns locais da cidade (na ilha e no continente), revivendo-se assim, de certo modo, políticas de governos clientelistas, inclusive até junto a alguns movimentos sociais, como aconteceram ao final da década de oitenta. Exemplo daquela situação foi objeto de análises feitas por Tereza FRANZONI (1993), em que a autora desvenda as “perigosas” relações entre movimento popular/comunitário e administração pública municipal na Ilha de Santa Catarina.

¹⁵ Pesquisa desenvolvida por Silva PEREIRA (1999) como sua dissertação de Mestrado (UFSC), analisa sobre o processo de expansão urbana de Florianópolis a partir desde parque residencial, procurando apresentar características evolutivas da produção do espaço, através de análises sobre o desempenho de funções estatais e do grupo empreendedor.

tempos, além da intensa verticalização, o bairro tem sediado localmente e/ou nas imediações, importantes setores da vida pública do município de São José, escritórios e lojas de grifes, grandes redes de supermercados (BIG; Americanas e depois Stock-vinculado ao grupo do Carrefour; Angeloni em Capoeiras, entre outros) que foram sendo atraídos para aquelas redondezas em função do Shopping Itaguaçu (inaugurado em 1982), pioneiro na região mas que, nos últimos tempos, tem passado por adaptações em decorrência da crescente concorrência. Além disso, o Kobrasol é considerado como uma das áreas da grande Florianópolis, concentradora de atividades gastronômicas e entretenimentos noturnos que, em alguns casos compete com o núcleo central da capital e ratifica uma certa “autonomia” do bairro.

Do consórcio Kobrasol, aliás, destacam dentro da economia catarinense integrantes com ampla tradição familiar regional, em empreendimentos comercial (família Koerich) e industrial e que, nas últimas décadas, vêm diversificando suas áreas de atuação e/ou consolidando atividades, como no ramo da construção civil residencial, notadamente em promoção imobiliária voltada para classes média-alta, em locais como da Avenida Rubens de Arruda Ramos (Beira-Mar), em Florianópolis.

Assim, a Empresa Imobiliária Zita Ltda. e a Koerich Construções e Participações, por exemplo, ambas relacionadas com frequência no ranking brasileiro de construções, como Balanço Anual da Gazeta Mercantil, de 1997, em que, respectivamente, ocupavam a 27^a e 45^a colocação entre as mais importantes empresas no ramo. Há, ainda, outras atividades daquela família e/ou parentes, nos ramos de consórcios de veículos (automóveis e motos, etc.), lojas de eletros e utilitários domésticos, além de indústria de abatedouro de frangos e participações direta nas atividades que construiu e administra o Beiramar Shopping¹⁶. Esse

¹⁶ O BEIRAMAR Shopping inaugurado em outubro de 1993, tem uma área construída de 85.432m², foi edificado numa região urbana estratégica de expansão imobiliária residencial (verticalização) direcionada às classes de maior poder aquisitivo, e expansão comercial e de serviços, como entretenimentos. Na obra, a Kobrasol Empreendimentos Imobiliários Ltda.

empreendimento, aliás, foi implantado em uma das áreas que hoje está entre as mais nobres da cidade. Antigamente era conhecida por “pasto do bode” e depois deu lugar ao estádio Aderbal Ramos da Silva, sob administração do Avaí Esporte Clube. Com permutas, o novo estádio foi edificado ao sul da capital, na região denominada de Ressacada, próximo ao Aeroporto Hercílio Luz.

O grupo Cassol também tem sua notoriedade no contexto regional no ramo industrial (um dos mais importantes fabricantes catarinense de pré-moldados) e comercial, com rede de lojas de materiais de construção em Santa Catarina e na capital paranaense. Esse e outros grupos fazem parte de um estudo preparado por J.M. BASTOS (1996), sobre “Comércio de Múltiplas Filiais em Florianópolis”. O autor está redimensionando suas pesquisas para o sul do Brasil, com alguns dos primeiros resultados publicados na GEOSUL n° 28 (1999: 112-124).

No que diz respeito ao empreendimento Jurerê Internacional, referido em parágrafos anteriores, a sua constituição tem a ver com a dinâmica do desenvolvimento turístico encetada na região norte-nordeste da Ilha de Santa Catarina¹⁷ em praias como Canasvieiras, Brava, Ingleses, Ponta das Canas e

realizou a construção do prédio (após algum período de “impasses” com o IPUF, por problemas relacionados com a localização/dimensão da obra e estacionamentos), sob o patrocínio dos seguintes empreendedores: Koerich Participação e Planejamento Ltda.; Eugênio Raulino Koerich S/A Indústria e Comércio; Koerich S/A Comércio de Automóveis; Cassol Materiais de Construção Ltda.; Cassol S/A Indústria e Comércio; Itacom Construções e Participações Ltda.; como também, através da participação de Fundos de Pensão das seguintes fundações: ELOS/Previdenciária da Eletrosul, FUSESC/Previdenciários do Sistema CODESC, PREVISC/Previdenciários do Sistema FIESC e ISBRE/Previdenciários do BRDE. Esses fundos como outros tantos tipos de fundos de pensão brasileiros (em 1997, existiam cerca de 1800 empresas no Brasil que ofereciam a seus funcionários a possibilidade de ingressarem nesses tipos de fundos. BOUCINHAS & CAMPOS Consultores, Apud FENAGE AGORA, n° 7/dez. 1999, p. 26) e estrangeiro, têm viabilizado muitos empreendimentos em áreas de investimentos imobiliários urbanos e turísticos (hotelaria) ou em aplicações (como FUNCEF/Caixa Econômica, na compra de títulos do governo de Santa Catarina), como possibilidade de diversificar suas fontes de acumulação.

¹⁷ Ver Luiz da Rosa GARCIA NETO. “Diagnóstico do Ambiente Urbano: o norte da Ilha de Santa Catarina”. Florianópolis: PPGE-CTC, 1996 (Dissertação de Mestrado). Ver também, SCHMEIL, Lilian “Alquila-se uma Isla”: Turistas Argentinos em Florianópolis. Florianópolis: PPGA-CFH, 1994 (Dissertação de Mestrado).

Santinho, assim como na área continental do município de Governador Celso Ramos¹⁸, no balneário de Palmas.

O crescimento desse tipo de atividades e promoções imobiliárias, com vendas de lotes, apartamentos, casas, enfim implantação de infra-estruturas urbanizadas, tem a ver com a procura acentuada pelos balneários florianopolitanos (e de municípios entorno), a partir dos anos oitenta, em circunstâncias relacionadas com a ordem econômica (câmbio) vigente naquela época. Houve assim, uma desenfreada atração de platinos - predominantemente argentinos - pelos balneários em períodos de veraneio e, conseqüentemente, pelas facilidades monetárias para aquisição de imóveis. A redescoberta dos balneários pelos brasileiros vem a reboque, com as inversões cambiais.

Muitas daquelas áreas que “pertenciam” a pequenos lavradores e pescadores, na forma de minifúndios e/ou com características de usos comunais de que trata N. CAMPOS (1991), foram promovidas comercialmente, por parcelamentos ou desmembramentos em loteamentos urbanos. Em muitos casos, características de processos caóticos da urbanização vêm se instalando (considere-se principalmente as praias de Canasvieiras e Ingleses), mesmo após 1985, quando foi elaborado e definido um plano diretor específico para os balneários, pelo IPUF/P.M.F.

O empreendimento Jurerê Internacional tem diferenciais significativos de outro pré-existente na região, próximo à comunidade tradicional da localidade de Jurerê, como o que foi loteado pela Imobiliária Jurerê Ltda., entre os anos 50/60 e adquirido por muitos compradores, notadamente do interior do Estado de Santa Catarina.

¹⁸ Este é um dos municípios do núcleo metropolitano, considerado com forte tendência a integrar a área mais conurbada, pelas características do desenvolvimento de empreendimentos de lazer e turismo (além da pesca) em sua orla e/ou associado ao fluxo de pessoas em passeios por circuitos de escunas, pelo complexo de fortalezas históricas, onde se destaca a Ilha de Anhatomirim.

A intenção já naquela época era produzir um espaço balneável diferenciado para consumo pela elite local e/ou por segmentos aquinhoados na economia estadual e que, inclusive, pretendiam promover até com vendas em nível nacional, utilizando-se de arquitetos de projeção (fala-se em Oscar Niemeyer) na perspectiva de promover o loteamento, algo que se tornou impossível de concretizá-lo, pelo alto custo para a execução das obras almejadas.

O local em que o Jurerê Internacional vai introduzir uma nova marca e concepção de loteamento de alto padrão, passou por “vários donos”, conforme está discriminado no histórico dos títulos de propriedades do imóvel, registrado na CCI – Companhia Comercial de Imóveis de Porto Alegre-RS. Nos processos de compras (a Arataca S/A – Negócios Imobiliários; a Imobiliária Jurerê Ltda.; a Loteadora da Ilha, entre outros) permutas (com Aderbal Ramos da Silva e com Francisco Arcanjo Grillo) e até por Usucapião (por Olávio Antônio Nunes), o terreno que passou para o loteamento, tinha uma área total de 5.017.000,00 m². Desse total, estavam programados que 45% deveriam ser destinados a área comunitária e 55% a área privativa, devendo ainda ser mantida cerca de 10% para área verde, conforme consta de folheto de propaganda (1983) divulgado pela HABITASUL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, empresa vinculada ao Grupo HABITASUL, do Rio Grande do Sul, que tem atuado no ramo imobiliário, turístico e industrial, assim como em empresas de crédito imobiliário e de operações bancárias, junto ao extinto Banco Sul-Brasileiro S/A.

Desde a década de oitenta que o projeto do loteamento Jurerê Internacional vem procurando consolidar metas, entre essas, transformar-se num importante pólo residencial, de serviços e lazer, para as quase 3000 unidades de lotes (para habitação, chácaras, atividades comerciais e lotes especiais) planejadas inicialmente, a serem negociadas em várias etapas, em momentos diferentes de promoção imobiliária. Entre as áreas destinada ao comércio e entretenimento, destaca-se o projeto inovador em termos conceituais, que é o Jurerê Open Shopping, implantado em 1994, formado por um complexo de

pequenos empreendimentos instalados, com atratividades no gênero Epcot Center, da Flórida-USA, e que tem servido de base para as esporádicas passagens de cruzeiros marítimos.

Se inicialmente as negociações em torno das formas de atividades para uso do solo se concentravam na responsabilidade direta da HABITASUL, atualmente já se percebe que esse “controle” tem se diversificado através de outros agentes, principalmente entre empresas que atuam junto ao mercado de construção civil, inclusive, em salões de imóveis, como nas edições que ocorrem no Beiramar Shopping. São grupos locais (COSTA NORTHE Empreendimentos e Negócios Imobiliários; SUPERVISÃO – Comércio de Imóveis Ltda.; PLANEL – Engenharia e Construções Ltda. Etc.), nacionais (ENCOL)¹⁹ e até internacionais (RCI; MELIÁ; CIACORP; etc.) que de alguma forma e em alguma etapa aderiram à implementação do empreendimento.

Em Jurerê Internacional principalmente, assim como na Praia Brava, esses locais se destacam entre os poucos que na Ilha de Santa Catarina decidiram, por conta própria, viabilizar serviços de tratamento de água, esgoto e manejo de resíduos de lixo, além de conservação de áreas públicas e segurança complementar.

Entre as “preocupações ambientais” (como projeto GAIA – relacionado com a fauna e a flora, apoiado pelo IWC/Brasil), associadas a outras de cunho

¹⁹ A Construtora ENCOL, originária do Estado de Goiás e com sede em Brasília, começou a atuar em Florianópolis a partir de 1993 (O Estado, 24/11/99, p.6), com estratégias mercadológicas competitivas e procurando oferecer condições impossíveis de serem acompanhadas pelas concorrentes locais. Em bairros como Agrônômica, na Avenida Beira Mar Norte ou em alguns balneários ficaram obras abandonadas, a partir do momento em que foi decretado concordata da empresa (1997) e, posteriormente, falência definitiva (1999), estando esses imóveis entre os mais de 700 prédios paralisado em todo o país. Houve casos em que as obras estão sendo retomadas pelos mutuários via ação judicial, e até sendo incorporadas e concluídas (Ed. Pipeline) e/ou em fase de conclusão (Ed. Costa Bela), ambas na região do Jurerê Internacional, assumidas respectivamente, pelos Construtores Sistema Engenharia e Construtora Busato. Em cada caso, o acordo dos novos incorporadores/construtores tem seguido trâmite conforme peculiaridades (estágio da obra), refinanciamentos, etc.), como no caso dos existentes na Praia dos Ingleses.

antropológico-cultural como monitoramento de sítios de Sambaqui (com participação da UFSC) e recheadas de discursos preservacionistas elas têm, na atuação pontual, apenas finalidades mercadológicas que fazem parte das estratégias utilizadas por meios de comunicação para induzir e/ou agradar consumidores.

Essas estratégias não isentam aqueles empreendimentos de questionamentos, por diversos segmentos na cidade (ONG's, acadêmicos, movimentos sociais populares, etc.), nem as modalidades de promoção imobiliária e extração de rendas (inclusive da terra), a eles associados como tipos de atividades ligadas ao lazer e ao turismo, que criam naquelas regiões padrões segregativos, determinados por lógicas de políticas voltadas em várias situações para o mercado global.

Por outro lado, a maior parte das preocupações dos segmentos comunitários com o patrimônio ambiental e cultural, reside nas tendências que levam a subordinar e a impor as paisagens e o coletivo social às “normas” (como ISOS e afins; padrões arquitetônicos e outros consumos) que funcionam segundo níveis diversos, conduzindo-os cada vez mais a espaços privados a partir de interesses individuais. Seria assim, nas devidas proporções, manifestações de uma “geografia própria” de que fala M. SANTOS (1997: 57-59) referida às possibilidades de competição causadas pelo poder do dinheiro, tão marcante em processos de “globalização” como o que está sendo feito no Brasil.

As características das variáveis que conduzem processos sociais dessa natureza e que Jurerê Internacional é um dos elos importantes na rede organizadora do espaço florianopolitano, são manifestações evidentes de que nesses tipos de empreendimentos, o caráter especulativo e acumulativo das transações está além de “belas intenções”. Elas mostram assim, entre outras possibilidades, como se integrar à produção do lugar e através dele retroalimentar

suas existências, dentro do sistema ao qual se inserem. Há uma simbiose, fetichizada, proclamada como relevante para o conjunto da sociedade.

Na verdade, o que se depreende por intermédio desse padrão visto e aclamado muitas vezes como imprescindível no desenvolvimento da cidade, é que apenas a “coisificação” é levada muito mais em conta. É uma espécie meramente quantitativa de alocação de objetos, cuja qualidade funcional tende a excluir, seletivamente, a maior parte de segmentos da sociedade por razões mais econômicas, como se apontou acima. Desse modo, não são apenas certos fatores associados às condições de localização, como provavelmente quis afirmar ULYSSÉA SANTOS²⁰, que motivaram o grupo HABITASUL a se decidir pela escolha da praia de Jurerê, para execução do seu mega projeto na Ilha de Santa Catarina. Aquela autora faz referência a que

“... devido a facilidade de acesso (situada a apenas vinte minutos do centro de Florianópolis); por ser uma praia sem poluição e de mar calmo, propiciando o veraneio familiar; e pelas terras adquiridas pertencerem a poucos proprietários, apenas três, facilitando assim, a comercialização da área”,

traduzindo para seu texto acadêmico, provavelmente também, o discurso veiculado pelos empreendedores, para justificar a implementação do loteamento.

Na realidade, a prática de interesses capitalistas sempre esconde-se em nuances, pouco ou quase nada explicitadas de seus objetivos. Por isso, tanto em Jurerê Internacional como em outros empreendimentos similares, e que têm Florianópolis como ponto de referência para suas interconexões eles querem, na verdade, alcançar cada vez mais as finalidades das “solidariedades

²⁰ Ver Cristina S. ULYSSÉA SANTOS, Planejamento Turístico e seus Reflexos no Processo de Urbanização nas praias de Canasvieiras e Jurerê Internacional. Florianópolis: PPGG/CCH-UFSC, 1993, pp. 129-130 (Dissertação de Mestrado). Ver ainda considerações feitas exclusivamente para o caso do “Projeto Jurerê Internacional”, por Francisco A. C. FERREIRA, “Turismo e Desenvolvimento Urbano: Avaliação de impacto sócio-ambiental da atividade Turística na Ilha de Santa Catarina”. Florianópolis: PPGS/CCH-UFSC, 1992 (Dissertação de Mestrado).

organizacionais” (SANTOS, 1996b: 226), cuja racionalidade só cria mecanismos regedores de acumulação.

Deve-se salientar ainda, que pelas experiências do Loteamento Kobrasol e de Jurerê Internacional entre os vetores expressivos da expansão urbana em Florianópolis, o aquecimento do setor da indústria de construção civil e imobiliário tem sido induzido, com a presença de considerável contingente de empreendedores dos mais variados ramos, notadamente entre as décadas de 80/90, conforme dados do SINDUSCON – Sindicato da Indústria de Construção Civil da Grande Florianópolis.

Segundo esse órgão, que atua regionalmente na capital e municípios entorno, em meado de 1998, contava ali com cerca de 951 registros, entre empresas apenas filiadas (92%) e empresas associadas (8%)²¹. Nessa última categoria está o peso mais representativo da participação e do desempenho empresarial para ramos do setor, como as construtoras, construtoras-incorporadoras e empreiteiras, que chegavam a um número de pouco mais de setenta empresas²², a maioria de pequeno a médio porte, com suas matrizes estabelecidas em Florianópolis, São José e alguns municípios do interior catarinense, destacando-se aí Criciúma.

Pelos registros no SINDUSCON – Grande Florianópolis, em 1998, cerca de 50% das empresas nos ramos acima mencionados tinham alguma relação com outras atividades e/ou empresas de ramos diferenciados (em atividades industriais, comerciais e de serviços) estabelecendo vinculações direta ou indireta

²¹ Consta no citado registro, empresas com atividades no ramo de Construtora (29%), Empreiteiras (12%), Construtora e Incorporadora (11%), Marmoraria (3%), Sub-empreiteiras (2%), Telefonia (2%), Cerâmica, Comércio de Imóveis, Concreteiras, Impermeabilização, Incorporadora, Instaladora Elétrica e Terraplenagem (todas com mais ou menos 1%). Outras empresas registradas, em geral prestadoras de serviços terceirizados (34%).

²² Há carências nos registros do SINDUSCON – Florianópolis, a respeito de informações/referências sobre empresas que também atuam na capital e região, ou mesmo no estado, cujas matrizes estão na própria região, no interior do estado ou até em outras cidades fora de Santa Catarina (por exemplo, em Curitiba, Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte e até Brasília) e que desse modo, devem estar cadastradas em outras regiões de SINDUSCON.

a partir do grupo controlador, de laços familiares. É o caso, por exemplo, das empresas que integram segmentos da “família Koerich”, e que desempenham para o mercado regional forte influências em suas atuações, sendo destaque pelo desempenho até em “ranking” nacional.

O crescimento das atividades ligadas à indústria de construção civil e imobiliária, tanto em nível local como em nível nacional, em meados da década de noventa²³, tem a ver com os estímulos induzidos pelo desempenho do “Plano Real” do governo federal, provocando aumento das demandas e gerando resultados otimistas, como assim afirmara, naquela ocasião, o então presidente da FIESC – Federação das Indústrias de Santa Catarina, como uma “*reação do mercado imobiliário à estabilidade econômica*”²⁴ frente às condições de crise no início da década. Esse crescimento se refletiu em Santa Catarina e particularmente em Florianópolis, tornando-se em expectativas favoráveis para os anos do final da década, conforme era admitido pelo SINDUSCON – Grande Florianópolis.

Chegaram, porém, as flutuações daquele plano e com elas as incertezas cambiais em todo o mundo. Entre os anos 97/99 houve, no mercado nacional, variações na queda de negócios imobiliários e nos faturamentos das empresas, pelas restrições dos financiamentos bancários (notadamente pelos agentes oficiais via Caixa Econômica Federal), desacelerando o ritmo de produção e consumo de obras. Isso se deve à queda significativa do poder aquisitivo da população, especialmente da chamada classe média, fomentando o aumento da inadimplência e desemprego, fatos que repercutiram também em Florianópolis.

²³ Conforme indicadores mencionados por associações de empresas ligadas ao setor em São Paulo, em 1994 o país já demonstrava tendências de um melhor desempenho desde 1988, apresentando um crescimento em torno de 20%. Conforme Caderno de Imóveis, encarte especial do Diário Catarinense, edição 27/01/1995.

²⁴ *Ibidem*, conforme p. 22.

Segundo opinião de corretores de imóveis²⁵, empresários de construtoras e técnicos ligados ao ramo de construção civil, ultimamente (entre 1998/99), o ritmo dos empreendimentos imobiliários não tem sido de grande euforia, apesar da quantidade de lançamentos e/ou obras em execução na região de Florianópolis, e desse mercado ter se mostrado com um certo “vigor”, se comparado, proporcionalmente, ao de outras cidades brasileiras de porte similar. Isso se deve em grande parte, às expectativas que geram o turismo regional, juntamente com outras possibilidades locais viabilizadas pelo Estado, através da implementação de segmentos infra-estruturais (eixos rodoviários duplicados e/ou pavimentados; ampliação do terminal aeroportuário; expansão e modernização nos sistema de energia elétrica, telefonia, tratamento e abastecimento de água e esgoto) e que tem a ver com a atual política nacional de desestatização/privatizante ora em curso²⁶.

²⁵ No início de 1995, segundo SINDIMÓVEIS/SC – Sindicato de Corretores de Imóveis de Santa Catarina, existiam cadastrados cerca de 7 mil profissionais, muitos com formação escolar em nível universitário de diversas áreas. Porém para atender a regulamentação ora em vigor, é preciso adquirir titulação específica de Técnico em Transações Imobiliárias, concedida aos portadores de certidão de nível médio, pela Secretaria de Estado da Educação, após complementação de estudos suplementares. Daquele contingente, cerca de 3 mil atuam na região de Florianópolis, vinculado geralmente às empresas imobiliárias (cerca de 300 empresas afiliadas ao SECOVI-SC, na área conurbada, a maioria concentrada na capital, com atuações também em municípios entorno) e/ou por conta própria como “autônomos”.

²⁶ Assim como as infra-estruturas mais visíveis na paisagem, referentes ao sistema de malha rodoviária e avenidas que têm passado por transformações, com duplicação e/ou implantação de “modernos” acessos, e na perspectiva de serem privatizadas, outros sistemas ligados aos serviços de telecomunicações, energia, água e saneamento em Santa Catarina também têm sido monitorados dentro daquela tendência. Aliás, nas telecomunicações, em que a TELESC-Telecomunicações de Santa Catarina S/A se destaca no pioneirismo nacional pelo uso e difusão tecnológica, de repercussão organizacional e comportamental, inclusive sobre seu quadro de funcionários - conforme avaliou L. BIANCETTI (1998) em tese sobre qualificações dos trabalhadores daquela empresa - , o seu destino de privatizada já foi traçado nos desdobramentos operados pela TELEBRÁS, para telefonia fixa (com a TELE CENTRO SUL), telefonia móvel (ficando com a TIM e a GLOBAL/TELECOM) e atendimentos a longa distância (até o momento, serviços operados pela própria TELESC-TELECOM BRASIL; EMBRATEL e INTELIG), todos sob a “supervisão” amplamente questionável da ANATEL-Agência Nacional de Telecomunicações. Aos outros serviços mencionados, de competência da CELESC-Centrais Elétricas de Santa Catarina e da CASAN-Cia. Catarinense de Águas e Saneamento, até o momento essas empresas estão sob a “tutela do governo estadual” que vem, também, empreendendo introduções de modernas condições técnicas de operacionalização (tipo terceirização de serviços) e ampliando sistemas de fornecimento dos seus produtos. Em algumas dessas inovações está a ampliação do Sistema de Esgotos Insular de Florianópolis,

A expansão de atividades ligadas principalmente com os chamados “pólos tecnológico/informático, vestuário e universitário”- entre outros vislumbrados para Florianópolis e região, cria também certas expectativas de que possam contribuir para o fomento das transformações urbanizantes, notadamente nas proximidades de campus universitários²⁷, locais-extensão de instituições de ensino superior privado (UNIVALE – Itajaí e UNISUL – Tubarão) que vêm, massivamente implantando cursos de graduação em municípios vizinhos à capital, com anuência das Prefeituras que atraem esses “empreendimentos” de ensino com amplas concessões, como doações de terrenos ou facilitando suas aquisições.

Em torno de locais como esses campus, alguns loteamentos de tamanhos expressivos e perspectivas análogas ao Kobrasol, como o “Cidade Universitária Pedra Branca” (empreendimento do Grupo Portobello) e “PAGANI (empreendimento grupo JOTA’S) no município de Palhoça, ou outros de caráter mais popular (Santos Dumont, Metrô, Los Angeles, Lisboa, Picadas, etc.) no município de São José, servem de ilustração dos tipos de produção do espaço que têm surgido (muitos também com aval do poder público municipal) e/ou se ampliando, como “novas periferias” da capital, situadas entre áreas

com a retomada das obras desde o final dos anos 80/início década noventa, apesar de em seu processo de implementação, suscitar várias polêmicas que se tornaram públicas, pelas formas de gerenciamento daquelas obras. No sistema da CASAN até então implantado (julho/1998) na parte insular (atendia cerca de 43.323 habitantes, juntamente ao de outras localidades de Florianópolis (na ilha e no continente) tem uma cobertura de atendimento para cerca de 132.938 habitantes, que representava cerca de 50,1% da população urbana total do município.

²⁷ A proliferação de cursos universitários de graduação é decorrente da política adotada pelo MEC-Ministério da Educação, cumprindo o que prevê a nova LDB – Lei de Diretrizes e Bases, em sintonia também, com o que recomenda organismos de fomento internacional (leia-se FMI-BID), com relação às modalidades de titulação e qualificação profissional. Por isso, o ensino privado tem se expandido em Santa Catarina – como em todo país através do ensino universitário em instituições na forma de campi, extensão de universidades fora de suas sedes, como nas redondezas e/ou na própria capital, ou até mesmo nela, implantando um “Centro Internacional de Pós-Graduação”, vinculado à UNISUL. Há, também, em Florianópolis, o surgimento de uma série de cursos implantados por universidades do interior, em colégios tradicionais da rede privada ou em empreendimentos hoteleiros, alguns até funcionando em “caráter” de faculdade isolada.

remanescentes rurais ou do cinturão verde metropolitano (como no vale do rio Forquilhas).

Considerando toda essa exposição, pode-se afirmar que se tem apenas uma trama, rica de pistas, sobre aspectos da evolução de Florianópolis, com as quais se quis arrolar as discussões que sustentam este estudo. Evidentemente que nesta pesquisa e dentro dos seus propósitos, análises mais particularizadas e complexas, forneceriam outros enfoques.

Nas questões apontadas, as discussões não se “limitam” ao que foi apresentado, apenas tiveram o objetivo de mostrar, através de aspectos da expansão urbana, como as disponibilidades de infra-estruturas (via ações estatais e/ou privadas) conduzem às novas geografizações do espaço, representado por “recheios”, objetos com uma “inércia dinâmica”, que não estão isolados das evidentes manifestações dos movimentos históricos da produção e reprodução capitalista contemporânea da sociedade global.

Quarta Parte

“Conexões Geográficas”: Ícones da Contemporaneidade Florianopolitanos

A atenção desta parte da pesquisa diretamente relacionada com o objeto de estudo que é Florianópolis, tem como perspectiva discutir algumas características de caminhos e/ou descaminhos que, na relação sociedade-natureza vêm (re)redefinindo a produção do lugar e sua região (notadamente a partir da Ilha de Santa Catarina), enquanto “*locus*” de processos ideológicos de acumulação.

Entre as atividades que aparecem a partir de (re)funcionalizações disseminadas e em franca consolidação no espaço urbano-metropolitano, sobressaem aquelas associadas aos “pólos” de turismo e tecnológico/universitário. Estes “pólos” integrados ao de outras atividades desencadeadas e/ou em expansão (vestuário, maricultura, náutica e até audiovisual), oferecem diferentes possibilidades para que sejam viabilizadas e implementadas condições de uma funcionalidade dinâmica que se define no recorte territorial por densidades espaciais associadas à contemporaneidade.

Uma breve análise desses difusos conteúdos que passaram a compor a “nova” face de Florianópolis, e que vêm tendo efeitos significativos nas relações sociais da organização espacial nos últimos tempos, permite enxergar alguns aspectos da sua essência, que as formas por si não revelam enquanto paisagem que se (re)constrói a partir de estruturas pré-existentes.

Assim, a partir da cidade, a reprodução de uma ordem é imposta, articulada em vários níveis de produção que ocorrem dentro de certas escalas e condições técnicas, correspondendo em cada pedaço do território às características de “conexões geográficas” que se estabelecem com o mundo.

Capítulo 8

“Ecos” do Turismo: a “globalização” do lugar

O turismo é, hoje, a atividade que se destaca a partir de deslocamentos (inclusive virtual) de pessoas e que ganha relevância nas articulações voltadas para multidimensões de consumos (paisagens naturais e antropizadas), pela crescente valorização do mercado de empreendimentos.

Segundo N. ASCHER, *“tudo muda na era do Turismo”*¹. As ponderações desse autor, fazendo interpretações a partir do que diz ROUANET (em “Razão Nômade: Walter Benjamin e outros viajantes”), têm a ver com as novas significações de tempo-espaço das práticas turísticas e o ato de viajar.

O entendimento do conteúdo geográfico dessas tendências que cada vez mais orienta configurações territoriais, a maioria concretamente observáveis, exige que se faça esforços nas reflexões sobre a produção do “espaço do turismo” (no ato de desorganizar e organizar espaço) e, conseqüentemente, da própria redefinição e refuncionalização das “atividades do ócio”, tão fundamental e necessária ao ser humano.

¹ Cf. In: Folha de São Paulo, edição 16/01/1994, Caderno MAIS!, p. 6-7.

- **Contextualizações: algumas notações**

Como o fenômeno cada vez mais de origens urbanas, o turismo (algo abstrato e polissêmico) se encaminha neste final de século para as orientações que o mercado induz, (re)criando “tipos” de capitalismo.

No conjunto das relações sócio-espaciais que definem possibilidades de diferentes fatores na produção do espaço de cada lugar, o turismo corresponde, nas ações humanas, àquela parcela que abrange dimensões do global e do local.

Assim, toda *“ação humana é trabalho, todo trabalho é trabalho geográfico”*, portanto, *“não há produção que não seja produção do espaço”* (SANTOS, 1993: 87-88) e, conseqüentemente, sem trabalho não há produção do que se denomina espaço geográfico.

O “espaço turístico” como um dado social que é, corresponde a produção determinada pelas sociedades geografizadas, decorrente de múltiplas dimensões históricas do espaço geográfico em que, cada vez mais o desenvolvimento da técnica e da ciência se impõe.

O turismo se desenvolveu ao longo da história humana², a partir de deslocamentos de diversas ordens, somente sendo reconhecido enquanto atividade co-produtora do espaço geográfico em séculos recentes, quando é impulsionado pelo advento das revoluções tecnológicas, notadamente dos meios de transportes. O século XX foi, então, o período em que a atividade se consolidou em dimensões planetárias, chegando ao final desse período como uma

² Há uma vasta literatura, nacional e/ou estrangeira, que resgata informações e sistematiza cronologicamente eventos que se relacionam com diversas dimensões das atividades turísticas. Do clássico FUSTER (1971), passando por WAHAB (1977), ALVAREZ (1989), KRIPPENDORF (1989), MCINTOSH & GUPTA (1993), DE LA TORRE (1992), LAVAUUR (1994) e chegando em títulos brasileiros de CASTELLI (1975), TRIGO (1991) BARRETO (1991) entre outros, isolados ou em coletâneas (vide série Papyrus) se pode localizar as características que identificam a evolução daquelas atividades, como também, as tendências das abordagens do pensamento técnico-científico.

das mais importantes fontes geradoras de riquezas e entre as principais em demandas, alcançando altas taxas, em todo mundo, com a circulação monetária.

Portanto, dentro de uma economia mundial fundada predominantemente de base fordista, os novos “internacionalismos” se manifestam e as atividades turísticas desenvolvem padrões de uma “nova cultura” apoiada “*fortemente em capacidades recém descobertas de reunir, avaliar e distribuir informação*” (HARVEY, 1993: 131).

A isto o meio técnico-científico em muito tem a oferecer, como parte da “fabricação do lugar” ou “não-lugar” de que discute A. RODRIGUES (1997: 25-26) e a esses aspectos A.F. CARLOS (1996: 103-129) aprofunda análises exemplificativas e suas perspectivas de inserção num mundo dito globalizado e cada vez mais fluído.

Há intensa “*turistificação dos lugares e do espaço*” como R. KNAFOU (1996: 62-73) assim denomina, ao identificar as fontes desse processo e, conseqüentemente, sua trajetória como uma atividade capaz de ser polarizadora na geração de outras mercadorias, decorrente das capacidades da sua “l’invention” (BOYER, 1996).

O “espaço do ócio” sob a forma do lazer pelo turismo gera conflitos, como bem lembrou M. SANTOS³ e, provavelmente, em muitas das suas manifestações massificadas “... *cria ilusões e lugares imagináveis que não se conhecerá jamais pois o tempo de uma viagem turística impede qualquer contato, passa-se, nesse contexto não se faz mais do que passar*” (CARLOS, 1996: 123), já que para a “indústria turística”, a sua realização na produção do lugar, “*é apenas o que pode ser visto, fotografado e depois esquecido*” (Idem. Ibidem, p. 122).

³ Cf. Milton SANTOS. “Turismo e Lugar. Microeconomia, novo planejamento”. In: Conferência Inaugural do 1º Encontro Nacional de Turismo como base local. São Paulo: DG/USP, maio de 1997.

O “tempo livre” como lazer tornou-se, no século vinte, um dos pilares de sustentação para setores econômicos dinâmicos e a sua tendência para o próximo século é a de criar possibilidades mais ampliadas, como consequência das inovações tecnológicas da informação, das telecomunicações e de outros bens industriais, que cada vez mais “não geram” e “nem permitem” descanso aos trabalhadores, como repouso e recuperação física e mental (uma “ociosidade” no sentido de vazio, desocupado) e sim ocupações com “*a possibilidade de ter uma vida consumidora*” (MORIN, 1969: 71-80), em que surgem entretenimentos, viagens e turismo.

Apesar da difícil avaliação em virtude das imbricações com muitos segmentos sócio-econômicos, sem sombra de dúvidas há certo consenso entre estudiosos das atividades turísticas, da relevância que este setor contribui ao incremento do PIB - Produto Interno Bruto de vários países, estando previsto inclusive, na virada do século, ocupar cerca de 11% do PIB mundial. Além de ser gerador de riquezas, o turismo tem propiciado, para muitos lugares, fonte geradora de empregos, mesmo que, às vezes, de forma temporária. Estima-se que hoje, no mundo, de cada 11 trabalhadores 01 está diretamente empregado no setor de viagens e turismo.

Nas últimas décadas, a evolução dessas atividades acentuou-se como importante item na pauta de transações comerciais (em particular na produção de bens e serviços) com significativa influência na vida de vários lugares da Europa e dos Estados Unidos, e ingressou entre as novas perspectivas para a América Latina e Oriente, conforme aparece nos dados da WTO – Organização Mundial do Turismo (agência das Nações Unidas) exemplificado no período de 1985/93 (vide tab. 11), evidenciando crescimentos da atividade que, por vezes, é traduzida por “sinônimo de desenvolvimento”.

TABELA 11
Turismo no Mundo
Aspectos gerais dos principais pólos turísticos

Arrivées de touristes internationaux				Recettes du tourisme international ⁽¹⁾				Dépenses du tourisme international ⁽¹⁾				
Rang	Pays	Arrivées de touristes (milliers)		Rang	Pays	Recettes du tourisme international (millions \$ EU)		Rang	Pays	Dépense du tourisme international (millions \$ EU)		Accroissement annuel moyen (%)
		1993	1985			1993	1985			1993	1985	
1	France	60.100	36.748	1	Etats-Unis	56.501	17.762	1	Etats-Unis	41.260	24.558	6,70
3	Etats-Unis	45.793	25.399	2	France	23.410	7.942	2	Allemagne	37.514	12.809	14,38
2	Espagne	40.085	27.477	3	Italie	20.521	8.756	4	Japon	28.860	4.814	23,97
4	Italie	26.379	25.047	4	Espagne	19.425	8.151	3	Royaume-Uni	17.244	6.369	13,26
11	Hongrie	22.804	9.724	5	Autriche	13.566	5.084	10	Italie	13.053	2.283	24,35
6	Royaume-Uni	19.186	14.447	6	Royaume-Uni	13.449	7.120	5	France	12.805	4.557	13,79
12	Chine	18.982	7.133	7	Allemagne	10.509	4.748	6	Canada	10.629	4.130	12,54
5	Autriche	18.257	15.168	8	Hong-Kong	7.562	1.788	7	Pays-Bas	8.974	3.448	12,70
14	Pologne	17.000	5.664	9	Suisse	7.001	3.145	8	Autriche	8.180	2.723	14,74
9	Mexique	16.534	11.907	10	Mexique	6.167	2.901	16	Taiwan	7.585	1.429	23,2
7	Canada	15.105	13.171	11	Canada	5.897	3.103	12	Belgique	6.363	2.050	15,21
8	Allemagne	14.348	12.686	14	Singapour	5.793	1.660	9	Suisse	5.803	2.399	11,67
10	Suisse	12.400	11.900	15	Thaïlande	5.014	1.171	11	Mexique	5.562	2.258	11,93
-	Rép. Theque	11.500	-	13	Pays-Bas	4.690	1.661	18	Espagne	4.706	1.010	21,21
13	Grèce	9.413	6.574	14	Chine	4.683	979	13	Suède	4.464	1.967	10,79
16	Hong Kong	8.938	3.657	15	Australie	4.655	1.062	20	Corée, Rép.	4.105	606	27,02
15	Portugal	8.434	4.989	16	Pologne	4.500	1.118	14	Australie	4.100	1.918	9,96
17	Malaisie	6.504	3.109	17	Portugal	4.176	1.137	15	Norvège	3.565	1.722	9,52
19	Turquie	5.904	2.230	18	Belgique	4.071	1.663	17	Danemark	3.214	1.410	10,85
18	Singapour	5.804	2.738	19	Indonésie	3.988	525	19	Singapour	3.022	613	22,07

⁽¹⁾ transport exclu

Fonte: WTO – World Tourism Organization. Apud Marc BOYER. L'invention du tourisme. Paris: Gallimard, 1996, pp. 146-147.

Em termos de gastos com viagens para o exterior (ver tab. 12), dados de 1995 revelam que são os países mais ricos do mundo os maiores “emissores de turistas”.

TABELA 12
Principais países emissores de turistas no mundo – 1995

Países Emissores	Gastos com viagens para o exterior (em US\$ milhões)	PIB (em US\$ milhões)
Alemanha	50.675	1.910.760
Estados Unidos	45.855	6.259.899
Japão	36.792	4.214.204
Reino Unido	24.737	819.038
França	16.328	1.251.689
Itália	12.419	991.386
Áustria	11.687	182.067
Federação Russa	11.599	329.432
Holanda	11.455	309.227
Canadá	10.220	477.468

Fonte: WTO – Organização Mundial do Turismo, a partir de L.R. IGNARRA. Fundamentos do Turismo (1999: 34).

Os dados arrolados acima dentro do fluxo internacional de viagens, mesmo que contenham embutidas cifras referentes a pessoas que viajaram inúmeras vezes naquele período são, por si, indicadores do quanto representam para o setor o volume monetário em circulação.

Analisando a situação mundial entre 1996/98 (tab. 13), referente ao movimento de viajantes nas grandes regiões turísticas, em que mais de 1,6 bilhões de pessoas circularam naquele período, a WTO – Organização Mundial de Turismo acredita que nos próximos 20 anos esses indicadores mais que duplicarão. Até 2020, a movimentação chegará numa cifra anual equivalente aquele triênio, em viagens realizadas por vários motivos⁴. Para isso, muitas

⁴ Ver considerações Financial Time / matéria publicada pela Folha de São Paulo, edição de 24/12/1999, caderno Dinheiro, p. 5.

regiões com locais singulares, extraordinários, aumentarão suas demandas ao serem efetivamente incorporadas aos atuais e/ou novos circuitos de viagens, como visitas às regiões polares (Antártida em particular) e a áreas desérticas ou de natureza selvagem tropical (como na Amazônia e Pantanal brasileiro e Savanas africanas).

TABELA 13

Fluxo de viagens no mundo – chegadas por regiões turísticas e receitas geradas (US\$) no período de 1996/1998 (em %)

Grandes regiões	1996		1997		1998	
	Chegadas	Receitas	Chegadas	Receitas	Chegadas	Receitas
Europa	59	51	59	49	60	51
Américas	20	25	19	27	19	27
Leste Ásia/Pacífico	15	19	15	19	14	17
África	3	2	4	2	4	2
Oriente Médio	2	2	2	2	2	2
Ásia Meridional	1	1	1	1	1	1

Fonte: WTO – Organização Mundial do Turismo. Apud Anuário Estatístico da EMBRATUR, edições correspondentes a 1997, 1998 e 1999.

Na esteira desse incremento, o *Financial Time* também prevê que o “turismo deve ser responsável pelo maior estímulo ao crescimento econômico no novo milênio”⁵, em todo mundo, alcançando cifras bem superiores a muitos setores (indústria petrolífera, informática, entre outros) que hoje estão na vanguarda da economia global.

Isto se deve às características da diversidade que o setor possui e as inúmeras atratividades vinculadas aos lugares, principalmente entre aqueles que desenvolvem infra-estruturas organizacionais e a elas a produção de uma “vocalização turística”. Nesse contexto, a chamada “indústria do turismo” se amplia, conforme a lógica que orienta e comanda a valorização do espaço turístico, pelo *marketing* e em função das preferências de fluxos turísticos.

⁵ Idem. *Ibidem*, p. 5.

Conforme R. CRUZ (1998: 36), os “*espaços eleitos pelo turismo hoje não correspondem, necessariamente, aos espaços turísticos de amanhã*”, visto que entre os componentes norteadores de valorização pela produção turística, eles são mutáveis no tempo, a partir de valores culturais que passam a orientar os vetores da dinâmica setorial, notadamente em termos de destinos massificados.

No Brasil, o desenvolvimento do turismo ainda se encontra em estágios indefinidos de exploração dos diversos tipos de potencialidades que existem no país.

Durante muito tempo, a gigantesca área territorial brasileira, que desfruta de uma variada dimensão de atributos ecológicos e de formação sócio-cultural, ficou a reboque da ausência de políticas públicas empreendedoras que fossem capazes de gerar um processo dinâmico para ativar ações que visassem promover atividades no âmbito nacional e/ou das peculiaridades regionais.

Apenas alguns lugares como o Rio de Janeiro (desde o tempo de capital federal), São Paulo (como centro de negócios) e Salvador (por ser primeira capital do país e possuir rica tradição da cultura afro), juntamente com outros locais na Amazônia ou ao longo da costa atlântica é que, isoladamente, tentaram promover, pioneiramente, suas capacitações como centros receptores de viajantes para lazer e/ou eventos. Até pouco antes do início da década de setenta, a presença oficial do Estado foi quase sempre insignificante.

Após meados daquela década é que o governo brasileiro começa a oferecer os primeiros instrumentos promocionais e de articulação intra e extra governamental, definindo parâmetros para regulamentação da atividade, através da criação do CONTUR – Conselho Nacional de Turismo, do FUNGETUR – Fundo Nacional de Turismo (base financeira para inúmeros empreendimentos, notadamente em hotelaria) e da EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo, transformada no Instituto Brasileiro do Turismo e vinculado atualmente ao Ministério do Esporte e Turismo.

Mesmo assim, o que se verifica é que com todas estas iniciativas (especialmente pela esfera estatal) desencadeadas nas últimas décadas, elas ainda não foram suficientes para promover um crescimento turístico mais conseqüente (e menos predatório) para o país como um todo e a sociedade em geral.

A “(re)descoberta” das atividades turísticas pelo movimento de brasileiros e, principalmente, pelos estrangeiros ainda se faz timidamente se comparada com outras regiões do mundo, como na Europa, na América Central ou mesmo no leste asiático.

O Brasil, no *ranking* da WTO – Organização Mundial de Turismo, nunca ocupou posição de destaque, isto em parte por falta de investimentos, em política correta de divulgação no exterior. Para se ter uma idéia, em 1993, enquanto a Jamaica aplicou US\$ 24 milhões com divulgação, o Brasil apenas desembolsou US\$ 4,7 milhões e a Espanha – principal pólo receptor naquele ano, gastou em promoções US\$ 77,6 milhões⁶.

Esta situação também sofre influências das carências e limitações profissionais na condução dos negócios, geralmente com atrelamentos à máquina governamental, nas várias instâncias que, inclusive, pouco tem feito junto aos vários pólos emissores para construir e difundir uma imagem verdadeira do país, onde, em muitos casos, os problemas infra-estruturais aparecem mais recheados pela violência que se manifesta principalmente nos grandes centros urbanos. Basicamente, durante muito tempo, o país só tem recebido grande quantidade de turistas em decorrência de uma política que quase sempre foi direcionada ao período da alta estação de verão, iniciado com as festas de fim de ano e com o final de temporada marcado pelos festejos carnavalescos.

⁶ Conforme exemplificações apresentadas em debates promovidos pela Folha de São Paulo, durante sessões do Projeto “Folha Eventos” de 1994, divulgado na edição de 29/09/1994 – Caderno Turismo.

Ao final das décadas de oitenta e início dos anos noventa, os negócios relacionados com as atividades turísticas começaram a ser redimensionados profissionalmente, em vários pontos do território brasileiro, em especial na região nordeste, que tem se utilizado de novas frentes de geração de emprego e renda, decorrente de discursos e planos oficiais para erradicação da pobreza e misérias regionais, através da captação de recursos internacionais e investimentos em infra-estruturas.

É ainda na região nordestina, em função do PRODETUR – Programa de Ação e Desenvolvimento do Turismo, lançado no início do governo Collor, que as atividades desse setor juntamente com outras estratégias como o Programa Nacional de Meio Ambiente⁷ passaram a integrar linhas de financiamentos do BIRD e do BID (subsídios concedidos a partir de recomendações contidas no relatório da Comissão Bruntland – 1988), reforçando em muitos casos uma “política de desenvolvimento” apregoada a vinculações emergentes de modelos globalizado que, vis-à-vis, engendra trajetórias de abertura econômica aos futuros tentáculos privatizantes.

Assim é que, em meados da década de noventa, os primeiros resultados concretos das novas tendências de um turismo internacional no Brasil começaram a se manifestar e, já em 1996, o país aparece entre os cinquenta principais destinos, ocupando o 42º lugar entre as áreas mundiais receptoras.

Em 1999, estratégias desencadeadas principalmente por iniciativas oficiais, muitas por órgãos de unidades federativas, permitiram saltos para ocupar uma posição melhor qualificada, ficando o país entre os trinta países (26º lugar) que mais receberam turistas, com um crescimento em torno de 5% em relação ao

⁷ O PRODETUR foi uma das vedetes do governo brasileiro, apresentado pelo Presidente da República (e suas vinculações nordestinas) ao Presidente do BID, durante a Conferência do Rio-ECO'92, numa reunião em que, basicamente, só se encontravam governadores dos estados nordestinos, naquela ocasião e, portanto, por ser essa região o início da implementação daquele programa do governo federal. Só recentemente é que esse programa tem se expandido para as demais regiões do país.

ano anterior e alcançando uma cifra de aproximadamente 5 milhões de demandas⁸, em que boa parte seguiu itinerários organizados e orientados basicamente para as tendências de turismo de massa. A referida colocação é ainda sem muita expressão para o significado das proporções nacionais, se se levar em consideração as extensões continentais com o vasto potencial da nossa tropicalidade (a mais extensa quantitativa e qualitativa do planeta) e suas manifestações (fauna, flora, praia, sol quase o ano inteiro, etc.), além das diversidades de riquezas culturais de nossa formação social.

Deve-se salientar que, nesse contexto de crescimento das atividades turísticas no Brasil, parte foi impulsionada como forma de superar crises reinantes na economia do país nas últimas décadas.

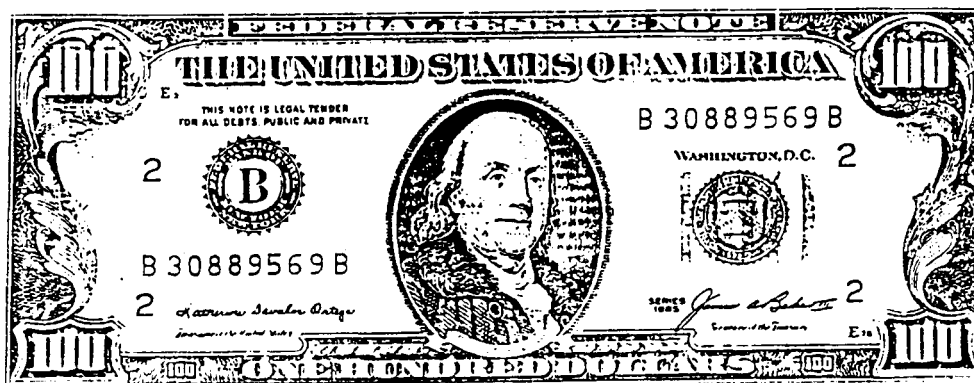
O governo federal, ao final dos anos oitenta, procurou estabelecer mecanismos para conversão da dívida externa brasileira (vide fig. 7) em investimentos e com isso atrair capitais estrangeiros. Seguiu de certo modo, com atraso, o que os organismos estrangeiros vinham estimulando aos países em desenvolvimento desde a década de sessenta, orientando-os para a busca de estratégias de implementação de empreendimentos turísticos voltados para rotas internacionais, a fim de superarem problemas, fundamentalmente de ordem econômica.

Com isso, foi possível gerar formas de investimentos externos particularmente em alguns pontos da costa litorânea, onde vários projetos passaram a ser negociados com grupos empresariais, em especial da área de hotelaria, através de leilões realizados pela Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Assim, dquiria-se o direito de aplicar capitais (em dólar) seja na forma de reformas e ampliação de estruturas já existentes e/ou na implantação de novos empreendimentos em várias regiões, conforme as peculiaridades locais.

⁸ Dados apresentados pela WTO, em reunião do seu Conselho Consultivo, em Madrid (janeiro/2000), a partir de informações entre os países que disponibilizam números registrados. Cf. LIRA & JABUR, in *Gazeta Mercantil / Santa Catarina*, edição de 31/01/2000, p. 7.

FIGURA 7

Nota da EMBRATUR publicada em jornal de circulação nacional (Reprodução)



O papel do turismo na conversão da dívida.

O Brasil é um país que tem vocação para atrair turistas: 7 mil quilômetros de praias, geografia, natureza, arquitetura e história! E por isso mesmo, tem vocação para atrair capital estrangeiro interessado na indústria do turismo.

A cada ano que passa, aumenta o volume de entrada de turistas no país. Um programa de conversão da dívida destinado a atender esta demanda, principalmente no setor hoteleiro, pode oferecer à atividade turística a aplicação de cerca de 2 bilhões de dólares em novos investimentos, em 5 anos. São novos hotéis, marinas, "resorts", e áreas de animação turística. Além de milhares de novos empregos diretos e indiretos, e uma nova fonte de arrecadação de impostos municipais, estaduais e federais.

Vamos converter as atrações turísticas em atrações econômicas.



Para maiores informações sobre a conversão da dívida em turismo contate a diretoria de investimentos da EMBRATUR nos telefones (021) 273 1911 e 273 2210 ou telex (021) 21066 Fax (021) 273 9290

Já na década de noventa, a expansão da rede hoteleira brasileira com a chegada de grandes grupos estrangeiros faz-se em decorrência de incentivos estimulados pela abertura econômica (oficializada no governo Collor), legitimada nas atuações estatais através de vantagens que são fomentadas em vários tipos de parcerias com grupos nacionais e investimentos expressivos feitos via Fundos de Pensão (como do Banco do Brasil – PREVI e Caixa Econômica Federal – FUNCEF, entre outros).

Ao final da década, vários grupos já instalados no país (grupo mexicano Posaados – que adquiriu parte da rede Caesar Park, ficando a outra parte com sócios japoneses do grupo Aoki Corporation/rede Blue Tree Hoteles; grupo Accor com rede Sofitel, Novotel, Mercure, Ibis, Parthenon; grupos das redes Holiday Inn; Meliá; Marriott entre outros) passaram a se constituir entre as novas perspectivas que estão sendo anunciadas na atual fase do turismo no Brasil⁹, juntando-se a outras atividades introduzidas às infra-estruturas disponíveis, como o sistema de tempo compartilhado (“time sharing”), que em 1997 tinha expectativa de expansão da rede brasileira de associados a RCI – Resort Condominiums International (instituição americana que administra a atividade no país), tendo expectativas para, ao término daquele período, contar com cerca de 75 estabelecimentos hoteleiros integrados ao sistema¹⁰. Acrescente-se também a essas motivações, o aumento de parques temáticos que passaram a proliferar em várias cidades, notadamente litorâneas, e que se tornaram mania e ponto de atração entre as várias possibilidades de atividades turísticas.

⁹ Segundo a Revista VEJA (edição 1642, nº 13, de 29/03/2000) encontram-se em construção no país cerca de 300 novos empreendimentos hoteleiros, muitos com vinculações a grupos estrangeiros, cujos investimentos alcançam a ordem de US\$ 6 bilhões. É esperado que esses empreendimentos fomentem a geração de cerca de 400.000 empregos diretos para o setor, apesar das exigências cada vez mais acentuadas com relação à mão-de-obra especializada.

¹⁰ O conceito de atividades associadas com o turismo em “tempo compartilhado”, nasceu na França na década de 60, como uma segunda opção em dividir custos em períodos de férias. Os americanos importaram a idéia e a difundiram mundialmente, a partir da década de setenta. No Brasil, o negócio só começou a ganhar intensidade na década de noventa. Em Santa Catarina, além de Florianópolis, os municípios de Itapema e Porto Belo também possuem empreendimentos vinculados a este sistema. Ver Folha Imóveis / Folha de São Paulo, 6º caderno, edição de 07/09/1997.

Mesmo sob contextos de euforias quanto às perspectivas em curso, órgãos estatais (EMBRATUR e/ou congêneres nos estados) e segmentos do setor, como o PARLATUR (Frente Parlamentar de Turismo), CNT – Conselho Nacional de Turismo, ABIH – Associação Brasileira de Indústria Hoteleira, SEBRAE – Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresas, sistema SESC/SENAC entre outras instituições de formação (destacando-se as universitárias) e vários empreendimentos privados têm procurado promover estratégias para melhorar a classificação brasileira na WTO. Até admitem que no atual contexto da “globalização”, através do MERCOSUL, as relações regionais internacionais poderão ser uma das mais importantes formas de investimentos para atrair não somente turistas em termos quantitativos, mas permitir entradas de divisas e possibilitar a melhoria da “*performance*” do país no contexto do “*ranking*” da WTO e, conseqüentemente, seus desdobramentos em nível nacional.

Os principais mercados emissores de turistas para o Brasil (vide tab. 14), conforme dados de 1997/98, ainda são do continente americano, formado com certa hegemonia de argentinos que circulam pelo país como decorrência das facilidades de fronteira, locomoção e contingências das flutuações cambiais a eles favoráveis.

Porém, na visão de dirigentes do Florianópolis Convention & Visitors Bureau¹¹, o melhor mercado que deve disputar turistas para ampliar demandas é o norte-americano, em função da capacidade de poder aquisitivo e diversificação de consumos, inclusive, superior a qualquer outra procedência (mesmo européia), além da relativa proximidade em distância com o Brasil.

¹¹ Aspectos que apareceram na fala do Presidente desta entidade associativa de segmentos do setor turístico, Sr. Max Gonçalves, durante entrevista concedida à imprensa, em 20/03/2000, ao apresentar e avaliar resultados de uma pesquisa realizada durante a temporada de verão 1999/2000, em Florianópolis.

TABELA 14

**Principais mercados emissores de turistas internacionais para o Brasil –
1997/98**

Procedência	Participação (%)	
	1997	1998
Alemanha	5,00	5,00
Argentina	31,00	34,00
Bolívia	3,00	(-)
Chile	3,00	3,00
Espanha	(-)	2,00
Estados Unidos	11,00	14,00
França	3,00	3,00
Inglaterra	2,00	2,00
Itália	4,00	4,00
Paraguai	9,00	5,00
Portugal	2,00	2,00
Uruguai	7,00	7,00
Outros	20,00	19,00
TOTAL	100,0	100,0

(-) O dado existe, porém não está mencionado nas estatísticas divulgadas.

Fonte: COINF/DPF, EMBRATUR e FADE. Anuário Estatístico de 1998 e 1999.

Nas muitas estratégias que vêm sendo planejadas, negociadas e executadas por várias instâncias oficiais, decorrentes da Política Nacional de Turismo da EMBRATUR¹² (1996/2000), elas estabelecem entre as prioridades e em condições específicas o papel da “melhoria das infra-estruturas” turísticas (rodoviárias, hotelaria, aero-portuárias, saneamento básico, etc). São particularmente as áreas urbanas as que têm se beneficiado e, basicamente, aqueles locais com atrativos em potencial ao longo da faixa costeira atlântica.

Avaliações de B. BECKER (1994) corroboradas por A. RODRIGUES (1995), apontam que as intenções de benefícios econômicos, sociais e ambientais na atuação da EMBRATUR, expressam ainda uma política inconsistente,

¹² Respectivamente: Programa Nacional de Municipalização do Turismo e Política Nacional do Turismo – Diretrizes e Programas / 1996-2000.

desarticulada e ambígua, que não “foge das práticas de turismo tradicional predatório”.

Mesmo assim, é em cima dos mecanismos de “promoção turística” (nas diversas modalidades) que, nesta última década, a demanda internacional tem aumentado sua presença no Brasil, entrando por diversos portões (vide tab. 15) e chegando a visitar várias cidades que passaram a se constituir como os novos destinos (ver tab. 16) bem diferentes do que acontecia em décadas anteriores.

TABELA 15

Principais portões de entrada de turistas internacionais no Brasil – 1997/98

Procedência	Participação (%)	
	1997	1998
Amazonas	(-)	1,00
Bahia	2,00	2,00
Mato Grosso do Sul	1,00	3,00
Paraná	8,00	11,00
Pernambuco	1,00	1,00
Rio de Janeiro	20,00	15,00
Rio Grande do Sul	18,00	20,00
São Paulo	36,00	26,00
Santa Catarina	(-)	3,00
Outros	14,00	18,00
TOTAL	100,00	100,00

(-) O dado existe, porém não está mencionado nas estatísticas divulgadas.

Fonte: EMBRATUR. Anuários Turísticos de 1998 e 1999.

O que se depreende nos dados arrolados nas tabelas 15 e 16, é que na participação do Estado de Santa Catarina entre os principais portões de entrada, as Cidades de Florianópolis e Balneário Camboriú destacam-se entre os principais destinos de turistas estrangeiros e, com certeza, essas mesmas cidades configuram-se entre os principais pólos de condicionantes regionais que têm estimulado o desenvolvimento urbano-turístico, na faixa litorânea catarinense.

TABELA 16

Participação do movimento de turistas internacionais entre as principais cidades brasileiras receptoras entre 1997 a 1999^(*)

Procedência	Participação (%)		
	1997	1998	1999 ^(*)
Rio de Janeiro	37,40	30,20	32,54
Florianópolis	13,90	14,00	17,69
São Paulo	23,50	18,40	13,74
Salvador	12,20	10,90	12,67
Foz do Iguaçu	11,80	8,90	11,78
Recife	5,70	7,20	6,44
Porto Alegre	7,90	7,90	6,05
Balneário Camboriu	3,70	5,10	4,88
Fortaleza	3,40	4,60	4,70
Búzios	2,80	5,40	4,56
Torres	2,00	3,00	2,95
Curitiba	3,20	3,00	2,78
Natal	(-)	(-)	2,78
Belo Horizonte	3,00	(-)	2,35
Porto Seguro	(-)	(-)	2,35
Maceió	(-)	(-)	2,31
Manaus	4,20	3,30	2,17
Brasília	2,50	2,50	1,78

^(*) Estatística da Demanda Turística Internacional, 1999, Sinopse da EMBRATUR.

(-) O dado existe, porém não está mencionado nas estatísticas divulgadas.

Fonte: EMBRATUR. Anuários Estatísticos de 1998 e 1999.

Com uma área em torno de 95 mil quilômetros quadrados, localizada na região sul do Brasil, o Estado de Santa Catarina é, atualmente, no contexto da América Latina uma referência em potencial para a expansão das atividades turísticas.

O território barriga-verde é rico em atrativos, tanto do ponto de vista de condicionantes ecológicos, que vão de paisagens litorâneas, formações montanhosas, zonas climáticas nítidas nas quatro estações, a um variado conjunto de manifestações sócio-espaciais de culturas, que têm impulsionado vetores de desenvolvimento estadual, como lugares que receberam influências

portuguesas/açorianas, de alemães, italianos, austríacos, poloneses e até orientais. Esses aspectos tem se tornado básico nas inúmeras produções turísticas, notadamente em manifestações populares de festas regionais, que vêm ascendendo pela “indústria cultural”, como no ciclo das “oktoberfestas”¹³.

Sob a égide de fatores como os mencionados acima, que têm contribuído na produção do espaço turístico de Santa Catarina é que, a seguir, faremos algumas reflexões, complementares àquelas já mencionadas ao longo deste trabalho, que visam mostrar como Florianópolis vem se estabelecendo enquanto pólo catalizador de um mercado regional e que se destaca entre aquelas que geram possibilidades de conexões e inserção local em contextos da “globalização” contemporânea.

• O turismo em Florianópolis: um perfil em (re)leituras

Como na esfera nacional, em Santa Catarina as atividades turísticas só começam, oficialmente, a ser estruturadas no final da década de sessenta, estimuladas pela criação de órgãos governamentais, que deram os primeiros passos na sistematização de levantamentos das condições de “centros turísticos”. Essa estruturação reflete tentativa de recomendações e definição de ações políticas para o setor, em nível estadual e em nível municipal, conforme aparecem nas descrições de documentos formulados pelo CODESUL – Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul¹⁴.

¹³ Ver Ewerton V. MACHADO. “Festas de Outubro em Santa Catarina”, em que o autor procura comentar o papel que estes eventos vêm tendo na dinâmica regional, com atividades turísticas em períodos de baixa estação, e como elas têm influenciado comportamentos locais na (re)organização do espaço regional. In: DE LEMOS, Amália Inês Geraiges, 1996: 241-260.

¹⁴ Entre as atividades que o escritório do CODESUL em Florianópolis empreendeu, está o trabalho: “O Turismo em Santa Catarina”, realizado em 1970, por um grupo de Estudos dirigido pelo geógrafo e professor Paulo Fernando de Araújo Lago, contando com a

Em Florianópolis, as primeiras manifestações de que se tem notícia a respeito de atividades de lazer e entretenimento associadas ao turismo, têm a ver com o banho e uso desportivo do mar e suas adjacências, inicialmente em locais próximos à área central e, posteriormente, com as chamadas “segundas residências” em balneários no interior, principalmente ao norte da Ilha de Santa Catarina.

Antes mesmo que se dinamizasse em Florianópolis atividades turísticas pelo consumo das áreas marinhas, as elites florianopolitanas já realizavam suas preferências de veraneio em locais como Balneário Camboriú, que serviu de espelho para a capital catarinense se inspirar e se lançar como opção, na perspectiva de uma política de redenção econômica.

Assim, deram origem ao aparecimento das primeiras infra-estruturas urbano-turísticas em vários locais da Ilha de Santa Catarina, aumentando cada vez mais o fluxo de “turismo de massa”, não apenas de catarinenses mas, com significativa presença de gaúchos, entre os anos sessenta/setenta. Desde então, o turismo começou a influenciar processos decisivos de urbanização no município de Florianópolis e a chamar atenção de vários segmentos para as suas possibilidades de exploração, articulando-se a outros setores da vida sócio-econômica local.

A partir dos anos oitenta, o turismo em Florianópolis assume decisivas orientações por parte da iniciativa privada que, pelo dinamismo vislumbrado em décadas anteriores e pelas perspectivas de crescimento deste setor, passaram a exercer papel considerável de influências sobre políticas para o desenvolvimento urbano e regional. Nesse particular, as atividades ligadas às indústrias de

participação do DEATUR – Departamento Autônomo de Turismo do Estado de Santa Catarina. Este órgão, por fusão com o BESC Empreendimento S/A foi transformado em TURESC (1975) – Empresa de Turismo e Empreendimento de Santa Catarina S/A. Com a fusão, em 1977, da TURESC com a CITUR (Centro de Feiras de Balneário Camboriú), fez surgir uma nova CITUR – Companhia de Turismo e Empreendimentos de Santa Catarina S/A, transformada finalmente, em 1987, em SANTUR – Santa Catarina Turismo S/A.

construção civil e empreendimentos hoteleiros despontam entre aquelas que buscam, dentro de seus estilos, abocanhar o máximo da fatia desse novo tipo de geração de rendas. Começa também a existir uma diversificação de atividades por parte dos grupos econômicos interessados pelo setor, em geral voltados para os meios de hospedagens (casas para aluguel, pousadas, etc.), particularmente nos locais de balneários.

Conforme dados oficiais, a veiculação da imagem e a promoção local aconteceram através de um significativo “boom” turístico que passa a dar peso durante os anos oitenta para toda Florianópolis, cuja capacidade hoteleira cresceu em torno de 180%. Nas áreas praianas, este índice chegou em torno de 440%. Nota-se assim, que a base de sustentação da rapidez com que o setor se expande estava centrada no segmento mar, especialmente nos períodos de alta estação de verão, fato este, às vezes, comprometido por períodos de intensas precipitações pluviométricas.

Nota-se também, que em função das peculiaridades de veraneio em Florianópolis *“a economia de tempo livre tendeu a se confundir com a urbanização, incorporando um espaço potencial como espaço da dinâmica urbana”* (LAGO, 1996: 271).

Tudo isso se deve à presença estimuladora, a partir dos anos oitenta, de consumidores de “produtos turísticos”, muitos provenientes de países vizinhos do cone sul, como os argentinos, que passaram a freqüentar com mais intensidade os verões florianopolitanos, em decorrência não apenas dos atrativos locais mas, sobretudo, de suas vantagens monetárias em relação à realidade brasileira. A presença de brasileiros – sobretudo paulistas, gaúchos e paranaenses – também ampliou os fluxos naquela década (vide tab. 17) e ajudou no processo de multiplicação de formas de demandas de mercadorias, no espaço local/regional.

TABELA 17

Aspectos da evolução (%) da demanda turística para Florianópolis – Estimativas

Procedência	Alta Estação 1980/81 ⁽¹⁾	Alta Estação 1989/90 ⁽²⁾
Brasileiras:		
• Rio Grande do Sul	7,0	21,0
• São Paulo	17,0	18,0
• Paraná	6,0	12,0
• Santa Catarina	9,0	7,0
• Rio de Janeiro	2,0	5,0
• Outras UF's	2,0	18,0
• Sub-total	43,0	81,0
Estrangeiros:		
• Argentina	52,0	12,0
• Uruguai	3,0	4,0
• Outros Países	2,0	3,0
• Sub Total	57,0	19,0
TOTAL	100,0	100,0

Fontes: ⁽¹⁾ IPUF: Plano de Desenvolvimento Turístico do Aglomerado Urbano de Florianópolis, PDT/AUF, 1981.

⁽²⁾ SANTUR: Pesquisa de Demanda Turística, conforme coleta de informações, realizada em períodos dos meses de janeiro e fevereiro de 1990.

Nas últimas temporadas, conforme dados estimados da SANTUR (tab. 18) a presença de brasileiros tem garantido a maior movimentação entre os turistas que ocorrem à Florianópolis, apesar da concorrência que tem se ampliado entre os balneários da capital catarinense e os de outros municípios do próprio estado e até da própria região sul, como no litoral paranaense. Em termos de demanda estrangeira, a presença de argentinos ainda é a mais significativa, apesar da concorrência que vem tendo não somente Florianópolis, mas toda Santa Catarina, com o crescimento de pólos turísticos no Rio de Janeiro (região de Cabo Frio) e até mesmo do nordeste, denunciando assim tendências de um perfil diferenciado¹⁵ entre argentinos que se dirigem ao litoral catarinense e argentinos

¹⁵ Grosso modo, basicamente os turistas estrangeiros como os argentinos que aportam em Florianópolis, vêm em grupos de famílias e/ou de amigos, que buscam curtir férias de veraneio em praias, hospedando-se por meio de aluguel em apartamentos ou casas (há muitos que dispõem de suas propriedades residenciais), e se utilizam de automóvel próprio ou ônibus fretados como meio de transporte, aproveitando-se assim de facilidades que têm por conta da proximidade entre seu país e o destino no litoral catarinense. Há também significativa parcela de turistas que chegam por via aérea em vôos fretados, ou em vôo comercial regular.

que se dirigem para aquelas outras regiões mais distantes das áreas de fronteira do cone sul.

TABELA 18

Aspectos da evolução (%) da demanda turística em Florianópolis. Movimento estimado a partir dos principais centros emissores no período de 1996-2000

Procedência	Estimativas da Alta Estação (%)				
	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99	1999/00 ^(*)
Brasileiras:					
• Rio Grande do Sul	44,27	43,04	25,89	43,34	34,16
• São Paulo	12,61	20,31	26,60	20,27	19,57
• Paraná	14,08	14,81	15,68	11,98	16,92
• Santa Catarina	17,60	7,28	13,06	7,05	8,54
• Rio de Janeiro	3,81	7,41	5,94	4,70	4,31
• Outras UF's	7,63	7,15	12,83	12,66	16,50
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Estrangeiros:					
• Argentina	84,32	84,60	77,47	83,04	85,63
• Uruguai	6,72	6,70	9,09	4,78	7,80
• Paraguai	3,73	2,46	7,11	4,78	0,21
• Chile	1,49	3,13	1,98	2,17	2,46
• Outros Países	3,74	3,11	4,35	5,23	3,90
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

^(*) Dados Preliminares

Fontes: SANTUR: Pesquisa Mercadológica /Estudo da Demanda Turística. Sinopse Comparativa 1996-2000, conforme coleta de informações realizadas em períodos dos meses de janeiro e fevereiro.

Pesquisa encomendada pelo Florianópolis Convention & Visitors Bureau, para a temporada 1999/2000, com coletas de dados em janeiro e fevereiro, os dados (vide tab. 19) indicaram certa similitudes nos resultados com os verificados pelos levantamentos da SANTUR, notadamente no que diz respeito à procedência e perfil dos turistas.

Vale ressaltar que, entre os estrangeiros, os uruguaios que visitam Florianópolis preferem períodos fora da alta estação, em curtas temporadas no primeiro ou no segundo semestre, quando em seu país acontecem semanas dedicadas a feriados, em comemorações turísticas, que coincidem no Brasil, por exemplo, com a época de Páscoa.

TABELA 19
O turista em Florianópolis – Alta Estação 2000

Procedência	Estimativa Pesquisada (%)
Brasileiras:	
• Rio Grande do Sul	51,0
• São Paulo	21,0
• Paraná	8,0
• Santa Catarina	7,0
• Rio de Janeiro	3,0
• Outras UF's	10,0
Estrangeiros:	
• Argentina	82,0
• Uruguai	13,0
• Chile	2,0
• Outros	3,0

Fonte: Florianópolis Convention & Visitors Bureau: Relatório Final de Pesquisa de Mercado, realizado pelo Instituto MAPA, 2000.

Como em Florianópolis, outros pólos catarinenses também se tornaram atraentes com atividades turísticas (entre eles: Balneário Camboriú, Laguna, Itapema, Garopaba, Criciúma, Blumenau, Joinville e São Francisco do Sul) evidenciando, nos anos noventa, desempenho funcional considerável e passando a representar, de certo modo, influências de diversas ordens sob processos de mudanças e diversidades nas tipologias de crescimento das cidades. Em parte, esse crescimento tem direcionado ao que se busca explicar sobre processos de urbanização na faixa oriental do estado (o litoral em particular), conforme já se fez comentários em passagens anteriores, acerca dessas tendências em curso no sul do país, em especial no trecho compreendido entre Florianópolis e Curitiba.

Diante dessas condições, pode-se constatar através de vários trabalhos que foram realizados em órgãos técnicos de planejamento ou no meio acadêmico, que as interpretações acerca do fenômeno turístico e suas implicações sócio-espaciais

revelam, particularmente em estudos de casos a partir da Ilha de Santa Catarina, como as tendências da urbanização e suas influências sobre a produção do espaço local/regional guardam, proporcionalmente, nexos sintonizados com tentáculos da “globalização” ora em marcha. Vejamos a seguir, sínteses de alguns desses tipos de produções literárias que procuram refletir acerca da questão em xeque.

O Plano de Desenvolvimento Turístico-PDT elaborado pelo IPUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, no início dos anos oitenta, teve caráter instrumental de reconhecimento e ordenação do uso do solo na região do Aglomerado Urbano - AUF. Foi executado a partir de orientações metodológicas do CNDU - Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, através de levantamentos de dados em CDP – Condicionantes/Deficiências/Potencialidades, contando na ocasião com apoio de técnicos alemães (convênio celebrado pela Prefeitura de Florianópolis, o BIRD e órgãos daquele país). É assim o grande pontapé na nova fase de sistematização de informações, pois do “PDT” emergiram várias ações públicas, entre as quais o “Plano Diretor dos Balneários” (1985), como também, despertou entre segmentos sociais as facilidades de atuação em inúmeras iniciativas privatizantes.

Em estudos universitários, o economista LINS (1991) discute o turismo em um relato de sua investigação sobre a expansão do setor e as implicações desta expansão, associando seus resultados ao dinamismo de empregos, movimento da renda no comércio e evolução da arrecadação de impostos municipais, a partir de alguns exemplos analisados, notadamente na década de oitenta como o de construção civil nos balneários. Suas concepções acerca da idéia de espaço estão intimamente relacionadas à funcionalidade estrutural que tem o setor turístico e seus reflexos para a economia regional.

FERREIRA (1992), arquiteto por formação, em sua dissertação de Mestrado em Sociologia/UFSC, aborda o “*turismo e desenvolvimento urbano*”, avaliando impactos sócio-ambientais a partir da implantação do Projeto Jurerê

Internacional, situado no litoral norte da Ilha de Santa Catarina e, ao reconhecer “a inexistência de um planejamento integrado e participativo”, aponta focos de degradação do meio ambiente bio-físico com a participação da atividade turística, servindo assim como uma “denúncia” acadêmica pelo movimento ecológico a que sempre esteve vinculado aquele autor.

Na mesma área de pós-graduação, JANUÁRIO (1994) enquanto sociólogo, na sua dissertação discute a “*organização, ação, representação de interesses do empresariado do turismo em Florianópolis*” nas duas últimas décadas. Toma como análise o papel de agentes ligados ao Sindicato de Hotéis, Bares e Similares e sua expressão maior através da Fundação Pró-Turismo de Florianópolis – PROTUR, como também, suas vinculações ao Estado, através de grandes empreendimentos, desencadeando uma nova possibilidade de articulação empresarial voltada às barganhas no setor turístico.

Pelo viés da Antropologia, o estudo de SCHMEIL (1994) analisando a trajetória de turistas estrangeiros como um dado da “internacionalização” das atividades, aprofunda discussões sobre características que induziram na implementação e investimentos do setor em Florianópolis. Já na pesquisa de MARTINS (1995), o autor ao analisar a implantação de um empreendimento pela rota do turismo internacional na Praia do Santinho, procura discutir aspectos culturais em processo de mudanças, na comunidade e na cidade, confrontando identidades: velho x novo ou tradição x moderno, como dados (re)estruturadores da sociedade local.

Na área de Geografia, vários estudos também têm tratado a temática turismo e entre eles destacamos quatro trabalhos elaborados por não geógrafos que seguem, em certa medida, semelhanças de caminho com os autores anteriormente citados. Vejamos:

ULYSSEÁ SANTOS (1993) que também é arquiteta por formação, em sua dissertação (na UFSC) avaliou o planejamento urbano em períodos recentes

nos balneários de Canasvieiras e Jurerê Internacional. Ao discutir as “*falhas endógenas do planejamento e suas relações com as leis gerais de produção urbana tradicional*”, tratou da questão pela função turismo de veraneio. MORETTO NETO (1993), administrador, teve em seu trabalho (na UFSC) a preocupação de desvendar as implicações ditas ambientais pela atividade turística, centrado no desenvolvimento da essencialidade econômica, através de concepções de desenvolvimento sustentado, além de sugerir propostas para o norte da Ilha de Santa Catarina. OURIQUES (1996), economista, desenvolveu sua pesquisa (na UFSC) também norteadas pela perspectiva do pensamento ecológico, utilizando-se de categorias de análises ditas por ele “mais críticas” acerca da realidade, tentou desvendar através de estudo de caso “faces do turismo”, enfocando aspectos do trabalho temporário durante uma dada temporada de verão. Finalmente, SANTIAGO (1995), arquiteta, em sua tese de doutorado (Université de Paris I) elaborou um estudo procurando estabelecer relações entre as condições do meio natural, atividades turísticas e a organização do espaço no litoral da Ilha de Santa Catarina, apontando contrastes nas formas de uso do solo, e propondo sugestões de preservação e gestão ambiental.

Nesses exemplos arrolados, que objetivamente discutem recortes de questões ligadas ao turismo em Florianópolis, há marcas em comum (variando na intensidade) nas abordagens, pois as análises estão relacionadas diretamente com características do quadro natural (enquanto potencial) e nas ações antrópicas que se mostram através do planejamento e/ou usos do solo, gerando impactos diretos nas formas de exploração sócio-ambiental e/ou riscos para a própria atividade turística. Há assim, entre esses estudos de caso, um considerável esforço – cada qual dentro de seus objetivos e das possibilidades de explicação teórica, quanto à tentativa de interpretação do fenômeno e ao significado que ele representa para Florianópolis, na sua inserção aos tentáculos da mundialização econômica atual. Às vezes, em passagens que são reportadas pelos autores, aparecem associações a certa apologia da idéia de “vocação” moderna local à contemporaneidade, como

têm feito discursos oficiais e segmentos da mídia em geral, sem reflexões aprofundadas desse processo, através de uma visão totalizadora.

Com efeito, há especialmente na Ilha de Santa Catarina, uma diversidade de abordagens acerca da crescente implementação de condições infra-estruturais favoráveis à valorização e desenvolvimento do turismo nas dimensões em que adquire notoriedade funcional dos balneários, sobretudo naqueles localizados nas porções norte-nordete e centro-leste do município.

Nestas regiões, o papel e a atuação de grupos empresariais de poder econômico, estruturadores de interesses e controle do espaço (tipo HABITASUL – Jurerê Internacional; CEISA – Praia Brava; Marcondes de Matos – Costão do Santinho Resort; PORTOBELLO – Marina Porto da Barra, ainda não implantada, entre outros), se concretiza a partir de íntima relação cultivada entre setores locais, garantida por ações políticas em várias instâncias.

Os vários empreendimentos vêm servindo de carro-chefe nos inumeráveis procedimentos de *marketing*, tanto na iniciativa privada como nos expedientes oficiais, divulgados em favor dos setores turísticos e imobiliários, apregoadas como os responsáveis pela necessária modernização de Florianópolis. Portanto, mentores de vários encaminhamentos técnicos e de decisões políticas (como em casos de planos diretores) alguns empreendimentos passaram a induzir e até nortear o planejamento de usos do território em locais estratégicos, como em certos balneários elitizados da Ilha de Santa Catarina.

Para viabilizar essas práticas, o conjunto de condicionantes ecológicos, adicionados ao despertar dos traços culturais desde povos primitivos às raízes açorianas, assume o papel de fio condutor de um exótico imaginário¹⁶. E, a partir

¹⁶ Em Florianópolis há vários exemplos, sendo um dos mais expressivos, o que consta das intenções empreendidas pelo Costão do Santinho Resort Internacional, integrado a rede Steigenberg Reservation Service. Com etapas implantadas e outras projetadas tecnicamente, a partir de idéias de profissionais cujas vinculações acadêmicas e/ou à órgãos públicos municipais têm influenciado no “resgate” de traços culturais locais e até na implementação de

dessas condicionantes, atribui-se à Florianópolis uma identificação (fabricação ideológica) de “paraíso”, que se tornou uma das sínteses presentes em diversos tipos de discursos publicitários, associados as vantagens ambientais e explorados nos diversos tipos de empreendimentos.

Assim é, pois, como foi traçada parte da via articuladora para o rápido crescimento e modernização de Florianópolis, tendo no turismo o despertar de interesses pelas perspectivas de retorno, ensejando a fluidez para alguns segmentos e setores da sociedade, como em tipos de atividades da indústria de construção civil, conforme se abordou em passagens anteriores.

Diante dessas características, a Ilha de Santa Catarina (e Florianópolis como todo) candidata-se a ocupar posição de destaque a partir de trajetórias desencadeadas com base predominante nas suas peculiaridades ecológicas, rica em detalhes geo-estruturais e nas perspectivas de “vitalização” da memória cultural. Surge assim, mais como um “novo” Caribe ou Hawái brasileiro, simulacro e marca da sua identidade com a produção e consumo de convenções de lazer e turismo forçosamente universalizados.

A sua localização na costa próxima ao continente tem facilitado a gradual integração do município/região nos diversos circuitos de relações sócio-espaciais. É também, sob uma dimensão particular do lugar, de “insularidade” diferente de outros lugares análogos do planeta¹⁷, que se assentam as bases derivadoras de produção do espaço.

um projeto de Reserva Privada de Patrimônio Natural (RPPN), sua localização suscita acordos firmados com órgãos de meio ambiente, procurando difundir uma imagem de área ecológica com desenvolvimento sustentável, usada para fins educacionais, turísticos e de lazer. Ver Diário Catarinense, 20/01/98, p. 23. Em Jurerê Internacional, o projeto GAIA, apoiado pela ONG IWC/Brasil, realiza atividades relacionadas com a fauna e a flora locais, integrados a outras de cunho antropológico.

¹⁷ O conceito de “insularidade” é geralmente aplicado por estudiosos desse tipo de ambiente, assumindo dimensão e identificação a lugares onde as características ecológicas e sociais são dificultadas por sua localização, como é o caso de muitas ilhas da Polinésia.

Com os processos de mudanças advindos da implementação de atividades ligadas ao turismo, desenvolvem-se novos padrões de “produtos limpos”¹⁸ e de consumos, em vários pontos da área central e, principalmente, nos balneários da Ilha, como no setor habitacional, onde surgem, com mais evidência, espaços diferenciados pelas tipologias segregativas nas formas de usos do solo, decorrentes de uma valorização fundiária que passou a servir de referência e identidade com “grifes” para um mercado internacional ora em curso.

Este fato começa a se expressar como uma característica de tendências já nas décadas 60/70, com os primeiros indícios de ascensão da Ilha aos tentáculos do lazer e turismo, a partir das tradicionais segundas residências, fato que ainda persiste e que serve como motivo de “*status*” na moda da (re)descoberta da natureza em áreas próximas ao mar.

Aos poucos, acrescentou-se a esse movimento em direção à orla, uma indireta contribuição sob a forma de *marketing*, amplamente utilizada na difusão de peculiaridades culturais herdadas dos descendentes açorianos. Essa redescoberta do valor da açorianidade está alicerçada nas investigações antropológicas do Prof. Franklin Cascaes¹⁹ que, em seus estudos folclóricos privilegiou o papel da “bruxologia” no imaginário do cotidiano ilhéu. E foi a partir dessa condição que se produziu a elevação de Florianópolis à categoria de “*Ilha da Magia*”, conforme propagandeou o IPUF em alguns de seus documentos técnicos elaborados (como no Plano de Desenvolvimento Turístico – PDT) no início dos anos oitenta, ou como empreendeu a SETUR – Secretaria Municipal de Turismo, usando a mesma idéia em campanha publicitária difundida nacionalmente em

¹⁸ Essa conotação foi atribuída por Tereza FRANZONI (1993) ao direcionamento que a administração municipal quis conferir, na gestão do período 1989/93, como um caráter higienista de erradicar processos de favelização na cidade.

¹⁹ O Prof. Cascaes foi um especialista em estudos antropológicos das tradições açorianas em Florianópolis. Suas contribuições estão sob diversas formas (livros / folhetos / desenhos / acervo artesanal, etc.) relacionadas ao tratamento daquelas questões, que facilmente podem ser localizadas no Museu de Antropologia da UFSC e/ou sistematizadas em estudos organizados por Raimundo CARUSO como, Franklin Cascaes: vida e arte e a Colonização Açoriana. Florianópolis: EDUSFC, 1988.

evento da ABAV – Associação Brasileira de Agências de Viagens, realizado em 1988, na cidade de São Paulo (MARTINS, 1995: 98).

Nessas tentativas de veicular a produção da mercadoria turismo e de outras possibilidades que viessem a integrar caminhos (pela privatização) do viver e do lazer, a imagem de Florianópolis vem sendo mostrada através de frases sugestivas e de qualificativos positivos associados às potencialidades do lugar. Não são apenas em logomarcas do *marketing* oficial que aparecem essas vinculações (de “Florianópolis Vale a Pena”, de Ilha Açoriana”, “Ilha dos Sonhos”, “Capital do Tênis”, “Capital Turística do MERCOSUL”, “Floripa, Wimbledon brasileira”, “Ilha sem fronteiras”, etc.) mas, também, através de iniciativas comercialmente independentes (geralmente enaltecendo uma visão paradisíaca) e até, às vezes, de cunho religioso (“Florianópolis: Ilha de Jesus”), como fez uma Igreja Carismática, contrapondo-se notadamente (via adesivos e *outdoors*) aos conteúdos do ícone “Ilha da Magia”²⁰ e suas derivações.

É assim, portanto, através de mecanismos de “fabricação do lugar” conforme também discute G. BENKO (1994: 247), que o espaço assume, intencionalmente, perspectivas de “vocaçãõ”²¹. A ele são estabelecidas

²⁰ Nesse vácuo, aparece também, como busca de um ícone para externalizar potencialidades de origem local às identidades globais, duas personagens florianopolitanas que têm sido utilizadas, nos últimos tempos como referências. O tenista Gustavo (GUGA) Kuerten, revelação brasileira, internacionalmente reconhecida após 1997 quando foi campeão, pela primeira vez, do torneio de Roland Garos, e fez desabrochar a “Gugamania” pelo país; ou através da Ponte Hercílio Luz promovida à condição de símbolo que melhor lembra o estado catarinense, através de concurso induzido por uma cadeia de lojas comerciais e com o apoio de uma grande rede de TV. Aliás, a ponte, com 74 anos e “desgastada” pelo tempo, encontra-se, desde 1982, interdita para obras, que segundo o DER-SC deverão consumir algo em torno de US\$ 20 milhões, provavelmente financiados pelo BID, que sinalizou favoravelmente acerca desse projeto de restauração. Ambos os casos são exemplos de vinculações que se credenciam a legitimar qualidades possíveis de serem associadas ao lugar e, portanto, à sua “fabricação”.

²¹ A idéia de “fabricação dos lugares” tem a ver com tendências e comportamentos presentes na contemporaneidade, associada, às vezes, com pós-modernidades. Ver considerações desta conceituação em George BENKO. In: Milton SANTOS et al. (orgs.), 1994, pp. 247-250. Quanto ao discurso da “vocaçãõ”, consensualmente em uso por segmentos influentes da população florianopolitana, este alcança, às vezes, entre políticos de qualquer tendência, conotações positivas para suas “previsões de desenvolvimento” e ainda, como “salvaçãõ” local/regional no contexto das atuais transformações sócio-econômicas e espaciais. Julgando-o apenas como “pura falácia” para Florianópolis, “a idéia de que o turismo é uma vocaçãõ local”

estratégias que engendram consumos, através de ações muitas vezes promovidas em conjunto com outros setores locais, a partir do turismo, onde se buscam efetivas formas de especulação, principalmente imobiliárias e/ou outros tipos de acumulação a ela associadas.

Esse contexto ganha redimensionamentos na Ilha de Santa Catarina em locais da região setentrional, não somente porque as condições de amenidades ambientais atraem as maiores parcelas de fluxos turísticos mas, sobretudo, pelos interesses em investimentos realizados, até então, por grupos econômicos que se tornaram influentes no cotidiano da vida local. Em áreas da região meridional, onde o ritmo das transformações espaciais e aparentemente menos acelerado, ainda é possível verificar com mais frequência, traços expressivos de resistência da cultura rural açoriana²², num desafio aos negócios agressivos decorrentes do mercado turístico.

Nessas circunstâncias, verifica-se que as atuações estatais, mesmo com limitações de recursos financeiros, realizam aplicações de investimentos predominantemente mais densos (infra-estruturas, prestação de serviços, financiamentos, etc.) nos lugares em que a sua função pode gerar estratégias de barganhas, notadamente em favor dos emergentes segmentos de classes sociais que despontam como “novos” ocupantes dos tradicionais territórios açorianos.

Assim, as áreas de “usos comunais” até recentemente predominantes (CAMPOS, 1991) em quase toda ilha, e que refletiam relações sócio-culturais

parece-nos ingênua e parcial, como aparece em análises que pretendem fazer críticas desse contexto, às vezes identificado também como pós-moderno. Ao nosso ver, a idéia de “vocalização” é uma das mais panfletárias metáforas da contemporaneidade florianopolitana e merece interpretações mais consistentes, para além da mera aplicação do termo, que em si revela simulacros de intenções.

²² Na localidade Sertão do Peri, por exemplo, existem ainda hoje, algumas pequenas propriedades rurais cujas características do modo de vida guardam remanescentes desse passado colonial. A propriedade da família do “Sr. Chico” - assassinado em 1996 e que até hoje as autoridades não deram esclarecimentos - é um desses locais que resiste às inovações e modernidades atuais, notadamente nas formas de parcelamento do solo pela especulação imobiliária.

identificadas com condições ecológicas do lugar, são aquelas que, primeiramente, dão sinais da trajetória e da força de um capitalismo modernizante, elo condutor para almejado futuro que já não está distante. Através da seletiva substituição de atividades tradicionais ou convivendo até quando for possível, o turismo e a especulação imobiliária, por exemplo, vão ocupando e produzindo espaços, definindo suas facetas de atuação.

Se até recentemente ainda predominavam formas de relações diretamente influenciadas pela natureza, em atividades agrícolas ou através do mar com a pesca artesanal, a “modernização” desses setores (SILVA, 1990) e, conseqüentemente, os impactos originados desse processo, só têm contribuído para refuncionalizações abruptas direcionadas aos interesses urbanizantes. O turismo como fator influente nessas mudanças aparece como atividade de risco, causada muitas vezes por agentes inescrupulosos, que comprometem não apenas aquelas atividades tradicionais através das formas de convivência e sobrevivência relativamente equilibradas, mas também atuando indiscriminadamente sobre paisagens de praias, costões, restingas, mangues, etc., e/ou removendo lastros históricos da sociedade, sem qualquer respeito a natureza e memórias locais.

Essa tendência de uso do solo e suas relações com valores simbólicos do cotidiano de muitas localidades descendentes de açorianos permitiu, nos anos 80, mais uma vez, a emergência da polêmica sobre a “Farra do Boi”, conforme FLORES (1997) procurou discutir ao elucidar características dessa manifestação popular e as controversas interpretações por segmentos dos aparelhos sociais como a atuação da mídia.

A “brincadeira” da farra, que envolve pessoas de várias idades, é praticada geralmente em períodos da quaresma e semana santa e passou a ser perseguida e reprimida pela polícia com anuência do governo estadual. A “Farra do Boi” é considerada por muitos como uma manifestação pagã, que fere dispositivos da “Declaração Universal dos Direitos dos Animais” e que, portanto, deveria ser

inaceitável, intolerável e incompatível com a vida civilizada moderna, como assim se referiu muitas vezes a imprensa local e nacional e até agentes de ONG's ecológicas. O Brasil e o mundo voltaram atenções nas últimas décadas para essa questão catarinense, nas mais variadas demonstrações de “indignação” e contra a prática da farra, que passou a se constituir, entre outros campos simbólicos locais, mais uma ameaça a “cidade dividida” (FANTIN, 2000).

Na verdade, o caso da “Farra do Boi”, em vários momentos, mexe com atitudes culturais e interesses na dinâmica da brincadeira, principalmente, com relação aos espaços onde se realiza esse ritual lúdico.

Os “espaços livres” onde farristas promoviam periodicamente suas manifestações, gradualmente vêm sendo “cercados” por empreendimentos privados. Quando realizada pelos nativos, ela passa a ser contestada, em princípio pelos “invasores” dos lugares da brincadeira, considerando essa prática lúdica como prejudicial ao processo de desenvolvimento, particularmente no que tange a vetores de interesses turísticos.

Para equacionar a relação entre envolvidos em confrontos desvelados a partir da farra, o governo do Estado partiu para tentativas de disciplinamento, normatizando a brincadeira e suas práticas e enquadrando essas manifestações (antes espontâneas e agora sobre pretextos discutíveis), em “espaços fechados” e controlados pelas autoridades. Ainda hoje, quando é tempo de farra, conflitos latentes afloram (relação “público” x “privado”, “nativos” x “de fora”, “arcaico” x “moderno”, etc.) e agentes da ordem pública partem para ação, por vezes amparados em atos que passaram a ser juridicamente legalizados e institucionalizados, inclusive, fomentados a partir das denúncias veiculadas no papel desempenhado pela imprensa.

Em situações como a da “farra”, acima mencionada, nota-se que há uma perspectiva engendrada a partir de negócios que se fazem em nome do turismo ou nas combinações que se estabelecem daquela atividade, submetendo-se às

regras de mercado amplo contingente demográfico e, sinalizando para as tendências de mutação de valores do cotidiano social e da cultura local, em função das hegemonias externas, levadas em conta cada vez mais como irreversíveis.

Ao Estado cabe atuar nas suas instâncias, no direcionamento de condições que permitam a fluidez necessária ao desenvolvimento das atividades mercantis, assumindo funções cada vez mais de “mediadores de interesses”, em geral a favor de segmentos sociais que lhe dão sustentação.

Com efeito, Florianópolis e a sua região como se trata de um espaço com variadas potencialidades para o mercado do turismo e/ou decorrente deste para o mercado de empreendimentos urbanizantes tem, na atualidade, impulsos de várias origens que vêm se caracterizando pela atuação articuladora de vários segmentos locais, como através do “Fórum Permanente de Planejamento Turístico”.

A este Fórum integram agentes de várias representações (políticas, empresariais, instituições públicas e privadas, universidades, associações de classe e comunitárias, etc.) que a partir de meados da década de noventa vêm discutindo temas identificados como relevantes para a atividade, e considerados imprescindíveis para concretização dos objetivos almejados.

Através do Fórum são discutidas e analisadas questões que, de certo modo, vêm influenciando muitas ações desencadeadas pelas iniciativas privada e/ou pública, relacionadas, por exemplo, com a implementação e melhorias de infra-estruturas e equipamentos urbanos turísticos, como a construção do Centro de Convenções Centro Sul, novos meios de hospedagem e gastronomia, treinamentos de recursos humanos, e até a apregoada formalização da internacionalização do Aeroporto Hercílio Luz. Aparecem também, entre outras medidas, aquelas relacionadas às atividades de serviços de cultura e eventos, ou iniciativas relacionadas a preservação do meio ambiente.

Vale destacar ainda que, através dos governos estadual e municipal, nas atuais gestões, estão sendo operacionalizados programas de Segurança Pública como os definidos por “Rotas Seguras” para os turistas e “Tolerância Zero” no policiamento da capital, reforçando, em parte, reivindicações de turistas e empresários. Estabelece-se assim uma aparência ordeira, tutelada, que pode garantir aos visitantes uma imagem de tranquilidade, algo que já não é comum em grandes centros urbanos do país.

Todas essas iniciativas aqui arroladas fazem parte de um leque variado de ações que visam não apenas reorientar o papel do turismo florianopolitano, notadamente no seu caráter sazonal de veraneio, mas conduzi-lo na consolidação de estratégias permanentes, dentro de trajetórias cada vez mais internacionalizantes.

Ao que até então a experiência do Fórum de Turismo tem servido, depreende-se que sua atuação está embasada na definição das recomendações tiradas e compromissadas em seminários públicos e reuniões de seu colegiado e que fazem parte do “Plano Estratégico de Planejamento Turístico para Florianópolis”- PLANET 2000.

Na realidade, a atuação desse Fórum como “Terceiro Setor” de articulação da sociedade reflete, em nível local, o que se tem apregoadado em outras realidades do mundo como estratégias viabilizadoras da nova ordem econômica, de caráter neoliberal, emergente de contextos e tentáculos da “globalização”. Todo discurso e as suas diversas manifestações práticas encaminham-se para que os fins da natureza econômica conjuntural efetive-se e promova a sobrevivência de modelos de desenvolvimento que só privilegiam acumulações e interesses de classes.

Muitas das recomendações que se originam na esteira de tentativas de viabilização do turismo em Florianópolis e região, poderão ter possibilidades de conhecer implementações, através do Programa de Desenvolvimento do Turismo

do Sul (PRODETUR-SUL), em moldes similares ao que já vem sendo realizado nas regiões Norte-Nordeste do país.

Através deste programa que o Ministério do Esporte e Turismo organiza, pretende-se investir recursos financeiros na ordem de US\$ 465 milhões nos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul na região Sul, e Mato Grosso do Sul no Centro-Oeste.

No documento básico elaborado em 1994 pelo CODESUL/BRDE, previa-se que o programa seria destinado ao *“setor público para construção de infraestrutura necessária à instalação de empreendimentos turísticos naqueles pontos que oferecem atrativos para isso”*.

A implementação do programa PRODETUR-SUL sofreu atrasos e somente agora vem sendo reorientado através da definição de atividades e alocação dos recursos que serão rateados entre os financiamentos do BID e contra-partidas dos governos federal e estadual. O Estado de Santa Catarina deverá ser beneficiado pelo BID, com investimentos na ordem de US\$ 140 milhões, que deverão contemplar projetos para várias regiões turísticas.

Em Florianópolis, os recursos a serem destinados pelo PRODETUR deverão ser alocados em atividades como a “recuperação da Ponte Hercílio Luz; construção de trapiches em Ribeirão da Ilha e Santo Antônio de Lisboa; alargamento de faixa de areia na Baía Norte, Ponta das Canas, Canasvieiras e Cachoeira; Parque Ecológico dos Ingleses; Marina Central e Ciclovía da Lagoa da Conceição” (O Estado, 13-09-1999, p. 08). Outros municípios da região da Grande Florianópolis, como Palhoça (valorização paisagística da Enseada de Brito e sinalização turística) e São Pedro de Alcântara (restauração do Patrimônio Histórico) também integram essa primeira etapa do PRODETUR para Santa Catarina, juntamente com mais doze municípios do litoral, vale do Itajaí e região serrana.

Tudo que até aqui se disse, ainda é pouco ante possíveis desdobramentos ora em curso pelas atividades turísticas e/ou ao que elas poderão empreender e se redimensionar nos diversos contextos brasileiros e catarinenses em particular.

Hoje, em Florianópolis, é possível observar em algumas proporções, o que em vários locais da Europa se direcionou em termos de políticas turísticas (anos 60/70), calcadas no desenvolvimento do fenômeno da “balearização”, conforme salienta PICORNELL (1983), fenômeno este que, analogamente, aqui também tem sido reconhecido por estudiosos brasileiros²³.

Observando este processo, em que há uma “integração” gradual se dimensionando e caracterizando territórios, conclui-se que a Ilha de Santa Catarina ou até mesmo a parte continental do município de Florianópolis, não vive ainda uma “complexidade do caos” urbano/turístico, como o cotidiano de grandes cidades-metrópoles turísticas deste fim de século.

O próprio caráter insular, a crescente valorização do preço da terra e a falta de empregos são alguns dados da “filtração” de problemas locais, que se transferem e/ou ampliam suas concentrações para outros municípios da região, notadamente entorno à capital. Porém, a base genética deste caos já está delineada proporcionalmente, em seus tentáculos, nas muitas práticas atuais das interações sociedade-natureza, mesmo que, às vezes, apareçam fetichizadas em nome de um progresso. Isso equivale a dizer que, nas condições atuais do crescimento urbano, corroborado por influências do meio técnico, a utopia de um

²³ A idéia de “balearização” tem sido comumente identificada pelo geógrafo Carlos Augusto de Figueiredo MONTEIRO, a partir das idéias de Climent PICORNELL (1983), em muitas de suas alusões às questões de impactos ambientais na Ilha de Santa Catarina, como uma decorrência do modelo de desenvolvimento turístico local e sua correlação com o que aconteceu nas “Islas Baleares”, Espanha. Alguns geógrafos espanhóis, em recente participação num Congresso Internacional, na USP, em 1995, admitem que este fenômeno é “coisa do passado” e que os “erros” cometidos estão sendo corrigidos. Segundo eles, a realidade lá, hoje, é outra. No entanto, matéria publicada na Gazeta Mercantil, edição de 09/01/92, p. 15, “Turismo, óleo e esgotos avançam o Mediterrâneo”, deixa indicações de que ainda persistem vestígios vivos da política turística dos anos 60/70, naquela região, ou ainda como assinala Pedro MORATA (1999: 64-70), referindo-se aos limites insuportáveis que vem apresentando a Isla de Mallorca, decorrentes do crescimento massificante do turismo.

desenvolvimento social de qualidade poderá ficar comprometida se atividades como as turísticas não forem adequadamente planejadas e executadas, conforme as capacidades de sustentação do ambiente local/regional e de seus usuários em potencial: moradores e visitantes (turistas).

Capítulo 9

“Odisséia” industrial e as novas manifestações de densidades técnicas no espaço urbano-metropolitano

- **Base genética de transformação urbano-industrial**

É inegável que o dinamismo urbano da cidade de Florianópolis na ilha e suas influências sobre áreas continentais tem exigido a atenção, principalmente do poder público, para encaminhar medidas, muitas das quais têm servido, estrategicamente, como ação mitigadora de problemas, relacionados, inclusive, ao crescimento de atividades turísticas.

A onda modernizante (como incorporação de dados que importam em transformação) que se propaga a partir da capital catarinense tem, nas últimas décadas, influências sobre o crescimento urbano-regional e particularmente reflete sintomas do próprio crescimento turístico.

Guardadas às devidas proporções, nos diversos tipos de empreendimentos “geograficamente” alocados por toda Ilha de Santa Catarina e seu rebate sobre áreas continentais, há significativos avanços quanto a introdução e a presença de novos estilos de vida e usos de padrões tecnológicos. Esses aspectos podem ser identificados, sobretudo, em marcas traçadas por obras de construção civil, em condomínios residenciais, estabelecimentos comerciais e de serviços (*shoppings*, marinas, clubes, hotéis, etc.) e por meios de comunicação. Estas condições não geram apenas densidades espaciais, mas fazem com que o potencial turístico local, por exemplo, assumam certas identidades com características de grandes pólos receptores e até de nível internacional.

Dependendo das circunstâncias, o sistema de comunicação veiculador de modernidades (vetores do mundo), por exemplo, torna-se cada vez mais presente e co-responsável na produção das densidades desigualitária/urbanizante.

Em Florianópolis, essas densidades cada vez mais chegam ao encontro de potenciais consumidores, através de concessionárias (telefônica, televisiva, imprensa, etc.) produzindo imagens e sons tecnicamente avançados (por geradoras, repetidoras, TVs a cabo ou parabólicas, linhas telefônicas, telégrafos, satélites, Internet, etc.) que distribuem mensagens e conteúdos público, cada vez maior como, por exemplo, através de grandes redes de televisão, com abrangência em vastas dimensões territoriais (vide fig. 8).

Com isso, diversos locais como aqueles do interior da ilha/município e da sua região não se “isolam”, pelo contrário, se “integram”, e como diz MONTEIRO (1992: 12) “... a medida que se desenvolvem as tecnologias e sobretudo aquelas de comunicações, as diferenças vão diminuindo. E a televisão se encarrega de homogeneizar os falares, vestimentas e os costumes”, em níveis da cultura. No plano das paisagens e do mundo do trabalho ampliam-se contradições intra e inter-espacos, denunciando um estágio atualizado do desenvolvimento desigual, porém sempre combinado, resultante de processos cada vez mais industrializantes, notadamente por atividades de base tecnológica.

Nas intenções deste estudo não há propósitos específicos de aprofundarmos análises acerca da gênese e desdobramentos do desenvolvimento industrial de Florianópolis.

No entanto, nesta segunda metade do século XX fica difícil não se mencionar, no processo de crescimento urbano da capital catarinense, características ou estágios de industrialização, os quais têm revelado tendências na cidade e na região de propósitos que, de certo modo, assumem identidades com os tentáculos da modernização contemporânea, orientadas a partir de processos da “globalização” vigente.

COMO PEGAR BEM AS ONDAS DA RBS TV NESTE VERÃO

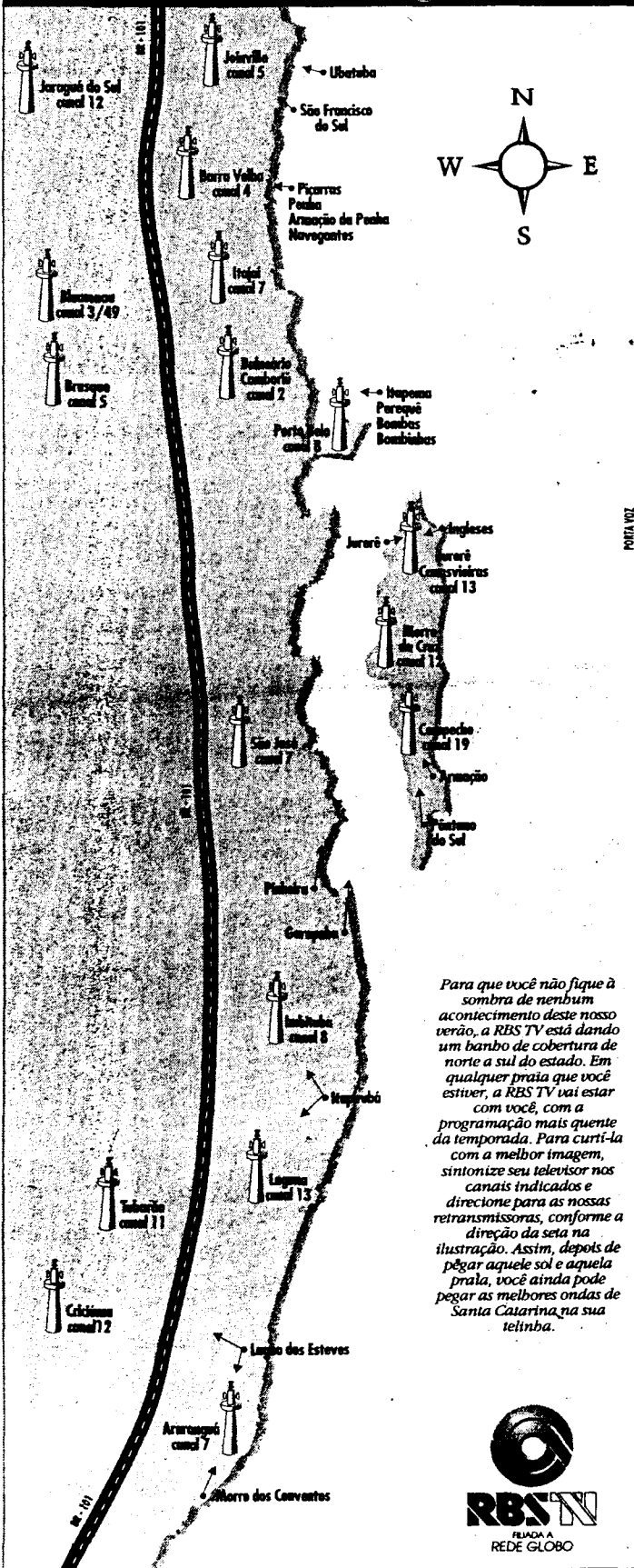


FIGURA 8 Aspecto Ilustrativo de Atuação da Rede Brasil Sul - RBS (Rede Globo) no Território Catarinense

Diferentemente de outras cidades catarinenses cujas trajetórias estão vinculadas diretamente aos tipos de desenvolvimento industrial (Joinville, Blumenau, Brusque, Criciúma, etc.), ensejado a partir de vinculações com a pequena produção agrícola mercantil, Florianópolis tem na sua urbanização – notadamente neste século – traços guardados do papel de ser sempre identificada como local de administração pública e centro de negócios (comércio e serviços) do chamado terciário superior.

O desbravar industrializante de Florianópolis até meados deste século ficou por conta de pequenos empreendimentos individuais artesanais (farinha, aguardente, olarias, etc.) ou na aventura pioneira de Karl Hoepcke, empresário que nos fins do século XIX foi responsável por algumas iniciativas, destacando-se, entre outras, a instalação do estaleiro Arataca (1885), fábrica de pregos (1896), fábrica de gelo, rendas e bordados (1917)¹.

Na ilha e seu entorno durante as primeiras décadas deste século não houve surto de industrialização que promovesse e/ou contribuísse com amplo processo de crescimento urbano e regional.

No entanto, a partir dos anos 50/60, com o surto da industrialização nacional (deslançado nos anos 30), há um despertar em Florianópolis para tirar a cidade dos atrasos em que estava mergulhada.

Segundo RIZZO (1993: 22), referindo-se ao Plano Diretor de Florianópolis de 1955, as suas justificativas estavam pautadas com vista a “traçar soluções urbanísticas” as quais deveriam estar em sintonia com propósitos da modernidade apregoada, via industrialização. Portanto, as infra-estruturas urbanas a partir desse “novo tempo” carregavam afinidades, “entre o discurso do urbanismo e a ideologia desenvolvimentista dos anos 50”, tempos de JK.

¹ Ver Armen MAMIGONIAN. “A vida regional em Santa Catarina”. In: *Revista Orientação*, nº 2, São Paulo: IG/USP, 1966. Ver ainda materiais publicados em *Jornal A Notícia/Capital*, “Especial” de 23/03/96, caderno D, p. 7.

Para o país, a década de cinquenta marca transformações não somente através das relações internacionais impostas no pós-guerra mas, principalmente, pela redefinição das estruturas internas do território. O Estado traçou os rumos da remodelagem em rápidas e bruscas ações, que condicionaram o encadeamento de processos de concentração urbano-industrial. Conforme E. MACHADO (1989: 14), os “modelos” assimilados tinham identidades com as concepções de “pólo” (de desenvolvimento ou crescimento), que “... *passaram cada vez mais a orientar os movimentos migratórios rurais às cidades e favorecer a concentração de riquezas*”.

Desta forma, o audacioso modelo de transformação modernizante do país, só convergiu, mais uma vez, ao favorecimento da acumulação para determinados segmentos sociais urbanos, em diversos lugares, encontrando em Santa Catarina e em Florianópolis principalmente, eixos de expansão para a sua reprodução no sistema capitalista.

Assim, aquele primeiro plano diretor proposto, continha em sua essência, características de urbanização para a cidade, a todo custo, definindo a criação de “zona industrial” na parte continental e nas vilas operárias do continente (bairro do Estreito) e na própria ilha (bairro Saco dos Limões), algo que concretamente nunca se efetivou.

Resulta disso tudo um acentuado volume de expectativa que, na verdade, em quase nada trouxe benefícios para o município. O que se viu foi que a cidade cresceu e expandiu-se por outros caminhos e a industrialização almejada (para alguns), juntamente com a implantação de um grande porto, apenas representavam intenções de uma mentalidade da época, como na forçosa ideologia de “modernização social” apregoada.

Somente a partir dos anos setenta, com a instalação e a consolidação da presença de grandes empresas estatais (ELETROSUL, PRODASC, CELESC, TELESC, ACARESC, etc.) na capital, há expansão, por exemplo, da indústria de

Construção Civil e grandes empresas de materiais para aquele setor (como as Casas da Água) como também grandes construtoras aparecem no mercado local (CASSOL). Nota-se que um número significativo de pequenos estabelecimentos industriais de gênero alimentício e de confecções também passam a se expandir e a abastecer o comércio regional, que por muito tempo apresentou um desempenho muito direcionado pelos padrões de consumo delineado pela clientela local/regional, predominantemente de baixa e média renda. A população de alto poder aquisitivo buscava quase sempre outras praças como Curitiba, Porto Alegre e até São Paulo, continuou a suprir suas necessidades naqueles lugares, reduzindo gradativamente as demandas com a chegada de lojas e produtos de “grife nacional”.

Com a presença de grandes empresas estatais, amplia-se o contexto da força de trabalho dependente dos serviços públicos e, por conta das novas clientelas, demandam novos padrões de consumo, que gradativamente produzem entrada de inovações. Dentre essas inovações começam a aparecer tanto na forma quanto no conteúdo, a dinamização dos estabelecimentos comerciais, conforme demonstra J.M. BASTOS (1992) em análises realizadas sobre este setor.

No que diz respeito à indústria de confecções, que surge como um vetor novo para impulsionar a economia regional, vale salientar o crescente número das micro e pequenas empresas, não somente em Florianópolis mas também nos municípios vizinhos, as quais permitiram que nos anos oitenta o “pólo do vestuário” se viabilizasse. Pipocam as “feiras de confecções” (notadamente em temporadas) e os “shoppings de fábricas”. A ASSINVESTE – Associação da Indústria do Vestuário do Aglomerado Urbano de Florianópolis, criada em 1986, é um conglomerado de pequenos empreendedores (aproximadamente 450 sócios), que criaram possibilidades de emprego em torno de 18 mil vagas², e que

² Dados da ASSINVESTE, para toda região metropolitana, em 1995. Ver Jornal “A NOTÍCIA/Capital”, edição 23/03/96, Caderno D, p.7.

tentam resistir, apesar da crise brasileira e da entrada em massa de mercadorias orientais via Paraguai.

- **Tecnopolização: novos caminhos da modernização industrial regional**

O salto mais qualitativo da “indústria florianopolitana moderna” só começa, de fato, a partir dos anos oitenta, com o papel desencadeado principalmente pela UFSC e pelos setores de informática de empresas estatais (como ELETROSUL e TELESC) e privadas. Há, portanto, um novo aumento de expectativas voltado para um crescimento urbano-industrial, que passou a ser decisivamente impulsionado a partir de diretrizes da política nacional (via SEI – Secretaria Especial de Informática, implantada nos anos 70) voltadas para o setor de informática e de telecomunicações. Assim, projetos universitários (pesquisa e extensão) vinculados aos cursos da área tecnológica, vão impulsionar o setor no âmbito regional, a partir da capital catarinense.

No processo de urbanização recente de Florianópolis, em que estão presentes indícios da “tecnopolização”, como uma das manifestações que se inscrevem na “contemporaneidade” (potencial universitário com pesquisas associadas às iniciativas empresariais de alta tecnologia), está a possibilidade de demonstrar o tom que foi dado pelos planejadores de um “modelo de desenvolvimento regional”, centrado em mais um ícone da tentativa de produção de “vocação” local.

Através de convênios entre empresas catarinenses e/ou de outros estados, a UFSC, por intermédio de cursos da área de engenharias, mais especificamente Mecânica, Elétrica e recentemente Civil e Química, passou a empreender cada

vez mais gestões voltadas para atividades de alta tecnologia, em especial nos ramos da automação e telecomunicações.

Esta vertente de industrialização é deflagrada concomitantemente a outras em andamento e com certas características específicas (por exemplo, a “indústria do turismo” e seus desdobramentos através da “indústria da construção civil”). Suas estratégias de atuação têm tudo a ver, igualmente, à *“reestruturação do sistema capitalista que está em estreita ligação com a revolução tecnológica”*, conforme assim atribui G. BENKO (1996).

Para aquele autor, o futuro da região onde se instala um tecnopólo depende do modelo de desenvolvimento a que está relacionado, compatível com a conjugação dos seguintes aspectos: *“... uma forma de organização do trabalho (um paradigma industrial), uma estrutura macroeconômica (um regime de acumulação) e um conjunto de normas implícitas e de regras institucionais (um modelo regulador)”*, que define assim o “grau de tecnopolização”, indicador de estruturação territorial e da sua integração por fluxo (redes, por exemplo), dentro do papel que está reservado na divisão espacial do trabalho (BENKO, 1996: 158).

Essas características G. BENKO identifica a partir de outras relacionadas especificamente com a organicidade operacional do espaço onde se localiza o tecnopólo, com seus reflexos, principalmente de manejo urbano, combinando informações e dados a fim de avaliar os conteúdos que possam induzir estratégias de promoção (econômica, imobiliária, industrial, etc.) orientadas pela política de desenvolvimento desencadeada.

Com efeito, o projeto Fundação CERTI (Centro Regional de Tecnologia e Informática de Santa Catarina), criado dentro da UFSC em 1982 e implantado em 1984, passa a ser para Florianópolis o berço de atividades que deram origem a vários micro e pequenos negócios especializados em informática. Prova disso é que empresas renomadas, ligadas ao setor metal-mecânico e auto-peças (WEG,

VOLKSWAGEN, VOLVO, METAL LEVE, EMBRACO, BOSCH, EMBRAER, EMBRATEL, PETROBRÁS, etc.) descobriram o potencial existente na UFSC e passaram a investir e/ou a se utilizar da capacidade universitária e a contribuir na afirmação local como “pólo universitário e/ou tecnológico”, conforme discutem aprofundadamente VIEIRA (1996) e HAMMS SELL (1995) em suas pesquisas acadêmicas.

A esse modelo que cada vez mais se consolida, a partir da presença universitária, com incentivos fiscais e financeiros de órgãos federais (CAPES, CNPq, FINEP, etc.), estadual (FUNCITEC) e municipal (PMF), pode-se notar uma crescente densidade que o setor tecnológico gradativamente passou a representar em termos de influências em certos padrões de desenvolvimento (bens de capital e financeiro), muito mais do que uma concentração industrial e sua influência direta no crescimento urbano.

De fato, o setor tem atraído para Florianópolis as atenções daqueles que estão engajados em processos de modernidades tecnológicas e, conseqüentemente, em caminhos de difusão e de absorção das mercadorias (como na forma de software) ou de profissionais de serviços qualificados. Exemplo dessa potencialidade foi a instalação na capital catarinense da sede nacional da FENASOFT - FEIRAS COMERCIAIS LTDA., empresa que promove e organiza eventos de repercussão internacional, como a própria FENASOFT-Telemática, que acontece anualmente em São Paulo; a CONINFO – Feira e Congresso de Informática e Telecomunicações do Cone Sul, que acontece na cidade de Blumenau-SC); a BICSI – Netshow South América, também na cidade de São Paulo; a INFOWEEK – Fórum e Exposição de Negócios e Soluções de Informática e Telecomunicações, realizada na cidade de Curitiba-PR e finalmente, a INFOBUSINESS – Feira e Congresso Internacionais de Informática e Telecomunicações, na cidade de Novo Hamburgo-RS.

Esses são exemplos de empreendimentos qualificados entre os principais acontecimentos do setor e reconhecidos internacionalmente, organizados a partir de “empresa catarinense” o que permite a Florianópolis realizar amplas conexões com o resto do mundo. Ao que tudo indica, a tese de que há processos dinamizadores da reversão resultante da polarização de grandes metrópoles nacionais, como assinalava Milton SANTOS (1988: A-3) ao final da década de oitenta, passa a conferir credibilidade no caso florianopolitano.

A reversão de que fala o eminente geógrafo tem a ver com *“alguns ramos mais do que em outros, para mais perto ou mais longe, a custos financeiros, sociais e políticos”* permitindo a emergência de pólos especializados pelo país afora, fazendo com que na *“dispersão industrial”* das grandes metrópoles, estas passem a adquirir *“... novas vocações e novas formas de atividades e lhes assegura novas modalidades de hegemonia e controle sobre o resto do país”*³.

Sob este contexto é que enxergamos parte do papel reservado para Florianópolis na rede de relações sócio-econômicas que qualificam a posição que este lugar representa hoje na hierarquia urbano-industrial brasileira. Assim, nas devidas proporções e características dos processos locais de base tecnológica, não se considera o desenvolvimento urbano-regional florianopolitano - e de Santa Catarina como um todo - como uma parte da estrutura periférica nacional, composta a partir do centro metropolitano que é São Paulo. As especificidades catarinenses parecem ser, conforme J.M. BASTOS (1997: 37), de uma *“formação social não complementar, não periférica e sim concorrencial”*, que está relacionada com a origem dos tipos de capitais que exercem, em cada atividade, o controle sob as possibilidades técnicas e humanas.

Nesse ponto de vista está a importância do “pólo universitário-tecnológico”, que se projeta não apenas em escalas regionais, conforme já

³ Ver Milton SANTOS. “Crescendo menos, Metrópoles ficam mais fortes”. In: Folha de São Paulo, edição de 28/04/1988, p. A-3.

citamos anteriormente mas, para muitas outras externalidades, quantitativa e qualitativamente expressivas, nos diversos tipos de produtos oferecidos, notadamente aqueles relacionados com o meio computacional/informacional ou através de assessorias que dependem desses meios e/ou a eles relacionados (automação de telecomunicações, processos industriais, equipamentos laboratoriais, automação do setor elétrico e de controle de processos, utilizados para infra-estruturas em sistema de tráfego e em sistema de saneamento básico, entre outros).

No processo de modernização sob a influência das novas potencialidades tecnológicas, Florianópolis ainda não conseguiu reverter situações que marcaram historicamente a vida das comunidades, principalmente no interior do espaço regional (em particular na Ilha de Santa Catarina), muito ao contrário do que, às vezes, se tem apregoado, em termos de ter produzido significativas alterações no padrão ampliado das configurações e tipologias do espaço urbano-conurbado. O que percebemos é que há uma (re)criação de “fronteiras territoriais”, em relação ao mundo do trabalho. Isto é percebido nas possibilidades que se apresentam em essência no contexto das aparências urbanas, conforme se discutiu em outras passagens.

O esforço universitário ainda não tem atingido plenamente às necessidades prementes de processos sociais que, descompensados nos tentáculos da globalização econômica, ficam à margem das modernidades cada vez mais presentes, e como já se disse, em ritmo desigual e combinado aos interesses do sistema.

O mesmo esforço acima aludido não deve ser minimizado, pois não deve ser atribuída à universidade a única responsabilidade pelas mudanças estruturais de padrão na qualidade de vida das populações. Cabe às instituições acadêmicas fomentar, em seu papel, a disseminação das possibilidades que a revolução tecnológica atual pode oferecer nos seus diversos segmentos. A outros setores do

poder público, cabem as decisões políticas, entre elas, ajustes no que tange a produção do espaço urbano e ao mundo do trabalho, frente às novas tecnologias e às ações empresariais.

Especificamente no que tange ao papel da UFSC, no seu caráter de instituição federal de ensino superior e nesses seus quarenta anos de existência, pode-se perceber o quanto tem procurado essa instituição viabilizar formas consideradas inovadoras para seus projetos acadêmicos, nas diversas áreas de atuação e com repercussão em vários segmentos da vida regional.

O projeto Fundação CERTI, já mencionado, atualmente redenominado por Centro de Referência em Tecnologias Inovadoras, é um dos exemplos de como a Universidade (nos seus vários laboratórios, como o LABMETRO), cada vez mais, procurou qualificar as atividades acadêmicas, para docentes e discentes, cuja atuação tem se direcionado na perspectiva de reverter situações ditas de atrasos e transformá-las, significativamente, em parcerias a fim de atingir um desenvolvimento local/regional com amplos reflexos nacionais.

Por esta via o projeto CERTI evoluiu e transformou-se a partir do âmbito acadêmico e, com status de fundação, adquiriu caráter organizacional “... *privada sem fins lucrativos e de utilidade pública que tem como meta o desenvolvimento científico e tecnológico*” (O Estado, 23 e 24/03/1996, p.12).

Na sua atual configuração institucional, a Fundação CERTI orienta suas atividades principais para o “... *desenvolvimento de sistemas de automação de testes, protótipos de produtos inovadores, prestações de serviços tecnológicos, suporte para projetos de transferência de tecnologia, consultoria e cursos de treinamento*” (Ibidem, p.12).

Assim, demonstrando capacitação técnica e gerencial para atender a mais de três centenas de clientes, em todo território brasileiro (vide tab. 20), o fomento à pesquisa e à extensão realizado pela Fundação CERTI concretiza-se através de

áreas específicas nos seguintes Centros: CMCQ - Centro de Metrologia e Controle de Qualidade; CMOE - Centro Mecaoptoeletrônica; CGE - Centro de Gestão Empresarial e o CELTA - Centro Empresarial para Laboração de Tecnologias Avançadas, que já em 1986, aparece como a primeira incubadora de alta tecnologia em Santa Catarina, logo após ter surgido a primeira incubadora da América Latina na cidade de São Carlos-SP. Em 1997, o CELTA foi agraciado com o 1º Prêmio ANPROTEC – Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas, reconhecido como a “Incubadora do Ano”.

A trajetória da Fundação CERTI tem sido marcada, durante esses 15 anos de existência, pelo apoio e respeito de entidades de Planejamento & Desenvolvimento, Universidades e Institutos de Pesquisas no Brasil e no exterior. O aporte de investimentos alocados em suas atividades provém de programas (PADCT e RHAE) e agências de fomento (MEC, MCT, FINEP, CNPq, FUNCITEC-SC, FBB e outros) bem como de entidades consideradas parceiras (SENAI, BMZ/PTB, ODA/UKAS e outras) e empresas membros (estatais e privadas, brasileiras e estrangeiras).

Desse modo, segue a Fundação CERTI tendências que aparecem em países desenvolvidos, na realização de parcerias tecnológicas e parcerias de negócios, com o propósito de oferecer soluções consideradas inovadoras e competitivas que se integram aos problemas amplos e complexos das empresas que emergem sob constante pressão no mercado globalizado.

Como exemplo, entre tantos outros, de produtos e serviços elaborados e desenvolvidos a partir da Fundação CERTI/CELTA está a criação da Urna Eletrônica, decorrente de parceria realizada com a PROCOMP (empresa de automação bancária e comercial), já utilizada em algumas eleições pelo Tribunal Superior Eleitoral e que no pleito previsto para 2000 deverá chegar as demais cidades brasileiras. Vale ressaltar que nesse produto, a parceria

CERTI/PROCOMP conseguiu vencer concorrência junto com multinacionais famosas como UNISYS e HP.

TABELA 20

Indicadores de capacidade técnica-gerencial de atendimentos a clientes da Fundação CERTI-UFSC – Ano-base 1997.

Origem do Cliente	Número de Clientes nos Centros de Referência					% do Total
	CMCQ	CMOE	CGE	CELTA	Total	
Estado /Região						
Santa Catarina	78	3	45	38	164	50
Paraná	27	1	6	-	34	10
Rio Grande do Sul	12	-	2	1	15	5
São Paulo	75	3	1	1	80	24
Minas Gerais	14	-	-	-	14	4
Rio de Janeiro	5	1	-	1	7	2
Outros	9	-	2	4	15	5
Sector Produtivo						
Metal Mecânico	57	2	1	3	63	19
Eleto-Eletrônico	28	-	2	5	35	11
Informática	-	1	-	24	25	8
Metalúrgica e Siderúrgica	25	-	-	-	25	8
Automobilística	16	1	-	-	17	5
Cerâmico	7	-	5	-	12	4
Telecomunicações	9	-	-	-	9	3
Alimentos – Química	7	-	6	2	15	5
Serviços	65	-	18	4	87	26
Outros	18	3	13	7	41	12
Porte da Empresa						
Micro-Empresa	37	-	5	36	78	24
Média	92	-	26	8	126	38
Grande	102	8	14	1	125	38
Total de Clientes	231	8	45	45	329	100

CMCQ – Centro de Metrologia e Controle de Qualidade

CMOE – Centro Mecaoptoeletrônica

CGE – Centro de Gestão Empresarial

CELTA – Centro Empresarial para Laboração de Tecnologias Avançadas

Fonte: Relatório de Atividades / Fundação CERTI, 1997, p.20.

O modelo de atuação da Fundação CERTI tem despertado as autoridades para a tomada de outras iniciativas, como a criação de infra-estruturas básicas e a implantação de parques tecnológicos – TECNOPÓLO – em lugares considerados

com potenciais, tornando possível a Santa Catarina, um subespaço nacional na periferia do sistema econômico, e assim inserir-se com “cidades high tech” em estágios mundiais a chamada 3ª revolução industrial⁴. Nesta “queima de etapas”, Florianópolis (CELTA), Blumenau (BLUESOFT) e Joinville (SOFTVILLE) são os primeiros lugares que já dispõem de deliberações para atuar no setor, contribuindo inclusive, decisivamente, para colocar Santa Catarina (Florianópolis em particular), entre os centros brasileiros mais importantes em desenvolvimento de Software e um dos destaques na utilização da rede mundial de comunicação, por computadores, a INTERNET. Estão programadas as implantações de outros futuros parques em Criciúma, Lages e Chapecó, de acordo com as especificidades do desenvolvimento daquelas regiões. Há também projetos do SEBRAE-SC na consolidação do Softpolis Upgrade, com a criação de Microdistrito Industrial de Base Tecnológica (MIDI), instalado no bairro da Trindade, no mesmo prédio onde funciona a ACATE/Condomínio Industrial de Informática, para servir de incubadora para micro e pequenas empresas.

Assim, no caso particular de Florianópolis e sua relação mais específica com o contexto desta pesquisa, percebe-se que o “projeto” de transformar a cidade-capital na “Ilha do Silício” (espelhando-se no modelo do Vale do Silício – Califórnia/EUA) tem “*know how*” para acontecer, apesar de “empecilhos” a serem vencidos, principalmente conjunturais e de ordem econômica.

Quando estiverem plenamente desenvolvidos os diversos empreendimentos desse tipo de atividade industrial da “TECNÓPOLIS”, poderá então ser observado alguma contribuição mais expressiva para o crescimento urbano-turístico, como divulgam seus idealizadores, ao dizerem que aquele setor se constituirá em um dos atrativos para os visitantes de todo mundo. Portanto,

⁴ No Brasil, entre as várias cidades que se tomaram bases desses pólos tecnológicos para atrair processos de desenvolvimento de empresas de ponta, destacam-se também, São Carlos-SP, Campinas-SP, Santa Rita do Sapucaí-MG, São José dos Campos-SP, Campina Grande-PB, Ilhéus-BA, além de cidades-capitais como Recife-PE, Porto Alegre-RS e Curitiba-PR, que são exemplo pelo tipo de desempenho que vêm alcançando, em suas especificidades de atuação.

atividades turísticas e atividades de alta tecnologia e automação industrial deverão “conviver em harmonia”.

Essa perspectiva ainda hoje se configura como uma intenção, haja vista as circunstâncias e entraves que setores do Tecnopólo vêm tentando superar (como exemplo, desde a definição de local para implantação das primeiras unidades do parque), notadamente nas unidades já instaladas na área do projeto pioneiro do bairro da Trindade (CII - Condomínio Industrial de Informática, atualmente sob controle da ACATE), no parque Alfa - Unidade I (bairro Saco Grande) e no parque Beta (BR-101 - São José/Grande Florianópolis). A Unidade II é projeção de futuras instalações a serem implantadas provavelmente em área ao sul da Ilha de Santa Catarina, como assim tem sido divulgado em documentos oficiais, para a região do Campeche.

Na realidade o que já se nota, de certo modo, como influência de atividades ligadas à base tecnológica por setores de informática, são as tentativas experimentadas com sucesso, de absorção, por segmentos empresariais urbanos, de itens inovadores em processos produtivos, especialmente relacionados a empreendimentos nas áreas de construção e equipamentos complementares a esse setor. Essas “modernidades” aparecem, por exemplo, geralmente em projetos de automação residencial (alguns com itens de “edifícios inteligentes”), prédios de escritórios, obras públicas e até em unidades de hotelaria. Há, também, considerável número de residências individuais particulares e/ou em condomínios, bancos e estabelecimentos comerciais (como redes de supermercados e eletrodomésticos) que, seguindo tendências mundiais têm utilizado produtos e serviços de informática e automação, muitos elaborados por unidades fabris instaladas no parque industrial regional (basicamente em Florianópolis e São José)⁵, ou até fazendo parte de redes de “lojas virtuais”,

⁵ Os estudos realizados por Sheila VIEIRA (1995) e José Messias BASTOS (1997) oferecem indicações acerca do estágio desencadeado nos setores industrial e comercial florianopolitano e região, com relação às aplicações e especificamente de usos de automação.

como aquelas integradas aos vários portais da Internet (por exemplo, Shopping Sul SC / NET Sul / ZAZ-RBS, entre outros portais).

A origem das empresas (EBTs) prestadoras de serviços e fornecedoras de bens de alta tecnologia está associada a perspectivas vislumbradas no crescimento econômico do mercado, pelos tipos de integração (vertical ou horizontal) que outras empresas consumidoras realizam, e em várias situações aquelas empresas se formam com a entrada de alguns profissionais do próprio mercado, egressos de programas universitários (graduação e pós-graduação), como cursos ministrados pela própria UFSC (vide tab. 21) e UDESC, ou em nível médio pela Escola Técnica Federal e o Sistema SENAI (CTAI – Centro Tecnológico de Automação e Informática).

TABELA 21

Evolução do Número de Empresas de Base Tecnológica originárias na UFSC e integrantes da Incubadora do CELTA/Fundação CERTI. Período de 1987-97

Local Funcionamento	Prédio Anterior ⁽¹⁾								Prédio Atual ⁽²⁾		
	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
EBTs											
Total Incubados	10	10	11	11	12	13	16	15	27	31	36
Com origem na UFSC	4	4	5	5	6	7	9	9	21	26	29

⁽¹⁾ Funcionamento localizado no prédio do Condomínio Industrial de Informática, no bairro da Trindade.

⁽²⁾ Funcionamento localizado no Parque ALFA/Unidade I, bairro Saco Grande.

OBS.: Dos 29 EBTs instalados em 1997: 20 EBTs foram criados a partir de programas formais de P&D da UFSC; 9 EBTs foram criados a partir da UFSC sem relação direta com programas de P&D.

Fonte: Relatório de Atividades/Fundação CERTI, 1997, p.44.

Ademais, há também intenções por parte do governo estadual, com o apoio de instituições como a FIESC, de cada vez mais fortalecer o papel da Fundação Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que através de seus programas de fomento (via BADESC/PRODEC – Programa para

Desenvolvimento da Empresa Catarinense – área de Informática) deverá canalizar todo o potencial catarinense possível para as atividades de alta tecnologia, atraindo empresas nacionais e até estrangeiras para que se instalem em Santa Catarina, com vantagens estratégicas de mão-de-obra especializada e, possivelmente, incentivos fiscais.

Aliás, estratégias como essa já são práticas que se repetem em todo o país, em várias cidades que sediam Tecnopólo e que Florianópolis, em particular, não poderia ser diferente, tendo em vista que algumas dessas empresas recebem financiamentos oficiais e têm a redução e/ou isenção de impostos, como Imposto Sobre Serviços (ISS), Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e até de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Segundo dados da ACATE – Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia, existem atualmente na capital de Santa Catarina cerca de 300 empresas nesse setor (GM-SC, 31/01/00, p.5), a maioria caracterizada na forma de micro empresa, muitas delas gozam de benefícios concedidos pelos incentivos fiscais, notadamente em nível estadual ou municipal. Empresas maiores como a INTELBRÁS S/A, aparecem entre aquelas nacionalmente beneficiadas com subsídio da Lei de Informática (Lei nº 8.248/91) que prevê isenção de IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados (Folha Negócios, 22/03/1999, 3.1).

Por outro lado, a presença de multinacionais na área de alta tecnologia, instalada no Tecnopólo de Florianópolis é ainda em número bastante reduzido, atuando geralmente em parcerias com grupos locais, como é o caso da MATRIX INTERNET, que andou estabelecendo negociações para venda de ações à empresa americana PRIMUS TELECOMMUNICATIONS.

Mesmo com a crise econômica brasileira, e reflexos de instabilidades internacionais que repercutem na estrutura nacional, há perspectivas de chegada de outras multinacionais que pretendem se instalar no país e, Florianópolis, apresenta-se como “locus” potencial. A cidade já despertou interesse para vários

grupos multinacionais, a exemplo da empresa norte americana COMPUTER ASSOCIATES (CA), que é líder mundial em softwares para grandes plataformas de rede e sistemas de emissão crítica (para prevenir falhas em sistemas fundamentais) e que pretende, também, estabelecer parcerias no Brasil, no caso, implantando uma sede em Florianópolis, juntamente com o grupo empresarial local BUSINESS CENTER VIRTUAL OFFICE, que atua desde 1994 no mercado corporativo de tecnologia da informação (O Estado, 30/31-01-1999, p.06)⁶.

O setor industrial florianopolitano que ora se dinamiza via área de informática, tendo basicamente trabalho em atividades como as acima mencionadas, gera, predominantemente, empregos que têm a ver muito mais com mão-de-obra especializada, em geral de origem acadêmica e/ou de técnicos em nível médio. É o caso, por exemplo, da incubadora CELTA/Fundação CERTI, que em 1997, nas 36 empresas ali instaladas, tinha gerado um número de 390 vagas empregatícias, sendo 155 de nível superior (40%), 162 de nível médio (41%) e 73 de nível básico (19%), conforme está descrito no Relatório de Atividades (1997) daquela Fundação. E é assim que também tendem a buscar outras empresas, cada vez mais suprimindo necessidades com atividades terceirizadas, principalmente para mão-de-obra que foge das suas especialidades, como tem feito uma das mais importantes empresas do setor, a INTELBRÁS, instalada no município de São José e que fabrica aparelhos telefônicos.

Por outro lado, o papel da UFSC enquanto instância pública de educação e cultura, cada vez mais se consolida na promoção da diversidade tecnológica, na medida em que viabiliza formação profissional superior. Particularmente através

⁶ As empresas multinacionais são seduzidas a se instalarem em vários pólos brasileiros, atraídas por incentivos fiscais como IPI. Segundo o professor Ivan da Costa Marques – UFRJ (Núcleo de Computação Eletrônica do Instituto Alberto Luis Coimbra), “a tendência das multinacionais é não fazer desenvolvimento local, mas concentrar trabalhos de pesquisas e desenvolvimento nas sedes” e, com isso, participam do mercado nacional com as garantias das infra-estruturas e competindo dentro do setor (ver Folha Negócios, 22/03/1999, 3.1).

de Programas de pós-graduação (mestrado e doutorado), em diversas áreas do conhecimento, atividades de pesquisa e extensão estabelecem relações extra-academia, voltadas em geral para o desenvolvimento de produtos e/ou formação e capacitação de contingentes profissionais, dentro das peculiaridades demandadas. Nesse propósito, a Escola Técnica Federal de Santa Catarina também empreende programas direcionados ao nível médio (em breve na ETFSC será implantado ensino superior com a transformação da instituição em CEFET), assim como vêm sendo realizados treinamentos por escolas ligadas ao sistema FIESC. Cada instituição, dentro de sua realidade de atuação geo-educacional, tem disponibilizado o uso de meios e tecnologias identificadas cada vez mais com processos modernos de ensino-aprendizagem, que visam estar em sintonia com performances do mundo do trabalho de mercados contemporâneos.

Vale salientar, nesse contexto, que a atuação da UFSC tem se ampliado nos últimos anos, para além dos tradicionais ramos de formação acadêmica, diversificando aprendizagens e aplicação de pesquisa e tecnologia para novos ramos das engenharias de produção, mecatrônica, saneamento, infra-estruturas de tráfego, bioquímica, maricultura, entre outros. A presença da UFSC já ultrapassa o território catarinense, através de iniciativas de ensino à distância, iniciada em 1995 e que atendem às demandas de instituições e empresas em diversos pontos do território nacional.

É ministrando cursos e/ou assessorias através de um dos seus mais conceituados laboratório, o LED – Laboratório de Ensino à Distância, que a UFSC, pioneiramente no país, implementou estas atividades (notadamente em nível de Pós-Graduação) que servem de referência nacional em projetos que têm sido articulados inter-institucionalmente, ensaiando hoje, práticas do que se difundem acerca das futuras “universidades virtuais”.

A experiência do LED⁷ deverá ser ampliada, com sua possível integração à Rede Metropolitana de Alta Velocidade – RMAV de Florianópolis. Aliás, este é um dos mais ousados projetos ora em fase experimental na UFSC, vinculado ao Projeto Rede Nacional de Pesquisas (RNP) do CNPq, através de fibra ótica, envolvendo também nesta fase inicial, órgãos e empresas como UDESC, EPAGRI/CLIMERH e TELESC, na dinamização do Programa “INTERNET 2”⁸. Quando efetivamente implantado e conectado às demais bases brasileiras, o projeto RMAV juntamente com a Rede Catarinense de Ciência e Tecnologia permitirá que Santa Catarina se reafirme como um dos pólos mais importantes do país no âmbito de atuações acadêmicas e terá cada vez mais, a sua presença assegurada no “ranking” do mercado virtual.

Em outros setores das atividades acadêmicas, como da maricultura, por exemplo, a UFSC também tem demonstrado o quanto é capaz de introduzir experiências de inovações tecnológicas em várias comunidades pesqueiras no litoral catarinense, como no próprio município ilhéu de Florianópolis (em locais

⁷ Nas atividades de ensino à distância, o LED possibilita à UFSC estabelecer programas, convênios e projetos que são gerenciados pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, conectando em nível institucional, meios (via INTERNET, vídeo-conferência, teleconferência, vídeo-aula e materiais impressos) de implementação de atividades, com uso intensivo de novas tecnologias como ferramentas na mediação de ensino-aprendizagem. Vários órgãos e empresas nacionais (SIEMENS-EQUITEL, PETROBRÁS, ALUMAR, FUNCITEC, SENAI, SINE, IBGE, CNI, SEBRAE, ELETROBRÁS, entre outras) têm se integrado em atividades do LED, realizadas em vários pontos do país (como Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Santos-SP, São José dos Campos-SP, Aracaju, Belém, Natal, Manaus, Campos-RJ, São Mateus-ES e em muitas cidades catarinenses através da Rede de Ciência e Tecnologia. Em nível internacional, destaca-se o convênio celebrado entre a UFSC e MIT – Massachusetts Institute of Technology, que prevê intercâmbio de pesquisadores, técnicos e estudantes, através da realização de estágios, visitas, missões de estudos e aperfeiçoamento de pessoal em áreas de interesses afins, além da troca de informações técnicas e científicas.

⁸ Este é um programa que nos EUA já se encontra desde 1997, em fases mais adiantadas de implantação das suas interconexões. No Brasil, um dos primeiros países a aderir a essa nova possibilidade de comunicação, o CNPq está introduzindo desde 1999, a implantação de 16 bases regionais acadêmicas, que visam desenvolver condições de trabalho em “pólos de informática” voltados para pesquisas, e que sejam capazes de atuar com mais dinamismo e sem obstruções nas suas atividades, superando os atuais problemas de congestionamentos presentes na INTERNET 1. O ponto de presença da RNP – Rede Nacional de Pesquisa, através da UFSC, está desenvolvendo alguns projetos em caráter experimental, que envolve atividades nas áreas de jornalismo, engenharias (química/elétrica/mecânica e computacional) e ciências humanas com a primeira “biblioteca digital” do Estado. A INTERNET 2 deverá ser oficialmente inaugurada, com a conexão das bases regionais brasileiras, ainda em 2000.

do Ribeirão da Ilha, Sambaqui e Santo Antônio de Lisboa) e em áreas da região metropolitana da capital.

A recuperação profissional e a reintegração dessa mão-de-obra pesqueira às novas possibilidades de processo produtivos têm estimulado o surgimento de fazendas marinhas, com técnicas intensivas para criação de vários tipos de “frutos do mar” e, em alguns casos, já abastecem estabelecimentos comerciais como restaurantes, principalmente em áreas praianas da capital. Alguns produtos como ostras e mexilhões (em que o estado é um dos mais importantes produtores do país), já chegam também a contribuir no abastecimento de supermercados em praças nacionais, como é o caso de São Paulo, que já conta, hoje, com a comercialização garantida de qualidade, ao receber a referência “Made in Santa Catarina”.

O dinamismo daquelas atividades tem sido realizado, mesmo com o enfrentamento de problemas estruturais pelos maricultores, com relação às condições e perspectivas de sobrevivência de suas atividades. Segundo informações de técnicos que orientam projetos individuais ou coletivos e até alguns desenvolvidos e/ou acompanhados a partir da atuação da UFSC, o maior problema está relacionado aos “conflitos” que passaram a ter algumas comunidades detentoras de fazendas marinhas, em relação aos impactos ambientais que decorrem da acelerada presença e expansão de equipamentos urbanos (loteamentos e suas ocupações) e infra-estruturas para empreendimentos turísticos (particularmente marinas). Como se observa mais uma vez, não há “harmonia” dentro do modelo de desenvolvimento que ora se promove em alguns locais, levando-se, principalmente, em consideração, preocupações com o manejo de potencialidades ecológicas e formas de sobrevivência para seus moradores.

Nesta pulverização de tendências sintonizadas com o mercado, há, portanto, possibilidades de a UFSC vir a contribuir cada vez mais com a

refuncionalização de setores sócio-econômicos (tecnologia de aqüicultura, química, meio ambiente; gestão de administração e engenharias; tecnologias educacionais, turismo, etc.) e com setores das potencialidades locais/regionais florianopolitanas, como assim ocorreu, proporcionalmente, sob outro contexto quando da sua criação, no início da década de sessenta.

Tais condições, hoje, necessariamente trazem conseqüências, significando mudanças impostas aos comportamentos e, portanto, delineando padrões de novas relações sócio-espaciais pelos impactos causadores das necessidades de consumo de bens e serviços, pertinentes a cada nova territorialização, decorrente do período histórico em que a sociedade se encontra.

Conclusão

“De tudo ficaram três coisas: a certeza de que estamos começando, a certeza de que é preciso continuar e a certeza de que podemos ser interrompidos antes de terminar. Fazer da interrupção um caminho novo, fazer da queda um passo de dança, do medo uma escada, do sonho uma ponte, da procura um encontro. E assim, terá valido a pena existir”

FERNANDO SABINO

O mundo atual, como disponibilidade e como possibilidade, é expressão das relações produzidas pela sociedade, através de diferentes dimensões do espaço geográfico.

O ritmo de desenvolvimento das organizações espaciais é resultante de evoluções históricas empreendidas pelo homem em seu permanente movimento de fazer e refazer coisas (objetos) e usá-las (ações), a partir de múltiplas determinações que caracterizam cada contexto sócio-espacial.

Mediante certas condições, a dinâmica da sociedade vem imprimindo marcas em vários períodos históricos e em diversas escalas espaciais, revelando traços da trajetória dos lugares e de seu conjunto de paisagens.

Através da Geografia, por exemplo, como expressão de conhecimento sistematizado entre as ciências sociais, é possível entender as diversas interpretações sobre o espaço, muitas associadas à constituição de perspectivas que estabelecem análises integradas acerca de relações que a sociedade e a natureza desenvolvem em seus processos locais e/ou globais, como evidência

concreta que se explicita em vários níveis de manifestações na superfície terrestre.

Por isso, numa análise em que se estabeleçam nexos de idéias em conjunto e seus respectivos sistemas de ações e temporalidades, evidencia-se que métodos atuais de investigação estão cada vez mais se alicerçando sob o paradigma de “totalização geográfica”. A partir dessa concepção a sociedade é vista pelos movimentos que produzem arranjos espaciais, através das múltiplas condições do meio físico natural e, principalmente, do meio social em que se concebe a chamada “organização espacial”.

O conjunto de idéias formuladas a partir do paradigma de Formação Sócio-Espacial delineado pelo geógrafo Prof. Milton Santos – fundamentado em conceitos e categorias teóricas discutidas por MARX e SERENI, inclusive atualizados às condições históricas contemporâneas serviram, basicamente, para que se constituísse o viés central das reflexões que esta pesquisa pretendeu realizar. Procurou-se então, levantar discussões teóricas sobre a realidade concreta enfocada, acerca de aspectos das várias “geografias superpostas” e verificar o caráter do lugar/região que tem Florianópolis-SC no mundo atual.

Somente a partir dessas condições, fundadas na dinâmica histórica e a partir dos impactos (ou riscos) resultantes de relações no conjunto da sociedade e de seu espaço no presente, foi possível avaliar o passado (nas suas rugosidades) e estabelecer indicativos do futuro que hoje são traçados.

Assim, nesta pesquisa em que a relação lugar-mundo como decifração da realidade são analisados a partir das condições que dão identidades ao espaço nacional, os conteúdos discutidos procuraram responder aos questionamentos inicialmente estabelecidos além de explicar o caráter de inserção de Florianópolis no atual estágio da “globalização”, momento este por nós entendido por contemporaneidade, haja vista ser esta expressão que melhor traduz a fase em que nos encontramos, cheia de nomenclaturas e metáforas fetichizadas.

Dessa maneira, procuramos estabelecer, a partir de “conexões geográficas”, uma discussão que fosse capaz de dimensionar, qualitativamente, as tendências que a “totalidade concreta” reflete, a partir dos contextos em que sua materialidade se inscreve nas partes (do lugar) ou que o todo (o mundo) impõe. Em outras palavras, procuramos analisar recortes teórico-práticos de uma dinâmica sócio-espacial, os quais redefinem os reflexos de uma ordem global cada vez mais presente em pedaços de contextos locais.

Com efeito, na contemporaneidade que sujeita Florianópolis e região a globalização, identificamos que através de seu processo de urbanização há trajetórias com tentativas de “produção do lugar”. Essa produção é cada vez mais associada a “fabricação de uma vocação”, hoje vinculada predominantemente às atividades de turismo num plano mais visível e mercantilizada sob várias imagens midiáticas. Num plano não menos importante, há tentativas de vincular atividades de base tecnológica à produção espacial entre as quais se sobressaem as que estão relacionadas com o meio informacional, estimuladas pelas peculiaridades desenvolvidas no ambiente universitário local.

É, pois, sob esta conjuntura de múltiplas facetas estruturantes que a “mundialização econômica” (como também se transveste a “globalização”) se manifesta em Florianópolis e a partir deste lugar, proporcionalmente, exprime vetores que são a própria força ideológica e organizacional da “globalização” em marcha, emanada de uma relação entre centros e periferias.

O discurso de modernização que permeia as faces reveladoras de ascensão do lugar às rápidas condições de desenvolvimento desta época, notadamente oferecidas pelo meio técnico traduz, basicamente, comportamentos de competitividade “aparentemente universais” identificados com a produção e o consumo, apanágios do modelo neoliberal que é mola propulsora da sociedade capitalista contemporânea. Na sua essência, esse modelo só promove concentração de valores que se manifestam pela fragmentação, cada vez mais

perversa da sociedade, através de modismos também transvestidos de marcas de desenvolvimento.

Com efeito, neste sistema definiram-se a partir de Florianópolis, principalmente nas três últimas décadas, orientações de transformações sócio-espaciais, cujas normas (veja-se, por exemplo, via “práticas de planejamento”) instituídas e aplicadas só vêm servindo para aprofundar interesses de grupos ligados a processos de internacionalização econômica e, conseqüentemente, alimentar uma dinâmica particular dentro da “nova ordem”.

Os riscos dessas ações sobre a sociedade e seu ambiente natural passaram a ser na cidade (em função da sua característica e peculiaridade insular) e na região uma das mais expressivas tendências comprometedoras de suas qualidades. Esse dado pode ser visto como conseqüência da prática e do jogo de interesses decorrentes das múltiplas manifestações, como por exemplo, das próprias atividades vinculadas ao turismo que, como foi demonstrado, são responsáveis pela produção privatizante do lazer e do viver urbanizados, particularmente de forma acelerada na faixa litorânea catarinense.

No acentuado e controverso processo de urbanização florianopolitano, expressão de faces estratégicas da acumulação (em vários níveis de privatização) e, conseqüentemente, revelação de como vem sendo gestado há décadas o crescimento da cidade e da sua região, em que através de todas as tentativas de produção espacial (comercial, habitacional, industrial, lazer, turismo, etc.), se inscrevem discursos associados à chamada “modernização brasileira”.

Assim, pelas influências externas que cada vez mais se tornaram freqüentes, nota-se que as “mudanças” atingem todo território ilhéu de Florianópolis, como também deixam suas influências na região do entorno continental.

O papel dos segmentos sociais hegemônicos, inclusive por conta de ações estatais, tem se constituído como o mentor principal das mudanças que transformam e direcionam o crescimento florianopolitano, seja pelas infra-estruturas implementadas (como acessos e interligação entre as diversas “periferias” tanto no interior da ilha como nos municípios vizinhos), seja pelo ordenamento do uso do solo (caso de certos “planos diretores”), cujos reflexos podem ser percebidos a partir das diversas intervenções decorrentes de setores como o da indústria de construção civil e/ou o da acelerada especulação imobiliária. Esse tipo de crescimento sob o “comando” do município da capital vem direcionando as tendências da conurbação urbana oficializando a almejada integração regional, anunciada como “região metropolitana”.

Na verdade, por força legal decorrente da constituição brasileira (1988) e operacionalizada em nível estadual, a “região metropolitana” (Lei complementar nº 162/97, DO/SC 06/01/1998) e seus desdobramentos são resultantes de ambíguas intenções de planejamento, que representam transferência de responsabilidades (principalmente de controle da especulação imobiliária, suas infra-estruturas, orçamentos, etc.) de um desenvolvimento regional.

Assim, o caráter que dá identidade a Florianópolis, constituído muitas vezes em cima de imaginários (in)conscientemente assumidos coletivamente (por exemplo, via renascimento da identidade açoriana, de potencialidades do ambiente insular e/ou de outros ícones de marketing, etc.) passa a ser apregoadado no discurso midiático como algo marcante e que se torna, como qualquer outra mercadoria, objeto de transação e negócio em nome de um dado “progresso”.

Portanto, nas condições atuais desse modelo de crescimento urbano, o desejo de um desenvolvimento com qualidade poderá ficar comprometido, se as estratégias até então utilizadas não estiverem adequadas à capacidade de sustentação do ambiente local/regional com os seus usuários em potencial: moradores e visitantes (turistas).

Por outro lado, no âmbito das inovações introduzidas com atividades de bases tecnológicas, decorrentes do papel que instituições universitárias e empresas estatais vêm empreendendo, em relação as novas possibilidades de produção de objetos e ações, particularmente no mundo do trabalho, têm a ver com as tendências que a ciência e a técnica tem desenvolvido neste século.

Nota-se assim, que muitas dessas inovações têm influenciado mudanças e padrões de densidades no cotidiano florianopolitano, através de inúmeras possibilidades difundidas pelas atividades de informática e/ou automação de processos que, de certo modo, estão presentes nas transformações introduzidas em várias dimensões da vida local/regional com repercussão nacional.

A presença de instituições como a UFSC tem se ampliado como pólo fomentador de renovadas atividades de ensino/pesquisa/extensão que, nas devidas proporções, vêm influenciando nos “destinos” da cidade/região, desde a sua criação (anos 60) e, ainda hoje, através da inserção de novos elementos para melhor assegurar conexões florianopolitanas/catarinenses à contemporaneidade global.

Esta pesquisa que ora se finaliza cumpre com as pretensões que foram delineadas com seu objeto de estudo, abrindo perspectivas para futuros desdobramentos em nosso trabalho acadêmico. Espera-se estar oferecendo uma contribuição para outros interessados na temática, que possa levar a compreender melhor o mundo contemporâneo, a partir das efetivas condições em que ele se manifesta em Florianópolis. A nossa satisfação é a de ter podido socializar idéias fato que é sempre um grande desafio.

Bibliografia

Livros

- ALVAREZ, José R. Díaz. Geografia del Turismo. Madrid: Editorial Síntesis, 1988.
- ANDRADE, José Vicente de. Turismo - Fundamentos e Dimensões. São Paulo: Ática, 1992.
- ANDRADE, Manoel Corrêa. Globalização & Geografia. Recife: Editora UFPE, 1996.
- AUGÉ, Marc. Não-lugares; introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, SP: Papirus, 1994.
- BAILLY, Antoine S. Les concepts de la Géographie Humaine (coordinateur), 3^a. Paris: Masson, 1995.
- BALANDIER, Georges. O Contorno - Poder e Modernidade. (tradução Suzana Martins). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BARRETO, Margarita. Planejamento e Organização do Turismo. Campinas: Papirus, 1991 (Série Turismo).
- _____. Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo. Campinas: Papirus, 1995 (Série Turismo).
- BECKER, Berta et al. (Orgs.). Geografia e Meio Ambiente no Brasil. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec / UGI-Brasil, 1995.
- BENKO, Georges & LIPIETZ, Alain (Orgs.). As Regiões Ganhadoras - Distritos e Redes, os novos paradigmas da Geografia Econômica. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 1994.
- BENKO, Georges. Economia Espaço e Globalização na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BIGARELLA, João José e colaboradores. Estrutura e Origem das Paisagens Tropicais e Sub-Tropicais, Vol. 1 e 2. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994 e 1996, respectivamente.

- BIONDI, Aloysio. O Brasil Privatizado. Um balanço do desmonte do Estado. 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.
- BOYER, Marc. L'invention du tourisme. Paris: Découvertes Gallimard, 1996 (Art de vivre, nº 288).
- BRAVERMAN, Harry. Trabalho e Capital Monopolista. A Degradação do trabalho no séc. XX. (tradução Nathanael C. Caixeiro). 3ªed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.
- BUARQUE, Cristovam. A desordem do Progresso – O fim da era dos economistas e a construção do futuro. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). Os Caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano. São Paulo: EDUSP, 1994.
- _____. (Org.). Ensaio de Geografia Contemporânea - Milton Santos obra revisitada. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. O Lugar no/do Mundo. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CARUSO, Mariléa Martins Leal. O Desmatamento da Ilha de Santa Catarina de 1500 aos dias atuais. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1990.
- CARUSO, Raimundo Campos. Franklin Cascaes - vida e arte e a Colonização Açoriana. 2ªed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.
- CASCAES, Franklin. O Fantástico na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, v.1 e 2, 1992.
- CASTELLI, Geraldo. Turismo, Análise e Organização. Porto Alegre: Sulina, 1975.
- _____. Turismo: atividade marcante do século XXI. Caxias do Sul-RS: Editora EDUNI-SUL, 1986.
- CASTELLS, Manuel. A Questão Urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CASTRO, Iná Elias de et al. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- CASTROGIOVANI, Antônio Carlos e GASTAL, Susana. Turismo Urbano: cidades, sites de excitação turística. Porto Alegre: Edição do Autor, 1999.
- CLAVAL, Paul. Espaço e Poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- _____. A Geografia Cultural. (Trad. de Luiz F. Pimenta e Magareth de C.A. Pimenta). Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999

- CORBIN, Alain. O Território do Vazio - A Praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Região e Organização Espacial. São Paulo: Ática, 1987 (série Princípios, nº 53).
- _____. A Rede Urbana. São Paulo: Ática, 1989a (Série Princípios, nº 168).
- _____. O Espaço Urbano. São Paulo: Editora Ática, 1989b (Série Princípios, nº 174).
- _____. Trajetórias Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny. Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998 (série Geografia Cultural).
- CRUZ, Olga. A Ilha de Santa Catarina e o continente próximo. Um estudo de geomorfologia costeira. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998.
- DEÁK, Csaba e SCHIFFER, Sulei Ramos (Orgs.). O Processo da Urbanização no Brasil. São Paulo: EDUSP/FUPAM, 1999.
- DE LA TORRE, O. El Turismo, fenómeno social. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.
- DOWBOR, Ladislau et al. (Org.). Desafios da globalização. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FAISSOL, Speridião. O Espaço, Território, Sociedade e Desenvolvimento Brasileiro. Rio de Janeiro: F.I.B.G.E., 1994.
- FANTIN, Márcia. Cidade Dividida – Dilemas e Disputas simbólicas em Florianópolis. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.
- FARIAS, Vilson Francisco de. Dos Açores ao Brasil Meridional. Uma viagem no tempo. Florianópolis: Edição do autor, 1998.
- FERREIRA, Leila e VIOLA, Eduardo (Orgs.). Incertezas de Sustentabilidade na Globalização. Campinas: UNICAMP, 1996.
- FERREIRA, Valdézia. A Poesia Modernista Catarinense nas décadas de 40 e 50. Florianópolis: ed. da UFSC, 1999.
- FLORES, Maria Bernardete Ramos. A Farra do Boi. Planos, Sentidos e Feições. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.
- FURTADO, Celso. O Capitalismo Global. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

- FUSTER, Luís Fernandez. Teoria y tecnica del Turismo. 2ªed. Madrid: Editora Nacional, 1971 (2v.).
- GARCIA, Fernanda Ester Sánchez. Cidade Espetáculo. Política, Planejamento e City Marketing. Curitiba: Editora Palavra, 1997.
- GASTAL, Susana (Org.). Turismo: 9 propostas para um saber-fazer. Porto Alegre: dos autores edição, 1998.
- GAZETA MERCANTIL. Guia do Executivo - Florianópolis e Cidades Catarinenses. Florianópolis: Gazeta Mercantil, 1997.
- GIDDENS, Anthony. As Conseqüências da Modernidade. (Tradução Paul Fiker). São Paulo: Editora da UNESP, 1991.
- GOMES, Paulo César da Costa. Geografia e Modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Paixão da Terra: Ensaio Crítico de Ecologia e Geografia. Rio de Janeiro: Rocco/Socci, 1984.
- _____. Os (Des)Caminhos do Meio Ambiente. São Paulo: Editora Contexto, 1989.
- GONÇALVES, Maria Flora (Org.). O Novo Brasil Urbano - Impasse / Dilemas / Perspectivas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995 (série Novas Perspectivas / 40).
- GOTTDIENER, Mark. A Produção social do Espaço Urbano. São Paulo: EDUSP, 1993.
- HARVEY, David. A Justiça Social e a Cidade. (Tradução Armando Corrêa da Silva). São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. Condição Pós-Moderna - Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. (Tradução Adail U. Sobral e Maria Stela Gonçalves). São Paulo: Loyola, 1993.
- HIRST, Paul & THOMPSON, Grahame. Globalização em Questão. Petrópolis: Vozes, 1998.
- IANNI, Octávio. Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970). Rio de Janeiro: Brasiliense, 1977.
- _____. A Sociedade Global. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1993.

- _____. Teorias da Globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- IGNARRA, Luiz Renato. Fundamentos do Turismo. São Paulo: Pioneira, 1999.
- KOSIK, Karel, A Dialética do Concreto (Trad. Célia Nunes e Alderico Toríbio). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- KRIPPENDORF, Jost. Sociologia do Turismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1989.
- LAGE, Beatriz Helena Gelas e MILONE, Paulo César (Orgs.). Turismo: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2000.
- LAGO, Mara Coelho de Souza. Modos de vida e identidade - Sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996.
- LAGO, Paulo Fernando de Araújo. Florianópolis: A Polêmica Urbana. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes / Palavra Comunicação, 1996.
- LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos (Trad. Carlos Irineu Costa). Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994 (Coleção Trans).
- LAVINAS, Lena et al. (Orgs.). Reestruturação do espaço urbano e regional do Brasil. São Paulo: ANPUR/Hucitec, 1993.
- LAVOUR, E. El Turismo en su Historia. Barcelona: Turística, 1994.
- LEFEBVRE, Henri. O Pensamento Marxista e a Cidade. Lisboa: Ulisseia, 1972.
- _____. De lo Rural a lo Urbano. Barcelona: Edición Península, 1978.
- _____. A Vida Cotidiana no Mundo Moderno. São Paulo: Ática, 1991.
- LEFF, Enrique. Ecología y Capital - Racionalidade Ambiental, Democracia Participativa y Desarrollo Sustentable. 2ª ed. Madrid: Siglo veinte uno de españa editores, S.A., 1994.
- LEMOS, Amália Ines G. de (Org.). Turismo - Impacto Socioambientais. São Paulo: Hucitec, 1996.
- LIPIETZ, Alain. O Capital e seu Espaço. (Tradução Fernanda G. Seabra). São Paulo: Nobel, 1988.
- LLINAS, Miguel Seguí. Les Nouvelles Baléares - La rénovation d'un espace touristique mythique. Paris: Editions L'Houmattan, 1995.

- LOJKINE, Jean. O Estado Capitalista e a Questão Urbana. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- LUPI, João e LUPI, Suzana. São João do Rio Vermelho - Memória dos Açores em Santa Catarina. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, s/d.
- MANDEL, Ernest. O Capitalismo Tardio. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (série os Economistas).
- MARTINS, José de Souza (Org.). Henri Lefebvre e o retorno à dialética. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. (Tradução Maria Helena Barreiro Alves). 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983 (Novas edições).
- _____. O Capital - Crítica da Economia Política. (Tradução Reginaldo Sant'Anna). Vol. I. São Paulo: Difel, 1984.
- MAY, Peter & DA MOTA, Ronaldo Serrôa. Valorando a natureza. Análise Econômica para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1994.
- McINTOSH, Robert & GUPTA, Shashikant. Turismo Planeación, Administración y Perspectivas. Cidade do México: Limusa Grupo Noriega Editores, 1993.
- MICHELS, Ido Luiz. Crítica do modelo catarinense de desenvolvimento. Do planejamento econômico – 1956 aos precatórios – 1997. Campo Grande-MS: Ed. UFMS, 1998.
- MILAN, Betty. O Século. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1999 (Entrevistas).
- MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. A questão ambiental no Brasil: 1960-1980. São Paulo: IG/USP, 1980 (mimeo).
- MORAES, Antônio Carlos Robert. Ideologias Geográficas - Espaço, Cultura e Política no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. Contribuição para a Gestão da Zona Costeira do Brasil. Elementos para uma Geografia do Litoral Brasileiro. São Paulo: EDUSP/Hucitec, 1999.
- MORAES NETO, Benedito Rodrigues de. Marx Taylor Ford - As Forças produtivas em discussão. São Paulo: Brasiliense, 1989.

- NICOLÁS, Daniel Hiermany (Org.). Teoría y Prácticas del espacio turístico. 1ªed. Villa Quitandío México-DF: Universidad Autónoma Metropolitana - Xochimilco, 1989.
- OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins de (Org.). Globalização, Regionalização e Nacionalismo. São Paulo: Ed UNESP/FAPESP, 1999 (Col. Prisma).
- ORTIZ, Renato. Mundialização e Cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PAIVA, Edvaldo et al. (Orgs.). Florianópolis: Plano Diretor. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Rio Grande do Sul, 1952.
- PELUSO JR., Victor Antônio. Estudos de Geologia Urbana de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC/SECE, 1991a.
- _____. Aspectos Geográficos de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC/FCC, 1991b.
- PIAZZA, Walter. Santa Catarina: sua história. Florianópolis: Editora da UFSC / Editora Lunardelli, 1983.
- PINTO, Antônio Carlos Brasil. Turismo e Meio Ambiente – Aspectos Jurídicos. São Paulo: Papirus, 1998 (col. Turismo).
- RAFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. (Tradução Maria Cecília França). São Paulo: Ática, 1993.
- RANGEL, Ignácio. Economia: Milagre e Anti-Milagre. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- RATTNER, Henrique. Tecnologia e Sociedade. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1980.
- RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro – A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ROCHFORD, Michel. Redes e Sistemas. Ensinando sobre o Urbano e a Região. São Paulo: Hucitec, 1998 (tradução Antônio de Pádua Danesi).
- RODRIGUES, Adyr A. Balastrieri (Org.). Turismo e Geografia - Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. Turismo e Espaço - Rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 1997.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. Moradia nas cidades brasileiras. São Paulo: Contexto, 1988.

- SÁNCHEZ, Joan-Eugeni. La Geografía y el Espacio del Poder. Barcelona: Fronteira, 1981.
- SANTOS, Milton. O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1979.
- _____. Por uma Geografia Nova - Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. (Org.). Novos Rumos da Geografia Brasileira. São Paulo: Hucitec, 1982.
- _____. Espaço & Método. São Paulo: Nobel, 1985.
- _____. Pensando o Espaço do Homem. 2ªed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1988a.
- _____. Manual de Geografia Urbana. 2ªed. São Paulo: Hucitec, 1989.
- _____. A Urbanização Brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. Técnica Espaço Tempo - Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994a.
- _____. et al. (Orgs.). Território - Globalização e Fragmentação. São Paulo: Hucitec / ANPUR, 1994b.
- _____. et al. (Org.). O Novo Mapa do Mundo - Problemas Geográficos de um Mundo Novo. São Paulo: Hucitec / ANPUR, 1995.
- _____. O Espaço Cidadão. São Paulo: Nobel, 1996a.
- _____. A Natureza do Espaço - tempo e técnica, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996b.
- _____. Por uma outra globalização. Do Pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro:/São Paulo: Editora Record, 2000.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos. Nova História de Santa Catarina. 2ªed. Florianópolis: edição do autor, 1977.
- SCARLATO, Francisco Capuano et al. (Orgs.). O Novo Mapa do Mundo - Globalização e Espaço Latino Americano. São Paulo: Hucitec / ANPUR, 1974.

- SCHERER-WARREN, Ilse. Cidadania sem fronteiras – Ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SCHERER-WARREN, Ilse et al. Organizações Voluntárias de Florianópolis. Florianópolis: Editora Insular, 1996 (cadastro e perfil do associativismo civil).
- SCHMIDT, Benício V. O Estado e a Política Urbana. Porto Alegre: EUFRGS/L&PM, 1983.
- SCHMITZ, Sérgio. Planejamento Estadual: a experiência catarinense com o Plano de Metas do Governo – PLAMEG, 1961/1965. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1985.
- SILVA, José Borzacchiello da et al. (Orgs.). A Cidade e o Urbano. Fortaleza: Edições UFC, 1997.
- SINGER, Paul et al. Modernidade: Globalização e Exclusão. São Paulo: USP/Editora Imaginário, 1996.
- SIZE, Pierre. Dicionário da Globalização. A Economia de “A” a “Z”. Florianópolis: Editora Obra Jurídica; Curitiba: IBERT, 1997.
- SMITH, Neil. Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SOARES, Iaponan (Org.). Estreito, Vida e Memória. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1990.
- SOJA, Edward W. Geografia Pós-Moderna. A reafirmação do espaço na Teoria Social Crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993 (tradução Vera Ribeiro).
- SOUZA, Maria Adélia A. de. Governo Urbano. São Paulo: Nobel, 1988.
- _____. A Identidade da Metrópole. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1994.
- _____. (Org.). O Mundo do Cidadão Um cidadão do Mundo. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SOUZA, Maria Adélia A. de et al. (Orgs.). O Novo Mapa do Mundo. Natureza e Sociedade Hoje: uma leitura geográfica. São Paulo: Hucitec / ANPUR, 1993.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Capitalismo e Urbanização. São Paulo: Contexto, 1988 (Coleção Repensando a Geografia).
- TEIXEIRA, José Paulo e SILVA, Jorge E. (Orgs.). O Futuro da Cidade – A Discussão do Plano Diretor. Florianópolis: Instituto Cidade Futura, 1999.

- TRIGO, Luiz Gonzaga. Cronologia do Turismo no Brasil. São Paulo: CTI/Terra, 1991.
- TRÓTSKY, Leon. História da Revolução Russa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- VÁRZEA, Virgílio. Santa Catarina, a Ilha. Florianópolis: Lunardelli, 1985.
- VAZ, Nelson Popini. O centro Histórico de Florianópolis. Espaço Público do Ritual. Florianópolis: FCC/Ed. UFSC, 1991.
- VIEIRA, Liszt. Cidadania e Globalização. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- VIRILIO, Paul. O Espaço Crítico e as Perspectivas do Tempo Real. (Tradução de Paulo Roberto Pires). Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- YÁZIGI, Eduardo et al. (Orgs.). Turismo - Espaço, Paisagem e Cultura. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. Turismo – Uma esperança condicional. São Paulo: Plêiade, 1998.
- WAHAB, Salah-Eldin Abdel. Introdução à Administração do Turismo. São Paulo: Pioneira, 1977.

Textos Acadêmicos (Monografias / Dissertações / Teses / Avulsos / Anais)

- ABREU, Maurício de Almeida. “O Estudo Geográfico da cidade no Brasil”. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano. São Paulo: EDUSP, 1994.
- AFONSO, Sônia. Urbanização de Encostas - A ocupação do Morro da Cruz. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura - FAU/USP, 1992 (Dissertação de Mestrado - 2v.).
- AGB (Org.). Encontros Nacionais de Geógrafos. ANAIS (várias edições).
- _____. 3º Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Rio de Janeiro: AGB/IBGE, 1993 (Resumos).
- _____. 4º Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Fortaleza: AGB:DG-UFCE, 1995 (Resumos).
- AMORA, Ana Maria G. Albano. “O lugar do Público no Campeche”. Florianópolis: PPGG-CFH/UFSC, 1996, (Dissertação de Mestrado).

- ANDRADE, Djanira. “A Influência da Ponte Hercílio Luz no desenvolvimento da Ilha de Santa Catarina”. Florianópolis: PPGH-CFH/UFSC, 1978 (Dissertação de Mestrado).
- ANPEGE (Org.). Encontro Internacional: Lugar, Formação Sócio-Espacial, Mundo. São Paulo: DG-FFLCH/USP, 1994 (Resumos).
- _____. (Org.). 1º Encontro Nacional - Território Brasileiro e Globalização. Aracaju: UFS/Núcleo de Pós-Graduação em Geografia / Departamento de Geografia, 1995 (Resumos).
- ARAÚJO, Hermetes Reis de. A Invenção do Litoral. São Paulo: PUC, 1989 (Dissertação de Mestrado em História).
- AURAS, Marli. Poder oligárquico catarinense: da guerra aos “fanáticos” do Contestado à opção pelos pequenos. São Paulo: PUC/SP, 1991 (Tese de Doutorado em Educação).
- BAHIANA, Luiz. “Agentes modeladores e uso do solo urbano”. In: Anais 3º ENG. Fortaleza: AGB, 1978.
- BASSO, Célia Clarice. “O Rearranjo Espacial da localidade de Ponta das Canas, Florianópolis-SC”. Florianópolis: PPGG-CFH/UFSC, 1997 (Dissertação de Mestrado).
- BASTOS, José Messias. “Comércio de Múltiplas Filiais em Florianópolis”. Florianópolis: PPGG-CFH/UFSC, 1996 (Dissertação de Mestrado).
- BASTOS, Maria das Dores de Almeida. “A Realidade Urbana de Florianópolis a partir da Informação Cadastral Municipal”. Florianópolis: GCN-CFH/UFSC, 1995 (TCC).
- BECK, Anamaria et al. As Comunidades Litorâneas e a Influência Cultural Açoriana - Relatório de Pesquisa. Florianópolis: UFSC, 1984 (mimeo).
- BECKER, Bertha. “Levantamento e Avaliação da Política Federal de Turismo e seu impacto no uso do solo na região costeira”. IBAMA, 1994 (Mimeo).
- BELTRÃO, Leila Maria Vasquez. “A Produção do Espaço Urbano de Florianópolis-SC: A Criação de Aterros”. Florianópolis: UFSC/CFH/PPGG, 1989 (Projeto de Dissertação de Mestrado).
- BIANCHETTI, Lucídio. “Da chave de fenda ao laptop: um estudo sobre as qualificações dos trabalhadores nas telecomunicações de Santa Catarina (TELESC)”. São Paulo: PUC-SP, 1998 (Tese de Doutorado em História e Filosofia da Educação).

- CAMPOS, Nazareno José. “Terras Comuns e Pequena Produção Açoriana na Ilha de Santa Catarina”. Florianópolis: PPGG-CFH/UFSC, 1989 (Dissertação de Mestrado).
- CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. O Turismo litorâneo cearense: do local ao global. As comunidades de Flecheiras e Guapiru Trari-CE. Fortaleza: MG/CCT/UEC, 1998 (Dissertação de Mestrado).
- CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras (Org.). ANAIS do Congresso de História e Geografia de Santa Catarina. Florianópolis: CAPES/MEC-IHGSC, 1997.
- CRUZ, Rita de Cássia A. “Turismo e Impacto em Ambiente Costeiro”. São Paulo: DG-FFLCH/USP, 1995 (Dissertação de Mestrado).
- DG-FFLCH/USP - Congresso Internacional de Geografia e Planejamento do Turismo - Sol e Território. São Paulo, 1995 (Resumos).
- _____. Encontro Internacional: O Mundo do Cidadão Um Cidadão do Mundo. São Paulo, 1996 (Resumos).
- _____. 1º Encontro Nacional de Turismo com Base Local. São Paulo, 1997 (Resumos).
- _____. “Redes e Sistemas: Ensinando sobre o Urbano e a Região - Uma homenagem a Michel Rochefort” / Encontro Internacional, São Paulo, 1998 (Livro de Resumos).
- DIAS, Vera Lúcia Nehls. “Tantos Campeches Quantas Imaginações: um estudo sobre o espaço do Campeche”. Florianópolis: PPGG-CFH/UFSC, 1995 (Dissertação de Mestrado).
- FACCIO, Maria da Graça Augustinho. “O Estado e a transformação do Espaço Urbano: a expansão do Estado nas décadas de 60 e 70 e os Impactos no Espaço Urbano de Florianópolis”. Florianópolis: PPGG-CFH/UFSC, 1997 (Dissertação de Mestrado).
- FALCÃO, José Augusto Guedes. “Turismo Internacional no Rio de Janeiro - Mecanismo de circulação e transferência de Renda”. Rio de Janeiro: IG/UFRJ, 1992 (Dissertação de Mestrado).
- FERNANDES, Wilson (Org.). Estudos e Levantamentos de Contenção de Encostas da Cidade de Florianópolis. Florianópolis: FLORAM, 1997 (mimeo).
- FRANZONI, Tereza Mara. As perigosas relações entre movimento popular/comunitário e administração pública municipal na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: PPGAS/CFH-UFSC, 1994 (Dissertação de Mestrado).

- GARCIA NETO, Luiz da Rosa. “Diagnóstico do Ambiente Urbano: norte da Ilha de Santa Catarina”. Florianópolis: PPGE-CTC/UFSC, 1996 (Dissertação de Mestrado).
- HERRMANN, Maria Lúcia de Paula. Aspectos Ambientais da Região central da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Geografia - CFH/UFSC, 1989 (Dissertação de Mestrado).
- _____. Problemas geoambientais na Faixa Central do Litoral Catarinense. São Paulo: DG/FFLCH/USP, 1999 (Tese de Doutorado).
- HERRMANN, Maria Lúcia de Paula & ROSA, Rogério. Mapeamento temático do município de Florianópolis – Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: IPUF/IBGE, 1991.
- IANNI, Octávio. Cidade e Modernidade. São Paulo: SESC/SP - CRESS/SP, 1996 (Texto Avulso - mimeo).
- IG-DG/Mestrado em Geografia/UFBA. 1º Encontro Internacional de Geografia da Bahia, 1997 (Resumos).
- JANUÁRIO, Sérgio Saturnino. “Organização, Ação e Representação de Interesses do Empresariado do Turismo em Florianópolis - 1978/1994”. Florianópolis: PPGG-CFH/UFSC, 1994 (Projeto de Dissertação de Mestrado).
- KANITZ, Amarildo Felipe. O Parque Tecnológico da Grande Florianópolis-SC/PARQTEC ALFA: A aplicação do modelo Willian Bolton na sua organização. Florianópolis: PPGG/CFH-UFSC, 1999 (Dissertação de Mestrado).
- LEDO, Blanca Sierra de et al. (Orgs.). “Manejo Costeiro da Ilha de Santa Catarina”. Florianópolis: Atas do Colóquio Franco-Brasileiro, 1997.
- LENZI, Sílvia Ribeiro et al. (Orgs.). 1ª Oficina de Desenho Urbano – ANAIS. Florianópolis: IPUF/PMF – ARQ/UFSC, 1996.
- LIMA, Luís Cruz. “Novo espaço da produção: os tecnopolos”. São Paulo: DG-PPGGH/FFLCH/USP, 1994 (Tese de Doutorado).
- LINS, Hoyêdo Nunes. “A Sócio-Economia do turismo: Investigação sobre o crescimento turístico recente em Florianópolis e algumas de suas implicações”. Florianópolis: Dep. De Economia - CSE/UFSC, 1991 (Relatório Técnico de Pesquisa).
- LOBO, Eduardo et al. “Programa de Capacitação de Docentes de Ensino Superior do Estado de Santa Catarina: uma visão geral”. Florianópolis, s/d. (avulso).

- MACEDO, Sílvio Soares. Paisagem, urbanização e litoral – Do édem à cidade. São Paulo: FAU/USP, 1993 (Tese de Livre Docência).
- MACHADO, Ewerton Vieira. “Aracaju: paisagem & fetiches - Abordagens acerca do processo de seu crescimento urbano recente”. Florianópolis: PPGG-CFH/UFSC, 1989 (Dissertação de Mestrado).
- _____. “Turismo e Urbanização: Dilemas na contemporaneidade brasileira”. In: ANAIS da 3ª Reunião Especial da SBPC. Florianópolis: UFSC/SBPC, 1996, p. 345.
- MADRUGA, Antônio Moacir. “Litoralização: da fantasia de liberdade e modernidade autofágica”. São Paulo: DG-FFLCH/USP, 1992 (Dissertação de Mestrado).
- MAMIGONIAN, Armen “Florianópolis”. In: Atlas Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis: CNG/DEGC-SC, 1958.
- _____. “Notas sobre a Geografia Urbana Brasileira”. In: ANAIS - 3º Encontro Nacional de Geógrafos. Fortaleza-CE: AGB, 1978.
- MARTINS, João Batista. Marolas antropológicas: identidades em mudanças na Praia do Santinho. Florianópolis: PPGAS/CFH-UFSC, 1995 (Dissertação de Mestrado).
- MEDEIROS, J.A. “As Novas Tecnologias e a formação de pólos tecnológicos brasileiros”. São Paulo: IEA/USP, 1990 (Col. Documentos - série Política científica e tecnológica, nº 5).
- MENDES, Ricardo. “Espaço Público de Lazer - Globalização e Industrialização do Tempo Livre na Cidade de São Paulo”. São Paulo: DG-FFLCH/USP, 1995, (Dissertação de Mestrado).
- MENDONÇA, Magaly. “O Clima Urbano na qualidade de Vida da Microrregião de Florianópolis - Análise da variação Têmporo-espacial da Temperatura”. Florianópolis: edição do autor, 1996 (mimeo - projeto para curso de Doutorado).
- MIDAGLIA, Carmen Lúcia Vergueiro. “Turismo e Meio Ambiente no Litoral Paulista”. São Paulo: DG-FFLCH/USP, 1994 (Dissertação de Mestrado).
- MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. (Org.). Atlas Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis: DEGE, 1958.
- _____. “ESTE & OESTE - Mesmidade ou mudança nas relações e feições destes grandes lugares do Homem no mundo atual? In: 1º Encontro

Internacional de Geografia da Bahia. Salvador: PPGG-DG/UFBA, junho 1997 (Texto de Mesa Redonda - Avulso).

_____. “A Questão Ambiental na Geografia do Brasil” (a propósito da “validade”, “espacialidade” e “pesquisa universitária”). Florianópolis: XX SEMAGeo/UFSC, 1999 (Texto mimeo – inédito).

MORETTO NETO, Luís. “A Atividade Turística e o Desenvolvimento Sustentado: Estudo de caso: O Balneário de Ingleses e o Projeto Costa Norte - Ilha de Santa Catarina, período de 1960 a 1990”. Florianópolis: PPGG-CFH/UFSC, 1993 (Dissertação de Mestrado).

OURIQUES, Helton Ricardo. Turismo em Florianópolis: uma crítica à “Indústria Pós-Moderna”. Florianópolis: PPGG-CFH/UFSC, 1996 (Dissertação de Mestrado).

PEREIRA, Nereu do Valle. “A Modernização de Florianópolis”. Florianópolis: Dep. de Sociologia - CCH/UFSC, 1974 (Tese de Livre Docência).

PEREIRA, Raquel Fontes do Amaral. A Geografia e as Bases da Formação Nacional Brasileira: uma interpretação fundamentada nas idéias de Ignácio Rangel. São Paulo: PPGG-FFLCH/USP, 1997 (Tese de Doutorado em Geografia Humana).

PICORNELL, Climent. “Turismo y Paisaje en las Islas Baleares (España)”. In: Annual Meeting and Symposium. Palma de Mallorca (Spain): IGU/Commission on Environmental Problems, 1983 (mimeo).

PÔSSAS, Heloisa Pauli. Análise Ambiental da Bacia Hidrográfica do Pântano do Sul, município de Florianópolis-SC: O problema do abastecimento de água. Florianópolis: PPGG/CFH-UFSC, 1998 (Dissertação de Mestrado).

RAUD, Cécile. As dinâmicas territoriais do desenvolvimento. Algumas reflexões teóricas. Florianópolis, 1998 - avulso (mimeo).

RIBEIRO, Claudia Maria Braga. Sobre as Sobreposições de Demarcações Territoriais. Florianópolis: PPGG-CFH/UFSC, 1992 (Dissertação de Mestrado).

RIZZO, Paulo Marcos Borges. “Do Urbanismo ao Planejamento Urbano: utopia e ideologia. Caso de Florianópolis, 1950-1990”. Florianópolis: PPGG-CFH-UFSC, 1993 (Dissertação de Mestrado).

SALGUEIRO, Teresa Barata. Globalização e Reestruturação Urbana. Lisboa: CEG/Universidade de Lisboa – Programa AFFA – Rede REURB, 1998 (monografia D7).

- SANTIAGO, Alina Gonçalves. Environnement, Tourisme et Aménagement. L'Ile de Santa Catarina (Brésil). Paris: Université de Paris I Panthéon – Sorbone, 1995 (Thèse de Doctorat).
- SANTOS, Cristina Silveira Ulysséa. “Planejamento Turístico e seus Reflexos no Processo de Urbanização nas Praias de Canasvieiras e Jurerê Internacional”. Florianópolis: PPGG-CFH-UFSC, 1993 (Dissertação de Mestrado).
- SANTOS, Milton. “A Divisão do Trabalho Social como uma nova pista para estudo da organização espacial e da urbanização nos países subdesenvolvidos”. In: ANAIS, IIIº Encontro Nacional de Geógrafos. Fortaleza-CE: AGB, 1978, p. 37-50.
- SBPC. ANAIS: 3ª Reunião Especial. Florianópolis: UFSC/SBPC-SC, 1986.
- SCHMEIL, Lilian. “Alquila-se una Isla: Turistas estrangeiros em Florianópolis”. Florianópolis: PPGAS/CFH-UFSC, 1994 (Dissertação de Mestrado).
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. A Muralha que cerca o Mar. São Paulo: PPGG-DG/FFLCH/USP, 1975 (Dissertação de Mestrado).
- SELL, Ana Paula Rupp Hamms. Tecnópolis: condicionantes sociais na implantação de um modelo técnico-científico de desenvolvimento para Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: PPGSP/CFH-UFSC, 1995.
- SILVA, Adriana Maria Bernardes. “Metrópole Global: marketing ou realidade? Uma breve análise para a cidade de São Paulo”. In: ANPEGE: 1º Encontro Nacional. Aracaju: ANPEGE/UFS, 1995 (mimeo).
- SILVA, Albertina Dutra. “Estudo Geo-Estrutural do Manguesal de Ratonas na Ilha de Santa Catarina”. Florianópolis: PPGG-CFH/UFSC, 1990 (Dissertação de Mestrado).
- SILVA, Célia Maria e. Ganchos/SC – Ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira. Florianópolis: PPGG/CCH-UFSC, 1990 (Dissertação de Mestrado).
- SILVA, Célia Maria et al. “A (re)produção do Espaço Litorâneo Catarinense”. In: CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras (Org.). ANAIS do Congresso de História e Geografia de Santa Catarina. Florianópolis: CAPES/MEC - IHGSC, 1997, p. 468-479.
- SILVA, Etienne Luís. “Desenvolvimento Econômico Periférico e Formação da Rede Urbana de Santa Catarina”. Porto Alegre: PROPUR/UFRGS, 1978 (Dissertação de Mestrado).

- SILVEIRA, Marcos Aurélio Tarlombani da. “Turismo & Natureza: Serra do Mar no Paraná”. São Paulo: PPGG-FFLCH/USP, 1992 (Dissertação de Mestrado).
- SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. São Paulo – Cidade/Região. Proposições Metodológicas. Paris: Universidade de Paris, 1975 (Tese de Doutorado).
- SUGAI, Maria Inês. “As Intervenções Viárias e as transformações do Espaço Urbano. A Via de Contorno Norte-ILHA”. São Paulo: FAU/USP, 1994 (Dissertação de Mestrado) 2 vols.
- TEIXEIRA, Victor Hugo. Áreas de Risco nas Encostas de Florianópolis. Florianópolis: ACE / 2º Seminário Contenção de Encostas, março 1997 (mimeo).
- UBA – Universidad Buenos Aires/Facultad de Filosofia y Letras – Instituto de Geologia (Orgs.). Territorios en redefinición. Lugar y mundo en America Latina. 6º Encuentro de Geógrafos de America Latina; Buenos Aires – Argentina, 1997 (RESÚMENES).
- VIEIRA, Maria Graciana Espellet de Deus. “Formações Sócio-Espacial Brasileira e Geografia: Reflexões sobre um Debate Interrompido”. Florianópolis: PPGG-CFH/UFSC, 1992 (Dissertação de Mestrado).
- VIEIRA, Maria Graciana E. de Deus & PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. “Formações sócio-espaciais catarinenses: Notas Preliminares”. In: CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras (Org.). ANAIS do Congresso de História e Geografia de Santa Catarina. Florianópolis: CAPES/MEC - IHGSC, 1997, p. 453-463.
- VIEIRA, Scheila. “Indústria de Alta Tecnologia em Florianópolis”. Florianópolis: PPGG-CFH/UFSC, 1995 (Dissertação de Mestrado).

Artigos e Comunicações

- ABREU, Maurício de Almeida. “Contribuição ao estudo do papel do Estado na Evolução da Estrutura Urbana”. In: Revista Brasileira de Geografia, ano 43, nº 4. Rio de Janeiro: IBGE, out./dez. 1981, p. 577-186.
- _____. “O Crescimento das periferias urbanas nos países do terceiro mundo: uma apresentação do tema”. In: SANTOS, Milton e SOUZA, Maria Adelia A. de (Orgs.). A Construção do Espaço. São Paulo: Nobel, 1986, p. 61-70.

- ANTOGIOVANNI, Lídia. “Símbolos e Signos, o território como mídia”. In: Aspectos do Meio Técnico-científico-informacional no Brasil. Rio de Janeiro: II ANPEGE/CNPq-FAPESP-FINEP, 1997, p. 16-17 (comunicações).
- ARROYO, Mônica. “O Turismo no Mercosul”. In: Congresso Internacional Sol e Território. São Paulo: DG-FFLCH/USP, 1995 (mimeo).
- ASCHER, Nelson. “Tudo Muda na Era do Turismo”. In: Folha de São Paulo, ed. de 16/01/1994. Caderno MAIS!, p. 6-7.
- BAHIANA, Luís C. Cunha. “Agentes Modeladores e Uso do Solo Urbano”. In: ANAIS - 3º Encontro Nacional de Geógrafos. Fortaleza-CE: AGB, 1978, p. 53-62.
- BATISTA Jr., Paulo Nogueira. “A Ideologia da Globalização”. In: Princípios – Revista Teórica, Política e de Informação, nº 46, 1997a, p. 6-15.
- _____. “Mitos da Globalização”. In: Estudos Avançados, nº 52. São Paulo: EIA/USP, 1997b (col. Documentos – série Assuntos Internacionais).
- BAUMANN, Renato. “Uma Visão Econômica da Globalização”. In: BAUMANN, Renato (Org.). O Brasil e a Economia Global. 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Campus/SOBEET, 1996, p. 33-51.
- BECKER, Bertha. “Modernidade e gestão do Território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva”. In: Espaço e Debates, nº 32, 1991, p. 47-56.
- BENAKOUCHE, Rabah. “A Tecnologia enquanto forma de Acumulação”. In: Economia & Desenvolvimento, Ano I, nº 2, São Paulo: Editora Cortez, 1982, p. 11-48.
- _____. “Globalização ou Pax Americana”. In: ARRUDA, Edmundo Lina de e RAMOS, Alexandre (Orgs.). Globalização, Neoliberalismo e Mundo do Trabalho. Curitiba: IBEJ editora, 1998.
- BENKO, George. “Quelques concepts de géographie économique des annés 1980 et 1900”. In: Notes de Recherche, nº 23. Paris: CRIA - Institut de Géographie, 1990.
- BERNARDES, Júlia Adão et al. “Algumas Reflexões sobre o conceito de Espaço e de Território”. In: Revista de Pós-Graduação em Geografia, ano I, vol. 1. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p. 148-152.
- BERTONCELLO, Rodolfo. “Configuración Socio-Espacial de los Balenarios del Partido de la Costa (Provincia de Buenos Aires)”. In: Território, nº 5. Buenos Aires, Argentina: UBA/Falcudad de Filosofia y Letras, 1993, p. 1-95.

- CARVALHO JR., Luiz Carlos de. & SOUZA, Luciana Corrêa de. “Os grupos estratégicos da Indústria Hoteleira da Grande Florianópolis”. In: Atualidade Econômica, ano 8, nº 29. Florianópolis: Departamento de Economia - CSE/UFSC, out./dez. 1996, p. 2-3.
- CASTELLS, Manuel. “Mudança Tecnológica, reestruturação econômica e a nova divisão espacial do trabalho”. In: Espaço & Debate, ano 6, nº 17, 1986, p. 5-21.
- CLAVAL, Paul. “O Papel das redes de informações na geopolítica da inclusão/exclusão”. In: BECKER, Berta e MIRANDA, Mariana. A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997, p. 149-165.
- CORRÊA, Roberto Lobato. “A Periferia Urbana”. In: GEOSUL, ano 1, nº 2. Florianópolis: Editora da UFSC, 1986, p. 71-78.
- _____. “O Estudo da Rede Urbana: uma proposição metodológica”. In: Revista Brasileira de Geografia, ano 50, nº 2. Rio de Janeiro: IBGE, abr./jun. 1988, p. 107-124.
- _____. “Novas dimensões geográficas do urbano no Brasil – Conferência Inaugural do III Simpósio de Geografia Urbana. In: Boletim de Geografia Teórica, nº 42, vol.21. AGETEO, 1991, p. 12-17.
- COSTA, Rogério H. da & GOMES, Paulo César da C. “O Espaço na Modernidade”. In: Terra Livre, nº 5. São Paulo: AGB/DEN - Marco Zero, 1990.
- COUTINHO, Luciano. “A Fragilidade do Brasil em face da Globalização”. In: BAUMANN, Renato (Org.). O Brasil e a Economia Global. 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Campus/SOBEET, 1996, p. 219-237.
- CRUZ, Rita de Cássia A. “O turismo no Espaço – O Espaço do Turismo – Reflexões acerca da participação do turismo na produção do espaço urbano brasileiro”. In: Revista RA’EGA, nº 2, 1998, p. 31-41.
- DAVIDOVICH, Fany et al. “Contribuição ao Estudo de Aglomerações Urbanas no Brasil”. In: Revista Brasileira de Geografia, ano 37, nº 1, 1975.
- DE CAMPOS, Arnaldo Anacleto & BIANCHINI, Valter. “Comércio Internacional: histórico, principais instituições e a participação brasileira”. In: O Desenvolvimento do Comércio Mundial. Florianópolis: Escola Sul/CUT, 1999, p. 8 a 27.
- DIAS, Wilmar. “Florianópolis - Ensaio de Geografia Urbana”. In: Boletim Geográfico, ano I, nº 1. Florianópolis: D.E.G.C./IBGE, 1947.

- DUARTE, Gerusa Maria. "O Futuro do Litoral de Santa Catarina". In: GEOSUL, Ano 3, nº 6. Florianópolis: EDUFSC, 2º Semestre 1988, p. 39-52.
- FEL, André. "La Géographie et la Techniques". In: GILLE, Bertrand (Org.). Histoire des Techniques – Technique et civilisations technique et sciences. Paris: Encyclopédie de la Pléiade. Editions Gallimard, 1978, p. 1062-1110.
- FERREIRA, Sérgio Luís. "O Banho de Mar na Ilha de Santa Catarina: o lugar na orla marítima de Florianópolis". In: ESBOÇO, nº 1, Florianópolis: PPGH/CFH-UFSC, 1994.
- GEIGER, Pedro Pichas. "A Urbanização brasileira nos novos contextos contemporâneos". In: GONÇALVES, Maria Flora (Org.). O Novo Brasil Urbano: impasses, dilemas e perspectivas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995, p. 23-40.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. "Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil". In: BECKER, Berta et al. (Org.). Geografia e Meio Ambiente no Brasil. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec, 1995, p. 309-312-333.
- _____. "Da Cidade-Estado à Cidade-Mundo ou alguma coisa está fora da Ordem... Da Nova Ordem Mundial". In: GEOSUL, Vol. 11, nº 21/22. Florianópolis: Ed. da UFSC, jan./dez. 1996, p. 07-57.
- HERRMANN, Maria Lúcia de Paula et al. "São José-SC: Avaliação das Enchentes e Deslizamentos ocorridos em novembro de 1991 e janeiro de 1994". In: GEOSUL, nº 16, vol. VII, 1994, p. 46-78.
- HIRST, Paul. "Globalização: mito ou realidade". In: FIORI, José Luis et al (Org.). Globalização: o fato e o mito. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998, p. 101-120.
- IANNI, Octávio. "Globalização: novo paradigma das Ciências Sociais". In: ADORNO, Sérgio (Org.). A Sociologia entre a Modernidade e a Contemporaneidade. Porto Alegre: Ed. UFRGS/SBS, 1993 (nº Especial Cadernos de Sociologia), p. 13-25.
- KNAFOU, Remy. "Turismo e Território – por uma abordagem científica do Turismo". In: RODRIGUES, Adyr A. Balastri. Turismo e a Geografia – Reflexões Teóricas e Regionais. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 62-73.
- LINS, Hoyêdo Nunes. "A Construção do Espaço Regional Metropolitano de Florianópolis: primeiros reflexos". In: ANAIS - XIV SEMAGEo. Florianópolis: GCN-CFH/UFSC, 1993, p. 47-58.
- _____. "Turismo em Santa Catarina". In: Atualidade Econômica, nº 25. Florianópolis: Dep. de Economia - CSE/UFSC, 1995, p. 2-4.

- _____. “Santa Catarina e o Mercosul: uma abordagem sobre as estruturas regionais catarinenses no âmbito da integração”. In: CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras (Org.). ANAIS do Congresso de História e Geografia de Santa Catarina. Florianópolis: CAPES/MEC - IHGSC, 1997, p. 416-429.
- LIPIETZ, Alain. “Uma visão regulacionista sobre o futuro da ecologia urbana”. In: Cadernos IPPUR/UF RJ, ano VIII, nº 1, abr. 1994, p. 9-16.
- _____. “Globalização, Reestruturação Produtiva e Impacto Intra-Urbano”. In: Pólis, nº 27 - Especial, 1996, p. 11-16.
- LISBOA, Armando de Melo. “Impasses do Desenvolvimento de Florianópolis”. In: Atualidade Econômica, ano 8, nº 29. Florianópolis: Departamento de Economia - CSE/UFSC, out./dez. 1996, p. 4-7.
- LOWY, Michael. “A Escola de Frankfurt e a Modernidade”. In: Novos Estudos CEBRAP, nº 32.
- LUKÁCS, George. “As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem”. In: Temas de Ciências Humanas, nº 4. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978.
- MACHADO, Ewerton Vieira. “Festas de Outubro em Santa Catarina: Notas para compreensão de suas influências na (Re)Organização do Espaço”. In: LEMOS, Amália Ines G. de. Turismo - Impactos Sócioambientais. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 241-159.
- _____. “Turismo, Paisagem e Ambiente: o viés do desenvolvimento sustentável - algumas notas como contribuição ao debate”. In: RODRIGUES, Adyr A.O. (Org.). Turismo e Ambiente - Reflexões e Propostas. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 68-78.
- MAMIGONIAN, Armen. “A Vida Regional em Santa Catarina”. In: Revista Orientação, nº 2. São Paulo: IG/USP, 1966.
- _____. “Tecnologia e desenvolvimento desigual no centro do sistema capitalista”. In: Revista de Ciências Humanas, nº 2. Florianópolis: Editora da UFSC, julho/82, p. 38-48.
- _____. “A Crise Econômica, O Estado e o Urbano no Brasil”. In: Revista de Geografia, nº 10. São Paulo: DG/FFLCH-USP, 1991, p. 111-113.
- _____. “Florianópolis Hoje. Problemas de planejamento e parcerias”. In: LENZI, Silvia Ribeiro et al. (Orgs). 1ª Oficina de Desenho Urbano (Anais). Florianópolis: IPUF/PMF - ARQ/UFSC, 1996a, p. 62-64.

- _____. “A Geografia e a Formação Social como teoria e como método”. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (Org.). O Mundo do Cidadão – Um Cidadão no Mundo. São Paulo: Hucitec, 1996b, p. 198-206.
- _____. “Introdução ao Pensamento de Ignácio Rangel”. In: Geosul, nº 3, EDUFSC, 1997, p. 63-71.
- _____. “Teorias sobre a Industrialização Brasileira”. In: Cadernos Geográficos, nº 2. Florianópolis: GCN/CFH-UFSC, 2000.
- MARQUES, Paulo. Modernização do Brasil: Dilemas e Perspectivas. São Paulo: IEA/USP, 1994 (Col. Documento: série Política Científica e Tecnológica, nº 18).
- MATOS, Olgária. “Amor e Cidade, Amor na Cidade: Walter Benjamim”. In: MAGALHÃES, Maria Cristina Rios (Org.). Na Sombra da Cidade. São Paulo: Editora Escuta, 1995, p. 13-32 (coleção ensaios: subjetividade e urbanização).
- MIRANDA, José Francisco R. “El Turismo y la Convivencia Comunal en una área rural-costeira”. In: Revista Geografía da América Central, nº 35/II semestre 1997 – I semestre 1998, p. 107-138.
- MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. “A Interação Homem-Natureza no Futuro da Cidade”. In: GEOSUL, nº 14 / Ano VII. Florianópolis: EDUFSC, 1992, p. 7-48.
- _____. “Os geossistemas como elementos de integração na síntese geográfica e fator de promoção interdisciplinar na compreensão do ambiente”. In: Revista de Ciências Humanas, vol. 14, nº 19. Florianópolis: CFH/UFSC, mar./1996, p. 67-100.
- MORATA, Pedro Costa. “BALEARES – Um paraíso americanizado por el hormigón”. In: Revista la Tierra que todos deseáramos, nº 18, 1999, p. 64-70.
- MORIN, Edgar. “Uma Cultura do Laser” In: Cultura de Massa no Século XX/Cultura em Debate. Rio de Janeiro: Forense, 1969, p. 71-80.
- OLIVEIRA, Francisco de. “Acumulação Monopolista, Estado e Urbanização: a Nova Qualidade do Conflito de Classes”. In: Ensaio de Opinião, v.6. Rio de Janeiro: Inúbia, 1978, p. 108-112.
- _____. “O Estado e o Urbano no Brasil”. In: Espaço & Debate, nº 6, jun./set. 1982, p. 36-54.
- OSEKI, Jorge Hajime. “O único e o homogêneo na produção do espaço”. In: MARTINS, José de Souza (Org.). Henri Lefebvre e o retorno a dialética. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 109-119 (Coleção Ciências Sociais, nº 37).

- PAVIANI, Aldo. "Urbanização na América Latina: periferização em áreas metropolitanas". In: Humanidades, nº 13/ano IV. Brasília: UnB, 1987, p. 106-114.
- PELUSO JR., Victor Antônio. "A Ilha de Santa Catarina no último quartel do século XX". In: VÁRZEA, Virgílio. A Ilha. Florianópolis: IOESC, 1984.
- _____. "O relevo do Território Catarinense". In: Geosul, nº 1(2). Florianópolis: Ed. da UFSC, 1986, p. 7-69.
- PETIT, Hernan. "Recursos naturales y turismo. Lineamentos a considerar en una investigación sobre la temática". In: Geographikos, ano 3, nº 4. Buenos Aires - Argentina: UBA, 1993, p. 69-74.
- RANGEL, Ignácio. "A história da dualidade brasileira". In: Revista Economia Política, vol.1, nº 4. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____. "Questão Agrária e Agricultura". In: Encontro com a Civilização Brasileira, nº 7. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985, p. 189-198.
- RATTNER, Henrique. "Globalização - em direção 'a um mundo só'?" In: VIEIRA, Miguel Pedro. Florianópolis: Biodiversidade, Biotecnologia & Ecodesenvolvimento (ANAIS do 1º Simpósio Nacional o Sol é nosso: perspectivas de Ecodesenvolvimento para o Brasil). Florianópolis: UFSC, 1994, p. 109-116.
- REIS, Nestor Goulart. "Notas sobre a Organização das Regiões Metropolitanas". In: Cadernos de Pesquisas do LAP, nº 12. São Paulo: FAU/USP, mar./abr., 1996 (série Urbanização e Urbanismo).
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. "Limites da Categoria Globalização: os desafios da Nacionalidade". In: Experimental, Ano II, nº 3. São Paulo: LABOPLAN-DG/FFLCH/USP, 1997, p. 13-21.
- RODRIGUES, Adyr Balastrieri. "Geografia e Turismo - Notas Introdutórias". In: Revista do Departamento de Geografia, nº 8. São Paulo: DG-FFLCH/USP, 1992.
- _____. "Desafio para os estudiosos do Turismo". In: RODRIGUES, A. (Org.). Turismo e Geografia – Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.
- ROSEMBERG, Nathan. "La tecnología y el entorno: una exploración económica". In: Tecnología y Economía. Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A., 1979.

SÁNCHEZ, Joan-Eugeni. “Por uma Geografia del Turismo de Litoral. Uma Aproximación Metodológica”. In: Estudios Territoriales, nº 17, 1995, p. 103-122.

_____. “As ambigüidades da divisão territorial: desenvolvimento harmônico ou exclusão dos circuitos produtivos? In: BECKER, Berta e MIRANDA, Mariana. A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997, p.339-360.

SANTOS, Milton. “A Geografia e a Nova Dimensão do Planeta”. In: Revista Brasileira de Tecnologia, vol. 15, nº 5. Brasília: CNPq, set./out. 1984, p. 13-21.

_____. “O Caminho de uma teoria substantiva de Urbanização”. In: Revista Orientação, nº 6. São Paulo: IG/USP, 1985.

_____. “Crescendo menos, Metrôpoles ficam mais fortes”. In: Folha de São Paulo, edição de 20/04/1988b, p. A-3.

_____. “O Meio Técnico-científico e a urbanização no Brasil”. In: Espaço e Debates, nº 25, 1988c, p. 58-62.

_____. “A redescoberta da natureza”. In: Estudos Avançados, nº 14, vol. 6, jan./abr., 1992a.

_____. “Objetos e Ações: Dinâmica Espacial e Dinâmica Social”. In: Geosul, nº 14 / ano VII. Florianópolis: EDUFSC, 1992b, p. 49-59.

_____. “Espaço, Mundo Globalizado, Pós-Modernidade”. In: Margem, nº 2. São Paulo: EDUC, 1993, p. 9-20 (entrevista).

_____. “O Mundo não existe” – Entrevista. In: VEJA, 16/11/1994c, p. 8.

_____. “O lugar encontrando o futuro”. In: Revista de Urbanismo e Arquitetura. Nº 6, 1996c, p. 35.

_____. “Os limites da Globalização”. In: AU-Arquitetura e Urbanismo, nº 7/ano 12, 1997, p. 57-59 (Entrevista).

_____. “A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço Espaço Mundo”. In: DOWBOR, Ladislau et a. (Orgs.). Desafios da Globalização. Petrópolis: Vozes, 1998.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria Laura. “De uma Geografia Metafórica da Pós-Modernidade a uma Geografia da Globalização”. In: Revista Cultura Vozes, nº 4, Ano 91, vol. 91, jul/ago.97, p. 14-30.

- SCHEIBE, Luis Fernando e BUSS, Maria Dolores. “A globalização e os efeitos perversos do desenvolvimento”. In: Encontro Internacional: Lugar, Formação Sócio-Espacial, Mundo. São Paulo: ANPEGE, 1994, p. 116-117 (Resumos).
- SEABRA, Odete Carvalho de Lima. “O Pensamento de Henri Lefebvre e a Geografia”. In: Boletim Paulista de Geografia, nº 74. São Paulo: AGB/SP, p. 7-21.
- SERENI, Emilio. “La categoria de Formación Económico-social”. In: LUPORINI et al. El Concepto de Formación Económico-social. Cuadernos de Pasado y Presente, nº 39. Córdoba, Argentina, 1976, p. 55-95.
- SEZERINO, Maria de Lourdes & MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. “O Campo Térmico na Cidade de Florianópolis: Primeiros Experimentos”. In: GEOSUL, nº 9. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1990, p. 29-60.
- SILVA, Armando Corrêa da. “A Geografia e a Totalidade Estrutural em Crise de Fundamentos”. São Paulo: s./d. (mimeo).
- _____. “Contribuição à Crítica da Crise da Geografia”. In: SANTOS, Milton (Org.). Novos Rumos da Geografia Brasileira. São Paulo: Hucitec, 1982.
- SINGER, Paul. “O uso do solo urbano na economia capitalista”. In: MARICATO, Erminia (Org.). Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- SOARES, Beatriz Ribeiro. “Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da Globalização”. In: Formação, nº 6. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1999, p. 55-63.
- SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. “Conexões Geográficas. Um ensaio crítico ao conceito de rede e hierarquia urbana”. In: Boletim Paulista de Geografia, nº 71. São Paulo: AGB-Seção SP, 1992, p. 113-127.
- _____. “Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação”. In: SANTOS, Milton et al. (Orgs.). Território, Globalização e Fragmentação. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994 p. 21-28.
- _____. “Perversidade e Globalização”. In: Saber Plural / Novo Pacto da Ciência 3. São Paulo: ECA/USP/CNPq, 1994 p. 45-51.
- _____. “A Geografia e o Conhecimento do Mundo”. In: GEOSUL, nº 18. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995a.
- _____. “A Metrópole Global - uma reflexão sobre o espaço intrametropolitano”. In: São Paulo em Perspectiva, vol. 9, nº 2. São Paulo: Fundação SEADE, 1995b, p. 3-6.

- _____. “O novo Brasil urbano: integração ou fragmentação? In: GONÇALVES, Maria Flora (Org.). O Novo Brasil Urbano – Impasse / Dilema / Perspectivas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995c, p. 65-71.
- _____. “A Política Urbana Brasileira e o II PND - Uma contradição evidente”. In: DEÁK, Csaba e SCHIFFER, Sueli Ramos (Orgs.). O processo de Urbanização no Brasil. São Paulo: EDUSP/FUPAM, 1999, p. 111-143.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. “A Análise Urbana na Obra de Milton Santos”. In: Caderno Prudentino de Geografia, nº 21, p. 25-42.
- _____. “Espaços Urbanos: Territorialidades e Representações”. In: SPOSITO, Elizeu Savério (Org.). Dinâmica Econômica, Poder e Novas Territorialidades. Presidente Prudente: UNESP/FCT-GAsPER, 1999, p. 13-29.
- TEIXEIRA, José Paulo e SCHEIBE, Luís Fernando. “O futuro se define agora” (considerações sobre o Plano Diretor de Florianópolis). In: Revista de Ciências Humanas, vol. 14, nº 19. Florianópolis: CFH/UFSC, mar./1996, p. 101-106.
- TULIK, Olga. “Turismo e repercussões no espaço geográfico”. In: Turismo em Análise, ano 1, nº 2. São Paulo: ECA/USP, nov./1990, p. 63-77.
- _____. “Residências secundárias: repercussões sócio-culturais”. In: CORRÊA, Tupã Gomes (Org.). Turismo e Lazer: prospecções da fantasia do ir e vir. São Paulo: Edicon, 1996.

Periódicos

- AGORA/FENAI (alguns números)
- AMANHÃ – Revista de Economia & Negócios (alguns números)
- Boletim de Geografia Teórica, AGETEO/Rio Claro (alguns números)
- Boletim Paulista de Geografia - AGB-SP (Alguns números)
- BRASILTURIS – Jornal (alguns números)
- Diário Catarinense (vários números e Encartes Especiais)
- Experimental, nºs 1, 2 e 3. LABOPLAN-DG/USP, 1996/1997
- Gazeta Mercantil / Cadernos Turismo (alguns números)
- GEONORDESTE, DG/UFSE (alguns números)

- GEOSUL, GCN/CFH - editora da UFSC (vários números)
- GEOUSP, DG/USP, nº 1, 1997.
- Hospedagem Brasil / Informativo ABIH-Nacional (nº 2).
- ISTO É (alguns números)
- JA – Jornal da APUFSC
- FOLHA DE SÃO PAULO / Cadernos Turismo e Mais! (vários números)
- Indústria e Comércio, Florianópolis (alguns números)
- O Estado de São Paulo / Cadernos Turismo (vários números)
- Jornal O ESTADO, Florianópolis (vários números)
- Zero Hora, Porto Alegre (alguns números)
- Jornais Comunitários de Florianópolis:
 - Fala Campeche (alguns números)
 - Folha da Lagoa (alguns números)
 - Jornal Trindade (alguns números)
 - Correio da Ilha (nº 1)
 - Folha do Norte da Ilha (nº 1)
 - Gazeta Ilha Norte (nº 24)
 - Eco Ativo – Pântano do Sul (nº 20)
- Latinidad, Ano 1, nº 1, Revista de Integração do Cone Sul
- Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (nºs 1 e 2)
- Revista Brasileira Geografia - IBGE (Alguns números)
- Revista de Ciências Humanas - CFH/UFSC (alguns números)
- Revista do Departamento de Geografia - FFLCH/USP (alguns números)
- Revista Estudos Avançados, IEA/USP (alguns números)
- Revista Exame (alguns números)
- Revista Expressão, Florianópolis (vários números)
- Revista Mares do Sul, Florianópolis (vários números)
- Revista Mercosul, nº 35 / ano 95 (número especial).
- Revista Orientação - IG/DG-FFLCH/USP (alguns números)
- Revista São Paulo em PERSPECTIVA, vol. 9 / nº 2, abr./jun. 1995
- Revista Turismo em Análise. ECA/USP (alguns números)

- Revista TURISMO – Visão e Ação. UNIVALI (alguns números)
- Território (n^{os} 1, 2, 3) - LAGET/UFRJ
- VEJA Nacional (alguns números) e Vejinha SC (alguns números)
- VIAGEM e Turismo (alguns números)

Publicações Oficiais Institucionais

CECCA. Unidades de Conservação e Áreas Protegidas da Ilha de Santa Catarina - Caracterização e Legislação. Florianópolis: Editora Insular, 1997.

CEM – Centro de Estudos do Migrante. O Peregrinar de um povo sem terra. São Paulo: Paulinas, vol. 17, 1986.

CODESUL/DEATUR. O Turismo em Santa Catarina. Florianópolis, 1970.

EMBRATUR - Anuários Estatísticos - várias edições.

_____. - Estratégia para o Desenvolvimento do Turismo. 1990.

_____. Programa Nacional de Municipalização do Turismo. Brasília, 1994.

_____. Política Nacional de Turismo – diretrizes e Programas / 1996-1999.

FÓRUM PERMANENTE DE PLANEJAMENTO TURÍSTICO DE FLORIANÓPOLIS. PLANET 2000 – Plano Estratégico de Planejamento Turístico para Florianópolis, 1998/1999.

FUNDAÇÃO CERTI. Relatório de Atividades, 1997.

FUNDAÇÃO FRANKLIN CASCAES / S.M.E-PMF. Florianópolis: Uma síntese histórica, Florianópolis, 1993 (Cadernos de Cultura e Educação, n^o 1).

GOVERNO DE SANTA CATARINA. Atlas de Santa Catarina. Florianópolis: GAPLAN, 1986.

GRANFOPOLIS - Associação dos Municípios da Grande Florianópolis. Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico-Econômico. Florianópolis: SDM / Governo de Santa Catarina, 1996.

IBGE. Censos e Sinopses Demográficas - várias edições.

_____. Projeto Gerenciamento Costeiro / Diagnóstico Ambiental do Litoral de Santa Catarina. Relatório Final (setores 1 e 2), junho de 1997.

IBGE/DEGE. Atlas Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis, 1959.

IPUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. Plano de Desenvolvimento Turístico do Aglomerado Urbano de Florianópolis. Florianópolis: IPUF, 1981.

_____. Plano de Uso do Solo dos Balneários - Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: IPUF / Coordenadoria de Planejamento, 1984.

_____. Guia de Florianópolis. Florianópolis: IPUF/EDEME, 1993.

PROTUR. "Florianópolis - um pólo turístico internacional". Florianópolis, 1989/90.

SANTUR - Santa Catarina Turismo S/A. "Pesquisa Mercadológica de Estudo da Demanda Turística de Santa Catarina". In: O Estado, edição 13/04/1997, p. 6.

_____. Pesquisas de Demanda Turística (Vários Relatórios).

UFSC/Comissão de Plano Diretor Físico. Plano Diretor Físico: Diagnóstico Geral. Florianópolis, 1998.

A N E X O

**Pequeno Documentário Fotográfico relacionado diretamente
com os aspectos discutidos na Terceira Parte desta tese**

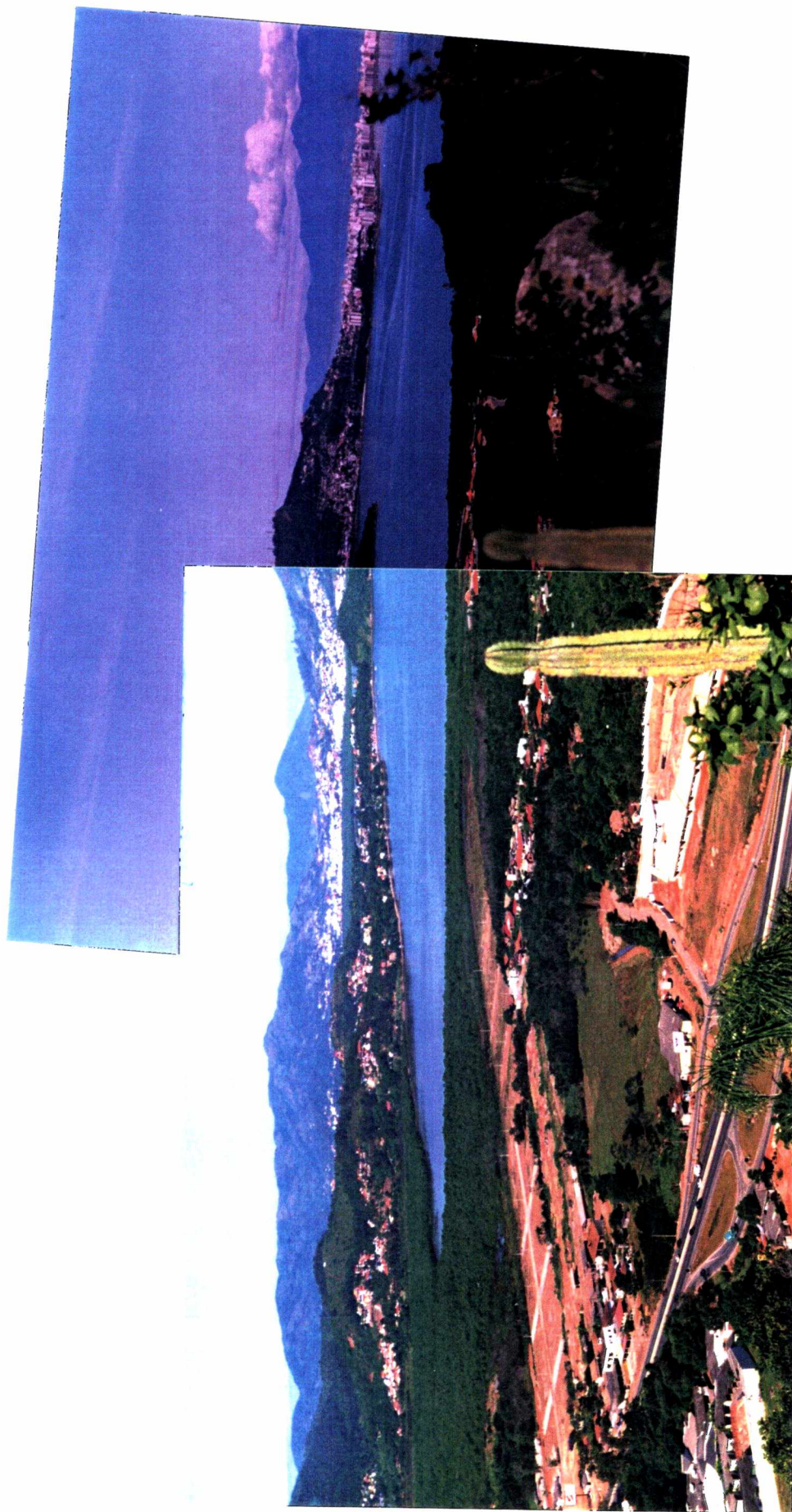


Foto 1 - Panorâmica da ocupação do mangue, no Bairro Saco Grande, às margens da Rodovia SC-401/Norte, em Florianópolis. Ao fundo, ocupação da encosta oriental no Morro da Cruz e processos de verticalização na Avenida Beira Mar Norte (Autoria: Ac. Agda Pereira, 1999).

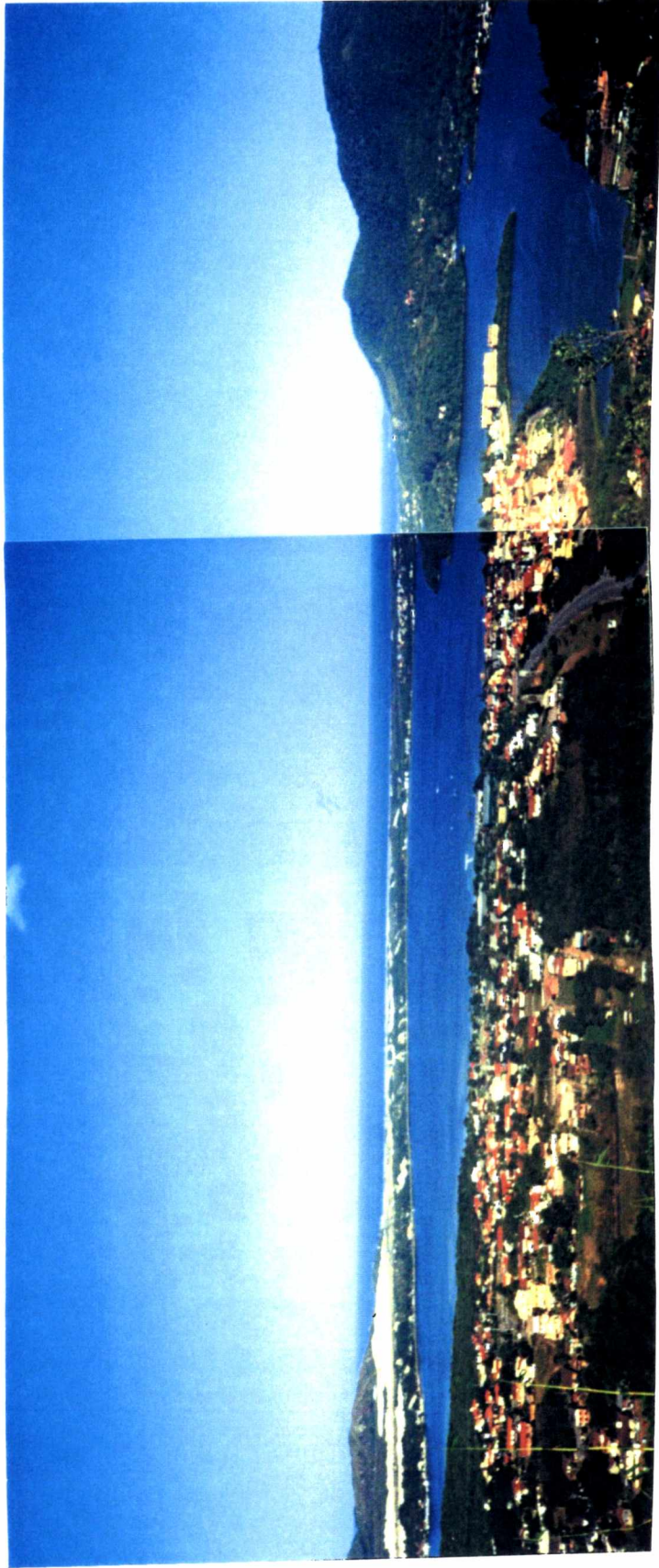


Foto 2 - Panorâmica da região da Lagoa da Conceição, Florianópolis, com a densa ocupação vista do Morro da Lagoa e com destaque para a área do Baixo. Ao fundo, campos de dunas que represam a lagoa do mar e a direita o Morro do Badejo (Autoria: E. V. Machado, 1998).



Foto 3 - Tipo de verticalização na região da planície do Campeche, às margens da Rodovia SC-405, ao sul da Ilha de Santa Catarina. O padrão de especulação imobiliária é direcionado para “classe média” (Autoria: E. V. Machado, 1999).

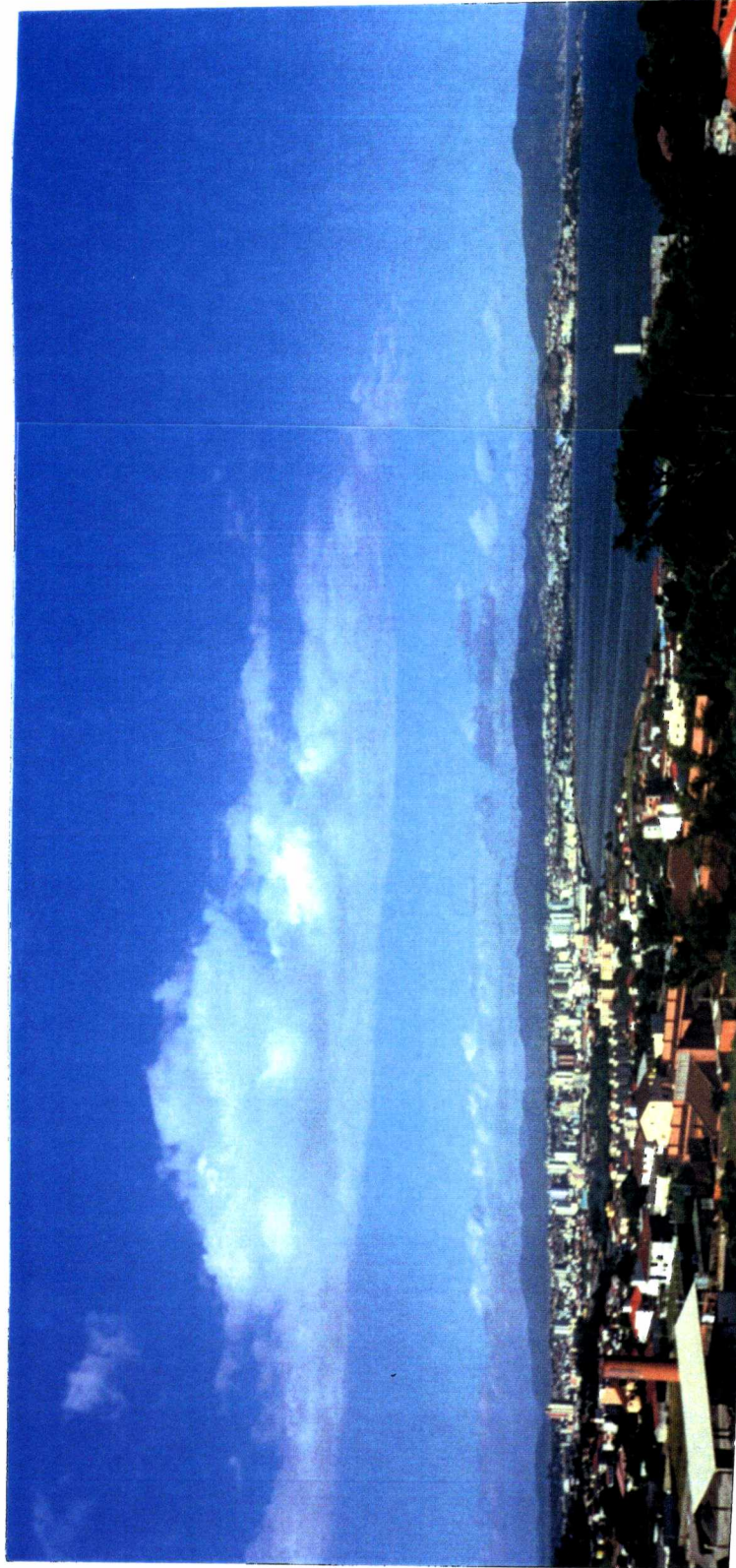


Foto 4 - Panorâmica do Bairro Kobrasol (São José) Praia Comprida e o acentuado processo de verticalização. Ao fundo, Baía Sul e a área central de Florianópolis (Autoria: E. V. Machado, 1999).

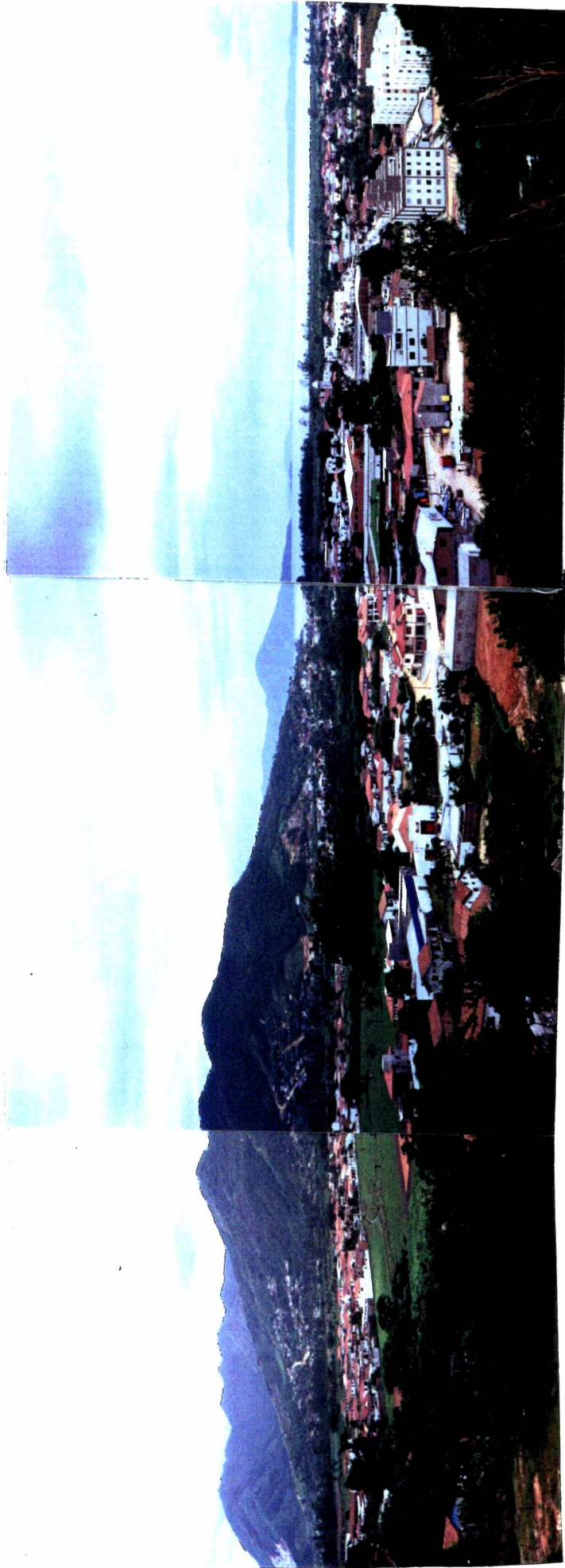


Foto 5 - Panorâmica da Cidade de Biguaçu, a partir dos Bairros Vendaval/Jardim Europa/Fundos, separados da área central pela BR-101. Em destaque, áreas de verticalização residencial popular. Ao fundo, a Baía Norte e a Ilha de Santa Catarina - Florianópolis (Autoria: E. V. Machado, 1996).



Foto 6 - > Panorâmica da Cidade de Palhoça vista do Morro da Pedra Branca ($\pm 490\text{m}$), destacando a planície onde está situada a cidade e seus arrabaldes, com vestígios de área rural. À esquerda está a foz do rio Maruim na divisa com o município de São José. Ao fundo, a Baía Sul e a Ilha de Santa Catarina - Florianópolis (Autoria: M.L.P. Herrmann, 1996).

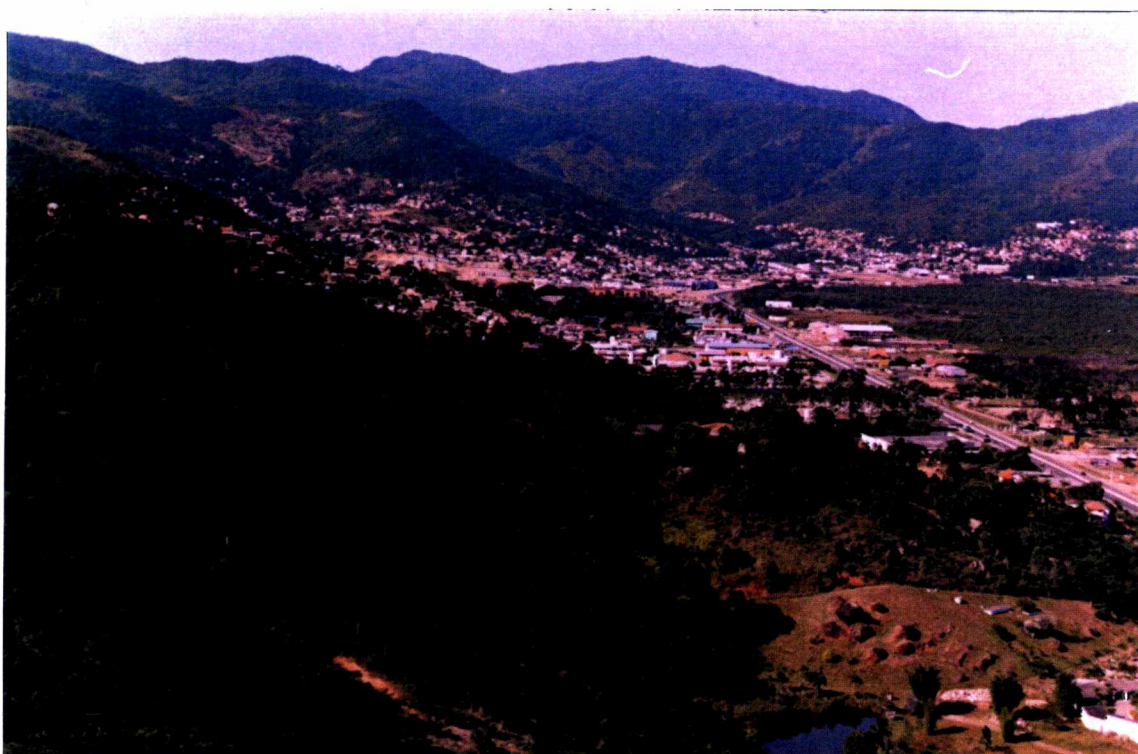


Foto 7 – Panorâmica da ocupação em áreas do Bairro Saco Grande, em Florianópolis, às margens da Rodovia SC-401/Norte (Autoria: Ac. Adga Pereira, 1999).



Foto 8 – Aspectos da ocupação em áreas entre os Bairros de Trindade e Pantanal, vizinhas a UFSC (Autoria: E.V. Machado, 2000).



Foto 9 – Jardim Floresta, imediações BR-101, município de São José (Autoria: E.V. Machado, 1998).

Exemplos de especulação imobiliária através de loteamentos urbanos



Foto 10 – Implantação de Loteamento na região de Forquilha em direção à Picadas do Norte, município de São José (Autoria: E.V. Machado, 1999).



Foto 11 – Exemplo de “periferia interiorana”: Loteamento Santos Dumont em processo de verticalização, localidade Sertão do Maruim no município de São José (Autoria: E.V. Machado, 1999).



Foto 12 – Exemplo de “periferia interiorana”: Loteamento Jardim Flor de Nápolis, município de São José, área vulnerável às enchentes (Autoria: E.V. Machado, 1999).



Foto 13 – Aspecto do crescimento urbano na localidade Ponta do Maruim, município de Palhoça, na divisa com o município de São José (Autoria: E.V. Machado, 1998).



Foto 14 – Aspecto da especulação imobiliária no balneário da Pinheira, município de Palhoça (Autoria: E.V. Machado, 2000).



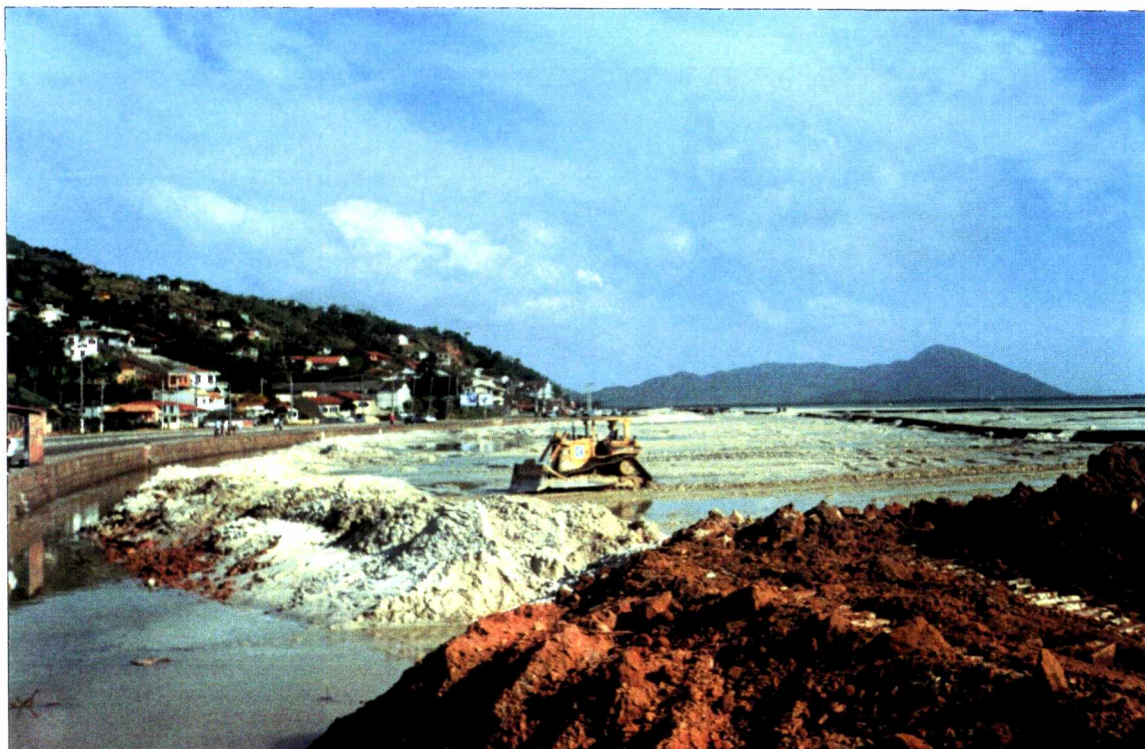
Foto 15 – Panorâmica da BR-101 duplicada nas imediações do Bairro Kobrasol, São José, na divisa com Florianópolis (Autoria: E.V. Machado, 1999).



Foto 16 – Aspecto da verticalização recente, no Bairro Kobrasol, município de São José. Foi uma das “áreas de usos comuns”, conhecidas por Pasto do Gado/Campinas, até início dos anos 70 (Autoria: E.V. Machado, 1999).



Fotos 17, a e b – Aspectos da fase inicial da obra do aterro da Via Expressa/Baía Sul, em áreas do Bairro Saco dos Limões, às margens da Rodovia SC-401/Sul, considerada um dos marcos da modernidade atual para Florianópolis (Autoria: E.V. Machado, 1996).





a

Fotos 18, a e b – Exemplo de “novo” padrão de habitação popular empreendido pela P.M. Florianópolis, através do Projeto “Bom Abrigo” e financiada pela C.E.F. O Conjunto Habitacional Vila Cachoeira, obra idealizada nos moldes do Projeto Cingapura-SP, está localizado no Bairro Saco Grande e é uma das unidades que deverá ser ocupada por ex-favelados da Via Expressa continente/BR-282 (Autoria: E.V. Machado, 2000).



b



Foto 19 – Vista parcial do Conjunto Habitacional Parque da Figueira/Saco Grande II, em Florianópolis, edificado em área sujeita às enchentes (Autoria: E.V. Machado, 2000).



Foto 20 – Exemplo de ocupação em áreas de morros, no Bairro da Costeira do Pirajubaé, Florianópolis, às margens da Rodovia Jorge Lacerda/SC-401-Sul (Autoria: E.V. Machado, 1999).



Foto 21 – Área de ocupação com habitação sobre campo de duna e restinga, na região do Campeche/Rio Tavares e próxima à Lagoa da Conceição, sul da Ilha de Santa Catarina em Florianópolis (Autoria: E.V. Machado, 1998).



Foto 22 – Panorâmica do padrão de ocupação na planície do Rio Vermelho/Praia de Moçambique, nordeste da Ilha de Santa Catarina, em Florianópolis (Autoria: desconhecida, s/d – encarte de publicidade avulsa).



Foto 23 - Panorâmica da Praia Brava, norte da Ilha de Santa Catarina – Florianópolis. Exemplo de “periferia de amenidades”, território de classe social com alto poder aquisitivo (Autoria: E. V. Machado, 1999).



Foto 24 – Vista parcial do padrão de ocupação em áreas do Balneário de Canasvieiras, norte da Ilha de Santa Catarina – Florianópolis, em época de veraneio (Autoria: E.V. Machado, 1999).



Foto 25 – Vista parcial de empreendimento imobiliário em área do Balneário Ponta das Canas, norte da Ilha de Santa Catarina – Florianópolis (Autoria: E.V. Machado, 1999).



a

Foto 26, a e b – Remanescentes de traços da cultura açoriana na localidade da freguesia do Ribeirão da Ilha – Sul de Florianópolis (Autoria: E.V. Machado, 1999).



b